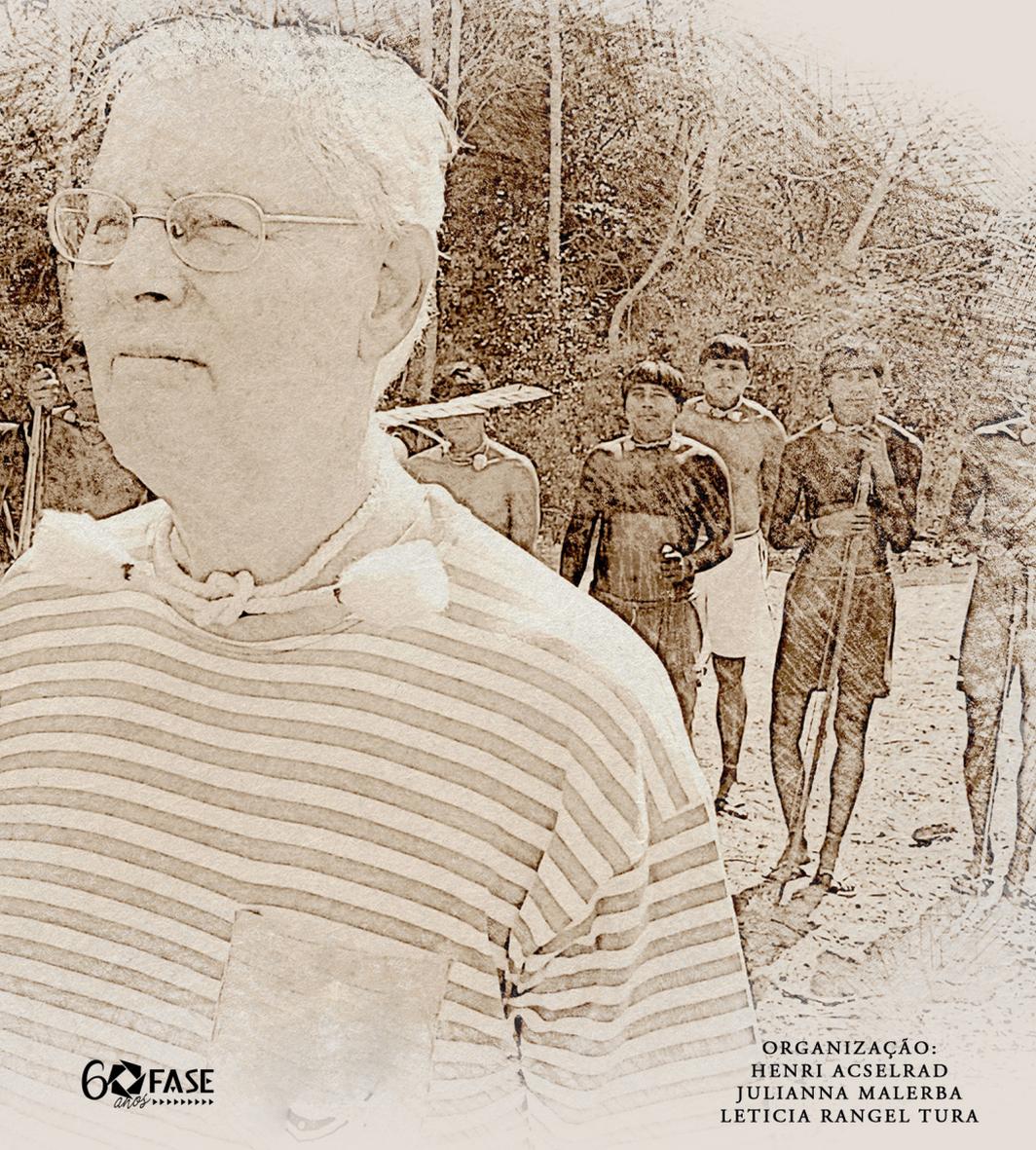


FAZER COMUM

MEMÓRIAS E TRIBUTOS
A JEAN PIERRE LEROY



60 FASE
anos

ORGANIZAÇÃO:
HENRI ACSELRAD
JULIANNA MALERBA
LETICIA RANGEL TURA

FAZER COMUM

MEMÓRIAS E TRIBUTOS
A JEAN PIERRE LEROY

Expediente

Organização

Henri Acselrad
Julianna Malerba
Leticia Rangel Tura

Tradução

Caio Meira

Edição

Luiz Antonio Correia de Carvalho

Produção Editorial

Claudio Nogueira

Arte e diagramação

Marcelo Capello
Ewerton Carvalho

Capa

Arte sobre foto de Daniel Ribeiro Silvestre quando de condecoração de Jean Pierre pela liderança Xavante Maráiwatsede

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Fazer (em) comum : memórias e tributo a Jean Pierre Leroy /
organização Henri Acselrad,
Julianna Malerba, Leticia Rangel Tura. --
Lavras, MG : Nous Kardia Consultoria, 2022.

Bibliografia.

ISBN 978-65-997400-1-5

1. Educadores - Biografia 2. Experiência devida 3.
Homens - Biografia 4. Leroy, Jean-Pierre, 1939-2016 I.
Acselrad, Henri. II. Malerba, Julianna. III. Tura, Leticia Rangel.

22-106414

CDD-920.71

Índices para catálogo sistemático:

1. Homens : Biografia 920.71

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

FASE, Rio de Janeiro, 2022

Sumário

| | |
|---|-----|
| Introdução | 5 |
| Jean Pierre Leroy: uma vida dedicada aos territórios do futuro..... | 7 |
| Brasil: “Como é longo o caminho da América | |
| Como é longo o caminho de meu coração” | 12 |
| 1. Tomado pela floresta. Salgado | 14 |
| 2. Tomado pelas águas. Santarém..... | 40 |
| 3. Tomado pelo mar. Noêmia e o Rio de Janeiro | 73 |
| 4. A ilusão do desenvolvimento Sustentável. A Rio 92 e nós | 108 |
| 5. Brasil Sustentável e Democrático | 123 |
| 6. Direito humano ao meio ambiente: tributo ao relator | 144 |
| “Doce França, querido país de minha infância” | 174 |
| 7. Diálogo entre Jacques e Jean Pierre | 175 |
| Os escritos de Jean Pierre Leroy | 210 |



Evento de 50 da FASE, Rio de Janeiro, em 2011. Foto: Rosilene Miliotti/Imagens do Povo

Introdução

Jean Pierre Leroy nos deixou em novembro de 2016. Seus familiares e amigos o haviam encorajado a escrever sobre sua experiência de vida no Brasil. Pedido que ele considerou justo, posto que representava uma chance de prestar contas aos que amava e que sempre o apoiaram em sua escolha por “enraizar-se junto aos oprimidos”. Opção que também o levou a acompanhar ativamente as várias formas de militância no país, em diferentes conjunturas políticas, interagindo com a múltiplas lutas sociais e democráticas.

O texto, escrito para os seus próximos, certamente seria revisto por ele para uma edição voltada para o público brasileiro. Primeiro porque foi escrito em francês, sua segunda língua desde 1971, e porque foi traduzido para o português para essa edição, o que sempre traz perdas aos seus “fragmentos de memória dos 45 anos de Brasil”.

A FASE decidiu publicá-lo, na comemoração de seus 60 anos, dado o entrelaçamento da história da instituição com a própria história do Brasil e de seu povo. Impossível compreender a FASE e sua capilaridade no país, sem conhecer esse educador que foi nosso diretor por tantos anos. Esse entrelaçamento é o que caracteriza os bons romances e as boas biografias. A história de Jean Pierre Leroy se confunde com os recuos e avanços da própria sociedade civil brasileira na segunda metade do século XX e nos primeiros anos do século XXI.

Para facilitar a leitura pelo público brasileiro começamos as suas memórias já quando de sua chegada ao Brasil. Ao final, mantivemos seus fragmentos de memória e de seu diálogo com o irmão Jacques, relativos a seus primeiros anos ainda na França. Que de onde esteja, Jean Pierre nos desculpe pela publicação de textos que, em vida, com seu perfeccionismo, talvez não nos autorizasse.



Lançamento do livro *Territórios do Futuro*, em 2010. Foto: Acervo Fundação Heinrich Böll

Jean Pierre Leroy: uma vida dedicada aos territórios do futuro

Julianna Malerba

Alteridade, solidariedade e desejo de futuro: se fosse possível sintetizar as motivações de toda uma vida, seriam essas palavras que escolheria para definir não só a inspiração, mas também todo o legado político do filósofo, socioambientalista e educador popular Jean Pierre Leroy.

Ao tentar delinear aqui, cronológica e semanticamente, suas contribuições ao fortalecimento dos movimentos populares no Brasil – compromisso que orientou sua prática e seu pensamento, desde sua chegada ao país em 1971 – percebo que a defesa de um mundo mais comum e diverso desde sempre pautou sua maneira de pensar e agir.

A decisão de “enraizar-se junto aos oprimidos” que o inspirou a deixar definitivamente a França e fazer do Brasil o seu novo país, motivada pela indignação com a estrutural desigualdade social brasileira, era movida também por um profundo desejo de conhecer e aprender com o que lhe era diverso. Talvez por isso tenha iniciado sua aventura nos trópicos pela Amazônia. Ou, inversa e dialeticamente, talvez tenha sido a Amazônia quem o mobilizou a engajar-se em lutas protagonizadas por sujeitos a quem o Estado e a sociedade nacional insistiam em manter invisibilizados.

Aquele início de atuação no Brasil coincide com um momento político em que uma multiplicidade de grupos historicamente vulnerabilizados inicia um processo de reivindicação pelo reconhecimento de suas múltiplas e distintas territorialidades. A partir da ditadura, amplia-se o cerco ao campesinato amazônico e às populações indígenas pela expansão da fronteira de acumulação sob a coordenação do Estado. A competição pelo controle do espaço e dos recursos naturais se acirra e impõe a esses grupos, a necessidade de construir estratégias de resistências e uma narrativa autônoma sobre si.

Trabalhando inicialmente com os pescadores de Salgado (PA), e depois, em Santarém e no Maranhão, com camponeses agroextrativistas,

Jean Pierre logo engajou-se em processos que buscavam visibilizar suas identidades em face aos que negavam suas existências. Envolveu-se com a organização sindical dos trabalhadores rurais e teve um papel importante para a formação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na região. Ao percorrer a Amazônia oriental, conheceu de perto os efeitos da grilagem, da devastação ambiental e da violência em regiões onde a fronteira da acumulação se expandia e tornou-se um profundo conhecedor das gentes e de seus modos de fazer e (re) criar seus territórios.

Quando se mudou para o Rio de Janeiro, já como coordenador da FASE, trazia consigo a experiência e o compromisso adquirido nos anos de trabalho com o campesinato amazônico. Atuando nacionalmente, visitou outras regiões e foi capaz de estabelecer conexões e compreender os mecanismos de espoliação que sistematicamente negavam aos grupos historicamente vulnerabilizados o papel de sujeitos políticos.

Em meio a repertórios de legitimação¹ dados pela abertura democrática e a emergência de uma preocupação global com o meio ambiente, Jean compreendeu os marcos e possibilidades de ação postos pela conjuntura e, sempre apostando na atuação coletiva, passou a incidir criticamente sobre a questão ambiental. “O meio ambiente é cultural e histórico”, dizia. “Ele representa a base material que garante não só a existência do modo de vida urbano industrial, mas de modos de vida diversos”. Com ele aprendi a compreender os diferentes significados que os recursos ambientais têm e entender o sentido das lutas ambientais empreendidas por sujeitos que sistematicamente se veem privados dos bens naturais de que dependem para viver. Aprendi também que essas lutas não dizem respeito apenas a quem as protagoniza, mas são centrais para a conservação ambiental e para o fortalecimento da democracia.

Jean Pierre compreendia não apenas os sentidos múltiplos que a experiência social empresta aos bens naturais como a potência política e emancipatória que essa multiplicidade de sentidos possui para a crítica mais ampla ao desenvolvimento e sua premissa etnocêntrica de que há uma trajetória única a ser trilhada por todas as sociedades.

1 Tomamos emprestada de Bruce Albert essa categoria para nos referir aos sistemas de normas legais e valores simbólicos dos protagonistas que dominam o espaço de disputa em face às quais as estratégias dos grupos subalternizados têm de ser elaboradas. Confere: ALBERT, Bruce. Territorialidad, etnopolítica y desarrollo: a propósito del movimiento indígena en la Amazonía brasileña. In: SURRALES, A. y Hierro, P. Tierra Adentro. Território Indígena y percepción del entorno. IWGIA, Documento n° 39. Copenhage, 2004, pp. 221-258.

A prevalência dessa premissa que, no Brasil – e em tantas partes do sul global –, significou a consolidação de um modelo de desenvolvimento que se reproduz ampliando as desigualdades sociais ao destruir as bases materiais (portanto, o meio ambiente) que garantem a manutenção de nossa sociodiversidade e a qualidade de vida nos campos, nas florestas e nas cidades.

Ainda como coordenador da FASE acolheu a proposta que deu as bases para a constituição do movimento agroecológico e a criação da Articulação Nacional de Agroecologia. Em 1992, participou da coordenação do processo de incidência da sociedade civil na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, processo que depois daria origem ao Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Nos anos 2000, engajou-se na constituição dos movimentos por justiça ambiental no Brasil e foi cofundador da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Nesse período, aceitou o desafio de assumir a Relatoria para o Direito Humano ao Meio Ambiente, da Plataforma Dhesca Brasil². Com firmeza e coragem, denunciou vários mecanismos de produção de injustiças ambientais, cobrando do Estado maior controle sobre o poder das grandes corporações, a promoção de equidade ambiental e garantia de acesso a políticas públicas a sujeitos que tinham seu direito ao meio ambiente sistematicamente violado. Percorreu o país denunciando a grilagem de terras no Pará que submetia populações agroextrativistas à violência, a apropriação privada da zona costeira nordestina pela carcinicultura e pelo turismo e a consequente expulsão de pescadores artesanais e outras populações extrativistas do acesso comum às praias e manguezais. Solidarizou-se com a luta dos Cinta Larga pela demarcação e proteção de suas terras em face ao garimpo ilegal. Esteve junto aos/às trabalhadores/as da região metropolitana do Rio de Janeiro denunciando com eles a injustiça ambiental a que são submetidos pela ausência de saneamento e acesso à água potável e pela instalação de indústrias poluentes e de depósitos de rejeitos em suas áreas de moradia e trabalho.

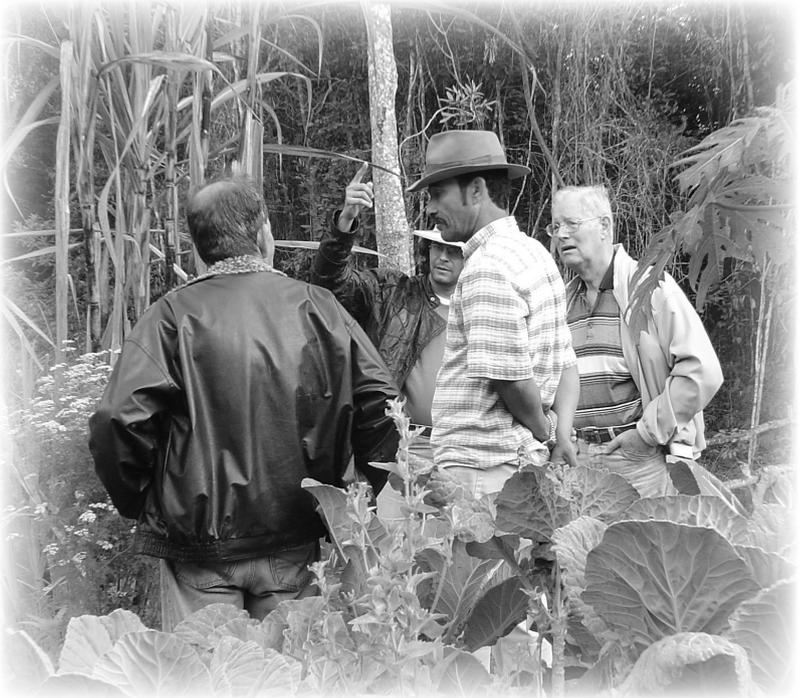
Na última década, aproximou-se do debate sobre os Bens Comuns e passou a ressignificar as lutas em defesa da sociodiversidade,

2 <http://www.plataformadh.org.br/>



da sustentabilidade ambiental e da garantia de direitos a que dedicara toda sua vida. Com a coerência que lhe era tão própria, renovou seu pensamento para torná-lo ainda mais potente. Em meio a um processo de crescente mercantilização da vida e das relações sociais, chamava-lhe cada vez mais a atenção os processos instituintes de modelos e paradigmas alternativos ao capitalismo, pautados pela produção e defesa de bens tornados comuns, mantidos desmercantilizados pelas práticas sociais/econômicas e por escolhas políticas. Com entusiasmo, acompanhava as mobilizações contra a privatização de serviços públicos e recursos naturais, as propostas de ocupação e ressignificação de espaços públicos, os movimentos pelo acesso livre ao conhecimento e pela sua construção compartilhada (a exemplo dos movimentos de softwares livres, de mídia livre, etc.) e as lutas identitárias pelo reconhecimento de territorialidades específicas, referidas ao uso comum da terra e de recursos naturais, que sempre lhe foram caras. Valorizava-as pela capacidade que possuem de instituir sistemas sociais e jurídicos para administração compartilhada de recursos de uma maneira justa e sustentável. Passou a refletir sobre as dimensões não mercantis dessas experiências, identificando suas conexões e, sobretudo, o seu caráter emancipatório em face às novas formas de cercamento e privatização relacionadas à expansão contemporânea do capitalismo. Essa abordagem deu um sentido ainda maior ao papel que sempre acreditou que os excluídos do desenvolvimento – aqueles com quem havia trilhado sua própria caminhada – tinham na construção dos “territórios do futuro”

E foi mirando o futuro que Jean nos deixou em novembro de 2016. Ao terminar essa narrativa tenho a sensação de que não cheguei senão à superfície de sua trajetória. Tudo o que fui capaz de dizer sobre ele não é nada além do que pudemos aprender com ele. De todas as lições, talvez a mais cara tenha sido a convicção que orienta minha própria trajetória de que o futuro depende da aposta que faremos hoje em manter e tornar o mundo cada vez mais comum e diverso.



Exemplo de prática agroecológica em Rio Pardo de Minas (MG), em 2004.
Foto: Daniel Ribeiro Silvestre



**Brasil: “Como é longo o
caminho da América
Como é longo o caminho
de meu coração”³**

³ Canção de Léo Ferré.

Palavras são como o vento ondulando a superfície da água. O verdadeiro rio corre por baixo, sem ser visto ou ouvido.

(Amitav Ghosh. *Marée dévoureuse*)

1. Tomado pela floresta. Salgado

Minha porta de entrada para o Brasil foi a Guiana Francesa, num dos últimos dias de 1971. O avião da Cruzeiro do Sul, que fazia a ligação entre Belém e as Guianas, não fez a conexão, e tive de passar a noite em Caiena. Eu não tinha previsto esse tipo de problema e estava sem dinheiro suficiente para ir à cidade. Os funcionários do aeroporto devem ter pensado que um padre miserável não poria em risco a segurança e me deixaram em paz. Ainda preso ao Voo noturno, de Saint-Exupéry, ao avião Mermoz, e à *Aéropostale*⁴, com as luzes apagadas nesse hangar aberto, a floresta equatorial bem próxima, e seus aromas, sua umidade, seus sons, senti-me invadido pelo novo mundo... e moído pela lassidão.

Oito dias mais tarde, Gérard Levron, que foi meu companheiro e meu guia, levou-me até o município de Magalhães Barata, na microrregião de Salgado, no qual ele era o pároco. Eu estava na região oceânica do Pará, formada por manguezais, rasgada por numerosos canais e por riachos de água salobra que sobem e descem ao ritmo das marés. Esses manguezais se estendem por 450 quilômetros, do Pará ao Maranhão. Esse ecossistema é habitado principalmente por pequenos pescadores e camponeses que não se aventuram muito longe no mar aberto, preferindo a pesca e a captura de caranguejos e outros mariscos no manguezal. Quando não estão pescando ou eventualmente caçando, eles estão nos campos. As mulheres são especializadas na pesca e colheita de mariscos, e até hoje têm grande dificuldade para serem reconhecidas como profissionais de pleno direito.

⁴ Companhia de aviação fundada em 1919, na França, da qual faziam parte Saint-Exupéry e Mermoz. (N. do T.)

Recém-chegado, com a força dos meus braços para manejar um pouco remos, me vi embarcado na montaria⁵ de um pequeno comerciante que ia comprar peixe na foz do rio Cuinaraná. Para chegar até a praia onde os pescadores nos esperavam, os gestos (eu não falava uma palavra de português) de meus dois companheiros me fizeram entender que era preciso nadar. Tirei minha camisa de mangas compridas e meu jeans, e fiz um mergulho perfeito, ao passo que eles se jogaram na água completamente vestidos. Quando fui em direção à lama, sorrindo para pescadores, milhares de pequenos insetos, os “maruins”, se atiraram sobre mim. Com o corpo ardendo, fiz meia volta, deixando para trás os maruins e os risos. Eu deveria ter desconfiado dos sorrisos esboçados por meus companheiros quando me viram tirar a roupa. Passada a foz do rio formado pelo mangue, abriu-se um amplo plano de água tranquila, onde nos detivemos no retorno para descansar. O vento e as ondas que chicoteavam e sacudiam a canoa passaram a ser apenas um rumor distante, com o bater de asas de garças brancas ou de um azul acinzentado enfatizando o silêncio, enquanto camarões enormes coravam na fogueira improvisada com lama de mangue sobre o braço dos remos. Os sorrisos observavam meu espanto. Neste momento, comecei a pensar que o Brasil seria provavelmente o meu novo país.

Em fevereiro de 1972, percebi que teria dificuldades para aprender o português sozinho, e tomei a direção do Rio de Janeiro, onde a Conferência Episcopal organizava um curso de quatro meses de aculturação. A rodovia Belém-Brasília só era pavimentada em apenas 200 de seus 2.140 quilômetros. Depois de 500 quilômetros, caiu a chuva, e a passagem dava direito a descer do ônibus para empurrá-lo na famosa “Costa do Sabão”; no restante do tempo, muita poeira. Depois de enguiçar no meio ao nada, e duas noites e dois dias e meio de viagem, zumbis borrados de ocre, chegamos triunfantes em Brasília. E sim! Devíamos nos apresentar impecáveis na estação de ônibus da capital. Então trocamos nosso ônibus desmantelado por um novo em folha em Anápolis e, a 40 por hora – que suplício – desfilamos sobre o asfalto novo, furiosos, pelo menos eu, com os militares e seu culto das aparências que atrasaram a hora de um bom banho.

Por duas vezes, em 1976 e 1977, refiz esse caminho, quando fui revalidar meus estudos de filosofia na Faculdade Católica de São João del Rei (onde encontrei Noêmia, mas essa é uma outra história). À meia-noite

5 Canoa de pequena extensão, feita de um tronco escavado a fogo. (N. do T.)

de 31 de dezembro de 1976, estávamos em nosso ônibus, no sul do Pará. O motorista parou, retirou do compartimento de bagagens poderosos rojões e das sacolas dos passageiros surgiram pedaços de bolo, coxas de galinha, uma farofa de ovos e peixes (à base de farinha de mandioca), uma garrafa de vinho doce chamada de “champanhe”; e da minha sacola, uma garrafa de caipirinha (limão verde, cachaça, açúcar de cana e gelo), entre outras coisas. E ali, no meio da floresta, nossos fogos de artifício indicaram aos macacos, às onças⁶ e aos outros habitantes locais que estávamos entrando em 1977 e que a vida era bela, afinal.

A rota e a capital foram inauguradas em 1960. Eles a chamaram essa estrada de “estrada da unidade nacional”. Até então, o Pará só era acessível por avião ou por barco, e mesmo o estado de Goiás, onde iria se situar a nova capital, era isolado. Mas havia outros motivos. O novo presidente, Juscelino Kubitschek, tinha decidido ser o presidente da integração, que seria assegurada pela expansão do desenvolvimento e a construção de uma rede de estradas ligando o sudeste desenvolvido (Rio de Janeiro e São Paulo) ao interior do país. A industrialização tardia do Brasil, iniciada com a primeira fábrica de aço no país, situada em Volta Redonda, tinha sido obra do presidente Getúlio Vargas, auxiliado por norte-americanos, como contrapartida à participação do Brasil no esforço de guerra. Os americanos construíram em Natal, no nordeste do país – a cidade das Américas mais próxima da África –, um importante aeroporto militar. Industrialização tardia, pois os ingleses, que mantinham Portugal sob sua influência, garantiam que o Brasil não lhes fizesse concorrência. Era proibido, por exemplo, o estabelecimento de fábricas de fiação, apesar de o país produzir algodão. As estradas definiram qual foi o motor da industrialização: carros, caminhões e ônibus. Esses veículos começavam sua vida útil novos em folha no sudeste e no sul, e envelheciam e terminavam suas vidas nos confins do país, como se diz por aqui: “lá onde o vento fez uma curva” ou “onde Judas perdeu as botas”.

O Centro Cultural Missionário (Cenfi) localizava-se no alto do bairro de Santa Teresa, num antigo colégio religioso francês onde as moças da sociedade aprendiam boas maneiras⁷. De lá, via-se a Zona Sul e seus bairros burgueses de classe média e a Zona Norte dos trabalhadores e fábricas. Ao som das cigarras, aprendi muito rápido o português,

6 Jaguar ou pantera [(N. do T.): em português no original].

7 Nesse mesmo local hoje funciona o Cenam, Centro de Acolhida Missionária. (N. do T.)

sobretudo porque ninguém falava francês, e discretamente entrei em contato com uma pequena equipe da JOC que estava substituindo seus dirigentes, exilados depois de terem conhecido a prisão e a tortura.

Somos marcados para sempre por nossa infância e nossa juventude. Se o Cenfi me ensinou os números em português, as tabuadas francesas se mostraram mais ágeis. As músicas do passado são as que cantarolamos de maneira espontânea. Felizmente, os jovens “professores” do Cenfi nos apresentaram a MPB, música popular brasileira. Graças a eles, quando fomos ao cinema para ver um documentário maravilhoso sobre Chico Buarque, um dos nossos maiores compositores e cantores, eu também me senti enlevado, gratificado com a oportunidade de compartilhar essa experiência com tantos outros que ainda acreditam na beleza da vida e da esperança por um mundo melhor. Foi no Cenfi que aprendi “Apesar de você”, essa canção subversiva e proibida de Chico Buarque endereçada aos que tinham instaurado a ditadura:

*Você que inventou esse estado
E inventou de inventar
Toda a escuridão
Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar
O perdão*

*Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Eu pergunto a você
Onde vai se esconder
Da enorme euforia
Como vai proibir
Quando o galo insistir
Em cantar
Água nova brotando
E a gente se amando
Sem parar*

Magalhães Barata, a cidade e seus pequenos comércios, só tinha energia elétrica por três horas no fim de tarde, graças a um motor a diesel, mas era servida por água corrente; apenas um carro, o da prefeitura; nenhuma estrada pavimentada; um ônibus no meio da noite ia a Belém, repleto de vendedores e vendedoras de caranguejos, peixe seco e farinha de mandioca, e voltava na noite seguinte. Como todos os outros, nós morávamos numa pequena casa de madeira com banheiro nos fundos de um jardim que dava para um terreno baldio, mas com vista para a mata ao longo do rio. Único luxo: a cobertura de telhas, enquanto a maioria tinha telhado de folhas de palmeira. Dormíamos em redes em torno das quais os morcegos dançavam em folia. Os camundongos faziam de caminho a corda que sustentava a rede. Uma noite, um deles tomou o caminho errado e em vez de bifurcar para a prateleira, chegou até o meu braço. Percebê-lo a dez centímetros de meus olhos, foi demais! Quanto aos morcegos, uma vez recebemos a visita de uma jovem francesa que teve direito a assistir seu balé. Pela manhã, seus olhos vermelhos e o rosto prostrado nos fez decidir acabar com essa festa (com uma planta cujo nome me esqueci, postada na porta da frente e nas janelas sempre abertas), especialmente porque os vizinhos podiam se perguntar que orgia noturna poderia ter causado o dano em seu belo rosto! Quando a energia elétrica terminava, acendíamos nossas lamparinas. Pregos e cordas construíam nosso armário; o fogão era feito de barro e usava lenha como combustível, e Gerard me ensinou a quantidade exata de água para fazer o arroz para nós dois. Como para os demais habitantes, nossa alimentação consistia de arroz, feijão vermelho (não o tempo todo, pois os camponeses de Salgado não plantavam feijão), a farinha d'água e peixe ou caranguejo; como legumes, vinagreira refogada, repolho comprado em Belém; e as frutas, laranjas e bananas. Às vezes comíamos açaí (fruto de uma fina palmeira o açaizeiro, que cresce em cachos e dá um suco espesso muito nutritivo) na cabaça com peixe ou camarão seco e farinha de mandioca. Nos campos, em raras ocasiões as pessoas se permitiam comer tapioca; o lanche era quase sempre composto de uma mistura de água e farinha. Na época das chuvas, o peixe se tornava escasso, e cheguei a ver meus vizinhos dividirem uma lata de sardinhas entre sete pessoas.

Decidimos que eu acompanharia Gerard em seus giros pelos povoados. Além disso, eu também passaria parte do meu tempo com os

padres mais experientes da região e tentaria conversar com as pessoas, a fim de compreender um pouco suas vidas. Para isso, nada melhor que acompanhá-las em seu trabalho. Eles eram muito gentis, e estavam orgulhosos de mostrar que sabiam muito mais do que o padre.

Trata-se um mundo de água, raízes, lama, insetos e vida animal (com seus mosquitos!). Chegávamos no manguezal com a maré baixa para montar a rede atravessando um dos seus numerosos riachos, a erguíamos quando a maré subia e voltávamos para ver as capturas quando ela tornava a baixar; a 20 centímetros da lama eram armadas as tiradeiras, linhas fortes com cerca de 10 metros de comprimento, munidas, a cada metro, com o fio e o anzol – também nesse caso voltávamos com a maré baixa. Já os belos caranguejos peludos se entocavam em seus buracos; para capturá-los, usava-se o gancho, ou então alguém tinha de enfiar todo o braço até os ombros no buraco (eu mesmo nunca me arrisquei!). As mulheres também coletavam ostras, mexilhões e caranguejos, mas apenas durante as marés de equinócio, quando os caranguejos machos saem aos milhares de seu buraco para o acasalamento. Os braços mais largos do rio serviam para pegar camarão com nassa ou pescar com linha, enquanto eu admirava as revoadas de aves, como o cintilante íbis vermelho (que se alimenta de pequenos caranguejos ricos em betacaroteno pinçados na lama ou na areia). O silêncio era subitamente cortado por golpes de machado num tronco. Um pescador tentava desentocar turus, que se parecem com gordos e longos vermes leitosos. Cozidos ou fritos, seu sabor, apesar de forte, é poderoso contra a tuberculose, como me diziam pessoas que vinham de outras locais para habitar a região de Salgado em busca de cura, sob a recomendação do seu médico. O que não disseram na época em que eu era padre foi que o turu é considerado um poderoso afrodisíaco!

Prossigo com minha lição: não se deve confundir o caranguejo com o siri que, menor e sem pelos, é carnívoro e vive no rio. Certo pescador era muito conhecido em seu povoado por não hesitar em subir em seu casco⁸ e se aventurar em seu estado natural – isto é, totalmente embriagado – no rio. Acreditava-se que foi assim que ele morreu. É bom notar que o casco, escavado em tronco de madeira dura e feito em geral para duas pessoas, requer bom equilíbrio. Assim, nosso pescador entrou na água e dela não retornou. No dia seguinte, vimos chegar vários

8 Espécie de canoa sem bancos, feita de uma só peça de madeira. (N. do T.)

pescadores em nossa casa oferecendo, por uma ninharia, siris em grande quantidade. Inédito! Fomos nos informar: os siris são carnívoros e comem pessoas... e as pessoas dali ficaram sem comer siri por pelo menos um mês. Como éramos estrangeiros e tínhamos uma espécie de imunidade em função de nossa condição sacerdotal, esse tabu não valia para nós. O mesmo ocorreu com a ponte de madeira sobre o rio: poucas pessoas além de nós a atravessam à noite, com medo de cruzar com “visões” (fantasmas, aparições sobrenaturais) que os jogariam na água. O fato é que alguns jovens incrédulos nos tinham confessado que se aproveitavam da escuridão para empurrar não sei quem da ponte.

Um dia, dois pescadores me levaram a Maruda em sua montaria para a pesca num “curral”. Descemos o rio desordenadamente e, ao alcançar o canal que já mencionei, atravessamos à plena vela para o nordeste uma ampla baía onde desembocavam dois rios. É difícil representar dimensões quando tudo é desmesurado. Digamos que enfrentávamos ondas traiçoeiras como se fosse a brisa fresca marinha. Esse local era chamado de “chora mulher”, mas os pescadores me disseram que muitos homens também choravam. Passei uma hora escoando água do barco! Ficamos uma semana “acampados” na praia, com ramos servindo como paredes e palmas como telhado. O *curral* era de fato uma armadilha gigante: uma longa cerca de 100 a 200 metros, que conduzia o peixe impulsionado pelas correntes oceânicas à armadilha feita de ramos de uma altura de 4 a 5 metros. Em cada maré baixa, dia e noite, percorríamos o quilômetro de areia que nos separava do curral, recolhendo os peixes que giravam em círculos no metro de água após o banco de areia, à margem de um canal. O peixe era vendido na praia ou posto para secar. Em pleno sol, imaginem o calor. Pois bem, subitamente, uma nuvem aparecia e com ela um aguaceiro, com o frio que tornava o corpo azul fazendo doer os ossos.

A Amazônia é cheia de mistérios cujos nativos são seus portadores. Na época, havia poucos brancos em Belém e menos ainda no interior. Todos e todas – mestiços de índios e portugueses, portugueses e negros, índios e negros, e outras misturas subsequentes – são marcados por traços indígenas. Eu, branco, e ainda mais com olhos azuis, não passava despercebido. Mas voltemos aos mistérios e mitos. Meus companheiros pescadores me educavam ao redor do fogo, enquanto o peixe grelhava, ao som do bater das ondas.

Conto aqui a história dos “botos”, esses golfinhos da Amazônia. Dizem que à noite, os botos se transformam em galantes e belos rapazes de terno a fim de seduzir as donzelas. Em quase todos os povoados ao longo dos rios é possível encontrar os filhos do boto, fato que tem o mérito de evitar a condenação dessas jovens mães. Tentem então resistir aos botos! Mas isso não é tudo. Um dos meus companheiros contou, mirando com os olhos a praia: “Não são apenas as moças que são enfeitiçadas pelo boto, os homens também. Fazer amor com o boto é tão bom que não se sabe quando parar, e pode-se assim até morrer disso. Eu estava lá quando aconteceu com um amigo na praia, onde fomos acampar.” Eu escrutinava o mar instintivamente: nunca se sabe.

Fui também duas vezes à pesca no mar numa montaria mais imponente. Não me lembro de suas dimensões, apenas que eu dormitava esticado sobre um dos dois bancos. Esse tipo de barco não tem convés, fato um pouco preocupante quando se está no mar. Como essa experiência fez parte desse momento “fundador” da iniciação à minha vida brasileira, escolhi introduzir meu livro sobre o movimento camponês de Santarém, escrito entre 1985 e 1988 como dissertação de mestrado em educação, invocando:

Outubro de 1972. São Caetano de Oldivelas, Salgado, Pará. Indo ao mar para pescar tubarões, a montaria desliza magicamente sobre o rio. A bombordo, desfila a massa escura do mangue; a estibordo, o rio se abre para a baía e para o céu. O cintilar de estrelas não é ofuscado pela lua nascente. O marulho do vento na vela e da água na proa e, em contraponto, o rumor da floresta de manguezais e do mar ainda distante fazem com que o silêncio seja mais profundo. Emoção. Seu Benedito, o capitão, rompe o encantamento. “Faz dias que você compartilha nossa vida. Você vê nossa vida dura, sacrificada. Eu não tenho tempo para ler, mas lá (percorrendo o horizonte com um amplo gesto com o braço) está o meu livro”. Na leitura do céu, dos ventos,

das correntes, dos odores (numa noite escura, ele reconheceu a proximidade de tubarões pelo cheiro de seus vômitos) repousava sua ciência da pesca. Mais importante ainda, o sentido da sua vida foi alimentado pela harmonia com a natureza e os mistérios que ela esconde. Só uma coisa ameaçava essa ordem, segundo Seu Benedito: o “dragão”, a “besta-fera” que poderia acabar com sua tranquilidade e a da região, algo de horrível ele não sabia bem definir, coisa de comunista.

Se havia um pouco de luz, era o brilho das sardinhas que denunciava a presença de tubarões. Era hora de colocar a rede (30 ou 40 metros de comprimento) e esperar que os tubarões viwaawa bater contra ela. Certo dia, pegamos doze de uma vez, medindo entre 1 e 2,20 metros. Puxávamos a rede, prendíamos o tubarão no flanco do barco, um pescador plantava um gancho em sua boca e outro (eu, nesse caso) lhe dava uns bons golpes de porrete. Nós o içávamos então a bordo. Naquele dia, voltaríamos mais rapidamente ao porto, para dormir um pouco, retirar a pele dos tubarões, as barbatanas para os chineses e dar carne para aqueles que não tinham condição de arranjar alguma coisa de melhor.

A maioria dos pequenos pescadores da Amazônia se dividia entre as águas salgadas ou doces e a “terra firme”, onde mantinham alguns plantios e atividades de colheita e de caça. Os canais de comunicação eram quase todos fluviais, e a maior parte das cidades, vilarejos e casas isoladas da época se situava ao longo dos rios, dos córregos e dos igarapés (caminhos de água) – estes últimos menos largos e menos longos que os córregos, mas que ainda assim podiam alcançar a largura do rio Loire em Anjou. Os plantios das famílias em geral não eram feitos perto de sua habitação, se situando no “centro”, alguns quilômetros para o interior, no meio do que podia parecer ser floresta virgem, mas que de fato era apenas “capoeira”, floresta que se recuperou depois de dez anos. O método de cultivo era a queimada: corte da floresta, queima e plantio, dois ou três anos de exploração e pousio de oito a quinze anos. Quando se punha fogo

numa parcela desmatada na estação seca, eu me surpreendia ao ver o fogo parar na borda da floresta. Seu nome inglês, “rain forest”, floresta de chuva, fazia todo sentido. Desde então, quando eu ia para o norte, na Transamazônica, sempre me perguntava se o fogo ainda pararia a tempo. Quando me disseram, no meio da década de 90, que o fogo tinha penetrado um pouco na floresta, para mim, o sinal de alerta tinha sido dado, e os amigos camponeses estavam de acordo comigo.

Em Salgado, como em todo lugar na Amazônia, o principal cultivo é o da mandioca. Somente no alto Rio Negro, graças aos povos indígenas, existem mais de cem variedades de mandioca, uma grande biodiversidade que pode contribuir significativamente para enfrentar a perspectiva das mudanças climáticas. A mandioca é a base da alimentação no norte do país e representa também uma espécie de poupança, porque pode permanecer no solo durante meses. Ocorrendo uma doença na família, retirava-se a mandioca para fazer uma fornada de farinha. Na região norte tira-se da mandioca o tucupi – seu sumo é espremido no tipiti (cesto de fibras vegetais trançadas) e em seguida é fervido para remover seu veneno –, a tapioca, com a qual fazemos os beijus, e a farinha d’água, obtida depois de deixar a mandioca mergulhada no igarapé para em seguida descascar, amassar e tostar sobre uma placa de dois metros de diâmetro aquecida à lenha.

Por usar óculos, o suor me impedia de ver o que eu estava fazendo quando eu manjava enxada. Assim, me designavam para um posto de trabalho sentado: o preparo da maniva, ou seja, cortar ramos selecionados de mandioca em pedaços de vinte centímetros que eram então enterrados no chão. No meio da mandioca, colocamos feijão ou arroz e melancias. O plantio de malva também era característico dessa região. A casca do caule servia para a confecção de sacos de café, cacau etc. Para remover a casca do caule, os feixes de malva eram deixados imersos na água de poços e igarapés por dias. Com a água pela cintura, o serviço era concluído. Nos anos 30, imigrantes japoneses chegaram ao Norte e começaram a plantar juta ao longo do rio, com a malva perdendo sua importância. A haste descascada de malva se destinava a um propósito mais nobre. Vejamos.

Em Magalhães Barata, tive uma das minhas primeiras lições: O Brasil é ruidoso, o Brasil é o som. Poderia ser a festa de São Benedito ou

outra festa do santo ou de santa devoção da comunidade. Os habitantes dos povoados anunciavam que a festa estava prestes a começar e que era hora de se por a caminho (que podia significar uma ou duas horas de caminhada!). Plantava-se na areia uma haste de malva, na qual era amarrado um pequeno morteiro, e se ateava fogo; o foguete subia bem acima das árvores e o som repercutia de capoeira em capoeira, sendo então substituído pelos gritos dementes dos macacos gritadores (guariba ou bugio) assustados.

Lembrei-me disso quando, em 1993, tive a oportunidade de participar de um ciclo de debates com um grupo de intelectuais e figuras públicas, entre os quais o grande historiador baiano Milton Santos. Quando conversávamos num bar, ele me disse: “Jean Pierre, pare de se preocupar com o mundo rural. O Brasil é urbano... o Brasil é SOM”. Foguetes, ok, mas o motor a diesel que fornecia eletricidade e as canções populares a todo volume (“eu não sou cachorro não, pra viver tão humilhado”, declara o amante traído por sua amada) que nos impediam de dormir, isso não se esquece. Felizmente, em compensação, ouvíamos o carimbó de Cafezal. A vila de Cafezal está localizada no rio Marapanim, mas de seu trapiche (cais-armazém de madeira), aberto a todos os ventos, acredita-se estar diante do mar. As famílias dos pequenos pescadores que vivem na vila são mestiças com forte influência dos negros, o que explica o carimbó. Na época, em Cafezal, dançava-se carimbó apenas uma vez por ano, na festa de São Benedito, alguns dias antes do Natal (ou depois?) – restrição imposta pela Igreja –, mas o que se queria era o prazer. As canções, bastante simples, são ritmadas por um banjo e por tambores escavados em troncos de árvores (com o ritmista sentado sobre ele), e os casais giram ao redor do salão, com as mulheres, por sua vez, girando em torno de seu parceiro... por dias e noites, cantores e ritmistas se revezavam. Fiquei fascinado.

Decidi visitar os amigos oblatos da região de Marabá, no sul do estado, e de lá ir ao Maranhão.

Cheguei a Marabá em plena campanha do exército para acabar com a guerrilha do Araguaia. Os militares haviam chegado ao poder 31 de março de 1964 e tinham imediatamente procedido a uma série de prisões de militantes de esquerda. Nos anos seguintes, os estudantes se mobilizaram e foram, por sua vez, vítimas da ditadura. Alguns se

engajavam em partidos e grupos clandestinos que foram alvo da repressão violenta baseada em tortura e assassinatos, o que se estendeu por um período de quinze anos. Isso poderia parecer distante para quem vivia na região de Salgado, mas o sul do Pará foi palco de uma guerrilha do Partido Comunista do Brasil (PC do B), de linha maoísta, que tinha como objetivo a revolução socialista a partir do campo. Eles ainda não realizavam operações militares; o exército caiu sobre eles antes que chegassem a esse ponto.

Em 1973, os militares, após alguns contratemplos, compreenderam que era necessário se infiltrar no meio, como haviam feito com esses jovens militantes da cidade. Eram cerca de sessenta; quarenta e um foram executados após terem sido capturados. Quase todos estão desaparecidos. O padre Robert Valicourt era então vigário de uma pequena cidade, São Domingos das Latas, hoje São Domingos do Araguaia. Ele se encontrou mais de uma vez com pelo menos um desses guerrilheiros, Oswaldão, que foi preso, decapitado e em seguida pendurado de cabeça para baixo num helicóptero, sendo então exibido para semear o terror. O próprio Robert foi aprisionado por um dia. Os militares também capturavam camponeses e pequenos comerciantes suscetíveis de serem simpáticos aos guerrilheiros. A presença das tropas era ostensiva. Eles nos fizeram descer do ônibus para verificar os nossos documentos. Os padres de Marabá me contaram que um grupo de camponeses tinha sido trancado numa sala, com janelas e portas pregadas, onde foram deixados sem água, num calor sufocante sob o telhado de amianto. Seus gritos petrificaram os vizinhos, mas o silêncio era a regra.

A Transamazônica, que pretendia ligar o nordeste ao oeste da Amazônia (“dos homens sem terra a uma terra sem homens”, disse o presidente, general Médici, em sua posse), passava por Marabá, e eu queria conhecer uma das primeiras vilas rurais (“agrovilas”) construídas pelo governo: Ipiranga.

A estrada era de terra, mas a vila era nova em folha. Má sorte, as pessoas não tinham qualquer desejo de conversar com o visitante, nem mesmo para oferecer um café, como é habitual. A campanha militar produzia seu efeito. Tive de esperar por longas horas para finalmente, alta noite, passar um carro do Instituto de Colonização e Reforma Agrária que me levou de volta à cidade. De Marabá, eu pensava então

em ir a Coroatá, no interior do estado do Maranhão, visitar duas irmãs norte-americanas com quem eu tinha estudado no Rio de Janeiro.

Retomei a Transamazônica em sentido contrário. Na travessia do Araguaia, tive os tornozelos picados por um esquadrão de “borrachudos”. Cada um marcou seu ataque com uma gota de sangue, os pés incharam e ficaram doloridos. Entre o Araguaia e o Xingu atravessamos, à noite e sob a chuva, o Bico do Papagaio, no Tocantins. Nessa estrada de terra enlameada, as horas não passavam. Pouco a pouco, fui sendo tomado pela febre. Pela manhã, era preciso esperar pela balsa que atravessa o Tocantins. Do outro lado, Porto Franco, no povoado pobre nascido com a balsa, já era Maranhão.

Exaurido, decidi interromper a viagem. Uma pensão para viajantes infelizes servia como Estação Rodoviária. Fui desembarcado ali e levado para um quarto com lençóis questionáveis e paredes descascadas. Um médico? Uma farmácia? Um posto de saúde? Não havia nada disso. Fui esquecido e não tinha mais forças. À noite, consegui ir ao banheiro no quintal. Desmaiei e acordei na lama. Finalmente, no dia seguinte, as senhoras da pensão vieram ver o que tinha se passado comigo. Dois dias de infusões e sorrisos compassivos (obrigado) e a febre cedeu um pouco. E eu também não podia morrer assim nessas condições. Tomei o ônibus para Imperatriz, a segunda maior cidade do Maranhão, onde conheci o vigário, com quem simpatizei. Nenhum laboratório em Imperatriz tinha condição de investigar a causa do que aconteceu comigo. Mais tarde, os médicos iriam falar de um dos muitos vírus desconhecidos e tão numerosos na Amazônia. Após uma semana de exames e cuidados, me sentia em forma o suficiente para continuar minha jornada.

Mais uma noite no ônibus, dois dias de descanso e eis que eu já montava numa mula com uma amiga religiosa para percorrer os 24 quilômetros que separam Coroatá de uma vila de pequenos agricultores a fim de fazer com a gente local um tipo de curso de formação da comunidade de base. Apesar do isolamento e da grande pobreza, sua abertura e compreensão das questões econômicas e políticas dos quais dependiam o seu futuro impressionavam. Pobreza ou mesmo miséria, pois o cerco de suas terras por grandes fazendeiros reduzia as superfícies aráveis. E o poder público era totalmente ausente. Quando perguntei pelo banheiro, o nosso anfitrião mostrou o mato e me entregou um ramo

cuja utilidade era bastante óbvia: quando se está agachado, era necessário espantar os porcos que não têm a paciência de esperar pela festa. As refeições consistem de arroz, farinha de mandioca e ovos (uma vez em quatro dias, um frango era dividido em mais de vinte pedaços para que todos pudessem comer). Na volta, eu queria galopar para poupar minhas nádegas feridas na ida, e minha colega só suportava caminhar. Quando chegamos à entrada da cidade, a mula de minha companheira de viagem desmoronou; nós não tínhamos nem mesmo a força, ela de se levantar e eu de desmontar. E pensar que era com esses soldados do exército de Brancaleone⁹ que os camponeses tinham de contar!

De volta a Magalhães Barata, meu colega me informou que iria iniciar os estudos de formação em técnico agrícola na escola técnica da região. Boa ideia, mas eu não me via morando sozinho naquele recanto remoto. Feliz coincidência, outro colega, vigário em Marambaia, na paróquia dos oblatos no subúrbio de Belém, iria fazer um ano de estudos na França, e Elias, que morava com ele, era eletricista numa empresa da cidade. Apenas eu tinha um lugar disponível. Eis o que escrevi naquela época:

O bairro está localizado na única estrada (a Belém-Brasília) que sai da cidade. Foi por muito tempo o bairro mais afastado do centro – e, portanto, um dos mais pobres –, mas faz um ou dois anos que percebemos cidades sendo construídas e barracos nascendo mais adiante. A cidade tem cerca de 50.000 habitantes, quase todos de classes mais baixas. Há apenas uma rua pavimentada. A eletricidade está chegando aos poucos, mas poucas ruas – somente onde um candidato à eleição fez sua propaganda – têm iluminação pública. Serviço de água e esgoto não existe. Saúde: nenhum médico realmente trabalhando na área, mas em breve uma clínica deve ser aberta. Escolas: no ano passado, numa parte do bairro, cerca de mil crianças não frequentavam a escola; apenas uma escola

9 O exército de Brancaleone, comédia satírica do italiano Mario Bellucci (1966). (Nota de Françoise)

secundária (até o terceiro ano francês); não há escola profissional, claro. Vê-se progresso somente na implantação de comércios, transportes e habitação, sinais de uma população já fixada, mas que nada representa aos olhos da administração municipal. Note-se que as cidades que estão sendo construídas no entorno beneficiam de uma infraestrutura que nos é negada, mas não se trata da mesma categoria de população. O trabalho de colegas foi focado em especial na formação de “comunidades de base”. No momento, acompanhamos 17 delas. Defini-las é impossível: elas são, ao mesmo tempo, grupos de amizade e de apoio mútuo, escolas da fé, locais para discussão de problemas do bairro, anexos paroquiais, movimentos de “conscientização”. Certamente, essa é apenas uma etapa: sente-se notadamente a necessidade urgente que há de formar um núcleo mais aberto em cada um desses grupos, ajudando-os a não ver somente o seu pequeno bairro... nosso objetivo é também o de ajudá-los a se tornarem homens e mulheres melhores e, ao mesmo tempo, mais cristãos. Vocês sabem que a situação não torna mais fáceis as coisas. Se a consciência se faz mediante a ação, não é para amanhã, já que qualquer ação é impossível ou perigosa demais para que tenhamos o direito de despertar as pessoas para isso inconsideradamente. Um pequeno fato: diante do aumento excessivo de mensalidades, os habitantes de uma cidade vizinha criaram uma associação de mutuários, o que é juridicamente legal. No entanto, eles foram denunciados como subversivos; seis passaram uma noite na cadeia. Fim de linha. As pessoas são em seu conjunto muito

conscientes da injustiça que sofrem e do absurdo frequente de suas vidas, mas lhes restam muito poucas portas abertas para se libertarem: a solidariedade é impossível; a promoção é apenas um sonho, tenaz, mas ilusório; o consumo é o caminho tomado pela maioria. A TV que temos em casa com 35 francos de entrada ou a bela camisa também comprada a crédito dão a ilusão de ser alguém integrado à sociedade. Creio que é esse o maior êxito do sistema brasileiro: o triunfo da ilusão. Mas isso só é verdade aqui? Nessas condições, as comunidades são muitas vezes o único lugar onde eles são reconhecidos por aquilo que são, onde eles têm responsabilidades. É o negócio deles.

Há quatro meses não encontro ninguém que não seja oriundo de camadas populares (com exceção dos meus colegas e um professor universitário, ex-padre). Vou falar então com vocês apenas do que faz minha alegria e meus aborrecimentos, dos momentos de raiva reprimida e daqueles de esperança quando me pego acreditando na vida que tento compartilhar com os pobres.

O custo de vida: ora rebenta, ora suspira¹⁰. “Não suportamos mais”. A inflação aumenta. Quantas famílias pararam de comer feijão (o mais utilizado na cidade com farinha de mandioca, porque você sempre pode fazer render o caldo). Em açougues não se encontram sobras ou miúdos. Uma jovem mãe me disse: “Minha vizinha (abandonada) e suas cinco crianças (com idades de 7 a 14 anos, nenhuma na escola) se deitam como se levantam, com apenas farinha na barriga, e às vezes um ovo. Felizmente, os pobres ajudam os mais pobres...”

10 O autor provavelmente se refere a um trecho de Jules Michelet em seu livro *O mar*: “O oceano é uma voz. Ele fala com os astros longínquos. Ele fala com a terra, com a praia, dialoga com seus ecos; queixoso ou ameaçador, ele rebenta ou suspira.” (N. do T.)

Passo então a falar das dificuldades que as pessoas têm para encontrar trabalho, da precariedade e da instabilidade desses postos e da falta do cumprimento das leis trabalhistas. E, finalmente, falo de celebrações.

A festa. O mês de junho no Pará, mês de São João, é uma festa contínua, fogos de artifício noite e dia, fogos de São João às centenas toda noite [numa vila no interior de Santarém, mais tarde, jovens tentam me convencer a pisar nas brasas da fogueira de São João com os pés descalços. Não, obrigado. Ainda sou estrangeiro e meus pés não pisaram o suficiente a terra do Pará], danças populares e tradições locais: quadrilhas de jovens e crianças, grupos ricamente fantasiados cantando e dançando a história do boi das terras de criação de gado ou a do pássaro da floresta (no “bumba-meu-boi”, vindo do nordeste, especialmente do Maranhão, o “boi” invade as terras do agricultor que o mata, mas o boi vai ressuscitar; o caçador mata o pássaro, mas os índios vão recolhê-lo e o pássaro vai voltar à vida). Milhares de jovens nas ruas todas as noites. Explosão de ritmos, de cores, de vida. Cécý, uma moça sorridente, me conta: “Durante o dia, em minha casa, é terrível: eu e minha mãe não temos nada a nos dizer uma à outra, meu pai bebe e bate na minha mãe, os problemas da minha irmã abandonada com seus filhos por seu marido, os filhos de minha outra irmã que vêm mendigar o que comer... Só vivo nos fins de semana, quando encontro meu grupo de amigos. Cantar, dançar juntos, é maravilhoso!” O grupo do qual ela faz parte organizou uma festa: quadrilha e baile. Eles conseguiram criar uma atmosfera maravilhosa de acolhimento aos jovens vizinhos e amigos.

Que orgulho eles tinham em face dos adultos inicialmente desconfiados. Creio que eles também tinham uma sensação de vitória: é tão difícil e tão angustiante ser jovem! Como te ajudar, Cécý, a casar a semana e o domingo, a festa e a luta?

Oito meses depois, em março de 1974, outra carta aos amigos e parentes:

Com um pequeno grupo, queremos discutir sobre a escola. A educação pública é gratuita, mas é cheia de problemas. Abdias não estava de acordo com que entremos nisso. Por quê? Há dois anos, na escola em que seus filhos estudavam, ele liderou com outros pais uma pequena ação. A diretora se informou sobre quem estava à frente e seus filhos foram expulsos. Abdias nunca terminou o ensino fundamental, ele veio do campo há 20 anos com sede de aprender e vontade de lutar por uma vida melhor, ou pelo menos para os seus filhos pudessem conhecer outra vida. Nós o compreendemos. Agora, a maioria das “comunidades”, como resultado desse grupo, se lançaram na investigação da situação educacional do bairro, apesar do “de que vale?” das eternas vítimas. Mas em que deserto vai perder o seu clamor?

Eu falava de um grupo. Nós pensamos que era urgente pensar o trabalho em seu conjunto do bairro e realizá-lo com as pessoas daqui (e não apenas padres), esperando que elas pudessem assumir a responsabilidade completa dessa ação. Assim, cinco homens e uma mulher se encontram conosco uma noite por semana (para uma primeira etapa de seis meses). Nosso objetivo é ajudá-los a ter uma visão mais ampla (na França diríamos uma ‘dimensão coletiva’), a

analisar os problemas e situações, e aguçar juízo crítico... É gratificante tanto para nós quanto para eles; por vezes, é dramático. Lembro-me de uma noite, quando eles descobriram que, ao trabalhar na conscientização das pessoas do bairro, a fim de mostrar as situações de injustiça e miséria, eles poderiam ser vítimas de repressão. O tom mudou de repente. Eles começaram a falar baixo. A única mulher presente tinha lágrimas nos olhos. E depois o silêncio: creio que todos tivemos um tipo de ato de fé.

Aonde isso vai nos levar? Não sabemos. Há essa enorme lacuna entre a ação possível (bastante pequena, reduzida a poucas pessoas, numa esquina da rua ou no bairro) e a reflexão mais coletiva; e também a impossibilidade de fazer o que quer que seja a partir da vida profissional. Há o nível educacional (nenhum concluiu a escola primária, que, no entanto, tem a duração de apenas cinco anos, três horas por dia) que nos obriga a procurar – apenas – os meios de formação originais. Há especialmente a quase total falta de apoio da igreja local.

Após 43 anos, pelo menos há um número menor de pessoas em situação de pobreza, as crianças estão na escola, mesmo que ainda forme muitos “analfabetos funcionais”, incapazes de compreender o que leem; existem clínicas por toda parte, mas a saúde continua a ser um problema grave para os pobres; há liberdade, mas a censura da ditadura foi substituída pela matracagem dos meios de comunicação e pelo silêncio sobre a todos aqueles e aquelas que tentam melhorar ou mudar as coisas. Ainda assim, quase tudo é notícia.

E a paróquia? Não precisavam mais de mim, a não ser para as confissões (mas não há pressa) e a missa. Os cristãos tomaram o seu controle e tudo ia bem. E a Igreja? Anos mais tarde, tive a alegria de conhecer o pastor e teólogo Georges Cazales e de preparar para ele uma viagem ao coração do Brasil, incluindo a diocese de Dom Pedro

Casaldaliga, poeta de origem catalã e bispo corajoso, defensor dos pequenos agricultores e dos povos indígenas, perseguido pela ditadura. Ao retornar ao Rio de Janeiro, ele me disse que a experiência de comunidades de base que ele visitou tinha sido formidável, e que a Igreja dos pobres era muito ativa e admirável; que as missas só deixavam a criatividade das pessoas florescer até... o ofertório. Em seguida, prevalecia a rigidez romana.

Se em 1964 a imensa maioria da hierarquia católica e dos “fiéis” havia encorajado o golpe de Estado, as coisas começaram a mudar no final dos anos 60. A Conferência dos Bispos por várias vezes tomou posição contra as exações do regime militar; comunidades de base prosperaram e com elas a “teologia da libertação”; em 1972, os bispos da Amazônia Brasileira (incluindo Dom Pedro) se reuniram em Santarém, produzindo um documento para nos servir como guia. Cautelosamente, eles reconheceram que “as atuais transformações econômicas e sociais da Amazônia, na abertura de novas estradas, na criação de novos núcleos humanos, na difusão dos meios de comunicação social... pode levar a um enriquecimento futuro e, conseqüentemente, à libertação do homem amazônico”. Mas isso para melhor enfatizar que o desenvolvimento estava sendo feito “sem o homem ou contra ele” e que, em particular, violava o direito fundamental à terra. Os bispos afirmaram então que queriam se encarnar na realidade da Amazônia mediante o convívio e o conhecimento dessa realidade. Não parece muito, mas a Igreja Católica foi, durante os anos de chumbo, a única instituição capaz de se opor aos generais.

Eu também queria conhecer melhor a Amazônia e trabalhar de forma a não pesar nas finanças da paróquia. O nosso colega e para sempre o meu grande amigo e mestre, Jean Hébette, reitor da equipe dos oblatos, belga, tornou-se professor da Universidade Federal Belém, integrando também o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (o NAEA). Ele me apresentou ao professor Samuel Sá, um ex-padre, que me contratou para fazer uma pesquisa de campo num projeto sobre a colonização do século XIX, numa pequena vila das proximidades. Um de seus alunos e eu percorremos longamente a vila de Benevides em busca do passado.

A Amazônia brasileira conheceu várias pequenas ondas de imigração estrangeira (portuguesa, italiana, japonesa), mas sobretudo interna, vinda do Ceará e do Maranhão.

Claro, os dois ciclos da borracha, o de 1872-1912, ligado ao surgimento do automóvel, e o de 1942-1945, devido à incapacidade do Ocidente de ter acesso à borracha da Ásia foram os principais motores dessa imigração. Vejam como a Inglaterra estendeu seus tentáculos: ela começou a investir no Brasil na construção de ferrovias. A Amazônia seria contemplada com a lendária (dizem que para cada dormente foi morto um trabalhador!) “Madeira-Mamoré”, que partia de Porto Velho para mergulhar na floresta virgem com a cobiçada borracha; e outra muito menos grandiosa, de 200 quilômetros, ligaria Belém a Bragança. A floresta ainda reinava. Era preciso ocupar a região, uma vez que seria atravessada por um trem não se queria fantasma. De qualquer forma, o governo incentivou a criação de colônias agrícolas que tomariam o lugar da floresta e que praticariam uma agricultura moderna, em lugar dos nativos e dos nordestinos e suas práticas arcaicas. Assim, em Santarém foi criada, entre 1866 e 1877, a Colônia Bom Gosto, formada inicialmente por norte-americanos (entre 160 e 200) vindos do sul dos EUA no fim da Guerra de Secessão. Não obteve êxito, e os nordestinos os substituíram. Foram instalados na Colônia Agrícola Benevides, na entrada da zona Bragantina, entre 1875 e 1876, 214 franceses, num total de 360 estrangeiros. Alguns morreram vítimas da malária, outros partiram para Belém, não suportando a dura vida de desmatamento, abertura de “rotas” e traçado dos limites de lotes da colônia. É um sentimento bizarro encontrar, 100 anos mais tarde, alguns dos seus descendentes, caboclos (nome muitas vezes pejorativo, dado aos mestiços da Amazônia) com olhos azuis, sem memória de suas origens, com a umidade tropical e os insetos tendo apodrecido os documentos e as valises de seus antepassados. Um pesquisador disse que a cidade tinha algo a ver com a migração. Jean Hébette também fala de franceses vindos do Canadá.

Em busca de fragmentos improváveis da história, não recuamos diante de nenhum sacrifício, nem mesmo a travessia de um igarapé num barco tão velho quanto a colônia, conduzido por um jovem balseiro. “Senhorita, tenha a honra. Primeiro as damas”. Chegou

minha vez. Senti uma leve preocupação, e com razão. Depois das primeiras remadas, começamos aos poucos a afundar e, dignamente, com os braços erguidos para manter secos os preciosos documentos – primeiro o dever –, nadei até a margem salvadora, com a gargalhada da minha colega “ricocheteando” nas águas. No meio de um pequeno pasto, tornei a calçar meus sapatos ensopados. “Cuidado, uma cobra!” Ela gritou. Dei um salto e caí sobre o dorso da bela cobra verde, uma “mata-boi”, que pode também matar seres humanos, disseram os agricultores. O professor Samuel acabou escolhendo outro tema de tese e eu não sabia muito bem se os nossos chamados “estudos de campo”, como dizem aqui, estavam servindo a alguma coisa.

Um francês de passagem entrou em contato com a esposa francesa do comandante do espaço aéreo da Amazônia, o tenente-brigadeiro do ar João Camarão. Usando um avião da Força Aérea, ele foi visitar os Tiriyo, um pequeno povo indígena que vive na fronteira com o Suriname, a 900 quilômetros de Belém. Fui convidado a participar. O comandante nos disse que as fronteiras amazônicas são muito bem guardadas pelos índios e pelas missões católicas. Viajamos num avião Búfalo, que embarcou, em Monte Alegre, pequena cidade perto de Santarém, búfalos a serem doados aos Tiriyo, que têm pastagens naturais.

A viagem foi fascinante, pois eu estava hipnotizado por esse tapete florestal contínuo, decorado apenas pelo fio de prata do rio Paru do Oeste e suas magníficas quedas d’água, praticamente inacessíveis. Passamos uma noite com os Tiriyo, que víamos apenas de longe. Eu me perguntava como o brigadeiro faria para transformar caçadores e pescadores nômades em pastores. De acordo com as últimas informações, ainda há búfalos com os Tiriyo. A presença de soldados e da missão franciscana (que se mudou para lá, precisamente, a convite do tenente-brigadeiro Camarão) ajudou a atrair os Tiriyo e outro povo. Eles eram 1.500 na região. Quanto às fronteiras, onde não há vias fluviais, estradas e o acesso é difícil, a tranquilidade reina; o que não é o caso de muitas outras fronteiras, especialmente com o tráfico de drogas, a exploração ilegal de garimpeiros de ouro e a extração ilegal de madeira.

Em meio a tudo isso, vivi uma profunda crise no início de 1974. Eu não me sentia à vontade nessa Igreja de Belém; o número de

mulheres mortas em decorrência do parto me revoltava, me feria e me fazia pensar em outras formas de ação; a solidão pesava; as verminoses me atacavam. Foram descobertas três, mas, apesar de eu me curar, o mal estar continuava. Perdi peso e comecei uma pequena depressão. O encontro com uma jovem precipitou as coisas. No entanto, próximo de meus colegas oblatos, eu não estava isolado em Belém. Mantive diálogo constante com alguns, especialmente com Jean Hébette. Eu gostava de ir de vez em quando conversar com Ananias e sua filha Leo, protetores e conselheiros dos oblatos desde a sua chegada ao Brasil, assim como com um jovem casal francês, Mauro e Annie, que cooperava, e que eu tinha conhecido em 1971, em Drancy, onde moravam. Eu os visitei todas as vezes que fui à França. Sua generosidade nos fazia sentir como numa família italiana, quase como se fôssemos parte dessa família. O pai de Mauro, pedreiro, tinha emigrado como tantos outros. Eles deixaram Belém junto comigo, com Annie grávida. Quinze anos depois, eles retornam ao Brasil com seus três filhos. Voltando de Belém, Annie morreu no Rio de Janeiro vítima de um aneurisma cerebral. Esse destino trágico selou sua ligação indissolúvel com o Brasil.

Parti para a França para me tratar, tomando a decisão de renunciar à minha condição religiosa. Apesar de Belém ter um bom centro de medicina tropical, foi no Instituto de Medicina Tropical de Lille que foram descobertas e tratadas seis variedades de verminoses instaladas no sistema digestivo. Ficaram duas lições. Primeira: a herança colonial da França dotou o país de centros de pesquisa e tratamento que países colonizados não podiam manter. A segunda lição: nem todos podem ser amazônicos. Mas como fazer? Eu estava em Ponta de Pedras, na Ilha de Marajó, a convite do Bispo para uma série de atividades com os alunos da faculdade católica (a única da cidade). Na época, revistas de fotonovelas de amor tinham grande sucesso. Isso me inspirou a construir com eles histórias de suas vidas e as suas aspirações em imagem: Ponta de Pedras era sua prisão, e Belém era a cidade de seus sonhos.

Tirei um dia de folga para visitar uma comunidade localizada a duas horas de caminhada às margens do rio. Naquele dia, eles estavam colhendo feijão num campo comunitário. No caminho perguntei ao representante da comunidade que veio me buscar porque carregava cocos no ombro:

- Os coqueiros não crescem nas suas terras...
- Acabamos de plantar alguns. Esses cocos são para você. O bispo nos pediu para não dar a água de nossos poços para você beber.

De fato, eu não me via levando para os campos, rios e outros locais as garrafas de água mineral ou cocos. Eu tinha pagado bastante caro pela minha escolha. Em dois meses, o sistema digestivo estava totalmente recuperado e a depressão (em grande parte consequência, de acordo com os médicos, das toxinas dos vermes) desapareceu, graças também ao cuidado atento e discreto de papai e de Mamy.

Retornei a Belém com a decisão tomada. Em novembro de 1974, deixei os oblatos que me propuseram o pagamento de um salário mínimo por seis meses. Se eu não encontrasse trabalho nesse tempo, teria de voltar à França. Encontrei uma casa de palafitas cujo aluguel era barato. A maré alta trazia lixo e a maré baixa deixava o mau cheiro. Um mês se passou. Um ex-sindicalista da paróquia, alto funcionário do Banco da Amazônia, quebrado pela ditadura e de volta ao mundo dos negócios, me ofereceu trabalho na exportação de madeira da Amazônia. Não, obrigado, isso cheirava mal. Em meados de dezembro, descobri que um ex-padre holandês e coordenador da FASE. Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional, tinha ouvido falar de mim e queria me conhecer. Então me vi diante de Matheus Otterloo, com dez anos de Amazônia, apesar do sotaque e do português terríveis – até hoje aliás. “Há um lugar vago na equipe da FASE Santarém. Está interessado?”

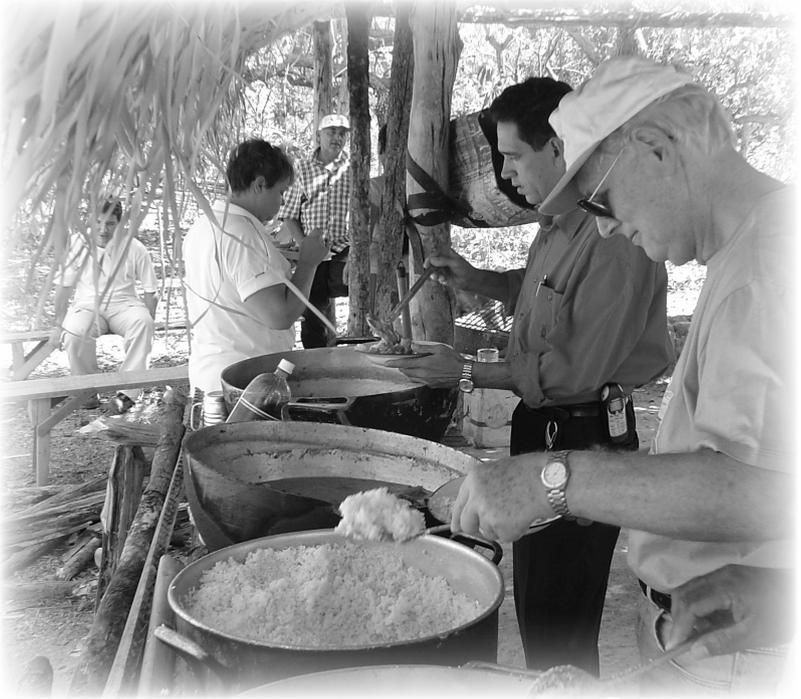
Durante a minha estada no Rio de Janeiro, o padre Edmund Leysing, seu próprio fundador, nos havia apresentado a FASE. Leysing era um oblato americano da comunidade de São Paulo, responsável pela Caritas, uma instituição de caridade ligada à Conferência dos Bispos. Ele queria fazer trabalho social de forma mais independente e fundou a FASE em 1961, pensando reunir nela algumas associações existentes em certas dioceses, mas não obteve êxito. Os fundos provinham de uma rede de apoio que ele havia criado nos Estados Unidos e no Brasil, e das doações nas igrejas. Seu escritório nacional era localizado no Rio de Janeiro e, quando recebi o convite, havia equipes nas regiões do norte (em Belém, Santarém e Abaetetuba, no Rio Tocantins), do nordeste



(Fortaleza, Recife e Garanhuns, no Agreste), do sudeste (Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo) e do sul (Porto Alegre). A palavra de ordem: não dar o peixe, mas ensinar as pessoas a pescar (e lhes dar a vara de pesca, sem molinete, muito caro!).

As equipes estavam presentes junto aos camponeses e aos moradores dos bairros pobres e favelas, e começavam a trabalhar discretamente nos meios operários. Como a FASE estava de todo modo estreitamente ligada à hierarquia da Igreja, não havia nenhum problema com a ditadura. No entanto, muitos de seus educadores tinham sido aprisionados no início dos anos 70 por atividades extra-FASE. Os educadores da FASE tinham participado de um processo de treinamento em Marambaia, e eu tinha apreciado sua intervenção; Matheus Otterloo estava convencido e era muito convincente.

Então, por que não a FASE?



Almoço com a comunidade quilombola de Mata Cavalo, Nossa Senhora do Livramento (MT), em 2004. Foto: Daniel Ribeiro Silvestre

2. Tomado pelas águas. Santarém

Em 1º de Janeiro de 1975, aterrissei em Santarém. Que vista maravilhosa nos dá a aproximação aérea. A “várzea”, uma zona inundável de centenas de braços d’água, canais, ilhas e lagos se arredondam, se esticam e se aguçam preguiçosamente diante de nossos olhos; a cor amarelada do Amazonas contrasta com o azul profundo do Tapajós e o encontro das duas águas; e a floresta ao redor reinava absoluta. Eu compartilhava uma casa com Cristine, minha colega e líder da equipe completada por um técnico agrícola (que servia de *crooner* nas festas e bailes de fim de semana) e um outro chamado, assim como eu e Cristine, de “técnico de educação não-formal”. Para nos situar, o melhor é apresentar como era o município de Santarém naquela época.

Mas antes, quero antecipar uma pergunta que o leitor pode estar se fazendo. Como é possível contar em detalhes de coisas que aconteceram há 40 anos, citando inclusive as pessoas? É porque, na impossibilidade de voltar a morar em Santarém, eu a transformei em objeto de estudo. Deixei Santarém em março de 1977 com uma enorme frustração que só cresceu nos anos seguintes. Por outro lado, percebi que seria importante para mim retomar meus estudos. Por que não estudar, como parte de um mestrado em Educação, o movimento camponês de Santarém?

Em 1985, tirei dois meses de férias para retornar à Santarém. Fiz, então, 49 longas entrevistas e recolhi toda a documentação possível. Um belo dia, fui ao sindicato recolher os documentos bem organizados que contavam a história do movimento, a fim de copiá-los. Na manhã seguinte cedo, um líder sindical me acordou: atearam fogo no sindicato. Tudo foi queimado! Poucos meses depois, eu retornaria a Santarém para a inauguração do novo edifício. Na frente, um banner: “O sindicato somos nós”.

A área da cidade naquela época era 26.058 km². Em 1970, havia 73 mil habitantes no interior e 61 mil na cidade; em 1980, esse número pulou para 80 mil contra 111 mil. Desde então, três municípios foram criados em seu território, que foi reduzido para 16.080 km² (Loire-Atlantique, na França, por exemplo, tem 6.921 km²), habitados por mais de 300 mil pessoas. A cidade se situa nas margens do Tapajós,

no exato encontro das águas. É o ponto de partida para várzeas com amplitude de uma cidade, variando entre 20 e 40 quilômetros, habitadas por muitas comunidades de pescadores/agricultores ali assentados há mais de 100 anos (descendentes de escravos, de povos indígenas desaparecidos e dos nordestinos do ciclo da borracha).

Mas a maior parte da cidade é constituída por “terra firme”. Num raio de 50 quilômetros, sobretudo acima da estrada que leva à pequena hidrelétrica de Curuá-Una, se estabeleceram as famílias camponesas vindas do Nordeste, que produziam legumes, feijão e frutas. As margens do rio Tapajós e de seu principal afluente na margem esquerda, o Arapiuns, foram sendo semeadas algumas comunidades. Na margem direita do Tapajós, as ruínas da Fordlândia e a vila de Belterra (agora um município) davam o testemunho do fracasso do projeto de plantio industrial da *hévéas guianenses*, concebido por Henri Ford. Eles se esqueceram de que na Floresta Amazônica, é sua extrema biodiversidade que torna possível a sobrevida cada planta e de cada árvore. A seleção natural identificada por Darwin não vale para tudo. Tanto na Amazônia como em outros lugares, a cooperação entre as plantas é um poderoso fator de sucesso do conjunto. A plantação homogênea de seringueiras não resistiu aos predadores. Os americanos se foram, deixando para trás seus bangalôs e sua suficiência. Paralela ao Tapajós, a estrada Santarém-Cuiabá seguia na direção da Transamazônica, a 220 quilômetros de Santarém. À direita, entre a estrada e o rio, a Floresta Nacional do Tapajós, a Flona, faz com que poucos pequenos agricultores e “grileiros” tenham se estabelecido ali, mas do outro lado, a floresta começa a diminuir.

O português Pedro Teixeira chegou à região em 1626. O espanhol Orellana havia chegado antes, mas o Tratado de Tordesilhas atribuía a maior parte da Amazônia aos portugueses. Teve início a caça aos índios e sua escravização, para usá-los na colheita de especiarias, na pesca para abastecer os portugueses e também para as funções de pilotos e remadores. Os jesuítas não concordaram, mas, em contrapartida, aceitaram escravidão dos negros. Por essa necessidade, a Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, no século XVIII, incentivou o surgimento de grandes fazendas de produção de cana-de-açúcar e de cacau, produtos que se somam ao peixe-boi salgado, proveniente

dos lagos da várzea. O sistema entrou em declínio no início do século XIX. Os negros começavam a fugir, subindo o Tapajós ou formando quilombos na várzea e na floresta ou na outra margem do rio. A região despertou de seu sono com o primeiro ciclo da borracha, a partir da década de 1870, e a chegada dos nordestinos. Passou-se então a chamar o Tapajós de “rio da borracha”.

A equipe da FASE desenvolveu três programas na cidade: com pequenos agricultores na região de Ituqui, nas vilas do Eixo Forte e com os pequenos horticultores da cidade. Tratava-se de, por um lado, ajudar as famílias a melhorarem suas vidas através de projetos de agricultura e de, por outro, estimular a organização comunitária. Eu me sentia bem encaminhado! Programas, projetos... entramos no jargão da cooperação internacional: escrever projetos para executar programas a fim de obter ajuda financeira destinada a remunerar as pessoas que dedicavam seu tempo a essas coisas e a criar as condições que permitissem realizar esses projetos. Certo, mas o que eram exatamente esses projetos agrícolas?

Voltamos ao princípio. Tudo a ser reaprendido. Fomos a campo.

Na estação chuvosa, não era a distância que importava, pois era a lama que ditava o tempo, e por vezes a chuva torrencial que nos imobilizava no caminho. Um dia, com água acima dos eixos, eu avançava em direção à ponte onde a água escoava abundante, mas não sei que pressentimento me fez sair da “Rural” para ver o estado do lugar. Foi a sorte, pois não havia mais ponte. O igarapé tranquilo tinha se transformado numa torrente na qual nem mesmo a “Mãe d’Água” – uma sereia protetora das águas que, de acordo com moradores de São Braz, frequentava o igarapé – teria se sentindo bem.

Alter do Chão. Nós sempre passávamos dois ou três dias ali, e eu então me perguntava o que estávamos fazendo exatamente. Note-se que nossa presença não era totalmente inútil: ao dar, 20 anos mais tarde, um curso de educação popular no Instituto dos jesuítas no Rio de Janeiro, uma moça se apresentou como sendo de Santarém, mais precisamente de Alter do Chão.

– Qual o seu nome? E o dos seus pais?

– Meu pai é Emílio Sardinha.

– Menina eu segurei você em meus braços no dia seguinte em que você nasceu!

Emilio foi um dos líderes da cidade e eu fiquei contente que o tempo e turismo de Alter do Chão não tenham conseguido apagar a pequena chama que mantivemos acesa naquela época. Recentemente, participei em Belém de uma reunião do Fórum do Pará de organizações da sociedade civil quando uma senhora me interpelou:

– João Pedro, o profeta!? Sou de Alter do Chão e me lembro, ainda muito jovem, de ter ouvido você dizer que não devíamos vender nossas casas e lotes de terra.

Pois é, ligada a Santarém por uma bela estrada pavimentada, Alter do Chão é chamada hoje de Caribe brasileiro, sendo um dos destinos turísticos mais procurados do mundo. Há muito tempo eu não volto a essa cidade. Na última vez, um grupo de jovens que eu tinha conhecido ainda adolescentes me ofereceu um “tracajá”, uma tartaruga de água doce cuja captura é um crime passível de prisão. Não era o momento de diminuir a gentileza deles.

Em 1976, enquanto os ribeirinhos comiam tracajás sem ser molestados, uma vila vizinha organizou para nós, numa das praias do Tapajós, uma *piracaia*, na qual o ápice do banquete consistia em esplêndidas tartarugas grelhadas na lenha em suas carapaças. E lá fomos nós em fila indiana por cinco ou seis quilômetros de estrada, jovens, cães, crianças, pais, mães, avôs e avós, as preciosas tartarugas, jarros de água, o saco de farinha, colheres e pratos. Um desses dias que aquecem seu coração por toda a vida.

Piracaia: como lhes falar do Tapajós sem essa palavra? E não me estendi sobre a beleza do rio azul e de suas praias douradas, salpicadas com pequenos cajueiros que aparecem às centenas após as inundações anuais. À noite, montava-se de uma fogueira na praia; nela nos aquecíamos, grelhando o peixe do dia. (Originalmente, a piracaia era apenas os pescadores fazendo sua refeição na praia. Na época de que falo, não era nada fácil lançar uma rede ou um anzol para trazer o peixe). Tocávamos violão, bebíamos caipirinha e comíamos esse peixe maravilhoso com farinha d’água. E às vezes caíamos no sono numa rede esticada sob um cajueiro. (Intermédio: um amigo belga me perguntou como fazia em Santarém sem um bom vinho e um bom queijo? Com a maior sinceridade e entusiasmo

possível de um recém-convertido, permiti-me responder que um peixe fresco grelhado na brasa acompanhado por uma farinha de mandioca bem torrada me fazia esquecer das delícias do Ocidente).

Notamos a liberdade de muitas mulheres em suas casas e em suas atividades, em contraste com outras regiões do Pará. Seria uma herança indígena? Segura de suas observações, Cristine, a pedido delas, começou uma espécie de curso com as mulheres da vila em que se fazia a piracaia. Nesse curso feminino e um pouco feminista, as mulheres decidiram fazer uma dramatização de suas vidas e apresentá-la numa noite festiva na comunidade. Celebração alegre, iluminada por muitas lamparinas e dois ou três lampiões a gás. Chegou o momento do grande final. Ao humor feminino se sucederam rapidamente a experiência dos pequenos dramas. Surgiram o homem que bebe, o que não ajuda sua esposa, o que bate nela, aquele que gasta tudo e deixa a esposa se virar. Mesmo com os disfarces, os homens se reconheceram; um silêncio pesado se instalou. O festival terminou em clima fúnebre. De nossas redes na sacristia, escutamos por muito tempo as discussões. A introdução ao feminismo em Santarém ficou para mais tarde. Ah! sim, a piracaia que se seguiu foi um grande gesto de reconciliação.

A organização comunitária, que acreditávamos ser o único meio à nossa disposição para promover a educação popular, era quase sempre acompanhada pelo encorajamento para que fosse estabelecido um campo comunitário que permitisse à comunidade ter algum dinheiro para suas atividades. Alter do Chão decidiu criar um campo de mandioca na entrada da vila. Limpeza do terreno, queima, plantio, trabalho para os homens. Fomos fazer para a limpeza do terreno. Essa atividade coletiva requer cuidados especiais, mais exatamente uma bebida cerimonial da cultura indígena, o tarubá, feita de suco de mandioca fermentada. Fazia calor, muito calor. Bebemos água, mas ao meio-dia começamos a ceder à tentação de festejar a união. Às 14 horas, o tarubá nos obrigou a ceder a terra ao sol.

Um longo cais que servia como dique impedia que a cidade fosse atingida pelas enchentes anuais. No burburinho das dezenas de chegadas e partidas, barcos de todos os tamanhos embarcavam açúcar, sal, óleo, querosene, feijão, arroz, ferramentas, pão e outras coisas de difícil acesso, descarregando, ao mesmo tempo, frutas, vegetais, grãos,

mandioca, juta e peixe. Na confusão do vai-e-vem de passageiros, olhei para o nosso “motor”, o barco que levava cerca de 30 residentes da região do Ituqui.

Ituqui são essas ilhas na várzea com várias vilas, mas também, e era esse o nosso destino, a “terra firme”, seis pequenas vilas que reuniam cerca de 200 pessoas e que dispunham de 12 mil hectares de floresta e plantações. A ocupação datava de 1884. Duas ou três horas de descida pela várzea num braço do Amazonas e, diante de nós, se erguia na terra firme a vila de Santana, na qual acostamos sem dificuldade. Nosso destino estava um pouco à frente, em Patos, com acesso mais difícil. Era a estação das chuvas, de enxurradas, e nós bordejamos um pequeno canal até atingirmos a vila.

Nas águas baixas, a história era outra. A viagem confortável terminava num prado inundável. Com as bolsas nas costas, tivemos de arrastar os pés na água. Tibum! Lá estava eu com a bunda molhada. “Foi sorte, disseram meus companheiros. Você pisou num buraco feito por uma arraia. Felizmente ela não estava lá.” Ufa! Uma vez ouvi os gritos dementes de uma mulher que tinha acabado de ser picada pelo ferrão da arraia enquanto lavava roupas. Numa outra vez, as águas começaram a subir, mas ainda era possível andar pela passarela de troncos de palmeiras colocados no prado enlameado. O inconveniente é que as formigas de fogo que fugiam da água como nós também tinham escolhido a passarela; e nós, de sandálias. Pior do que eu, uma senhora idosa passou a noite com febre alta, preocupando toda a vila.

Se em Santana as atividades eram divididas entre a pesca na várzea, imediatamente acessível, e a pequena agricultura, em Patos e nas outras quatro pequenas vilas, todas as famílias se dedicavam à agricultura e à coleta de produtos florestais. Devemos chamá-los de camponeses ou de extrativistas? Extrativistas, sim, porque eles extraem da floresta e das águas o que elas têm a oferecer para alimentação, saúde, beleza, manutenção do lar, vestuário e até mesmo a indústria. Eles também são camponeses porque produzem. Mas o forte ali era mandioca. Seu Alexandre, um líder que rapidamente se tornou um amigo, foi capaz de construir, graças à mandioca, uma pequena casa nos arredores de Santarém para que suas filhas pudessem estudar. Muito necessário! Em Ituqui, creio que havia apenas duas escolas primárias.

Reuniões comunitárias, aprendizagem do cultivo de hortaliças, encontros com mulheres e cursos para ensiná-las a fazer sopa de legumes para as crianças nas escolas, escavação de poços, plantio de laranjais, culturas comunitárias... Nada de espetacular.

Éramos de fato úteis? Um franciscano norte-americano nos havia dado as sementes de um tipo de alface crespa e de abobrinha, que pegou com facilidade, incluindo seu cultivo em hortas na cidade. Assim, o mercado de Santarém foi enriquecido. Pena: vimos pouco a pouco que muitos vinham nos vender montes de abobrinha e de alface americana. Eles nunca tinham visto nem a abobrinha nem a alface frisada e não queriam isso. A cultura comunitária da mandioca? Em Patos, os moradores decidiram pela derrubada de uma bela capoeira. Partiram meu coração. A energia e o tempo investido valeria o sacrifício? Os poços? Seria mais útil na vila de Serra Grande, a mais afastada da várzea, onde não tinha sido encontrada água. Fui até lá uma primeira vez saindo de Patos. Depois de uma hora atravessando floresta, matas, plantações e córregos, nos vimos diante de um paredão de sedimentos antigos de cerca de dez metros de altura. Para chegar à vila, era preciso subir uma escadaria de terra argilosa esculpida na falésia. A chuva a tornou escorregadia; tive dificuldade em controlar o tremor das pernas e me perguntava como faria para descer. As mulheres me disseram que subiam e desciam uma ou várias vezes por dia para buscar água ou lavar roupa.

Em 1974, as pessoas ouviram dizer que a terra pertencia a uma sociedade pecuária, S.A Agropastoril Boiuna Soboí, que a teria comprado de um herdeiro de sesmaria, território distribuído nos séculos XVI ou XVII pela Coroa Portuguesa. Graças à ajuda financeira da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, Sudam, a Soboí recebeu a permissão para desmatar e implantar uma fazenda pecuarista. E assim, no início de 1975, os moradores descobriram que a Soboí tinha começado a abrir um caminho na floresta para demarcar os limites da sua nova propriedade. Eles se queixaram e como única resposta, o Instituto Florestal enviou para a prisão dois supostos líderes, acusados de derrubar a mata sem permissão. Eles foram levados para a cidade por um matador (sim!) convertido em policial e agente do Instituto Florestal.

Quando soubemos disso, Cristine e eu corremos para a prisão. O Comissário ficou insensível aos nossos argumentos e não libertou os

dois agricultores. Decidimos então acampar na sala de espera da delegacia e começamos a importunar a polícia e o comissário. Cristine mostrava um considerável talento na simulação de agitadora, de modo que o comissário finalmente gritou: “Coloquem essa moça para fora daqui ou eu ponho na cela!” Não pensem que isso a intimidou. Era hora de ir dormir, mas na manhã seguinte estávamos lá novamente. Com representantes dos moradores, fomos ver um conselheiro municipal de Ituqui, a quem convencemos a intervir, ainda que ele estivesse ligado ao poder local.

Aconselhamos os camponeses a pedirem assistência jurídica ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais¹¹. Nossa pergunta era: o que fazer para que os camponeses não dependessem sempre de nós? A resposta passava por sua organização, nesse caso pelo Sindicato Camponês. O advogado entrou em juízo com um pedido de confirmação de posse de suas terras para os moradores de Ituqui. As coisas se acalmaram, mas o Instituto Florestal os proibiu de preparar os campos ou as capoeiras para novas plantações. Como era época de queima e o tempo era curto, assegurados pela decisão do juiz, alguns começaram a trabalhar. Três foram denunciados e intimados a depor na delegacia da polícia federal. O conflito aumentou de escala, da polícia local para a Federal! Assim 61 camponeses fretaram um barco e se apresentaram na delegacia para a sua identificação criminal.

– Esperávamos apenas três!

– Mas somos todos culpados! Todo mundo deve ser interrogado.

O delegado e um secretário começaram, portanto, a ingrata tarefa de interrogar os espertos camponeses que levavam horas para declinar seu nome, filiação, endereço, ocupação e o quê fazia a tal da FASE. Antes que chegasse ao fim ou morresse de apoplexia, o delegado mandou todos irem embora. Dois ou três vieram até nossa casa para nos contar a história e gargalharmos todos juntos: “a FASE, como assim, doutor? Ela não tem nada a ver com nossas terras. Só nos ajuda na produção...”.

O que não impediu de correr o rumor de que o comissário tinha dito que Cristine e eu éramos subversivos, que um tal de Jean Pierre usava um nome de código: João Pedro. De fato, era assim que eu era

11 STR era o nome oficial da época, atualmente substituído por STTR – Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadora Rurais.

conhecido (só voltei a ser Jean Pierre no Rio de Janeiro, quando comecei a assinar um monte de papéis). Nós nos tornamos párias. No bar perto do rio onde íamos beber uma cerveja nos fins de semana, quando estávamos em terra firme, as mesas em torno de nós se esvaziavam. Cristine começou a flertar com um tenente que era, notoriamente, o representante do SNI, o Serviço Nacional de Inteligência, em Santarém. Ele lhe disse, sem saber quem ela era, que tinha ido a Ituqui, onde os moradores lhe tinham mostrado poços, hortas e não sei mais o que, e que os membros da FASE eram inocentes.

Em 1977, a Soboí mostrou novamente suas garras ou patas. As pessoas resistiram. Em 2002, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) transformou parte das terras da região num projeto de assentamento, distribuindo aos sem-terra terras públicas ou comprados particulares. Desse modo, davam mais segurança aos habitantes e... inflavam os números da Reforma Agrária. Como se a região não fosse ocupada havia pelo menos 120 anos. De acordo com as últimas informações (final de 2015), parte das terras foram identificadas e registadas como quilombo, colocando um fim na novela... a menos que sejam descobertas jazidas minerais que interessem o mercado mundial.

Os negros que fugiam das fazendas se refugiavam nos lugares os mais inacessíveis e formavam Quilombos, sendo então batizados de quilombolas. Por extensão, até mesmo negros libertos por seus senhores, que muitas vezes lhes davam um pedaço de terra, eram chamados de quilombolas.

A Constituição Brasileira de 1988, chamada de Constituição Cidadã, reconheceu os direitos originários dos povos indígenas e dos descendentes negros de escravos nas terras que ocupavam. Grandes proprietários de terra, muito bem representados no Congresso, tentam por todos os meios restringir esses direitos. Por outro lado, índios e quilombolas lutam incessantemente. Muitos, chamados de caboclos, ou de mestiços, se redescobriram índios ou quilombolas. Eu podia ver em suas fisionomias o respeito demonstrado aos curandeiros, aos rituais quase ocultos, à sua história, e que muitas pessoas de Alter do Chão, de Tapajós, de Arapiuns e das várzeas, que apesar de serem índios, não se reconheciam como tal. Era a maneira deles de resistir: a resignação silenciosa, mas cheia de esperança, em vez de serem apontados como os mais pobres entre os pobres, os

mais desprezíveis. Se o Estado reconhece sua condição, após longos processos iniciados em estudos antropológicos, a menos que a pressão por parte dos grandes fazendeiros e políticos seja demasiado forte e que não sejam previstas barragens, usinas hidrelétricas ou rotas de extração de minerais etc., então os povos indígenas e os quilombolas têm a chance de serem reconhecidos o seu direito de existir. Aliás, ênfase a crueldade de muitas exigências feitas aos negros para que seja reconhecida e formalizada sua existência coletiva e a dos territórios desses supostos brasileiros. Os seus direitos não foram registrados em cartório, eles foram caçados, a história oficial os ignorou, foi-lhes negada educação e seu passado só sobreviveu graças à transmissão oral ou quase... e ainda queriam que eles apresentassem evidências do tempo da escravidão, de como eles tinham sido de fato perseguidos.

Que orgulho para esses habitantes de Itaquí manifestarem sua dignidade e sua liberdade! Que choque descobrir um mundo novo pleno de perigos e inimigos de difícil identificação que não batiam em sua porta, mas que avançavam insidiosamente pela floresta!

Foi na ação que eles descobriram que o agronegócio começou a se interessar pela Amazônia, que os políticos e as instituições públicas eram seus agentes e que não hesitavam em empregar os mais sujos métodos para impor a lei do capital. Mas uma questão nós atormentava. A Soboí era apenas o prenúncio de grandes mudanças. A FASE não seria uma auxiliar eterna. Suas lutas e suas vitórias poderiam ser perdidas mais adiante se não fosse ultrapassado esse ponto que poderia ser apenas fogo de palha. Tinha-se uma pequena ideia de como começar a responder a nossa questão: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), seu nome oficial.

A ditadura havia reprimido com violência o movimento sindical pré-64, mas encorajava um sindicalismo burocrático que, no campo, servia como via de acesso aos centros de saúde e de aposentadoria. Nós não éramos os únicos a tomar decisões importantes. A reflexão que fizemos com dois colegas conselheiros da FASE nacional, de grande experiência, Istavan e Ida Jancsó, nos levaram a propor ao presidente do sindicato, escolhido para o cargo pela elite da cidade, de encarregar a FASE (organização educacional reconhecida pelo Estado e, portanto, acima de qualquer suspeita) da consolidação de delegações locais do sindicato. Pensamos que, longe de seus olhos,

podíamos fazer um trabalho paciente e demorado, de formiga. A intervenção em Itaquí de um advogado escolhido pelo sindicato foi o primeiro passo, mas é claro que nem o presidente nem o advogado nos incluiria em suas ações junto aos camponeses. Esse seria o nosso trabalho, mas como fazer para dar ao STR sua dimensão participativa e política em plena ditadura?

Não fomos os únicos a nos colocar questões. Franciscanos norte-americanos dirigiam a Diocese de Santarém, e muitos deles, além de um ou outro laico, estavam fortemente comprometidos com os pobres. E foi assim que encontramos dois santarenos: Ranulfo, seminarista franciscano que havia estudado em Recife, na diocese de Dom Helder Câmara – o que era um bom sinal –, e Geraldo, seminarista diocesano, que tinha escolhido viver no interior, com pequenos camponeses de origem nordestina.

Que sorte a nossa, não só porque tê-los encontrado contribuía para a qualidade e envergadura de nossa ação, mas também porque houve simpatia mútua e imediata, e assim nos sentiríamos menos sozinhos. Eles pensavam que era muito cedo para fazer um trabalho sindical. Ajudaríamos os camponeses a se organizarem através da pastoral rural, para não atrair muita atenção das autoridades, e consolidaríamos nossa retaguarda.

Ranulfo tinha ouvido dizer que alguns bispos ligados ao campesinato e à teologia da libertação estavam convocando (discretamente) uma reunião em Goiânia, com a ideia de criar uma nova organização vinculada à Conferência dos Bispos: a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Sua tarefa seria ajudar o campesinato a defender seus direitos à terra. Note-se que a maioria, especialmente na região norte, era considerada, na melhor das hipóteses, posseiros, ocupantes de terra, mas sem direitos legais. A maior parte dessa terra não pertencia a ninguém; eram, em princípio, terras públicas, o Estado nunca as tinha registrado, permitindo aos cartórios todos os truques sujos para que alguém com um mínimo de poder político, econômico, ou detentor do poder das armas, se apropriarem delas. Ranulfo foi a Goiânia e, na volta, lançou, em sua passagem por Belém, a CPT regional, e em Santarém, com o apoio decidido do bispo, Dom Tiago Ryan, a CPT local. Passaram-se 40 anos. A CPT ainda está lá. Voltaremos a falar dela.

As famílias de camponeses dependiam totalmente do sindicato para terem acesso à assistência de saúde, e as reclamações eram constantes. Além disso, a questão da terra de Itiqui podia ser repetida. Então, tomamos a iniciativa de preparar dois folhetos que serviriam como ferramenta educacional nas vilas: “O posseiro e da terra” e “O camponês e seu sindicato”. Esse segundo dava o tom: “A água não se mistura com o óleo!” Não parece muito, mas foi o ponto de partida para as pessoas descobrirem como eram desprezadas e exploradas. Como um deles se manifestou e todos concordaram (Marx também o faria): “somos a escada na qual o rico sobe para chegar ao topo”. Nosso método de produção era muito interessante. Eles eram escritos a quatro mãos, outras quatro mãos os questionavam e, em seguida, pedia-se aos camponeses e camponesas para lerem o que foi escrito, para ver se eles tropeçavam em palavras muito complicadas ou desconhecidas, e também para que nos explicassem o que compreendiam. Esse folheto tem sido usado há anos em diferentes partes do Brasil.

Em seguida, tivemos três pontos de ancoragem: Itiqui, o Eixo Forte e uma região do Planalto onde habitavam nossos dois parceiros. Era pouco.

Muitas vezes, falávamos de visitar os colonos de Transamazônica. Um encontro de catequese na comunidade de Linha Gaúcha, assim chamada por ter sido ocupada por camponeses originários do Rio Grande do Sul, nos daria a oportunidade conhecer mais gente.

Eram 220 quilômetros de terra até Rurópolis na intersecção da Transamazônica e, em seguida, mais 20 ou 30 quilômetros de distância. Devia ser final de 1975 ou início de 1976, Cristine tinha deixado a equipe da FASE e nos tinha sido enviada uma moça que chegou vestindo um shortinho. Vocês podem imaginar o efeito! Os colonos que iríamos conhecer tinham chegado em setembro de 1972. Como me disse o pai de uma família gaúcha descendente de alemães: “Pensávamos chegar no paraíso, e encontramos dois quilômetros do inferno”. Eles, pelo menos, haviam chegado na Amazônia de avião (3 mil quilômetros), mas os nordestinos só tinham direito ao “pau de arara”¹² (1.500 quilômetros). Esses gaúchos foram desembarcados

12 Em português no original. A expressão se origina no suporte de madeira no qual são conduzidos, a fim de que sejam vendidos, papagaios e araras. Por extensão, a expressão passou a ser utilizada para caracterizar o caminhão que transporta retirantes nordestinos. (N. do T.)

dos caminhões à meia-noite, na escuridão, com suas bagagens, ferramentas, na borda da estrada, sem água, e foram informados de que seu lote de terra estava ali. Ao amanhecer apareceu a estrada e a floresta. Nos dias e semanas que se seguiram, eles tiveram de aprender a dobrar folhas de palmeira para o telhado de seu casebre (trouxeram algumas pranchas para eles) não deixar passar a chuva. Além disso, descobriram que setembro não é mês de plantio, que o solo nada tem a ver com o de sua terra natal e que nem o trigo do sul nem as vagens do nordeste crescem na Amazônia. A colonização da Amazônia brasileira era um projeto da ditadura. A ausência de Reforma Agrária, os crescentes protestos de camponeses do nordeste contra essa situação e a decisão do governo da época de realizá-la havia contribuído para o golpe de Estado de 1964. A “gente de bem” tinha muito medo do comunismo. O que de mais grandioso do que para rasgar a selva, “terra sem povo”, desde que se omita suas centenas de povos indígenas, e aí instalar esses bravos homens sem terra?

Quem eram eles? Os nordestinos, os fortes, que resistiam à seca e já tinham fornecido contingentes para a extração da borracha. E a gente do sul, descendentes de imigrantes alemães, poloneses ou italianos do século XIX, cujas terras tinham encolhido ao longo de gerações. Mas por que ir buscá-los tão longe?

Digamos baixinho: “os nordestinos não se tornaram bons camponeses na Amazônia; eles se contentavam com pouco e seus métodos de produção eram primitivos; era melhor trazer os do sul, esses homens fortes que fizeram do Rio Grande do Sul um rico celeiro”. Os governos facilitaram uma colonização privada em Mato Grosso, doando terras para empresas do setor imobiliário, e implantaram uma colonização oficial no que se tornou o estado de Rondônia e, sobretudo, na Transamazônica. Desde o início, apesar do discurso oficial, aqueles que estavam ao lado do campesinato e dos povos da Amazônia – pesquisadores, agentes da pastoral da Igreja católica e de Associações, militantes – perceberam que o governo tinha outro projeto para a Amazônia: a ocupação extensa por grandes fazendeiros, empresários madeireiros e do agronegócio. Foi nessa ocasião que foi criada uma agência de desenvolvimento especificamente para essa finalidade: a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia,

Sudam. A Soboi, no Ituqui, foi uma precursora. O Incra parou de instalar novos colonos e deixou que se instalassem os posseiros sem lhes dar título de propriedade.

Vamos voltar ao início. Tudo foi cuidadosamente esboçado pelo Instituto de Reforma Agrária, que detinha tutela do projeto e se sentia mestre, chefe e proprietário dos migrantes. O desenho de lotes de cem hectares se parecia com espinhas de peixe: lotes ao longo da pista principal, e vicinais que penetravam na floresta com outros lotes para os menos afortunados. A burocracia não procurou saber se esses lotes eram adequados para a agricultura. O burocrata de plantão desenhava linhas retas no papel e dava nomes a elas. Em intervalos regulares, ele colocava um nome no traçado da estrada para indicar onde seria construída ou não a cidade de residência dos camponeses locais. Das cidades previstas, a única a ser de fato iniciada foi justamente Rurópolis.

Em 12 de abril de 1974, o presidente ditador general Médici foi inaugurar Rurópolis. Era necessário, claro, que tudo se passasse com perfeição. Posseiros nordestinos, trabalhadores demitidos ao final das grandes obras e pequenos comerciantes tinham construído ao lado de uma vila apropriadamente chamada de “Vila da Palha”, e que não cabia muito bem dentro do quadro. Pouco importava. Em 3 de fevereiro, quando havia apenas mulheres, crianças e idosos na vila, enquanto os homens trabalhavam nos campos ou no comércio, guardas, sob o comando dos responsáveis por Rurópolis, incendiaram os casebres e, como chovia, jogaram gasolina para completar a tarefa. A maioria perdeu tudo, porque tinham sido informados de que não se faria nada contra eles antes de discutirem o assunto. Algumas mulheres saíram pela porta dos fundos enquanto o fogo avançava pela porta da frente; idosos e idosas sentavam-se como miseráveis na lama ou sob lonas que começaram a ser distribuídas; famílias fugiam aterrorizadas para seus campos a 20 quilômetros dali... Após o incêndio, foi a vez dos tratores empurrarem o que sobrou para um enorme buraco aberto para essa finalidade. O bandido que assumia o papel de prefeito e o “doutor” encarregado adornar a cidade podiam começar o trabalho. Eles semearam com arroz todos os espaços livres. Quando Médici apareceu, o verde suave do arrozal produziu um



belo efeito diante do verde profundo da floresta e do verde oliva dos uniformes militares. Um detalhe: os colonos não receberam as sementes de arroz que tinham sido prometidas.

Fomos visitar uma família nordestina detentora de um lote na estrada. Sem sorte. Vejam o lote que lhe tinha sido atribuído pelo Incra: uma colina ingrata onde nada crescia. Nosso 4x4 teve muita dificuldade para subir a rampa para a sua casa. O colono me explicou o seu desapontamento. Ele pegou a terra nas mãos e a esfarelou. “Mas isso não tem nada a ver com a terra que eu deixei no Ceará. Mas é verdade. Aqui é a Amazônia.” Ainda assim, ele tinha plantado mandioca, mas sem sucesso. Em 1975/76, a derrubada ainda era insignificante. Assombroso! Do alto da colina, cosmonauta de terras equatoriais longínquas, descobri que a floresta soberana reverberando sob o sol era de azul intenso. Sim, azul; quase nunca acreditam em mim.

Quando fizemos nossa entrada triunfal – graças ao “shortinho” – no pátio do lote da família Ganzer, era hora de refeição. Quê? Esse enorme pão branco? E feito no forno desse fogão magnífico? Os gaúchos tinham enfrentado todos os sacrifícios, mas o pão de trigo era sagrado. Eles chamavam a estrada de Transamargura. Abusos do exército, arbitrariedades do Incra, erros e malversações da cooperativa, estradas e caminhos bloqueados pela água e a malária (a vicinal dos “polacos” tinha sido completamente dizimada) teria sido apenas um rosário de catástrofes se eles não tivessem tomado o seu destino em mãos com uma coragem extraordinária. No dia seguinte, saímos dali depois de identificar algumas pessoas que nos tinham impressionado. Nós nos veríamos novamente.

Em 1976, Fleury, que chegava do estado do Ceará, se juntou à equipe da FASE. Ela iria se dedicar a ampliar nosso raio de ação no Tapajós, particularmente em Arapiuns, seu afluente de águas negras. Essas vilas corriam sério risco de terem parte de suas terras amputadas. Na margem direita, o Instituto Florestal queria expulsar as comunidades que aos poucos ganhavam a Floresta Nacional do Tapajós (Flona). O certo era dizer que a Flona invadia as terras da população ribeirinha. Até hoje, burocratas “verdes” põem no papel e registram parques como se não houvesse ninguém ali, ao passo

que, na maior parte do tempo, os povos e comunidades instalados nesses locais preservam esses espaços melhor do que o Estado. Na margem esquerda, a Sudam ofereceu grandes trechos florestais a duas madeireiras fingindo ignorar a existência de comunidades tradicionais. Essas pessoas lutaram e conseguiram manter para eles 10 quilômetros de terreno a partir da margem do lado da Flona e 13,5 quilômetros do outro lado do Tapajós.

Na época, nenhuma das comunidades que se espalhava por essas margens se reconhecia como indígena. De fato, algumas eram compostas por descendentes de nordestinos que chegaram no século XIX para a extração de borracha, mas outras eram indígenas, sem que nunca tenha sido mencionada essa condição. Ser índio era sinônimo de perseguição, de marginalização e de desprezo. Além disso, a Igreja Católica, onipresente, por muito tempo proibiu as manifestações culturais e religiosos indígenas.

Recentemente, uma série de comunidades remotas no rio Maró, afluente do Arapiuns, declarou pertencer a duas etnias, os Borari e os Arapium. Em Alter do Chão, imaginei que isso iria um dia acontecer. Em 1723, os jesuítas haviam reagrupado ali a maior parte dos Borari. O retorno da festa do Sairé foi para mim o maior sinal de que os habitantes de Alter do Chão estavam redescobrando os índios. No alvorecer, os jovens vão para a floresta, cortam o mais bonito e viçoso tronco e o levam para aldeia numa vibrante procissão. Adornado, o tronco é erguido no meio da praça, no centro de danças, cantos e festividades culinárias. Mais tarde, ocorre a procissão. À frente, uma mulher carrega o símbolo do Sairé: um semicírculo trançado em cipó e ornado com fitas e três cruces, simbolizando a Santíssima Trindade. Todos estão ligados aos céus e à terra. E eu me lembrei de Mircea Eliade.

Estou escrevendo esse texto em janeiro de 2016. No ano passado, o juiz federal local emitiu uma sentença negando a identidade indígena dos Borari e dos Arapium (apesar das 250 páginas de estudos antropológicos que comprovam seus direitos), mas o tribunal de Justiça Federal do Pará acaba de cancelar essa sentença. Resta agora à Fundação Nacional do Índio (Funai) determinar os limites exatos da Terra Indígena (TI) Maró. Quanto a Alter do Chão, se não há nenhuma dúvida sobre a identidade da maioria de seus habitantes, delimitar uma

TI será mais difícil, por causa do turismo e dos não-índios, muitas vezes instalados há muito tempo. Resolver de forma definitiva vai depender da força política dos vários envolvidos. A Secretaria (equivalente a um ministério em nível estadual) para o meio ambiente e desenvolvimento do Estado do Pará reconheceu títulos provisórios de terra aos criadores e madeireiros na TI Maró, e milhares de metros cúbicos de madeira preciosa descem o rio Maró sob o olhar impotente dos índios.

No fim de 1975, nós havíamos organizado com a Pastoral Social um grande encontro de líderes, cujo tema era o sindicato. Tudo parecia pronto para iniciar um trabalho de formação sistemática, com a ideia de apresentar uma lista de candidatos para as eleições sindicais de 1977. Ao deixar Santarém, em março de 1977, não pude assistir à derrota do nosso projeto. Em resumo, não tínhamos dado a devida atenção ao fato de que a Pastoral era pública e que não faltaria gente para informar ao presidente em exercício que queriam tomar o seu lugar. Além disso, onde ele tinha seus partidários, entre os nordestinos do planalto, tivemos muito pouca influência.

Naquele ano, Ranulfo foi buscar em Pernambuco Antonio Vieira, um educador e militante político de grande experiência, que havia trabalhado com Dom Helder Câmara junto aos cortadores de cana-de-açúcar, que tinha sido preso e brutalmente torturado pela ditadura, precisando então de se distanciar um pouco. Com ele, mas também graças à equipe e às centenas de jovens, mulheres e homens em toda a cidade, desenvolveu-se um trabalho exemplar de educação e de organização que levou à surpreendente vitória – pois tudo foi feito com a máxima discrição – da “Corrente Sindical Lavradores Unidos”, cujo símbolo era a lamparina, essa lâmpada miserável de latão que fedia a querosene, mas que inspirava o camponês poeta: “Assim como vem a noite, vem o amanhecer. Nunca é tarde demais para a luz nascer”.

Vou poupá-los dessa história. Um americano, ao lê-la 25 anos depois de escrita, me disse que eu deveria tê-la publicado nos EUA. Eu a tinha enviado a um francês, editor de uma Fundação, que não demonstrou interesse em publicar. O que vocês leram aqui são os fragmentos dessa grande história de lutas, fracassos e conquistas, da revelação da opressão, da covardia e do egoísmo dos poderosos – do dia e dos séculos – cujos corações têm a dimensão de suas carteiras,

mas também falamos da grandeza humana. E os nossos cineastas que reduziram o mundo às dimensões de seus umbigos, sua vaidade e suas contas bancárias.

Ainda assim, não posso resistir ao desejo de lhes falar dos pequenos pescadores, camponeses, colhedores, tão numerosos em Santarém, e que fazem parte dessa história. A Marinha nacional tem o monopólio de tudo o que tem a ver com água no Brasil, tendo também longa tradição de presença na Amazônia brasileira. Para enquadrar os pescadores, ela criou “colônias de pesca.” Em Santarém, havia a Colônia Z 20, que não estava interessada em seus principais problemas: a concorrência da pesca industrial que com suas imensas redes esgotava os rios e os lagos, ou os barcos pesqueiros que compravam a produção direto nos locais de pesca para grande prejuízo das vilas e da cidade, ou ainda as disputas entre pescadores. A maioria dos pescadores havia se unido ao movimento dos trabalhadores na segunda metade dos anos 70, mas faltava a eles um movimento e uma organização próprios. Descobri tudo isso no decorrer dos encontros e das discussões.

A chegada na equipe da FASE, creio que em 1979, de um americano já brasileiro, Todd, que conhecia bem a vida dos pequenos pescadores brasileiros, ajudou a mudar as coisas. Os dirigentes da colônia local (o presidente era um comerciante e criador de búfalos) não cederam facilmente o terreno, mas em 1982, eles cometeram um erro fatal: não fizeram a tradicional procissão de São Pedro: um presente para o movimento. Os líderes produziram um “milagre”: a estátua de São Pedro, mantido sob sete chaves na sede da Colônia, apareceu na rua e a procissão foi realizada. Começou então uma longa batalha para preservar os locais de pesca e para a manutenção dos direitos dos pequenos pescadores, que continua ainda hoje.

Todo mundo fabrica sua própria Amazônia para momentos de devaneio, para poder respirar um pouco, ou para reafirmar o sentido de pertencimento a essa terra e sua gente. Eu tinha duas: a primeira nunca parou de crescer, composta por centenas de amigas e amigos ao longo do tempo, esquecidos ou escondidos na memória, como um rumor longínquo ou uma fulguração aguda, tão distantes e tão próximos no tempo e no espaço, e subitamente concentrados num estreitamento espaço-temporal do coração e da memória à maneira do nosso universo einsteiniano.

Minha outra Amazônia, eu a inventei no cais da vila, onde eu me sentava, com as pernas balançando acima da areia ou da água, por vezes à noite, mas especialmente nos domingos tranquilos antes que os moradores das várzeas que vinham passar o fim de semana na cidade voltassem para casa. À minha esquerda, o sol se punha em sequência sobre o Tapajós, tão amplo e longínquo a ponto de se fundir com o céu e o horizonte. Céu glorioso da Amazônia, de púrpura e ouro, de seda e brocado, aço e chumbo atenuados pela umidade no ar. Esquecemos dos verdes sombrios e opressivos, esses paredões insondáveis que renegam os horizontes. E, ainda assim, seu excesso nos agarra, pois a floresta nos nega o direito de ser um simples espectador. Um vento uivante percorre o dossel florestal, mergulha e toma posse de tudo o que vive e se move. O fôlego se encurta: e que seja bem vinda a chuva, a “chuva branca”, que estende sua cortina impenetrável por cima de todas as coisas e todos os seres por horas e dias, impregnando-os como esponjas. Basta, é demais! Volto à doçura do cais, meu porto seguro.

À minha frente, eu imaginava o encontro entre as águas amareladas e azuis, delimitadas por uma ilha em formação que lhes indicava o caminho e suavizava o abraço. Um dia, desfilou trêmula ao longe, sobre o rio Amazonas, uma imponente ilha flutuante que se destacou da várzea, com suas árvores e seus mastros despojados, uma jangada carregada com todos os fracassos dos *conquistadores*, de onde emanava um clamor de desespero. Certamente, pensei em Francisco de Orellana, que desceu do Peru e chegou ao Atlântico, entre 1541 e 1542; ou no cineasta Werner Herzog (“Fitzcarraldo” e “Aguirre, a Cólera dos Deuses”) e seu alucinado ator Klaus Kinski mergulhando o público no delírio e no excesso do paraíso perdido de mil tesouros de ouro e prata, inferno amazônico para aqueles que o cobiçam e nele se arriscam. Eu ainda não tinha lido naquela época o escritor e militar Euclides da Cunha, que, no início do século XX, em missão oficial nas fronteiras do norte, disse que “realmente, a Amazônia ainda é a última página do Gênesis a ser escrita”. Ilhas nascem e outras desaparecem, canais se abrem, margens desmoram e com elas fileiras de casas de varzeanos afundam nas águas... Em Santana, um dia, uma dessas ilhas flutuantes, felizmente não muito grande, veio encalhar onde os

homens se banhavam. E assim, para ajudar, fomos todos ao local, com os nossos facões quando um pequeno crocodilo de um metro passou entre minhas pernas. Se tivesse sido um adulto...

Desejamos estabelecer contato com as vilas das redondezas, sob a influência de Santarém. Para isso, só podíamos contar com a Igreja. Uma noite, embarcamos para Óbidos, do outro lado do rio e de sua “garganta”, porque era o local em que as margens do rio são mais estreitas (1.800 metros) e seu canal mais profundo (mais de 100 metros). Os portugueses tinham construído nesse local estratégico um forte ainda intacto. Em outra oportunidade, fomos a Monte Alegre. Ao se aproximar o fim de tarde, vi um dos mais belos espetáculos de minha vida: milhares de garças brancas, grandes e pequenas, chegando de todos os horizontes da imensa várzea para se aninharem nas árvores do sopé da falésia sobre a qual a cidade foi construída. De Monte Alegre, fomos de carro até Prainha, contemplando, de passagem, os desenhos rupestres datados de 11.200 anos, abandonados e entregues ao vandalismo. A floresta Amazônica surgiu há cerca de 55 milhões de anos e começou a ser povoada há cerca de 11.200 anos. Um desvio por uma esplêndida e bela cachoeira onde escorreguei e machuquei minha perna... enfim, a casa do prefeito, criador de búfalo na várzea, o que lhe permitiu fazer deliciosos queijos que não tinha nem mesmo o tempo de embolorar sob nossos olhos....

Eu gostaria de ter feito os outros belos passeios em cidades próximas, mas logo me dei conta de que não eram nada úteis. De volta a Monte Alegre, a perna inflamada, tive de ir a uma clínica para fazer um curativo. No dia seguinte, o farmacêutico cuidou do ferimento e me deu uma medicação. Como a comunidade esperava por mim, pensei que poderia viajar sem problemas. Dois dias depois, o farmacêutico veio limpar a ferida e sua tesoura penetrou até o osso. Fui ao hospital: não havia médico de plantão. “Volte amanhã”. No dia seguinte, uma nefasta cobra azul percorria toda a minha perna, subindo até minhas axilas. Decidi me tratar com um médico franciscano americano. Ele montou a Operação Esperança: um barco repleto de equipamentos médicos que ia de comunidade em comunidade prestar socorro às pessoas que de outra forma só têm como recurso ir para a cidade, onde é muito comum que encontrem a porta fechada, como tinha

acontecido comigo na véspera. O problema é que o diploma do padre não era reconhecido no Brasil e, portanto, ele estava sendo perseguido por exercício ilegal da medicina. Saí de sua pequena clínica entupido de antibióticos norte-americanos, mais morto do que vivo. As amigas que se revezavam na minha cabeceira me disseram que delirei por dois dias e três noites. Foi por pouco.

Não estávamos isolados, recebíamos visitas de nosso coordenador de Belém e de conselheiros do Rio. Além disso, alguns estudantes de antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro tinham escolhido o Pará como um lugar de estudo do campesinato, já que seu professor, Otávio Velho, tinha estudado em Marabá. Um deles deu a sua dissertação de mestrado o seguinte título: “Os curupiras se foram”¹³.

Assim, em 1976, os próprios povos da floresta pressentiram que as coisas estavam mudando. Eu era o consultor local dessa aluna, um tipo de introdutor aos costumes locais e aos habitantes, explicando a ela esse outro Brasil que era a Amazônia. Era bastante pretensioso, mas eu não a tinha procurado, e cabia a ela fazer as verificações para se aprofundar. No Rio de Janeiro, durante uma reunião dos coordenadores da FASE, na praia de Ipanema, ela me apresentou a seus amigos: “Esse aqui é o João Pedro, o consultor local de quem lhes falei”. Percebi alguma surpresa nos rostos. Eles esperavam ver um sólido caboclo amazônico e não esse branco avermelhado pelo sol do Tapajós.

Eu também tinha sido contratado como guia de uma agência de viagens para acompanhar seus clientes franceses, na esperança de que os agentes da ditadura vissem em mim algo diferente de um “subversivo”. Assim, na companhia de dirigentes da imprensa e de editoras francesas, como o CEO da Hachette, sobrevoei o Tapajós, uma parte da Transamazônica e vi em Itaituba, na intersecção do Tapajós com a estrada, uma enorme fila de pequenos monomotores abastecendo os garimpos de ouro, que, sem nenhum controle, saqueavam a floresta e contaminavam as águas e os peixes com mercúrio; e, por fim, bebi com eles um velho Chivas e comi um peixe excelente, que eu recomendo: o

13 O curupira é um ser sobrenatural que habita as florestas a fim de proteger plantas e animais dos caçadores. Ele foge dos humanos e por isso não tive oportunidade de encontrá-lo, mas ele é descrito como um menino ruivo, com os pés virados ao contrário (o que lhe serviria para enganar os caçadores).

Surubim. Durante um ano recebi várias publicações “de esquerda, não é, depois de tudo que você nos mostrou e disse?”

Um dia, em 1976, João Santos, intelectual de Santarém, historiador autodidata, secretário do bispo, me convidou para passar uma tarde com ele e com Jorge Amado e sua esposa, Zélia Gattai, na escala de sua viagem de barco de Belém a Manaus. Eu disse ao escritor que aproveitava as longas horas de barco para ler seus livros e melhorar o meu português. Mas me contive para não dizer que antes eu tinha tentado ler Guimarães Rosa, mas o brilhante autor de *Grande Sertão: Veredas* ainda era muito difícil para mim.

– Seu Jorge, tenho uma pergunta: Por que você não escreve um romance amazônico?

– Só sei escrever sobre o que conheço.

Na verdade, com ele, nos sentimos na primeira metade do século XX, em meio aos “coronéis” da Bahia – proprietários de plantação de cacau –, às lutas pelo poder e numa atmosfera impregnada de sensualidade. Não admira que Jorge Amado tenha escolhido como lembrança para distribuir aos amigos um artesanato de pornografia popular. No entanto, havia mais originais: as cabaças, ou cuias, com desenhos gravados, originalmente feitas por artesãos em Monte Alegre, mas não tão engraçadas como as cabeças de índios num pequeno barril. Ao pressionar a cabeça aparecia... vocês sabem o quê. Se esses bonecos ainda são feitos, felizmente não é mais com a cabeça dos índios.

Leo me enviava de Belém a revista do cartunista Henfil: o *Fradim*, um *padreco*, religioso, cínico e debochado, que punha o dedo nas feridas, acentuando a condição humana de pobreza vivida no nordeste do Brasil. Como os censores não eram capazes de interpretar as imagens e os textos de Henfil, eles era publicados. Ao contrário, os grandes cantores e compositores eram submetidos a uma censura minuciosa, que muitas vezes não estava à altura de sua imaginação. Cheguei em Belém e tomei o ônibus para o bairro de São Braz, onde vivia Jean Hébette, que me hospedava quando eu estava de passagem. Os ônibus, os gritos dos camelôs, os alto-falantes das lojas em busca de clientes, gente por toda a parte... Santarém é o interior do país! E acima de tudo o falatório: as vozes de Milton Nascimento e de Chico Buarque:

Pai, afasta de mim esse cálice de vinho tinto de sangue...

Como beber dessa bebida amarga,
 tragar a dor, engolir a labuta,
 mesma calada a boca resta o peito
 silêncio na cidade não se escuta.

O título da canção, Cálice, soa como “cale-se”: cale a boca. Os censores viram nela apenas uma bela canção de inspiração religiosa, o que, alias, ela também é.

Então, em seguida, o alto-falante impõe a todos outra canção:
O que será, que será?

*O que será que me dá
 Que me bole por dentro, será que me dá
 Que brota à flor da pele, será que me dá
 E que me sobe às faces e me faz corar
 E que me salta aos olhos a me atraíçoar
 E que me aperta o peito e me faz confessar
 O que não tem mais jeito de dissimular
 E que nem é direito ninguém recusar
 E que me faz mendigo, me faz suplicar
 O que não tem medida, nem nunca terá
 O que não tem remédio, nem nunca terá
 O que não tem receita¹⁴.*

Eu corri e comprei o álbum *Minas Gerais*. Era isso, esse era o meu destino. Ser consultor local de antropólogos não me desagradava, mas o que eu queria era me tornar eu mesmo antropólogo.

Assim, em junho de 1976, fui a São João del Rei, velha cidade do ciclo do ouro, onde havia uma faculdade da congregação salesiana, na qual, depois de dois meses de curso, obtive meu diploma brasileiro de licenciado em filosofia. Meu conhecimento em filosofia não aumentou, mas em compensação! Os cursos de férias reuniam em suas especializações, tanto professoras e professores primários do Estado quanto sacerdotes e ex-padres. No intervalo, uma professora veio até mim e perguntou:

¹⁴ O autor, na versão em francês da música de Chico Buarque, omitiu a repetição de algumas frases. Preferimos colocar aqui a versão original da música. (N. do T.)

- Você é Padre?
- Não, ex-padre.

E ela, virando-se para um pequeno grupo de colegas, mais distantes:

- É um padre “gorado”!
- O quê? O que isso quer dizer?
- Gorado? É quando um pinto no ovo não chega a ser incubado.
- Oh!, obrigado. Você está fazendo um curso aqui, há quanto tempo? blablablá... Meu nome é Jean Pierre, mas sou conhecido como João Pedro. E você?
- Noêmia.
- Muito Prazer. A gente vai se rever por aqui qualquer dia desses.

Soube mais tarde que as amigas de Noêmia estavam pagando o almoço para aquela que tivesse coragem de ir perguntar quem era esse belo rapaz de pulôver azul – sim, era eu!

Férias de janeiro, em 1977; São João del Rei novamente. Até encontrei algumas moças com as quais que eu poderia pensar em formar uma família, mas sempre surgia algum obstáculo ou outro. Então, eu estava flertando com uma professora primária que levava seus estudos mais a sério do que eu. Sozinho e ocioso na sexta-feira à noite, eu estava na frente de um bar de onde saíam algumas moças, incluindo Noêmia, que veio falar comigo: “Vamos dançar numa boate. Você não quer vir com a gente?” Era a única coisa que eu queria. Dançamos e principalmente conversamos por toda a noite. De madrugada, nós nos beijamos na saída, sob os ramos de hibisco e o canto das aves, e eu pensei: é com ela que eu vou me casar. Restava-nos pouco tempo para viver juntos a nossa descoberta e a fazer germinar “à flor da pele”. De volta a Santarém, eu me dei conta da distância que nos separava.

Em fevereiro, Matheus, meu coordenador, me pediu para deixar Santarém. Com a chegada de um agrônomo e, em seguida, a de Antonio Vieira, havia sido formada uma boa equipe. Mas eu não tinha nenhuma vontade de sair de Santarém, pois começava a me sentir

em casa. Havia, porém, uma questão; somos quem somos. Minha vida religiosa tinha incutido em mim a disponibilidade para responder às missões que me eram confiadas. “É no Maranhão que a FASE precisa de você.” Que história!

Um membro do Conselho de Administração da Ciba-Geigy (empresa farmacêutica que se fundiu com a Sandoz e se tornou Novartis), benfeitor da FASE (nosso fundador sabia como fazer para mobilizar os patrões), tinha convencido seu Conselho a financiar a fundo perdido, por três anos, um programa de formação em agricultura destinado aos pequenos camponeses de Santa Luzia, no Maranhão. Havia ali uma pequena equipe (um técnico agrícola e uma educadora advinda dos movimentos católicos de São Luís, coordenadora da equipe), mas que precisava de um reforço de peso. Meus oitenta quilos foram, portanto, destinados a impressionar Ciba-Geigy e a ajudar a equipe a fortalecer a organização camponesa local, mas isso o nosso doador não devia saber. Ou melhor, ele rapidamente se daria conta de que a melhoria das técnicas de produção camponeses seria impossível sem que lhes fosse garantido o direito à terra; e apoiar uma ONG que lutava para garantir esse direito seria um grande problema para uma empresa multinacional no Brasil. Antes de que o contrato fosse cancelado, nós nos apressamos para gastar a maior quantidade possível de dinheiro: carro, compra de uma casa, equipamentos etc. Foi um acerto. Seis meses depois, terminou a nossa colaboração com os suíços.

Santa Luzia se situa na região do rio Pindaré e pertence à Amazônia maranhense, a 300 quilômetros de São Luís, a capital, na estrada que leva até Açailândia, na Belém-Brasília.

Naquela época, a partir de Santa Luzia, havia uma estrada de terra e cascalho aberta na floresta. Um dia, nos perguntaram se nós não podíamos ir a Buriticupu, uma vila a 100 quilômetros de Santa Luzia, na qual um sargento da Polícia Militar estava semeando terror e obtendo resultados. Não conseguimos encontrar nosso contato, e as pessoas não eram de muita conversa. Voltamos durante a noite, e o carro enguiçou no meio da floresta. Decidimos caminhar até um cruzamento a cerca de dez quilômetros de distância, onde seria mais fácil de encontrar um carro ou um ônibus. Acima do murmúrio noturno da floresta, um rugido. Seria o sargento nos perseguindo por invasão de território ou

apenas a onça-pintada – ou jaguar – preocupada com seus filhotes? Todos os três, ficamos algum tempo em silêncio, um pouco... quer dizer, tudo bem, muito preocupados. Um colega já tinha passado por essa experiência e nos tranquilizou.

A cidade tem hoje mais de 70 mil habitantes (e nenhuma onça-pintada); em 1970, antes de ser dividida em vários municípios, 47 mil habitantes, em sua maioria na zona rural e na floresta. Provavelmente, não muito mais de dez mil, mais no campo do que na cidade. Camponeses sem terra tinham ocupado parte das terras havia cerca de uma década. Nos anos 60, com a abertura da Belém-Brasília, houve um novo boom, especialmente depois que o governador José Sarney, que pretendia desenvolver a região de fronteira para seu grande benefício, começou a abrir a estrada Açailândia-Santa Luzia em 1969.

Foi assim? Na minha memória, a cidade se resumia então à rua principal, algumas paralelas, transversais lamacentas ou empoeiradas que davam num campo ou num matagal. A prefeitura, a câmara municipal, a delegacia de polícia, a Igreja Católica e a das Testemunhas de Jeová, o Banco do Brasil, duas ou três escolas primárias, uma escola secundária particular, hotel, restaurantes, lojas, serralherias, bordel, uma clínica... tudo estava lá; mas sem água corrente e muito menos esgoto. Então, tudo funcionava na aparência. Mas a rua me parecia ser um cenário desses de *westerns* que eu tinha apreciado no passado. Imaginei o policial corrupto, o grande fazendeiro ladrão de terras que desfilava ruidosamente sua arrogância em seu 4x4, o madeireiro, os espíões, o patife pronto a denunciar qualquer um a preço de banana, outro que quer mostrar de que lado está, o político local agarrado a sua sobrevivência política e financeira, os camponeses e camponesas miseráveis a pé ou em seu pangaré tentando vender alguns produtos para comprar querosene, sal, óleo, açúcar, foice ou facão; leprosários e jardins abandonados atrás de fachadas de cinema. A região Pindaré tinha conhecido antes do golpe de Estado um vigoroso movimento sindical camponês, liderado por Manuel da Conceição, com quem eu me encontraria em seu exílio, em Genebra. Nós tínhamos ouvido falar que militantes do Partido Comunista do Brasil, maoísta, viviam na região. Era necessário sermos prudentes.

Eu tinha um diploma de professor de segundo grau que me permitia ensinar filosofia, psicologia e sociologia, então fui ver a diretora do colégio. Fui recebido de braços abertos, especialmente porque eu seria o único professor em situação regular com a lei escolar. A própria diretora, em confronto com a lei, tinha apenas o ensino primário. “Você sabe, ela me disse, que adoro esses nomes terminados em *logia*, psicologia, sociologia... Você poderia ensinar biologia?”

Lembrei-me de que gostava dessa disciplina; com o livro o do professor, por que não? E me vi então investido de professor de biologia e de filosofia, e logo envolvido com a teoria da evolução. Segundo curso: a esposa do médico me disse que seu marido não estava de acordo com meu ensino, que vai contra o do pastor. O mundo foi feito em sete dias, isso não se discute. Como não valia a pena debater, em me contentei com apenas uma banalidade: “Minha senhora, um cientista já disse que um pouco de ciência afasta de Deus e que muita ciência nos aproxima Dele”. Ainda assim, tive o imenso prazer de saber, alguns anos mais tarde, que dois dos meus alunos tinham entrado para a Universidade de São Luís e que estavam cursando... filosofia. Ah, se eles estivessem a par da minha ignorância!

A prudência, mas também a convicção de que não faríamos nada sozinhos nos levou a nos integrar mais fortemente com a CPT do Maranhão, o que me deu a oportunidade de conhecer algumas grandes figuras. A CPT era coordenada pelo padre e advogado Victor Asselin, primeiro vice-presidente da CPT Nacional (Dom Moacyr Grechi, bispo do Acre, foi seu primeiro presidente), pelo Padre Mario, vigário na fronteira Maranhão-Pará, e pelo padre Xavier Meaupou. Na verdade, eu conhecia Xavier de vista desde meus anos em Clermont sur Loire. Ele passava por vezes suas férias com parentes de Cellier, e eu o via com sua batina no segundo andar das estelas do coro da igreja, enquanto aos pequenos seminaristas eram atribuídas as estelas de baixo. Xavier era então pároco numa cidade do litoral, Barreirinha, que se tornou mais tarde, graças aos Lençóis Maranhenses, um paraíso turístico, ainda vítima dos problemas de terra que atormentavam Xavier, não só por causa do turismo, mas porque haveria petróleo no seu subsolo. Victor Asselin publicou, em 1981, “Grilagem, Corrupção e Violência em Terras do Carajás”, centrado no “grilo” Pindaré, que incluía Santa

Luzia (seus estudos de Direito em São Luís, iniciados para ajudar seus paraguaios, lhe foram muito valiosos tanto para a coleta de material quanto para driblar a repressão).

Grilagem. Eu ainda não expliquei o significado dessa palavra; vou simplificar para não aborrecê-los muito.

Para assegurar a valorização do território, em particular para garantir o plantio de cana-de-açúcar, a coroa portuguesa, desde o século XVI, dividiu o território em sesmarias, glebas de terra que muitas vezes atingiu dezenas de milhares de hectares. Os beneficiários das sesmarias deviam garantir que de fato eles estavam cuidando da terra. No século XIX, as sesmarias foram abolidas, e a Lei de Terras de 1850 determinou que só quem comprasse a terra podia se tornar proprietário. O que significa dizer que os camponeses não podiam se tornar proprietários. Chegamos aos anos 40 do século XX e a maior parte do espaço nacional não era nem propriedade privada nem *a fortiori* sesmaria. Esse espaço são as “terras públicas”, apesar do Estado não as ter registrado. Que dádiva para os políticos, do vereador ao governador do estado, mas também para comerciantes, funcionários públicos, militares, grandes fazendeiros. Surgiu uma rede de notários desonestos, falsificadores que envelheciam falsas escrituras, recortavam antigos registros para inserir novas páginas, inventavam genealogias etc. Quando os alquimistas concluíam seu trabalho, no final da viagem dos documentos, havia sempre um notário que confirma a autenticidade de sua “propriedade” ...

A região foi vítima de numerosos grilos. Em Santa Luzia, Victor Asselin identifica principalmente em seu livro os grilos de Araçatuba e de Arapuan, nos quais sete “proprietários” compartilham 372 mil hectares, o grilo da Fazenda Maguary e, em especial, o grilo de Pindaré, que se estende por toda região. São seis declarações de propriedade que vão de 125 mil a cerca de 3,5 milhões de hectares! Tudo se passou muito bem como no melhor dos mundos: apenas um pequeno obstáculo! Havia muita região de floresta, e esses índios selvagens não iriam reclamar, mas e os “posseiros”? O que fazer com esses camponeses que muitas vezes estavam instalados havia décadas nessas terras perdidas, nas fronteiras agrícolas da Amazônia, que eles mesmos desbravaram, mas que não tinham o título de propriedade? Foi quando intervieram aqueles que fariam a limpeza do terreno: sedutores, ameaçadores, pistoleiros, assassinos, bandidos ou policiais.

A emoção me invade quando penso no Maranhão daquela época e no de hoje (ou será esse mês de janeiro, quando a progressão do câncer drenou boa parte da minha energia?), nas dezenas de milhares de famílias que se viram na “rua da amargura”, com suas casas queimadas, suas cercas destruídas, os campos invadidos pelo gado do grileiro, homens, mulheres e crianças espancados e torturados; nessa centena de camponeses assassinados, nesses povos indígenas em processo de extermínio.

Durante esses três meses em Santa Luzia tive apenas a possibilidade de visitar duas comunidades rurais, uma distante três léguas (cerca de 18 quilômetros) percorridas a cavalo, e a outra, a duas léguas, se me lembro bem. A conversa girava em torno das tentativas de grilagem de suas terras.

Assim, vieram me buscar para passar dois dias numa vila próxima à Fazenda Maguary, proprietária de 300 hectares, mas que dizia ter direito sobre 5.700! Pobre vila com suas casas de pau-a-pique cobertas por folhas de palmeira ou telhados de madeira. Seus plantios eram delimitados por cercas feitas com tocos de madeira que tentavam protegê-los do gado do grande fazendeiro. Porcos circulam na rua lamacenta. Duas mulheres me acompanham na volta sob a chuva. Deslizamos, atolamos, nos ferimos ao pular a cerca de arame farpado das fazendas e por causa dos óculos eu não via quase nada. Uma das mulheres para, me olha e diz: “você me faz pensar em Jesus Cristo”! Isso me deixou furioso. Quê? Elas, que deviam gritar contra a injustiça monumental que sofriam, achavam normal fazer esse caminho! A submissão e a aceitação do destino (Deus quer assim) têm limites. Em Setembro de 1977, dois meses após minha partida, os camponeses destruíram 13 quilômetros de cercas de arame farpado. O governo concedeu 2 mil hectares às 500 famílias da região, oferecendo o restante ao proprietário da Fazenda Maguary. Pois é! A grilagem preparava a suposta legalização virtuosa das terras.

Na década de 60, o governador do Maranhão era José Sarney. Ele pretendia desenvolver Pindaré, com as suas terras e suas florestas “disponíveis” e a promessa de jazidas de minerais. Ele fez de tudo para abrir a estrada de Açailândia a Santa Luzia, promulgando uma Lei de Terras costurada à mão para facilitar a sua aquisição pelos grileiros. A lei não funcionou muito bem porque um testa-de-ferro de

Sarney havia se apresentado como proprietário da Fazenda Maguary. Sarney se tornou senador, mas sua hegemonia política era quase absoluta. Foram criados órgãos públicos responsáveis pela produção de documentos oficiais. Os grilos foram declarados ilegais e as terras foram atribuídas, dessa vez legalmente, aos... grileiros. José Sarney fez quase toda a sua carreira política como senador, com exceção de seu mandato como Presidente da República, exercido de 1985 a 1989 graças à morte súbita de Tancredo Neves, de quem Sarney seria o vice-presidente, com a bênção dos militares que desembarcavam do poder. O Maranhão continua na miséria e Sarney goza de uma aposentadoria merecida na sua ilha maranhense. Como ele se crê romancista, quem sabe ele venha a doar aos brasileiros e ao mundo, seguindo os passos de Jorge Amado, outra obra-prima?

Eu tinha escrito a Noêmia que iria vê-la em Caratinga, na sua Minas Gerais, nas férias de julho. Mas ela insistiu no contrário, e foi ela quem veio ao norte (ela me disse mais tarde que ir à casa de sua mãe seria um sinal de compromisso, e que ela não estava muito interessada nisso). Fiquei preocupado, com muito medo de que a Amazônia – e especialmente Santa Luzia – a repelisse.

Eu fui recebê-la em Belém, que me parecia uma cidade agradável e atraente. Mas ela detestou o calor húmido da cidade; fomos a Santa Luzia: a floresta, os passarinhos, o campo... Uma noite de ônibus. O entusiasmo de Noêmia na chegada não me pareceu transbordante. Para colocá-la a par de nossa realidade (de fato, porque era a única data disponível), ela poderia acompanhar os cinco dias de formação programados com um pequeno grupo de líderes. Ainda tenho uma foto feita na ocasião: Raimundo Nonato, a quem chamávamos de Nonatinho – então presidente do sindicato camponês, assassinado em agosto de 1984 –, Antenor, delegado sindical, assassinado em 1985, e outro sujeito, desaparecido. Elias Zi não estava presente; foi assassinado em 1982, quando era presidente do sindicato. Tudo por causa da terra. Soube mais tarde que Nonatinho era membro do PC do B. Não sei como ele se arranjava com o partido, pois não era nada dogmático. Era um prazer conversar com ele, ver sua vivacidade de espírito, sua curiosidade universal, sua sensibilidade. Eu já estava na direção da FASE quando fiz uma visita a Santa Luzia. Nonatinho, a quem encontrei na



rua, me disse que tinha recebido a diretiva de não me encontrar, mas que seria um prazer tomar café da manhã comigo em seu sítio, o qual eu não teria dificuldade de encontrar. Trocamos ideias longamente em torno do café fumegante e da batata-doce que acompanhava. As ideias se foram, mas Nonatinho está sempre presente.

No último dia do nosso encontro, Matheus chegou de surpresa em Belém, em seu fusquinha.

– João Pedro, os coordenadores da FASE acabaram de se reunir. A FASE deve executar um amplo projeto de pesquisa, e aquele que deveria coordenar o projeto decidiu deixar a organização. Havia duas opções: contratar um pesquisador, mas há o risco de encontrar alguém que não compreenda o papel de uma pesquisa na FASE; ou encontrar alguém na própria FASE. Resolvemos que esse alguém é você!

O ponto de exclamação deve ser atribuído a mim e minha perplexidade. Como assim, se fui enviado ao Maranhão tal qual “salvador da pátria”? Eu não deveria ter me deixado levar, pois meus colegas queriam então que eu comandasse outra operação de resgate. Era difícil resistir Matheus: a equipe da FASE? O marido de nossa coordenadora, um ex-padre flamengo, estava apto a tomar o meu lugar; tínhamos vontade de fazer um desvio por São Luís para receber o sinal verde do casal. Mas o que os camponeses pensariam disso? Eles se reuniram; fomos então ver o que resolveram. Estávamos em plena ditadura. A “Pesquisa sobre o campesinato em regiões de fronteira agrícola” nos permitiria fazer com que os líderes camponeses de diferentes partes do Brasil se encontrassem a pretexto das trocas de informações previstas na pesquisa. Obviamente, eles estavam de acordo. E eu, que não tinha formação acadêmica à altura? “Você vai formar uma equipe”, respondeu-me Matheus.

Os camponeses concordavam; fizemos assim um último desvio por São Luís, para encontrar a coordenadora da nossa equipe e seu

marido. Noêmia, que tinha se mantido afastada para não parecer que tinha uma influência qualquer, ressurgiu. Pusemos às pressas meus bens (mala, toca-discos e um ventilador) no fusquinha de Matheus. Livros, fitas e discos seguiriam quando Deus quisesse! Um pequeno desvio por São Luís: 300 quilômetros + São Luís-Belém: 800 quilômetros = 1.200 quilômetros! Ainda me pergunto como resistimos ao cansaço sem atropelar nenhuma das centenas de vacas na estrada, estupefatas ao verem passar um carro altas horas da noite.



Visita aos atingidos pela usina hidrelétrica de Irapé, Cristália (MG), em 2004.

Foto: Acervo FASE

3. Tomado pelo mar. Noêmia e o Rio de Janeiro

É curiosa essa divisão em capítulos! O que me parece agora ser uma história que tem certa lógica e momentos bem definidos, na época se assemelhava mais a uma aventura desarticulada cujo desenlace não se sabia qual seria.

Fiquei ainda assim com o coração apertado ao deixar a Amazônia. Eu já me sentia um amazonense de coração, ali deixando amigos como Matheus e sua esposa Aldalice. Além disso, o compromisso de Matheus com os oprimidos era total. Ele é alguém audacioso que ainda hoje enfrenta todas as batalhas. Mas aí está! Uma bela canção brasileira começa assim: “Não sou eu quem me navega, quem me navega é o mar”¹⁵. E me vi então chegando ao Rio de Janeiro ao sabor dos ventos e das ondas, eterno viajante seduzido pelo desconhecido, mas também alguém emoldurado por um desejo de servir que se manifestava na convocação da FASE. Bem, está certo, não vou dar uma de Lamartine¹⁶. Na mesma canção: “Olha, o mar não tem cabelos que a gente possa agarrar”. Eu já tinha ouvido essa frase com os jangadeiros no Ceará, ao me contarem sobre suas duras vidas. Era muito mais fácil para mim, que tinha colegas em quem eu podia confiar. E o Rio de Janeiro não é a “cidade maravilhosa, coração do meu Brasil” da canção?

Que sorte: a mãe Noêmia e sua irmã Isolina estavam no Rio de Janeiro. Noêmia se viu assim obrigada a me apresentar a elas, as quais amei de imediato. As férias estavam chegando ao fim, e Noêmia voltou a Caratinga, não sem que eu tivesse exercido alguma pressão: não havia mais razão para procrastinar; poderíamos marcar o casamento para dezembro. Noêmia, que nunca havia pensado em um dia se casar, cedeu. Ela me disse mais tarde que sua pequena estada em Santa Luzia, que poderia ter marcado o fim de nosso amor ainda inicial, a tinha feito admirar o que eu fazia. Falemos dela e de sua família, já que ela passou a ser uma presença constante, ainda que oculta, nessa história. É claro: sem ela, essas páginas permaneceriam em branco.

Não há muito o que falar da família de seu pai, de origem camponesa, mas a trajetória do ramo materno faz força para ser contada.

15 Canção de Paulinho da Viola. (N. do T.)

16 Referência a Alphonse de Lamartine, escritor, poeta e político francês (1790-1869). (N. do T.)

A história oral sustenta que a família se originou num grande proprietário de terra em Ipiranga, São Paulo, provavelmente ainda na primeira metade do século XIX. Ipiranga impõe respeito: foi nas margens do rio de mesmo nome que Dom Pedro I, Rei de Portugal – pintado com bravura montado em seu cavalo de raça recém-saído dos estábulos reais –, empunhou bem alto sua espada e gritou “Independência ou morte!” Essa é a história da iconografia oficial. Tudo bem, o cavalo era de fato uma mula, suas roupas estavam enlameadas e Dom Pedro não devia ter a melhor das aparências, pois a viagem lhe tinha causado uma disenteria. E o rico fazendeiro em fuga? Foi por causa de morte ou de mulher? Não se sabe mais muito bem. Um primo de Noêmia tentou encontrar seus traços em São Paulo, mas um incêndio havia destruído os arquivos de Ipiranga. O fato é que o rico paulista fugiu com armas e bagagens a fim de se esconder numa região inóspita, mas distante, Manhuaçu. Como faltavam mulheres, a bisavó da mãe de Noêmia foi “laçada”.

Nenhuma dúvida a esse respeito: participei de uma mesa redonda em Belém com o líder indígena Ailton Krenak. Qual não foi minha surpresa quando percebi que um tio de Noêmia era seu sócio! A ancestral capturada na caça era uma crenaque, povo indígena que sobrevive até hoje na região do Rio Doce, à qual pertencem Manhuaçu e Caratinga. Os avós maternos tiveram doze filhos, sete meninos e cinco meninas. Foi em Manhuaçu que os pais Noêmia se casaram.

Entre os tios paternos de Noêmia, proprietários de pequenas fazendas, havia um fanfarrão que brigava com um vizinho. Sob o risco de se instalar ali um ciclo de violência, seu pai, que não queria saber dessa história, vendeu como pode sua fazenda (fazenda de abundância “onde manava leite e mel”, nas palavras de Zequinha e Isolina) e se estabeleceu como meeiro numa vila de Caratinga. Os pais de Noêmia tiveram dezessete filhos. Apenas quatro sobreviveram: Zequinha, o mais velho (que celebrou seus 98 anos em... 2016); Isolina, falecida em maio de 2015, aos 87 anos; Luís, que morreu em 2006; e Noêmia, nascida em 21 de janeiro de 1941, a mais nova. Os outros morreram com idades que variavam entre poucos meses e 12 anos, alguns deles provavelmente por incompatibilidade sanguínea combinada com a pobreza rural na primeira metade do século XX. O pai camponês

morreu quando Noêmia era bastante pequena. Ele animava os bailes de dança e, claro, agradava às moças. Para se vingar de uma amante, sua esposa foi a uma loja daquelas em que se pode achar de tudo e comprou na conta de seu marido, que seria paga com a receita da colheita de café, uma bela máquina de costura Singer.

Quando o marido morreu, a avó quis acolhê-los, mas Dona Maria, mãe de Noêmia, não aceitou. Ela deixou a pequena fazenda e foi com os quatro filhos que lhe restavam morar em Caratinga, onde trabalhou lavando e passando roupa, como doméstica, cozinheira de hotel, costureira. Um dia, começou a recolher as sobras de tecido, os costurava e viajava pelo campo vendendo roupas. Noêmia e eu, por ocasião de uma de nossas longas caminhadas, atravessamos a cidade; as pessoas reconheciam Noêmia e se lembravam de sua mãe bem montada em seu cavalo, com uma vara cheia de galinhas pousada no ombro. Que mulher, Dona Maria, orgulhosamente direita até o fim de seus dias, analfabeta porque seu pai dizia que saber ler e escrever só servia para enviar cartas amorosas aos namorados. A inteligência sempre alerta, cheia de recursos (e ela não partiu um belo dia para São Paulo a fim de descobrir onde estava Luís, que tinha se perdido por lá?), e generosa. Eu via duas mulheres se agitarem por toda a manhã no alpendre que servia como cozinha, com seu forno rústico de barro. Éramos cinco à mesa que não era grande o suficiente para receber um bom pedaço de carne assada, duas galinhas ao molho, um grande prato de arroz, feijão vermelho feito em fogo lento, verduras cozidas (contamos oito variedades: espinafre, chicória e outras cujos nomes não dizem nada aos franceses), o angu, primeiro no fogo, último a sair. Que riqueza tem a cozinha tradicional de Minas! Obviamente, essa festa diária alimentaria muito bem uma família por uma semana. E à noite não sobrava nada, porque Dona Maria dava de comer a seus amigos, miseráveis ou não. Eles chegavam pela porta dos fundos e se instalavam na cozinha exterior da casa.

Zequinha e seu irmão mais novo fizeram de tudo, tão logo se livraram dos primeiros anos da escola primária: trabalhadores agrícolas cujo principal trabalho, senão único, era cortar as ervas daninhas dos prados das colinas, tropeiros¹⁷ que transportavam o milho e o arroz das fazendas ou a madeira para abastecer as locomotivas da estrada de

17 Condutores dos comboios de mulas carregados de mercadorias.

ferro que passava naquele tempo em Caratinga. Vida dura sob o sol e a chuva dos trópicos, na poeira ou lama, de noite como de dia. E então, nos viramos para o jovem Luís: “Vamos, garoto. Beba um gole dessa cachaça; isso vai te esquentar!” Ele morreu por isso. Zequinha se tornou cabeleireiro, começando sua carreira em Caratinga e terminando no Rio de Janeiro. A casinha onde a família morava naquela época ainda existe. Por vezes, a mãe se alegrava na janela no andar de cima com um cliente que chegava. Assim que esse cliente saía, alguém corria com o pagamento do corte de cabelo para comprar o que estava faltando para o almoço. Isolina trabalhava desde a idade de nove anos, o que não a impediu de terminar o primário. Percorremos várias vezes a estrada de terra ao fim da qual se localizava a fazenda. Eu a via, determinada, indo para a cidade com seus cadernos e com sua cesta dos legumes a serem vendidos, sob a chuva ou sob o sol escaldante, subindo a longa costa até a estrada ou atalhando por dentro da perigosa mata. Um pouco mais tarde, ela se tornou secretária, depois se empregou no comércio e, por fim, o grande salto: Rio de Janeiro, numa ida e volta incessante entre Caratinga e a capital fluminense (480 quilômetros). Ela começou a vender – para uma clientela de classe média que ela mesma foi aos poucos formando – vestidos, saias e outros acessórios femininos feitos de crochê e à mão pelas mulheres na região. Ela também comprava no comércio popular, por um preço mais baixo, as roupas que depois eram revendidas mais caro às madames. Essa bela moça e esplêndida mulher, tão agradável e comunicativa, não se casou. Toda a sua vida foi dedicada à mãe e foi ela que tornou possível a Noêmia fazer seus estudos sem ter que trabalhar ao mesmo tempo.

Noêmia teve uma infância feliz, apesar dos momentos de privação que pouco a atingiam, graças à Isolina e à mãe. Ela se mostrou uma estudante muito talentosa, e por isso lhe foi dada uma bolsa de estudos na melhor escola particular de Caratinga. Não era fácil ser uma menina de família pobre nesse meio burguês. Foi-lhe necessário se impor obtendo as melhores notas. Uma vez concluído o secundário, que a formou em pedagogia, ela foi nomeada professora primária numa vila a 40 quilômetros de Caratinga. Quase tão jovem quanto seus alunos, ela soube fazer com que eles dessem o melhor de si. O trabalho era árduo, não pelos alunos, mas por causa da ambiência política. Como

na maioria dos municípios do Estado de Minas Gerais, os latifundiários e seus herdeiros, divididos em dois campos, dominavam a política e também pretendiam manter o controle do ensino, fazendo com que fossem nomeados professores sem diploma de pedagogia, decidindo onde seriam instaladas as escolas, mantendo o controle do dinheiro destinado à educação. Noêmia distinguiu-se de forma rápida, e a responsável pela educação na região logo a nomeou inspetora de ensino do município. Todos os sábados, Noêmia ia para a sede da Superintendência de Ensino reunir-se com a responsável para com ela preparar seu trabalho. Armada com a legislação, ela começou a fazer uma limpeza nas pretensões e nas maneiras de fazer do poder local. Um dia, ela teve que aplicar a lei e instalar em terras públicas uma escola que um fazendeiro insistia em manter em sua propriedade. E assim ela trilhava seu caminho; as professoras que desobedeciam os padrões tremiam de medo; apesar disso, ela conseguiu fazer a mudança. O que ela não sabia era que a grande demora que levou para tomar a estrada a fez escapar de uma emboscada. Eram os anos 60 e o estado de Minas Gerais decidiu modernizar e profissionalizar a educação. Instalou-se então um conflito entre, de um lado, o poder político e econômico e, do outro, uma gestão profissional. Noêmia foi a primeira inspetora da região e uma das primeiras do estado. Como as coisas começavam a cheirar mal, para grande alívio da cidade, sua protetora a enviou para fazer um curso de treinamento de um ano, de onde retornou inspetora diplomada.

Em Caratinga, não se tinha nenhuma vontade de vê-la; sua reputação estava feita. Apesar de ter tirado primeiro lugar no concurso de admissão ao ensino, fizeram com que as coisas se arrastassem e a enviaram ao bairro. Era conhecê-la muito mal; ela bateu na porta da residência do governador e fez valer os seus direitos. Quando nos conhecemos, Noêmia era responsável pela inspeção regional. Nosso casamento cortou suas asas. Um ano mais tarde, ela obteve uma transferência para o Ministério da Educação como inspetora de ensino superior e foi para o Rio de Janeiro. No início dos anos 80, antes de mim, ela fez um mestrado em Educação que recuperou um pouco dessa história. Sua dissertação se intitulava, numa alusão ao *Leopardo*, de Lampedusa, imortalizado nos filmes de Visconti: *O leopardismo na*



educação. Reformar para não mudar. O caso de Minas Gerais. O livro foi boicotado em seu estado, mas obteve sucesso em outros lugares.

Vi-me assim envolvido com um projeto que me ultrapassava. O coordenador nacional da FASE, Michel Rousseau, me havia dado carta branca. Fizemos uma entrevista com um renomado pesquisador do Departamento de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Passou-se exatamente o que temíamos: ele faria um excelente trabalho acadêmico, mas os camponeses e mesmo nós teríamos dificuldade em aproveitá-lo. Em Santarém, eu havia gostado dos antropólogos do Museu Nacional (também ligado à UFRJ) que trabalhavam com o campesinato. O livro publicado pelo orientador de todos eles, Otávio Velho, sobre o campesinato do sul do Pará, tinha me seduzido. Não me lembro mais como, foram indicados os nomes de dois antropólogos que preparavam suas dissertações de mestrado. Por que não? Nos anos que se seguiram, um colega me acusou de ter agido irrefletidamente, sem de fato conhecê-los. Retorqui mostrando que usei intuição e confiança. E assim Jorge Eduardo Durão e Leilah Landim foram introduzidos como pesquisadores da FASE. Jorge Eduardo tinha estudado Direito. A prisão na qual ele, como se diz por aqui, “comeu o pão que o diabo amassou”, tinha cortado suas asas e, por isso, ele começou um mestrado em antropologia. Havia ainda um lugar quando um jovem paulista recém-chegado do exílio na França pediu para me encontrar. Ricardo Abramovay tinha doutorado em economia e estava à procura de trabalho. Haja vista seus antecedentes “subversivos”, a universidade não tinha lugar para ele. Suas ideias políticas e seu treinamento eram distintos do restante da equipe, mas pensei que isso iria enriquecer nosso trabalho. Repensando a responsabilidade que tive, ou fui muito corajoso ou era um tolo inocente, talvez ambos. De qualquer forma, os dados estavam lançados!

Ricardo e eu fomos ao sudoeste do Paraná, para Francisco Beltrão, onde pequenos camponeses da região tinham criado a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – ASSESSOAR, destinada a ajudá-los a melhorar os seus sistemas de produção e comercialização. Oriundos do Rio Grande do Sul na geração anterior, eles haviam aberto a floresta e exterminado a madeira das magníficas Araucárias típicas de todo o sul. De imediato, nos entendemos com os dirigentes,

com a equipe que tinham montado e com os dois padres que eram os inspiradores e conselheiros vigilantes de todo o processo. No espírito da FASE e do projeto de pesquisa, propusemos colaborar como conselheiros e educadores. Por isso, muitas vezes acompanhei Ricardo, inexperiente naquela época, a Francisco Beltrão. É bom lembrar que estávamos em plena ditadura, com o general Geisel – sucessor do sanguinário general Médici – conduzindo o que se chamou de “distensão”. Organizamos um curso de formação de uma semana, mas a única data possível foi a segunda semana de dezembro. E eu tinha marcado para me casar no dia 3 de dezembro, em Caratinga! Seria ofensivo para Noêmia dizer que eu estava dourando a pílula. Claro, tentei mostrar a ela que estaríamos próximos das Cataratas do Iguaçu e que os amigos nos emprestariam um fusquinha para que fôssemos até lá, atravessando o magnífico Parque Nacional do Iguaçu. Mas ela se sentia de tal forma à vontade entre os camponeses e de nossas discussões e não se importava em participar dos debates. Depois de três dias no litoral, tomamos o ônibus para São Paulo, onde Ricardo nos esperava para pegar o ônibus noturno. Eu ardia de febre, e Noêmia passou seu tempo me servindo chás de ervas e me olhando com piedade em minha cama de dormitório, de onde eu só saía para as reuniões. Depois de cinco dias de cuidados já me sentia forte o suficiente para o churrasco organizado pela ASSESSOAR nas proximidades um vinhedo a fim de celebrar meu casamento e então tomar o caminho das maravilhas.

Os camponeses da região plantavam trigo, milho e soja, criavam algumas vacas leiteiras e pequenos animais de fazenda. Em seus pomares abundavam frutas e legumes. Eles reclamaram que as políticas agrícolas não atendiam às suas necessidades e que as organizações que deveriam os representar (cooperativas e sindicatos) não eram muito úteis. Além disso, os governos do Paraguai e do Brasil se uniram para construir uma gigantesca hidrelétrica, a de Itaipu, no rio Paraná. Centenas, senão milhares, de camponeses se veriam de súbito privados de suas terras, recebendo indenizações irrisórias ou pedaços de terra onde teriam que recomeçar do zero. Todos na região perceberam a precariedade de sua condição camponesa. Era chegado o tempo de pensar como enfrentar a ditadura, quando os líderes que se formavam só podiam se reunir secretamente. Uma noite de inverno, não me lembro mais em que



cidade da região, fomos levados a uma casa inacabada no coração de um bosque para conversarmos sobre a situação nacional e internacional. O frio era terrível e a garrafa de cachaça que circulava não conseguia nos aquecer. Nosso amigo monge beneditino, vindo do calor do nordeste, resistiu heroicamente. Falamos muito de Itaipu, mas já era tarde demais para fazer qualquer coisa; a barragem estava quase cheia.

Sentimos que nosso projeto no Paraná era muito frutífero, mas não tive sucesso para iniciá-lo em Goiás. Fiquei bastante satisfeito com meus encontros com os dois padres envolvidos com os camponeses goianos, mas depois da minha volta ao Rio de Janeiro, fez-se silêncio. Mais tarde, descobri que não tinha inspirado confiança a um deles. Esse fracasso me dá aqui a oportunidade, para não perder a viagem, de contar uma anedota. Depois de algumas horas de ônibus mergulhado em nuvens de poeira marrom nas estradas, fui diretamente ao aeroporto. Minha camisa e minha calça jeans tinham mudado de cor. Fui colocado na primeira classe, na qual serviam champanhe, como era de hábito nesse voo Brasília-Rio das 19 horas. O governo e a companhia aérea Varig cuidavam bem dos funcionários que voltavam para casa à noite. A transferência da capital para Brasília não tinha agradado ao corpo funcional. Eles tinham sido atraídos, entre outras coisas, com uma ajuda temporária para que pudessem fazer a ida-e-volta entre o Rio de Janeiro e Brasília; esse acordo durou dez anos. Mas voltando à minha poltrona de número 3, sentou-se ao meu lado um casal muito distinto que brindou comigo sem demonstrar qualquer recuo ao ver minhas condições. Meu rosto e meu sotaque denunciavam o “gringo”, mais precisamente o francês. Eu disse a eles que fazia pesquisas no interior do país. Alívio. Era exatamente o que pensavam. Ele, do corpo diplomático, iria assumir um cargo consular num país europeu. Éramos quase uma família. É incrível como o fato de ser europeu ou norte-americano dá status; ser pesquisador, então, tranquiliza.

Um ano se passou e... adivinhem, fui embarcado numa nova aventura. Com a exceção de nosso projeto, a FASE vivia tempos difíceis, financeira e politicamente. Desde o final dos anos 60, os recursos vinham principalmente de doações de cristãos. O fundador e seus colegas falavam da FASE nas igrejas; as pessoas se inscreviam para fazer doações mensais e pequenas equipes iam até suas casas a fim de recolher o dinheiro.

Mas o barulho feito em torno da prisão de alguns colegas no início dos anos 70 e algumas mudanças de orientação no que entendíamos ser a missão da FASE gradualmente secou a fonte principal dos nossos recursos. Recebíamos apoio também de associações europeias e norte-americanas de ajuda ao Terceiro Mundo, mas era esporádica e pontual. Quando o dinheiro é curto, “meu prato primeiro”! Cada equipe achava que era a melhor e que devia ter prioridade na distribuição de fundos. E Michel Rousseau, coordenador nacional, em meio à tormenta, tinha dificuldades para manter o leme. Quebequense, ex-padre que havia exercido seu ministério no Maranhão, tinha sucedido o padre Leysing na direção da FASE. Leysing dizia sempre que, por uma questão de confiança, preferia contratar padres ou ex-padres.

No início de 1978, Michel anunciou numa reunião do grupo de coordenação que queria voltar para o Québec. A sucessão estava aberta, mas ninguém se apresentou. Sabíamos que a tarefa era árdua. Três nomes acabaram aparecendo, mas os escolhidos fizeram como se não fosse com eles. Ainda assim, ao fim de quatro meses, tínhamos que nos decidir: João Pedro (eu teria apreciado bastante que esse João Pedro não fosse o Jean Pierre que eu conhecia); Matheus, que disse: “Moro em Belém, onde minha esposa é professora, e não tenho como vir morar no Rio”; e Ademar: “E eu, como deixar São Paulo? Você, João Pedro, mora no local e, além disso (argumento esmagador), tem uma boa equipe que pode prescindir de você”, reiterou. Ademar, ex-prisioneiro político oriundo da pastoral social nas cidades satélites de São Paulo, e toda a equipe paulista da FASE estavam orientados para a reconstrução do movimento sindical operário. Tudo se acelerou: Michel me pôs a par dos fatos: “Felizmente, encontrei um administrador de confiança, um ex-padre que trabalhou com a Conferência dos Bispos, porque eu era incapaz de gerir as finanças da FASE e não tinha nenhum desejo de aprender esse ofício”. Para o meu lugar foi contratada uma antropóloga, Maria Emília Lisboa Pacheco, com Jorge Eduardo assumindo a direção do projeto. Com Michel e a coordenação coletiva, nos preparamos para uma viagem à Europa em setembro. Julho chegou e eis-me empossado, sonhador, no cargo de coordenador nacional.

Você pode estar se perguntando o que fomos fazer na Europa. Voltamos ao final da segunda Guerra Mundial. Os norte-americanos

implementaram o Plano Marshall para ajudar a Europa a se reerguer, o que ofereceu um grande mercado para sua produção e serviu como obstáculo às ambições soviéticas. Pela primeira vez, falou-se de “desenvolvimento” por oposição ao “subdesenvolvimento”. Essa época foi marcada pelas últimas descolonizações e pela invenção do “Terceiro Mundo”, termo cunhado em 1952 pelo demógrafo francês Alfred Sauvy: “Falamos a todo o momento da presença de dois mundos, de sua possível guerra, de sua coexistência etc., muitas vezes nos esquecendo de que existe um terceiro, o mais importante [...]. É o conjunto daqueles que chamamos [...] de países subdesenvolvidos [...]. Esse Terceiro Mundo ignorado, explorado, desprezado [...] também deseja ser alguma coisa.” Criou-se o movimento dos não-alinhados (o Terceiro Mundo político), que recusava se avassalar tanto ao bloco comunista quanto ao capitalismo. Lembro-me bem da Conferência de Bandung (Indonésia) em 1955, que reuniu, entre outros líderes, Sukarno (Indonésia), Nehru (Índia), Nasser (Egito), Zou Enlai (China). Essa conferência seria seguida por muitas outras. As esquerdas europeias e as Igrejas estavam, claro, fortemente envolvidas. O Concílio Vaticano II, que começou em 1962, abriu a Igreja Católica para o mundo e legitimou as preocupações sociais e políticas dos cristãos. Assim, nasceram, em todos os países europeus, no Canadá e nos EUA, as associações de ajuda ao Terceiro Mundo, católicas, protestantes e laicas¹⁸. E nós do terceiro mundo, clientes dessa ajuda, nos vimos numa atmosfera política, na qual a ação cidadã nos era recusada.

Foram precisos três meses de preparação para a viagem. Além de mim, também viajavam Noêmia e Ademar. Selou-se então uma grande amizade entre nós, Ademar e Zoraide, sua esposa, ambos ligados à pastoral operária e vítimas da violência da ditadura, e sempre solidários. Queríamos mostrar que a FASE não era uma organização estrangeira no Brasil. Com a agenda europeia organizada e as visitas confirmadas, moedas fortes na carteira, o Eurailpass, que permitia viajar na primeira classe por toda a Europa sem nada mais a pagar a não ser vagões-leito, partimos.

18 A esse respeito, é possível ler a tese de doutorado de Benjamin Buclet: *Le Marché international de solidarité: les ONGs en Amazonie Brésilienne* [O mercado internacional de solidariedade: as ONGs na Amazônia brasileira], em: <http://web.archive.org/web/20070322212954/http://www.elcorreo.eu.org/IMG/pdf/doc-223.pdf>.

Que aventura: Paris, Bonn e Stuttgart, Copenhague, Estocolmo e Upsalla, Lucerna, Zurique, Genebra, Paris, Bruxelas, Utrecht, Haia, Aix-la-Chapelle, Bonn e Stuttgart, Londres e Oxford, Dublin, Paris. Talvez eu esteja fazendo alguma confusão sobre esse itinerário ou até mesmo sobre o ano em que viajamos (nos anos seguintes, visitei outras associações de ajuda ao terceiro mundo). Ademar não participou dos últimos encontros e por duas vezes deixei Noêmia sozinha, que mesmo monoglota conseguiu se virar. Para economizar dinheiro, comíamos sanduíches e dormíamos nos trens, menos caros do que os hotéis. Noêmia mantinha sua contabilidade pessoal meticulosa. Ninguém poderia dizer que estávamos misturando o público e o privado, como acontece com muita frequência.

Nossos interlocutores, em geral responsáveis por projetos para a América Latina e/ou no Brasil, nos receberam com carinho e atenção. Em geral, não mostravam superioridade nem paternalismo. Com eles, nos sentíamos como parceiros. A forma como apresentamos nossos projetos e a FASE parecia convincente e a confiança era transmitida. Tínhamos combinado que não faríamos proselitismo inútil nem douraríamos a pílula. Transparência em primeiro lugar. Eu tinha também algumas boas histórias de sucesso para contar, e a maioria deles de qualquer maneira já tinha ouvido falar sobre a nossa organização. Mencionar todos seria tedioso e eu acabaria por esquecer algum. Gostaria apenas de apresentar a decana, Henryane de Chaponay. Quando chegamos ao Comité Católico contra a Fome e para o Desenvolvimento (CCFD), ela estava prestes a ser substituída por Agostinho Jardim, que seria nosso interlocutor. Mas o Brasil entrou para sempre na alma e no coração de Henryane. Prima de cada família real na Europa, ela morou no Marrocos, lutou por sua independência e se envolveu em programas educacionais. Seu apartamento, na Île de Saint Louis, em Paris, era ao mesmo tempo um ponto de referência para muitos exilados brasileiros, lugar de inspiração e ponto de partida para todos os destinos do sul do mundo, especialmente o Brasil¹⁹. Para mim, embora eu não seja tão próximo dela quanto gostaria, ela é uma amiga muito querida e uma inspiração permanente.

Genebra fazia parte do programa porque queríamos encontrar as pessoas do Conselho Mundial das Igrejas. Santana, um brasileiro que

19 Sobre sua vida apaixonante, ver “Toile Filante”, escrito com Lygia Segalla. <http://henryanedechaponay.free.fr/>

fazia parte dessa organização, nos deu a orientação mais importante de nossa jornada: “Por que vocês não fazem como nós? Para ajudar alguns países africanos em particular, montamos Consórcios que reúnem, para a execução de um mesmo programa, fundos de várias instituições. Mas cuidado, somos nós, do Conselho Mundial, que dirigimos esses consórcios. No caso de vocês, exijam que vocês sejam os coordenadores”. Essas ideias me levaram a marcar novos encontros com aqueles que pareciam mais próximos.

Genebra marcou profundamente a nossa viagem por outras razões: um exilado, Barbosa, nos levou para ver a primeira neve do Mar de Gelo. Ver e tocar a neve, para um brasileiro, é um pouco como ver Roma e em seguida morrer em paz. E, acima de tudo, encontramos o educador brasileiro Paulo Freire e sua equipe. Paulo Freire era pernambucano; ele tinha desenvolvido um método de alfabetização com base nas palavras-chave na vida das pessoas. Ele também foi autor, entre outras obras, da “Pedagogia do oprimido”, referência e guia para todos os educadores populares. Ele era um homem marcado para morrer. Incapaz de agir no Brasil, sua associação, o Instituto de Ação Cultural (IDAC), trabalhava em alguns países africanos. No retorno do exílio, Claudius, grande cartunista e educador, lançou no Brasil o CECIP, Centro de Criação de Imagem Popular. Tive o prazer de trabalhar com ele na década dos anos 2000 num projeto de livro ilustrado por ele, forjando assim, laços de amizade.

Em Genebra, porém, o que mais nos marcou foi o encontro com Manoel da Conceição, de quem já falei. Sinto-me privilegiado por conhecer uma lenda do Pindaré, no Maranhão. Pequeno, mancando por causa da perna mecânica, tez morena, bigode espesso, cabeça de nordestino um pouco achatada, não se pode dizer que ele se encaixasse no padrão genebrino polido e refinado. Ele e sua esposa sentiam a dureza do exílio muito difícil e nós lhes demos uma lufada de ar fresco do Brasil. Nunca vou me esquecer do nosso *abraço* de adeus na plataforma da estação de Genebra, nos apertando nos braços e batendo-nos nas costas. Até logo, Manoel, o Maranhão espera por você.

Na Bélgica, encontramos José Ibrahim, e a simpatia entre nós foi imediata. Jovem presidente de um sindicato de metalurgia, ele assumiu, em 1968, a liderança de uma greve numa grande fábrica. Banido da vida sindical, ele entrou na luta política clandestina, foi preso e torturado, até que, em 1972, foi incluído na lista dos quinze

presos políticos trocados contra o embaixador norte-americano que havia sido sequestrado no mesmo ano por um grupo político, e que em seguida foram exilados. De volta ao Brasil, retomou sua vida de militante sindical e político.

Em Paris, ficamos na casa de Irony e Ferreirinha. Ferreirinha (José Domingos Cardoso) foi operário têxtil e metalúrgico, militante da Juventude Operária Cristã (JOC) e da Oposição Sindical Metalúrgica, tendo sido exilado em 1973. Irony, sua esposa, do quadro permanente da JOC, foi presa pela repressão enquanto esperava um filho e, quando libertada, também se exilou. De volta ao Brasil, Ferreirinha retomou as suas atividades sindicais, participando da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da criação do Partido dos Trabalhadores. Mais tarde, no Rio de Janeiro, contei a Irony que na igreja de Roubaix Sud nós tínhamos pendurado grandes cartazes com as fotos dos líderes da JOC prisioneiros, entre as quais a dela, se me lembrava bem, e fazíamos campanha para a sua libertação. Ela comentou que os responsáveis por sua prisão lhe perguntavam quem eram realmente essas pessoas da JOC, se indagando por que tantas mensagens vinham de diferentes cantos do mundo em busca de sua libertação. De volta ao Brasil com a anistia, Irony e outros ex-líderes da JOC fundaram uma associação, o Centro de Ação Comunitária (Cedac). Que saudade nós temos dos dois amigos que nos deixaram cedo demais!

Após um mês de idas e vindas, estabelecemos um sólido acordo com a maioria das associações de ajuda ao Terceiro Mundo, católicos, protestantes e laicos. Em 1979, foi realizado em Stuttgart, na sede de Pão para o Mundo (PPM), um encontro que reuniu os responsáveis pelo acompanhamento de suas atividades no Brasil e, pelo lado da FASE, os coordenadores regionais, o gerente administrativo e eu, para definir as modalidades de ajuda à FASE e as cotas de cada um. Faltava a associação canadense (e quebequense) Desenvolvimento e Paz, mas seu compromisso estava assegurado, bem como o do Fundo Ecumênico das Igrejas Canadenses²⁰. O fato de que o meu antecessor na direção

20 Fomos, por vezes, questionados sobre a nossa independência relativa a essas instituições estrangeiras. Nós dávamos a mesma importância a todas. As observações e sugestões das pequenas agências nos eram tão importantes quanto as das maiores. Durante esses anos, nunca fomos submetidos a nenhuma pressão. Houve, de fato, alguém de uma Igreja Protestante do Canadá que, numa reunião do Conselho da ICFID, resmungou contra o que ele chamou de nossa ação subversiva. Eu respondi: “A subversão de hoje é a democracia do amanhã”.

da FASE trabalhava na associação quebequense facilitou bem as coisas. Voltei ao Brasil e à minha vida de aprendiz.

Em que ponto estávamos? Havia 140 pessoas; 11 equipes em 8 estados, formando 3 regiões de trabalho: norte, nordeste e sudeste-sul, cada um com seu coordenador; uma pequena equipe no escritório nacional e a coordenação nacional; cerca de 20 pessoas em funções administrativas. Quem éramos? A maioria vinha do engajamento na Igreja Católica, outros da ação política em diferentes partidos clandestinos, e outros ainda da universidade. A maior parte era oriunda do meio popular. Nossa intervenção se dividia entre o campesinato, o mundo operário e os moradores de favelas e bairros periféricos. Éramos militantes – e por isso as horas não contavam, pois acreditávamos estar na aurora de grandes mudanças e que enfim os pobres, os excluídos e os marginalizados teriam suas vozes ouvidas – e profissionais, pagos pela FASE e também, indiretamente, pela cooperação internacional. Nosso slogan (“ensinar as pessoas a pescar”) já não era o centro de nossa atividade. Claro, vivíamos ainda sob o regime da ditadura, mas já se falava em transição e logo viria a anistia (em 1988) aos “terroristas” e funcionários públicos acusados de excessos. Não pensem que o manto do medo e do terror que se estendeu sobre o país tinha desaparecido ao sabor do suave calor da primavera, mesmo sendo possível sentir sua aproximação. O governo militar se afogava numa grave crise econômica e sentia que seu fim estava próximo, mas ainda sabia como fazer sentir seu peso. Acompanhei impotente os abusos contra camponeses e seus apoiadores, especialmente no norte, chegando ao assassinato de dirigentes, de um advogado e de um padre.

Em agosto de 1981, a polícia federal efetuou a prisão dos padres Aristide Camio e François Gouriou – das Missões Estrangeiras de Paris (MEP) – e de 13 posseiros. Aristide era vigário de São Geraldo do Araguaia, no sul do Pará, precisamente na região em que se instalou uma guerrilha do PC do B, de que já falei. Concentrava-se ali, de um lado, uma massa de posseiros, a maior parte vinda do Maranhão, e, do outro, todo o tipo de gente, a mesma fauna mencionada ao falar de Santa Luzia, mas também representantes dos bancos e de variadas empresas, atraídos por essas terras de fronteira agrícola, nas quais a maior parte do desmatamento já havia sido feito pelos posseiros, e pela certeza de que o Estado estava disposto a cedê-las gratuitamente.

O projeto Carajás, de exploração de reservas fabulosas de minério de ferro, no sul do Pará, e da construção de uma ferrovia ligando Carajás a São Luís, prometia mundos e fundos a quem quisesse ficar rico. Apoiar os pobres, nessas circunstâncias, era assim atrair a ira de policiais, de pistoleiros e capangas, da justiça e dos políticos. Aristide e François foram ameaçados com uma sentença que os poria na prisão por vários anos. A mobilização para a sua libertação foi enorme. Em Belém, aonde foram conduzidos, meus colegas da FASE mobilizaram um comitê de apoio. Em Dezembro de 1983, eles foram libertados²¹.

Percebíamos claramente que a nossa presença no terreno não podia se limitar a ações específicas e locais. De que servia o aumento da produção agrícola de uma comunidade rural se o mercado da cidade não permitia que seus produtos fossem vendidos em boas condições e se as leis favoreciam apenas a grande produção agroindustrial? Um pequeno bairro urbano ocupado sem que as pessoas tivessem o título de propriedade, por não haver outra solução, poderia ter sucesso na resistência às tentativas de expulsão, mas, para isso, eles tinham que se organizar em associações. Mas sua associação não tinha a força para pressionar os governos (locais, regionais e nacionais) a fim de que a legislação lhes permitisse ter o título de propriedade. Os cursos de formação de operários não serviriam de ajuda a não ser que abrissem possibilidades reais de ação.

Chegava a hora de nossa ação priorizar a ajuda à organização popular, e de nos interessar pelas políticas públicas, sem esquecer que a ditadura ainda estava ativa. Foi assim que a maioria das equipes participou ativamente da reorganização do sindicalismo, o que culminou com a criação da Central Única dos Trabalhadores, em 1983. Os camponeses, mesmo filiados mediante seus sindicatos à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que nunca foi incomodada pela ditadura, estavam representados na CUT. Avelino Ganzer, dirigente da seção Transamazônica, foi eleito seu vice-presidente. Mas os líderes camponeses se sentiam na CUT como massa de manobra. Em 1984, ajudei Avelino a organizar, em

21 O padre François Glory, também MEP, que passou trinta anos na Amazônia, conta esta história em primeira mão em seu livro *Mes trente années en Amazonie brésilienne au service des communautés de base* [Meus trinta anos na Amazônia brasileira a serviço de comunidades de base]. Esse livro interessará a todos aqueles que querem entender a Amazônia e o papel da Igreja.

Goiânia, um encontro de dirigentes camponeses ligados à CUT, da qual participei ativamente, assim como João Pedro Stédile, líder do MST, para discutir como fazer sua presença na CUT mais visível e eficaz na defesa de seus interesses. Multiplicaram-se as associações de bairro. O trabalho exemplar da FASE de Porto Alegre deu as bases populares para que o prefeito daquela cidade pudesse inaugurar, em 1989, o “orçamento participativo”, que permite que as comunidades de bairros, organizadas em associações, discutam e decidam acerca das prioridades de investimento municipais. Paris e St. Denis o adotaram.

Tudo isso não aconteceu tranquilamente. Como mencionei, aos membros oriundos da Igreja se juntaram militantes políticos, alguns que se afastavam do “foquismo”²² e outros que nunca o tinham aprovado. Cada corrente política presente na FASE achava que seu projeto político era o melhor e, portanto, a FASE, ou então sua equipe, devia seguir essa direção. Quanto a mim, se eu me mantinha longe da ação organizativa da FASE para poder preservar a instituição da repressão, não era para me submeter a esta ou aquela tendência política. A FASE não seria, como se diz no jargão da ideologia daquele tempo, correia de transmissão. Alguns de nós acreditávamos no papel original a ser desempenhado pelas ONGs na redemocratização do país e, em seguida, em face dos partidos e do Estado. Foram anos difíceis para mim. Mesmo com o apoio de coordenadores regionais e da equipe do escritório nacional, muitas vezes eu me senti só. Seguro de minhas convicções e ligado ao estatuto jurídico da FASE, e com a ajuda do presidente do Conselho de nossa instituição, conseguimos evitar sua partidarização. A equipe de pesquisadores elaborou um documento, uma espécie de carta que redefinia o que entendíamos ser a FASE. Entre outros, ela afirmava seu papel específico, autônomo em relação aos partidos, às igrejas e ao setor privado (patronal). Em meio a tudo isso eu e dois coordenadores regionais fomos denunciados no jornal da Arquidiocese de São Paulo como “inimigos dos trabalhadores”, por colegas de São Paulo que não aceitavam essa carta.

O desgaste causado por esses primeiros anos tinha me atingido prematuramente e, no fim de 1983, pedi para ser substituído na direção. Jorge Eduardo assumiu meu lugar, muito mais talentoso do que eu para

22 Criar focos a partir dos quais se estenderia a revolução socialista, segundo a teoria elaborada por Che Guevara.

absorver choques e restaurar a confiança das equipes. Mas na mesma reunião em que foi tomada essa decisão, os colegas me pediram para assumir a vice-coordenação, cargo que não existia anteriormente, apesar de eu já o ter solicitado. Felizmente, eu me entendia perfeitamente com Jorge Eduardo. Fiquei nesse cargo até 1987. Eu estava livre para definir minhas tarefas e aproveitei a oportunidade fazer um mestrado em educação no meu tempo livre. Senti necessidade de uma formação intelectual mais aprofundada, que me permitisse falar e escrever com maior rigor intelectual e, ao mesmo tempo, mantendo-me ligado à realidade. Eu viajava com uma pilha de livros na sacola. Em 1985, tirei dois meses de férias para uma série de entrevistas em Santarém. Precisei de algum tempo para escrever a minha dissertação, que concluí apenas em 1989, graças à cumplicidade de meu orientador e amigo Cândido Grzybowski. Seria tedioso me estender sobre esses anos. Vou falar apenas dos momentos e experiências mais marcantes.

O Conselho do Fundo Inter-Igrejas para o Desenvolvimento Internacional (ICFID) reunia-se três vezes por ano para decidir quem iria receber o seu apoio. Além de representantes de associações de ajuda ao Terceiro Mundo de cada igreja, participavam dessas reuniões representantes de cada continente. Para a América Latina, havia dois, um para a América do Sul e outro para a América Central, México e Caribe. Fui convidado a “representar” a América do Sul. Meu mandato começou em 1980, estendendo-se a 1983. Sugeri aos conselheiros que meu sucessor fosse indicado mais democraticamente do que eu. Assim, o secretário do ICFID e eu organizamos, no Peru, e com a ajuda de uma ONG peruana, um grande encontro de ONGs de todos os países da América do Sul. Além do encontro presencial, em Lima, também nos dividimos em grupos para conhecer diferentes aspectos de variadas regiões do Peru, nas quais as ONGs estavam presentes. Acredito que tenha sido a primeira vez que, nesses tempos difíceis, os responsáveis por ONGs de tantos países tiveram a oportunidade de trocar experiências e projetos. Mario Padron, um peruano convencido da importância dessas trocas e da necessidade de formação foi, até sua morte, o promotor dessas reuniões. Esse ex-diretor da ONG holandesa ICCO ampliou esses encontros, criando na Tunísia um centro de formação de quadros para ONGs. Engajei-me com seu trabalho, mas infelizmente sua morte



prematura pôs um rápido fim a essa ideia.

A reunião de Lima marcou-me também pela descoberta do mundo dos índios dos Andes. Fiz parte de um grupo que tinha como destino Cusco, a fim de visitar comunidades indígenas andinas, com a ajuda do instituto Bartolomeu de las Casas, dirigido por dominicanos. O pouco que eu sabia sobre os povos indígenas do Brasil era o suficiente para perceber a enorme diferença que os separavam dos multimilenários povos andinos, que tinham reinado nessas montanhas. O seu número, sua visibilidade social, política e cultural, apesar da perseguição espanhola, contrastava com a dispersão, o descarte e o massacre cultural e humano de tantos pequenos povos no Brasil. O Vale Sagrado, perto de Cusco, me pareceu uma síntese de centenas de milhares de anos de história, com suas culturas em níveis, seus sistemas de irrigação inteligente, a organização das vilas, seus sistemas de defesa, sua produção agrícola. Centenas de variedades de batatas, algumas apenas para a venda, outras para comer todos os dias, ou reservadas para festividades, algumas para comer apenas uma vez por ano (não tenho meios de me lembrar da data), algumas resistentes ao frio e ao tempo ruim, outras à seca... e então fomos a Machu Picchu. Era uma das principais cidades do império Inca, que dominou e esmagou outros povos, antes de a Espanha fazer com que sofressem o mesmo destino. Foi o silêncio da cidade morta e o voo do condor? A grandiosidade das montanhas em que se engastavam as ruínas? A profundidade do abismo e o verde vislumbrado da Amazônia? Ou uma história de vencedores e vencidos com notas de morte e esquecimento que me invadiu? Ou eu me descobrindo sul-americano e cidadão de um mundo em que temos de reviver? Machu Picchu permanecerá como uma das impressões mais fortes da minha vida.

Escuto o conjunto chileno *Los Javas* cantar *As alturas de Machu Picchu*, Pablo Neruda:

Sobe comigo, amor americano.

Beija comigo as pedras secretas

[...]

Vem ao meu próprio ser, à minha alba,

até as soledades coroadas.

O reino morto ainda vive.

*E no Relógio²³ a sombra sanguinária
do condor cruza como uma ave negra²⁴.*

Depois, na parte final:

*Dai-me o silêncio, e a água, e a esperança.
Dai-me o combate, dai-me o aço e os vulcões.
Trazei a mim os corpos como ímãs.
Acudi minha boca e minhas veias.
Falai pelo meu verbo e por meu sangue²⁵.*

A grande oportunidade que foi para a FASE ter criado laços sólidos com uma série de associações europeias de ajuda ao terceiro mundo nos impunha não manter apenas para nós essas conexões. Eu mantinha contato – ou me encontrava no Rio de Janeiro ou ainda no acaso de minhas viagens pelo país – com os responsáveis por pequenas associações ou pessoas que queriam iniciar um trabalho social, e tentava ajudá-los, se visse que era sério. Mais que isso, queríamos que a FASE fosse decisiva nas iniciativas de outros e se comprometesse com eles.

Eu já falei sobre nosso engajamento na CPT do Rio de Janeiro. Seu principal representante era um advogado, Miguel Pressburger, de origem judaica, só para lhes dizer que as etiquetas não colam por aqui. Militante político na clandestinidade, passou mais de três anos na prisão, de 1969 a 1973. O litoral sul do estado fluminense, naquela época ainda muito preservado – graças ao seu isolamento, sem estrada que ligasse diretamente à cidade do Rio –, integra a verde “Serra do Mar” com suas baías profundas, centenas de ilhas florestais, às cidades de Angra dos Reis e, especialmente, de Paraty, onde outrora chegava o ouro devido ao rei de Portugal. Paraíso cobiçado pelos ricos, que giravam como abutres sobre suas ilhas e baías. Os “urubus pousaram”; não havia mais espaço livre. O Club Med já estava lá, assim como dos proprietários do conglomerado Globo – que ainda decidem se chove ou se faz sol –, o famoso cirurgião plástico Ivo Pitanguy etc.

23 Os incas tinham construído da pedra um relógio solar, ainda hoje bem conservado.

24 Canto VIII, As alturas de Machu Picchu: Canto Geral. Fonte do poema traduzido para o francês: <http://cocomagnanville.over-blog.com/pablo-neruda-les-hauteurs-de-macchu-picchu>.

25 Foi usada aqui a tradução de Paulo Mendes Campos: Neruda, Pablo. Canto Geral. Rio de Janeiro: Difel, 1979. (N. do T.)

Ainda assim. Através de sua experiência e seu comprometimento total, Miguel conseguiu, com a ajuda de alguns moradores, “caiçaras”²⁶ camponeses e pescadores, interromper as invasões das comunidades costeiras e de uma ilha habitada, diante de Paraty. Voltei várias vezes a essa ilha para encontrar Zé, um pescador. Ele me mostrava sempre o pequeno terreno com os pés na terra e cabeça na floresta que tinha sido reservado para que Miguel aí fizesse sua casa. Claro, Miguel nunca aceitou a oferta, mas eu gosto de pensar que esse pequeno pedaço de paraíso mantém sua memória. De acordo com as últimas notícias, Zé já não sai muito com sua canoa. E ainda que a baía se tornou muito silenciosa. Uma vez, quando eu o acompanhava à pesca do camarão e me deleitava com o silêncio, ele me disse: “Mas não, o silêncio não é bom sinal. É porque não se ouve mais os barulhos dos peixes. Pescaram demais.”

A ação de Miguel ultrapassava o âmbito da CPT do Rio de Janeiro. Todos os seus contatos com os advogados dos movimentos sociais, somados aos da FASE, e a maior parte a serviço do campesinato, nos fizeram pensar em organizar uma espécie de congresso de advogados populares para estabelecer uma associação nacional, o que lhes daria a possibilidade de se apoiarem mutuamente e de ter alguma influência na saída da ditadura. Sucesso de participação, com a presença de Paul Bouchet, presidente da Ordem dos Advogados de Lyon, e a visita de Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco, idolatrado pelos cortadores de cana e as pessoas simples de seu estado, além de perseguido para ditadura. Infelizmente, não previmos que a reunião se tornaria uma disputa feroz de correntes políticas. Deixamos o ringue decepcionados. Miguel fundou uma ONG, Assessoria jurídica-popular (AJUP), que continuou seu trabalho e onde ele exerceu, especialmente junto aos numerosos estudantes de direito, uma influência extraordinária não só no plano prático, mas também ao abrir as fronteiras teóricas da legislação: se servir do direito inscrito nas leis, mas também criar novos direitos a partir das lutas sociais. É o direito insurrecional.

Em 1980 ou 1981, recebi na sede da FASE a visita de Jean Marc von der Weid, que retornava de um exílio de um ano. Jean Marc havia militado na Ação Popular (AP) e, embora fosse ilegal, tinha sido eleito

26 São os habitantes tradicionais do litoral sudeste e do sul do Brasil, formados a partir da miscigenação entre índios, brancos e negros.

presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1969. Feito prisioneiro no mesmo ano, ele permaneceu na prisão até ser trocado, em 1971, pelo embaixador suíço que havia sido sequestrado. Exilado na França, Jean Marc fez mestrado em Desenvolvimento Agrícola na Sorbonne e trabalhou como pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisa Agrícola (INRA). De volta para casa, procurando um trabalho que o mantivesse em contato com o campesinato, começou a descobrir o que aqui foi chamado de tecnologias alternativas ou adequadas, ao passo em que o modelo agrícola brasileiro era inteiramente dirigido pelas técnicas da revolução verde (monoculturas, agrotóxicos e adubação química, mecanização pesada).

Jean Marc contactou em seguida, Sílvio Gomes de Almeida, ele também ex-AP, exilado e seu colega no INRA. Assim ele se recordou: “Com ele (Sílvio), elaborei nosso primeiro projeto, aumentando o seu alcance não só para a produção agrícola, mas também para outras questões importantes para o campesinato: habitação, acesso a água de qualidade, energia, mecanização, transporte, galpões e silos etc., assim como a organização da produção e o acesso aos mercados... Jean Pierre concordou em apoiar essa proposta e se atreveu a acolher nosso projeto como ‘anexo’ de FASE. Esse caráter de anexo significava que não estávamos organicamente ligados à FASE e, portanto, não participávamos da vida interna e das instâncias de debate e de formulação programática da instituição... Jean Pierre fez os contatos necessários para que pudéssemos buscar os financiamentos necessários junto a agências internacionais que apoiavam a FASE, mas a responsabilidade de apresentar e negociar projetos com essas instituições, em geral ligadas a igrejas europeias relacionadas, era nosso.”

Seu projeto se chamava Programa de Tecnologias Alternativas (PTA). Era necessário partir do zero: buscar outras soluções que pudessem existir no Brasil, organizações (ONGs, setores de ação pastoral da Igreja Católica e da Igreja Luterana, sindicatos de camponeses) que as promovessem ou nelas se mostrassem interessados. Uma de suas estratégias de ação foi a de formar três núcleos: nordeste, sudeste e sul. Se no sul e no nordeste participavam as ONGs preexistentes, no sudeste, mais precisamente em Minas Gerais, o PTA incentivou a criação de ONGs. Isso me deu a oportunidade de não ser apenas o burocrata que facilita as coisas, mas também de me sentir plenamente

envolvido. Fui encarregado de acompanhar o núcleo formado por grupos de 5 a 7 pequenas associações dos três estados do sul, incluindo a ASSESSOAR de que já falei. Nossas reuniões periódicas serviam para discutir sobre as experiências, os problemas de cada um, a busca de soluções e a conjuntura econômica. Lentamente, caminhávamos para uma compreensão mais profunda das alternativas que conduziriam ao que chamamos de agroecologia. O PTA ampliava gradualmente seu raio de ação e sua capacidade de mobilização. Como não era possível integrá-lo à FASE, em 1988 Jean Marc criou uma nova ONG, voltada para a assessoria em tecnologia alternativa, a AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia.

Desculpem-me a loquacidade, mas acho importante situá-los. Fazemos então, um salto no tempo. Estamos em 2016. O Brasil se tornou o maior importador mundial de agrotóxicos: pesticidas e inseticidas sem qualquer controle sério, incluindo alguns já banidos da maioria dos países. O país também mergulhou na produção de organismos geneticamente modificados. Claro, são os grandes produtores e as indústrias ligadas à agricultura, apoiadas por políticos, que impõem esse modelo, mas os camponeses unicamente adeptos dos métodos de produção da Revolução Verde também utilizam esses produtos sem muito conhecimento, o que faz com que se tornem as primeiras vítimas a sofrer as consequências de suas aplicações e, além disso, propagadores de suas consequências mortais. Meus amigos da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), a partir de sua experiência, das pesquisas e trabalhos de campo, têm produzido relatórios implacáveis sobre as consequências para a saúde humana (e, claro, os pobres são os mais atingidos). E ainda, por falta de informação, mencionam relativamente muito pouco as consequências para os consumidores. Os meios de comunicação fazem quase tudo para esconder o problema, ou pelo menos nunca falam das causas de acidentes ou de mortes. Muitos camponeses são forçados a abandonar suas terras porque não conseguem produzir com a proximidade dos venenos; as fumigações aéreas de soja, algodão e milho arrasam outras culturas, casas e escolas. Alguns chegaram a morrer no local e muitos outros morrem aos poucos. E que esforço para provar que existe uma relação entre causa e efeito e, especialmente, para lhe dar algum

destaque. Em última análise, as perseguições e os processos judiciais estão à espera dos arrogantes que ousem atacar essas multinacionais. Vocês sabiam que neste momento (em março de 2016), na Europa “[...] as multinacionais agroquímicas estão bloqueando o acesso aos estudos e testes de nocividade de seus produtos, para impedir que todos tenham acesso a eles e para processar judicialmente qualquer associação, cidadão consciente ou cientista que ouse divulgar esses estudos a fim de denunciar publicamente os perigos das substâncias que são comercializadas na Europa? Isso foi votado pela Comissão Europeia e o Parlamento Europeu há algumas semanas, com a diretiva ‘segredo comercial’. Uma diretiva criada sob medida pelos lobistas e para os lobistas, foi aprovada pelos deputados em suposta garantia ‘do interesse público!’”, de acordo com a infatigável Associação POLLINIS²⁷. Imaginem o que pode acontecer no Brasil!

Portanto, temos quatro problemas: um modelo insensato que destrói o solo, a água, as florestas e ameaça a saúde humana; um domínio tirânico das grandes multinacionais sobre o futuro da agricultura e da alimentação no mundo; o desaparecimento do campesinato e de etnias, e, por conseguinte, da diversidade de ecossistemas, da variedade e da qualidade da nossa alimentação; e, por fim, um começo de epidemias (o câncer na primeira fila) causadas por agrotóxicos, mas que levarão muito tempo para serem reconhecidas. Li no início de maio de 2016: “De 2000 a 2013, duplicaram as anomalias de bebês no estado de São Paulo. De cada mil bebês, seis nasciam com esse problema, e já passamos para doze. No mesmo período, o uso de agrotóxicos quase dobrou, passando de 41 mil toneladas para 74 mil toneladas. A equipe montada pelo defensor público Marcelo Novaes acredita que esse crescimento paralelo não é uma simples coincidência.” Com o que ele está se metendo, devem pensar os executivos de multinacionais. E, no entanto, o defensor público é cauteloso. Há coisas piores, mas existem alguns pesquisadores que têm a coragem de enfrentar o sistema e os exércitos de advogados de grandes empresas.

Claro, os camponeses – “felizes sortudos” – se adaptaram a esse sistema, mas a que preço! Matar-se sem trégua a serviço e sob o comando de empresas do setor e das multinacionais. A isso se chama

27 cf. <http://www.pollinis.org/>. (N. do T.)

aqui de integração: o porco para tal caixa (e, a propósito, aproveitaram de uma doença dos suínos para forçar os camponeses a matar seus porcos “de fazenda”, muito mais saborosos) o frango para o outro, o tabaco... e assim por diante.

Já nos anos 80, estávamos convencidos, e agora estamos ainda mais, de que os camponeses não tinham voz em face do sistema dominante. Eles tiveram de encontrar um caminho alternativo. Ou faziam valer ou recriavam o seu conhecimento histórico, pois muitos deles eram herdeiros de práticas centenárias de convívio com o meio ambiente, de produção e de extrativismo²⁸ em bases naturais. Aos alimentos que não fazem mal à saúde, chamamos de “bio”. No Brasil, de “orgânicos”. E o orgânico é rejeitado pelo movimento agroecológico, por estar relacionado com a produção obtida sem agrotóxicos (ponho no mercado minhas saladas e os meus tomates orgânicos e eu faço a minha parte) apenas para aqueles que podem pagar mais. Meus colegas demonstraram que a produção agroecológica não custa mais, a não ser no início, quando se parte do zero; e que, se o sistema for repensado, é capaz de alimentar o conjunto da população. A agroecologia é mais do que isso. O camponês não observa mais apenas sua horta de saladas, seu pomar ou sua plantação de café, arroz ou feijão. Ele tem uma visão de conjunto de sua propriedade, porque o todo é transformado, o meio natural e a intervenção humana se complementam, formando uma simbiose que, em última análise, nos aproxima de nossas raízes e do planeta Terra.

Há 20 anos, fui participar de uma discussão sobre o trabalho de uma associação agroecológica no Rio Grande do Sul, a qual eu admirava à distância. Aproveitamos essa oportunidade para tirar férias e fomos convidados por uma família de colonos camponeses descendentes de italianos a passar alguns dias com eles. Com outras famílias da vila que também produziam de forma agroecológica, a cada semana eles enviavam ao mercado da grande cidade vizinha um caminhão repleto de produtos. A família e a propriedade nos encantaram. Os vinhedos com sua produção local, com o solo ainda protegido por um tapete verde; o pomar

28 A palavra portuguesa “extrativismo” poderia ser traduzida em francês como cueillette [colheita]. Mas se falamos de extrativismo dos frutos da floresta ou do cerrado, de espécies de árvores ou de madeira, falamos também do uso do modelo extrativo na exploração de minerais, do petróleo, da água.

de pêssegos, peras, tangerinas e maçãs mergulhado na vegetação, o que dispersa dos ataques de insetos; a horta que dá trabalho, mas produz mais do que se usasse agrotóxicos; o cultivo de milho que tanto servia para fazer a polenta quanto para alimentar os animais da propriedade; o bosque de eucaliptos para as necessidades da fazenda; a reserva florestal de espécies da mata original; as águas de duas fontes... Seria perfeito se não houvesse no topo da colina uma granja convencional cujos dejetos poderiam servir para enriquecer o solo. Essa granja ficará fora da associação agroecologia até que tudo esteja em ordem. Para mim, quando os jovens adotam o projeto dos pais é o melhor dos mundos. Lá, eles trabalhavam com seus pais; o jovem queria fazer a faculdade de filosofia.

Mais tarde, fui com um colega a Rondônia, na cidade de Ouro Preto do Oeste, para fazer a avaliação de uma cooperativa agroecológica, produtora de palmito. Trinta anos antes, Rondônia ainda fazia parte da Floresta Amazônica. Fomos visitar alguns camponeses membros da cooperativa. A estrada de terra corria ao longo de pequenas propriedades, com culturas miseráveis de café e algumas vacas também lamentáveis; quase nenhuma árvore; uma paisagem desoladora. Ao longe se perfilava uma mata: chegamos à propriedade de um entusiasta membro da cooperativa. Ele combinava a sua plantação de palmeiras com outras árvores frutíferas, algumas culturas para consumo doméstico e venda na sede da cidade, além de algumas vacas, tudo minuciosamente gerido. As fontes secas tornaram a jorrar, a matéria orgânica enriquecia o solo, a diversidade de espécies de plantas e de árvores crescia. Perguntei às duas meninas da casa o que elas pensavam fazer de suas vidas: “Vou estudar agronomia e agroecologia para trabalhar aqui com meus pais”; “Quero ser professora primária para ensinar aqui.” Nesse caso, houve um duro golpe. O diretor da pequena fábrica da cooperativa que processava o palmito bruto e o vendia fugiu com o dinheiro.

De fato, os obstáculos são grandes. Em 2003, tomei a Transamazônica em direção a Anapu, para visitar, com a Irmã Dorothy, famílias que estavam implantando a agroecologia e uma associação em que os sucos de frutas e também as frutas secas eram preparados por mulheres. Uma propriedade chamou nossa atenção pela complexidade e qualidade do sistema de produção desenvolvido

pelo fazendeiro e sua esposa. Segundo as últimas informações, eles não resistiram. Seus vizinhos tinham vendido seus lotes, dando lugar a um grande fazendeiro, que na estação seca ateou fogo em suas pastagens para recondicioná-las (!). Mas o fogo não parou nos limites e exterminou a esplêndida propriedade dessa família.

Apesar disso, se nos anos 80 ainda era difícil de reunir algumas dezenas de interessados, a Associação Brasileira de Agroecologia tem hoje centenas de agrônomos e membros estudantes, e organiza conferências com a participação de mais de mil pessoas. A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) reúne movimentos, associações e ONGs e se fazem presentes em todo o território. O governo, sob a pressão coletiva, criou programas para o desenvolvimento da agroecologia. Jean Marc von der Weid escreveu recentemente que os grandes produtores “cujo sistema produtivo é baseado em agroquímicos, espécies transgênicas e moto-mecanização pesada estão condenados a desaparecer por causa de sua dependência de insumos cujas reservas estão próximas do fim, e por causa do impacto destrutivo de suas práticas no solo, na água e na biodiversidade”.

Um dia – era 1981? – recebi na FASE Herbert de Souza, conhecido pelo nome de Betinho, e Carlos Afonso, de volta do exílio e que tinham acabado de criar, com Marcos Arruda, uma ONG, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, o Ibase, que se dedicaria à informação e à produção de estudos independentes. Faltavam-lhes os meios. Exilado em Toronto, Carlos Afonso tinha sido meu tradutor em reuniões do conselho da ICFID. Especialista dos novos meios de comunicação, é um dos maiores defensores e ativistas da democratização da Internet. Quanto a Betinho, eu sabia que ele era o irmão do Henfil – cartunista que tinha driblado a ditadura e de quem todos gostávamos –, e do Mario, músico. Nada diz mais do que *O bêbado e o equilibrista*, essa canção de Aldir Blanc e João Bosco, imortalizada por Elis Regina, uma das nossas maiores cantoras, que infelizmente nos deixou muito cedo. Essa canção de se tornou uma espécie hino contra a ditadura e pela anistia.

Meu Brasil!

Que sonha com a volta do irmão do Henfil

Com tanta gente que partiu

Num rabo de foguete
Chora
A nossa Pátria mãe gentil
Choram Marias e Clarisses
No solo do Brasil
Mas sei que uma dor assim pungente
Não há de ser inutilmente
A esperança
Dança na corda bamba de sombrinha
E em cada passo dessa linha
Pode se machucar
Azar!
A esperança equilibrista
Sabe que o show de todo artista
Tem que continuar.

Betinho, mineiro, se juntara, como muitos jovens cristãos politicamente engajados, à Ação Popular, organização política clandestina. Depois de muitas peripécias – além do fato de ser, como seus irmãos, hemofílico –, ele se exilou no Chile, onde trabalhou com o presidente Allende, e, com o golpe militar, conseguiu fugir para Embaixada do Panamá. Do Panamá, ele foi ao Canadá e em seguida ao México.

Seu projeto de ONG me seduziu: tínhamos tanta falta de estudos e informações! Propus uma reunião com colegas de outras ONGs do Rio de Janeiro para que fosse dado nosso apoio coletivo, o que traria mais peso para os doadores. O Ibase cresceu rapidamente e se tornou uma das principais ONGs no Brasil. Mantive-me sempre muito próximo, sendo uma espécie de consultor permanente nos anos 80 e parceiro em muitas ações conjuntas ao longo do tempo. Betinho dedicou seus últimos anos à luta contra a fome, criando e mantendo viva a campanha “Ação da Cidadania contra a Fome, a miséria e pela vida.” Esse movimento que mobilizou pessoas e instituições de todos os setores da sociedade permitiu que o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), que reúne organizações públicas e da sociedade



civil, se tornasse um dos poucos conselhos que desempenha um papel de fato efetivo; e a pressão exercida sobre os poderes públicos teve bastante influência para que o primeiro governo Lula implementasse um amplo programa de garantia de renda mínima às famílias em situação de pobreza extrema, o “Bolsa Família”, reduzindo consideravelmente os índices de miséria e de grande penúria.

Não é desse homem público de quem eu quero falar, mas do Betinho amigo, mesmo que eu tenha me distanciado dele em seus últimos anos de vida. Nada fora do comum, se não tivesse havido em nosso relacionamento um daqueles mistérios trazidos pela vida. Eu estava muito próximo quando ele soube em 1986, se bem me lembro, que ele e seus irmãos hemofílicos, e muitos outros com eles, eram portadores do vírus da AIDS. Ele mencionou então um pesadelo que teve: o de estar num avião em queda vertiginosa, mas que mesmo assim parava antes do desastre. Porém, ele não se alongava nesse drama e, logo, cheio de humor, nos contava uma boa história em torno de uma cerveja “estupidamente gelada”, como se diz no Brasil.

Um dia, a caminho do Ibase, Betinho me perguntou insistentemente como estava o meu coração, se eu não estava me sentindo mal. E eu:

– Não, creio que não; estou apenas cansado. Mas por que você pergunta?

– Essa manhã bem cedo eu acordei e disse a Marie que tinha que falar com você assim que possível, pois tive um sonho absolutamente claro: você tinha um problema cardíaco grave.

Quatro dias antes, Noêmia tinha me contado um pesadelo: eu chegava, abria a porta e aparecia com a camisa ensopada de sangue. Tive muito medo. No dia seguinte, foi a vez Isolina, irmã de Noêmia, telefonar: “ontem, fui ao centro espírita e recebi uma mensagem. A vida de Jean Pierre está em perigo”. Como disse então Noêmia: “Você não acreditou em nós, mas no Betinho...!” O diagnóstico do médico não seria tão grave: fadiga extrema: “Vá descansar o mais rapidamente possível”.

Quinze dias antes de sua morte, em 1997, eu tive um sonho em cores de cujos detalhes me lembrei inteiramente ao acordar. E essa foi a única vez na minha vida que isso aconteceu. Sob uma árvore de copa enorme, havia uma casa redonda, com muitas janelas pequenas, um pouco no estilo japonês da casa que Betinho e sua esposa tinham construído para o seu descanso. Suavemente, essa casa começava alçar voo, com Betinho à janela sorrindo e acenando. Tive ainda a oportunidade de lhe dizer, justamente a ele que perdera sua fé: “Betinho, você vai viver em nós, pois vamos continuar a defender os seus ideais e lutar por eles”.

Em 1983, numa reunião do Conselho de ICFID, pediram-me para encontrar um jovem chefe de uma mineradora (aliás, ele também era fã do cinema brasileiro, o que o levou a organizar um festival em Toronto). Ele me disse que dava apoio a uma associação de mulheres de Belo Horizonte, que promovia e cuidava de creches comunitárias, e gostaria que eu fosse à capital mineira para discutir com elas e ajudá-las a melhorar o seu trabalho, caso necessário. Entrei em contato com Ângela Pezzuti, importante funcionária da Universidade Federal de Belo Horizonte e uma das responsáveis pela associação, e que se tornou uma grande amiga. No contexto da época e ainda hoje, as mulheres do meio popular, forçadas a trabalhar por estarem à frente de suas famílias ou para completar o miserável salário de seus companheiros, não têm outro recurso a não ser deixar os filhos pequenos aos cuidados de um irmãozinho ou uma irmãzinha. Aos poucos, a pressão social sobre os governos locais obrigou o poder a abrir creches, mas em número absolutamente insatisfatório.

Em 1985, Murilo Pezzuti, sobrinho de Ângela e morador em Cuiabá, no Mato Grosso, entrou em contato comigo. Murilo e seu irmão Ângelo eram filhos de Carmela Pezzuti, todos os três militantes políticos. Carmela foi capturada várias vezes pela ditadura, sendo barbaramente torturada. Libertada durante o sequestro do embaixador suíço no fim de 1970, ela foi banida, exilando-se no Chile e, em seguida, na Itália. Seus filhos, que a haviam influenciado para que ela entrasse para a organização clandestina, também foram presos e torturados. Antes de sua mãe, eles tinham sido trocados contra a liberação do embaixador alemão, exilando-se ambos na França. Ângelo morreu em

Paris, vítima de um acidente de moto. Murilo tinha ouvido falar da FASE, inclusive por sua tia, e queria reunir-se comigo para apresentar um projeto de trabalho em Mato Grosso com o campesinato. Não me lembro mais se fui a Cuiabá encontrar a ele e a sua esposa, também participante do projeto. O fato é que em julho de 1987, juntamente com Noêmia (como de hábito), pegamos a estrada para Vila Bela da Santíssima Trindade, às margens do Guaporé, quase na divisa com a Bolívia. Em 1752, em virtude das riquezas minerais descobertas na região, Portugal se apressara em criar a Capitania de Mato Grosso, instalando sua capital em Vila Bela, tanto para garantir a posse de ouro quanto para evitar que os espanhóis invadissem a região. Infelizmente, as doenças, a distância e o afastamento das rotas comerciais levaram os “brancos” a abandonarem a vila, deixando para trás casas, comércio e escravos para se instalarem em Cuiabá.

Quando deixamos a estrada quase nova em folha que leva a Porto Velho, em Rondônia, tomamos um caminho que, ao atravessar o cerrado²⁹, chacoalhava como uma montanha russa. De passagem vimos um magnífico tamanduá-bandeira, o maior dessa espécie. Chegamos a uma vila semiadormecida, onde quase todos são negros, em virtude do que explicamos acima. O lugar é formidável para o turismo, mas seria de fato uma boa escolha para um trabalho social? Após muitas vicissitudes, a equipe se instalou numa cidade próxima à estrada e, finalmente, em Cáceres, na fronteira com o Pantanal. Ao ir a Cáceres para encontrar o bispo e obter seu apoio, Carmela, que se juntara a seu filho, e eu, tomamos um ônibus para uma viagem de três ou quatro horas. Tarde demais descobrimos que o motorista estava bêbado. Foram três horas balançando no escuro, numa estrada que, felizmente, era pouco frequentada. Tínhamos um acordo com alguns passageiros para, durante uma parada, jogá-lo para fora do ônibus. Não funcionou. Sim, a fronteira de ocupação da Amazônia brasileira é cheia de surpresas desse tipo. A equipe continua até os dias de hoje ajudando, entre outras, comunidades de camponeses sem terra que conseguiram se instalar, produzir de forma orgânica e vender uma parte da sua produção para as escolas municipais. Uma dessas comunidades, depois de conquistar o

29 O cerrado é o segundo ecossistema brasileiro, do tipo savana, e cobre toda a parte central do Brasil. É considerado como o grande reservatório de água do país. Na estação das chuvas, as águas são armazenadas no solo, alimentando os principais rios e riachos.

acesso à terra, se viu ameaçada, de um lado, por grandes produtores de soja que os envenenam com a sua pulverização aérea de glifosato e, do outro, por uma companhia mineradora que deseja extrair ferro de suas terras e, claro, contando com o apoio das autoridades.

Desde 1500, quando a terra a ser chamada de Brasil foi conquistada pelo reino de Portugal, seu destino já estava selado. Mataremos e caçaremos os índios de suas terras, e os poderosos por nascimento ou por violência serão os donos do país e da terra. Nasceram assim o latifúndio e os latifundiários, também chamado de “coronéis”, senhores do poder político local ou regional. Eles fizeram de tudo para impedir que as terras fossem atribuídas aos pequenos. Houve revoltas periódicas, mas no geral, com a exceção da colonização do século XIX, que permitiu aos imigrantes de outros países se instalem aqui, particularmente no sul, o acesso à propriedade rural foi proibido às massas humanas do campo.

No sul, ecoava desde os anos 70 a cólera dos pequenos fazendeiros que viviam miseravelmente alugando um pequeno pedaço de terra, além dos trabalhadores rurais pagos por empreitada, meeiros, ocupantes de terras indígenas etc. Eles exigiam o acesso à propriedade da terra. Apesar da censura, eles trouxeram à luz suas lutas: um grande acampamento na Encruzilhada Natalino foi reprimido. O exército, soubemos mais tarde, enviou o Major Curió, já distinguido na repressão à guerrilha do Araguaia. Em 1981, foi a vez do acampamento Ronda Alta. Outras ações mais modestas se propagaram, especialmente para tentar resistir à barragem de Itaipu. Líderes se formavam e se multiplicavam; tudo estava pronto para um salto maior. Em 1984, realizou-se um primeiro encontro nacional no qual se decidiu criar o Movimento Nacional dos Sem Terra, o MST. Seus princípios e objetivos: a luta pela terra, a Reforma Agrária, o socialismo. Acompanhei o movimento à distância, pois conhecia seu principal líder, João Pedro Stédile. Gaúcho, filho de camponeses, economista, ele participava dos movimentos da Igreja Católica e era conselheiro da CPT quando assumiu plenamente a luta pela terra.

Em 1985, o MST organizou seu primeiro Congresso Nacional. Fui convidado e juntei-me à delegação do Pará, que eu conhecia bem e de cujas ideias eu compartilhava na ocasião. No Pará, como o movimento passava pelos sindicatos de camponeses e aqueles que não

tinham acesso à terra a ocupavam de qualquer maneira, adentrando a floresta, sua decisão foi a de não entrar no MST. A FASE, de todo modo, reconhecia a validade de todas as estratégias dos camponeses, diferentes de acordo com a região e, portanto, continuou a apoiar o MST, mesmo não trabalhando diretamente com ele. Pouco a pouco, comecei a participar nas reuniões organizadas pelo movimento. Muito mais tarde, em 2001, eu me senti preparado o bastante para escrever um artigo, *Por uma reforma agrária sustentável*³⁰. O texto chamou a atenção de João Pedro Stédile, que me convidou para apresentar minhas ideias num encontro latino-americano organizado pelo MST. Eram muitas novidades para que a maioria dos presentes expressasse seu entusiasmo. Sem dúvida, foi por isso que, anos mais tarde, Noêmia e eu fomos mais uma vez convidados pelo MST para participar, no centro de formação do movimento, de um seminário sobre agrotóxicos. Por eu não ser especialista no assunto, resisti; além disso, não queria tomar o lugar de alguém mais qualificado do que eu. Meus colegas me disseram que eu não tinha escolha: o convite era irrecusável. Surpresa. Uma homenagem nos esperava, com uma bela e comovente cerimônia, e João Pedro dizendo que, apesar de eu não saber, eu era muito importante para o MST. Em vez de placa comemorativa, plantei uma árvore na Mata Atlântica. Espero que ela cresça reta.

Uma de nossas maiores escritoras, Clarice Lispector, escreveu em 1957 a um amigo: “Sofrimento não é caminho, sofrimento como caminho só se pode falar no passado, dizendo sofrimento *foi* caminho, só se torna ‘caminho’ se levou a alguma coisa.”³¹ Nossa viagem ao Mato Grosso (1987) foi muito dolorosa para mim, com minha hérnia de disco lombar se mostrando agressiva. Passei alguns meses com essa dor, com o médico hesitante sobre a necessidade de uma operação. E então as coisas pioraram. Eu não conseguia mais ficar de pé. O que fazer? Como ir para a emergência de um hospital público, tendo medo do que fariam comigo? Era tarde demais para resolver tudo isso naquele momento: um feriado prolongado de três dias fez com que a classe média sumisse da cidade,

30 Em português, como, aliás, em inglês e nos países anglo-saxões, utiliza-se a palavra “sustentável”, que tem se mantido válida ao longo do tempo. A palavra é mais rica de sentido do que a francesa “durable”.

31 n: Sabino, Fernando. Cartas perto do coração. Fernando Sabino e Clarice Lispector. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 192. (N. do T.)

e Noêmia não conseguiu entrar em contato com nenhum amigo ou médico. No sábado, lembrei-me de um poema de Baudelaire:

*Sê sábia, ó minha Dor, e queda-te mais quieta.
Reclamavas a Tarde; eis que ela vem descendo:
Sobre a cidade um véu de sombras se projeta,
A alguns trazendo a angústia, a paz a outros trazendo*³².

A dor aumentou, mas não me dominava. Aguardei o fim da tarde, pensando que a noite viria me ajudar a relaxar. Estava atento aos sons da cidade que me rodeava, me fazendo sentir a vida pulsante. Domingo: a dor aumentou; agarrei-me aos ruídos externos, aos rostos e às palavras ao meu redor para que não me deixassem em paz com a minha dor. Viajei em minhas viagens, convocadas com urgência para me socorrer, mas foram impotentes. Minha perna atravessada por uma lâmina ardente “repousava” sobre uma cadeira. De tempos em tempos, eu me virava para o lado e isso me trazia alívio. A noite chegou e a dor ganhou potência. Pensei nos prisioneiros políticos submetidos ao “pau de arara”, suspensos por uma barra de ferro pelos pulsos e pela dobra dos joelhos. E eu suspenso numa cadeira, alucinado, moído e ébrio de tensão e fadiga, chorando ou gemendo. Segunda-feira: eu não sentia mais meu corpo; ele era apenas a dor; a lâmina ardente que ia e vinha, que girava e retornava ao que eu chamava de rins, de coluna e de perna, e que não eram mais que magma infernal do vulcão escaldante. A cidade também desapareceu, meus próximos, Noêmia e minha cunhada, tão atenciosas, não eram mais nada para mim. Tornei-me apenas um pingo de humanidade arrasado pelo anjo da morte. Terça-feira: através de um amigo, Noêmia entrou em contato com um anestesista. Ele prometeu vir assim que terminasse de receber seus pacientes. Pedi a Noêmia para deixar uma vassoura ao lado da cama; se eu precisasse de alguma coisa, cutucaria a porta. Queria ficar sozinho para a última luta. Estava exausto; chorei ou solucei, mas não cedi, não me abandonei às forças da morte. Eu iria resistir, iria vencer. Fiz um esforço para sair da dor e me dizer que eu existia. O anestesista chegou apenas no fim da tarde. E disse a Noêmia que eu poderia ter morrido. A equipe que participou da cirurgia desceu ao meu quarto



me perguntando como eu tinha resistido, porque a ciática não estava simplesmente pinçada, mas rasgada. Três semanas mais tarde, em minha caminhada diária na rua ao longo de grades de construção, quando uma senhora idosa olhou para mim e não me abriu passagem, percebi que eu estava pronto para uma nova etapa. “Sofrimento só se torna caminho se levou a alguma coisa.” Sim, talvez eu tenha aprendido algo sobre a fragilidade humana e em contrapartida sobre a capacidade dos seres humanos de resistirem ao tempo. Navegar entre os dois polos não faz, no fim das contas, a nossa grandeza?

Eu havia decidido deixar a vice-coordenação da FASE no fim de 1987, porque pensava que a renovação dos quadros devia ser um objetivo permanente das ONGs. Maria Emília Lisboa Pacheco, que trabalhava e militava na FASE desde o fim dos anos 70, tomou o meu lugar. O presidente do Conselho era então o meu professor e amigo Cândido. Ele saiu do Conselho e eu da coordenação, e passamos a trabalhar juntos como “assessores” da FASE. Tínhamos preparado em conjunto um projeto de estudo sobre a formação em políticas agrícolas no Brasil, porque vimos que os movimentos camponeses estavam distantes desse tema tão importante para o seu futuro. Nosso projeto foi aprovado pela Comissão Europeia em Bruxelas através de uma associação francesa. Nós nos lançamos com entusiasmo no trabalho. Um grande encontro com líderes camponeses do nordeste mostrou o acerto da nossa escolha de formação em políticas públicas. Infelizmente, a associação francesa se mostrou negligente e se “esqueceu” de dar sequência ao nosso projeto. Que frustração. Sem dinheiro, Cândido respondeu positivamente ao insistente chamado de Betinho para assumir um cargo de liderança no Ibase e, assim, eu me vi sem nenhum projeto. Não por muito tempo, pois sentimos no ar que algo está sendo gestado.



Entrevista à imprensa em Belo Horizonte, após audiência pública na Assembleia Legislativa de MG, em 2004. Foto: Daniel Ribeiro Silvestre

4. A ilusão do desenvolvimento Sustentável. A Rio 92 e nós

Nos anos 80, na FASE, não estávamos atentos o bastante ao que se passava no plano internacional, fora da América Latina, pois sabíamos que nossa capacidade de intervenção nesse nível era próxima de zero. Foi tardiamente, portanto, que soubemos que iria se realizar em Nova Friburgo, na região serrana próxima ao Rio de Janeiro, o segundo encontro do Fórum de ONGs brasileiras, preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Percebemos que apenas as associações ligadas ao meio ambiente estavam se mobilizando. A própria FASE em seu conjunto não manifestou grande interesse pela questão. Ainda assim, obtive o sinal verde para... para que mesmo? Veremos mais adiante. Eu não pertencia ao pequeno mundo dos ambientalistas. Eu não passaria de um estrangeiro no ninho, mas a FASE e eu tínhamos de todo modo algo a apresentar, ainda que em geral as equipes estivessem distantes das questões de meio ambiente: nossa presença histórica na Amazônia, nosso apoio à agroecologia e talvez, sobretudo, um novo programa na cidade de Gurupá, nas margens do rio Amazonas, próximo à sua embocadura.

Em 1987, a associação italiana Laici solicitou que eu encontrasse alguém para fazer um diagnóstico da cidade de Gurupá, sob a demanda do sindicato de agricultores local. Indiquei a eles Paulo de Oliveira Jr., de São Paulo, agrônomo que eu conhecera no sudoeste do Paraná em 1977 e a quem eu tinha me afeiçoado. Participei então ativamente de um grande encontro cujos resultados do diagnóstico feito sob sua coordenação seriam apresentados e discutidos com os “camponeses”. Não é a palavra ideal, pois significa muito pouco diante da variedade de origens — poderíamos também dizer de identidades — presentes. Havia ali quilombolas com seus costumes e sistemas de produção ancestral; “extrativistas” que partilhavam entre si a pesca e a colheita da floresta; pessoas que viviam em “terra firme” e outras, em várzeas; agricultores que completavam seus ganhos com a colheita na floresta ou com a pesca. Faltavam apenas os índios, exterminados havia muito tempo. O diagnóstico fez com que rapidamente Paulo apresentasse um projeto à associação italiana. Ele tinha sido capturado pela Amazônia,

e Gurupá ganhava um excelente profissional. Não sei mais quando o projeto foi incorporado à FASE, um pouco como uma peça que tinha sido trazida por não se inserir no programa da equipe de Belém. Quanto a mim, eu estava convencido de que as comunidades rurais/florestais da Amazônia brasileira não teriam futuro se não conseguissem mostrar que eram indispensáveis à conservação dos ecossistemas amazônicos, e eu já tinha apresentado essas ideias em artigos e conferências.

Assim, em maio de 1990, reunidos em São Paulo, um pequeno grupo havia criado o Fórum Nacional de ONGs. Em setembro de 1990, ocorreu a segunda reunião do Fórum, num hotel nas montanhas de Nova Friburgo, na Serra. Nesse mesmo mês, a temperatura da serra estava excepcionalmente fria, e a maior parte dos presentes, inclusive eu, não tinha pensado nisso. As divergências, em compensação, elevaram a temperatura dos debates a um grau máximo. Ainda que eu fosse desconhecido da maioria, consegui fazer duas ou três observações que me pareciam de bom senso. Tratava-se de definir o que o Fórum faria, mas a agitação era muito forte, e nossa reunião corria o risco de naufragar totalmente, nos deixando penalizados, com a obrigação de escolher outra data para tomar as decisões. Como estávamos no estado do Rio de Janeiro, os debates eram dirigidos por uma ONG fluminense, orientada para a defesa da Amazônia, criada na época da ditadura por ex-militares expulsos do exército por indisciplina; de fato, por não estarem de acordo com o golpe de Estado. Felizmente, esses “veteranos” compreendiam que as fardas mofando em seus armários não lhes davam garantia de autoridade, e pediram para que a reunião fosse suspensa. Conciliábulos... Voltamos a nos sentar e o porta-voz propôs que eu assumisse a direção dos trabalhos, proposição que alcançou a unanimidade. Imaginei que muitos dos presentes deviam pensar “pouco importa”, mas tudo menos o fracasso total! Ao me sentar à mesa diretora do encontro, o frio me caiu sobre os ombros, e minhas mãos pareciam atadas. Mas me saí muito bem. Isso me valeu a gratidão eterna da velha guarda a quem eu tirei de uma situação delicada. Elegemos uma coordenação coletiva provisória, e me pediram para integrá-la. Dedicamos as primeiras reuniões do Fórum especialmente a discutir uma plataforma comum. O governo também apresentaria seu relatório, mas nós queríamos algo mais crítico.

Isso pode parecer bastante simples, mas estavam reunidas organizações que nunca haviam se encontrado. Os ambientalistas de bom grado se diziam promotores da Conferência. Alto lá, companheiros! Trata-se de desenvolvimento e de meio ambiente, termos agregados pela Comissão, presidida pela norueguesa Gro Harlem Brundtland, ao falar de desenvolvimento sustentável no relatório encomendado pela ONU: “O desenvolvimento sustentável é o que assegura as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades.” Era suficientemente vago para que todo mundo aceitasse essa definição e sua consequência: todos tinham o direito de participar do Fórum. Pessoalmente, eu não estava de acordo com as afirmações do relatório Brundtland, mas não era o momento de entrar em detalhes, ainda que seja apenas ao encará-los que encontramos os problemas. O desenvolvimento, identificado ao seu crescimento, destrói o planeta, e é uma ilusão crer — que cremos de fato ou que cremos justamente o que querem que nós acreditemos — que ele vai extinguir ou pelo menos reduzir as desigualdades. Quanto ao sustentável, bastaria criar as condições para poder reproduzi-lo *ad aeternum*. O que estamos vendo em meados de 2016 mostra o caminho... nos documentos produzidos pela Conferência do Clima de Paris de 2015. É verdade que nosso relatório, sobre o qual ainda falarei, construído por um coletivo, irá muito mais além daquele da sra. Brundtland.

Havia um problema a ser resolvido: definir que membros formariam a coordenação definitiva. Creio me lembrar de que ela foi definida durante a reunião seguinte: vinte pessoas. Era muito, mas foi necessário acomodar os diferentes setores: negros, mulheres, militantes históricos, representantes de ONGs muito atuantes, pessoas de diferentes regiões etc. Os povos indígenas, que tinham um espaço próprio, não estavam presentes. Em vão indiquei que seria necessário designar pessoas para me ajudarem a “carregar o piano”, como se diz no Brasil, isto é, que não reclamassem do trabalho, mas havia sempre os que acreditavam estar acima desse tipo de tarefa. Participava também um nordestino que não confiava em ninguém. Muito depois da Conferência, ele continuou a exigir que a FASE, isto é, eu, fizesse prestações de contas bastante detalhadas. Muitos riam,

eu um pouco menos. Eu estava contente em ver que o movimento negro tinha indicado uma mulher que exercia um papel importante no “candomblé”, com quem eu me entendia bem. Surpresa: ela foi substituída por um homem que estava acima dela na hierarquia religiosa. O estado de Minas Gerais estava representado por uma ambientalista, Katia Drager Maia, que se tornou meu braço direito por vários anos e uma amiga próxima. Sem esquecer de Myryam Prochnof, filha de um pequeno agricultor e ambientalista de Santa Catarina.

O Fórum tinha necessidade de recursos e também de uma ONG que pudesse gerir esse dinheiro. A FASE foi indicada, e aceitou. Mas era também necessário ao Fórum um secretário. Por que não Jean Pierre, pois ele mora no Rio de Janeiro e trabalha na FASE? A Fase me liberou. Por sorte, empregamos como secretária, Tania Pacheco, que veio a se tornar uma amiga para todas as horas. Muito organizada, ele evitou muitos problemas para mim, além de exercer uma influência discreta. E nosso escritório? Foi cedido um andar do prédio anexo ao Palácio Presidencial, que tinha ficado sem uso com a transferência da capital para Brasília. Estávamos há dez metros do quarto em que o Presidente Getúlio Vargas se suicidara em agosto de 1954. Ele deixou a seguinte carta-testamento: “Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História”. Em seu primeiro governo, Getúlio Vargas foi de início ditador, em seguida democrata e depois mais uma vez ditador; no segundo, depois da guerra, já democrata. O Brasil conheceu um período frágil e uma democracia acidentada e instável entre 1954 e 1964. E eis-nos, enfim, num período democrático que nos parece mais sólido, pela primeira vez.

Nas instâncias superiores, o governo se deu conta de que nosso Fórum era um movimento sério. Havia sido nomeado um pequeno grupo de embaixadores para avaliar em que ponto de preparação o Brasil se encontrava, se deixaria boa impressão aos olhos dos Grandes desse mundo; ou se mais uma vez seria imposto o “já havíamos previsto! Esses países subdesenvolvidos são incapazes de fazer as coisas direito.” Esses senhores convidaram uma pequena representação do Fórum para um jantar no restaurante de um chefe francês, Claude Troisgros. E nos vimos à mesa, com um colega representando a coordenação, Tony em nome do Fórum Global, e eu como secretário, mais interessados



no menu do que nos embaixadores. Nosso apetite, desculpem, nossa apresentação, ainda assim os impressionou bastante. Note-se que dos três, havia um inglês e um francês. A esse respeito, durante uma conferência na Normandia, alguém havia me perguntado se eu não me mostrava colonialista, sempre dizendo “nós, nós, nós”. O Brasil se distingue de todos os países latino-americanos que eu conheço. Ninguém jamais vai questionar sua identidade e seu direito a se pronunciar como um brasileiro qualquer. Aliás, sim: o comissário da Polícia Federal de Santarém fez menção à minha dupla nacionalidade, e muito mais tarde, um dissidente do Partido Comunista num debate público tentou incessantemente anular os bons fundamentos de minha fala me denunciando como gringo.

Faço um resumo do que considerávamos como prioritário, se não me falha a memória: primeiro, nos apresentar coletivamente como a sociedade civil (reunindo 1.200 organizações) que queriam se afirmar como um ator das decisões a serem tomadas pelo governo brasileiro no contexto da Conferência das Nações Unidas – Rio 92. Em segundo lugar, considerar produção coletiva de nosso relatório como um dos instrumentos, o que pode ajudar ONGs e movimentos presentes na Conferência oficial a se munir de argumentos. Por fim, participar ativamente da organização do Fórum Global, e sobretudo, em seu interior, de um Fórum Internacional.

Um suíço (o Q.G. da Conferência Oficial era na Suíça) se apresentou como sendo o organizador do Fórum Global que seria organizado durante a Conferência. Não tínhamos a menor vontade de deixar que estrangeiros decidissem sozinhos o que seria feito. Mas, entre nós, quem assumiria o desafio? Tony Gross, encarregado inglês de uma das principais ONGs do Fórum, o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), nos disse que teria prazer em ocupar o lugar. Ufa! Nosso suíço aceitou de bom grado a intervenção que fizemos, que tinha dois objetivos: tentar evitar que o Fórum Global fosse invadido por empresas supostamente verdes e, sobretudo, que nesse espaço pudesse se realizar um “Fórum internacional” em que as ONGs e os movimentos sociais conseguissem organizar atividades, digamos, mais políticas. Alguns colegas entraram no coletivo internacional da ONG encarregada de preparar o Fórum. Nem por isso o conjunto

do nosso Fórum deixou de acompanhar essa construção. Debates sobre o assunto durante nossos encontros. Esse Fórum internacional foi sendo, pouco a pouco, construído e consolidado mediante reuniões regionais em alguns países e principalmente graças à Conferência de Paris, organizada na França, em 1991, e que reuniu 850 representantes de ONG de todo o mundo. Nós estivemos presentes.

Claro que o resultado foi um pouco heterogêneo: três grandes declarações e 45 “tratados”, assim chamados à imagem dos Tratados oficiais, mas também afirmando nossos engajamentos com os conceitos partilhados. Além disso, eles foram a preparação para novas redes associativas³³. Parte desses tratados passa em revista as principais questões do desenvolvimento e do meio ambiente; outras tratam de questões transversais, mulheres, povos indígenas, juventude e infância, população, racismo, militarismo e urbanização.

Voltemos, porém, ao relatório brasileiro. Mobilizamos para a redação sucessivos esboços bem preparados de colegas de ONGs, o que se tornou o tema principal de nossos encontros nacionais. Ao acabar de folheá-lo, dei-me conta de sua atualidade: questionamento do desenvolvimento, denúncia do modelo agrícola, submissão do poder político às forças econômicas, desigualdades persistentes, destruição do ambiente, cidades à deriva, marginalização das mulheres, povos indígenas e negros, condenação do nuclear etc. Estávamos bastante prontos tanto para o Fórum internacional quanto para a Conferência oficial.

Terminada a Conferência das Nações Unidas para o Meio-Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) — Rio 92, todos voltamos para nossas casas. As 1.200 associações de nosso Fórum foram reduzidas às 300 que tomaram gosto pela ação coletiva. Apesar de todos os esforços e a publicidade possibilitada pela Rio 92, não se pode dizer que os enormes problemas ambientais de que o país padece e que afetam sobretudo os pobres tenham mobilizado as massas e as autoridades. Tínhamos de fazer alguma coisa. O Fórum foi rebatizado de “ONGs e movimentos sociais para o Meio-Ambiente e o Desenvolvimento”. Continuei a integrá-lo, tentando manter e, ao mesmo tempo, aumentar

33 Eles foram editados em francês: *Sommet de la Terre*, Rio de Janeiro, junho de 1992. “*Traités des Organisations Non gouvernementales et des mouvements sociaux*”. CEDI Collectif Environnement Développement International. 222, Bd Voltaire 75011 Paris Tel : 1 43 79 39 28.

nossas conquistas. Não foi fácil. O sucesso da Rio 92 junto à maior parte dos governos do mundo, que assinaram os “Tratados” (Clima e Biodiversidade), para os quais eles devem garantir certa continuidade em suas aplicações, e uma “Agenda 21” não obrigatória, mostraram às grandes empresas multinacionais que era chegado o tempo para elas de entrarem no jogo e se mostrarem como parceiras capazes de propor e trazer soluções. As ONGs presentes nessas Conferências sobre os Tratados tiveram de contar com um novo poder invasor. Além disso, localmente, elas passaram a ser cortejadas por aquelas que pretendiam obter uma fachada verde. Portanto, as ONGs e mesmo os movimentos sociais brasileiros se viram então acossados entre o poder econômico e suas muito modestas capacidades de intervenção.

E eu, nos anos 90, onde estava? Lanço duas palavras: soldado e educador. Há poucos anos, cruzei com um colega, Carlos Minc, deputado pelo estado do Rio de Janeiro e ex-ministro do Meio Ambiente, que me disse: “Eis nosso soldado ambientalista!” Em outras palavras, um sem-patente, bom para o trabalho pesado. Isso mesmo, era esse o meu perfil em todo engajamento. E é assim que eu via meu trabalho: colocar-me a serviço de um projeto coletivo, sem outra ambição exceto fazer avançar ideias e um modo de ação (o coletivo). “Educador”? Sim, essa era a minha ambição, e boa parte de minha vida me havia talhado, moldado, para essa função. Simples secretário de um Fórum de cidadãos, eu me vi cruzando o Brasil nesses anos, meio camelô, vendendo nosso projeto, meio educador, apaixonado por tudo o que eu tinha descoberto, ansioso para compartilhá-lo.

A Amazônia brasileira, tanto por causa do programa no qual eu me inseria na FASE quanto devido ao caso de amor após vinte anos de convivência, permanecia para mim uma prioridade. Nesses anos 90, eu tinha dois centros de interesses: conhecer um pouco a Amazônia ocidental e ajudar os agricultores amazonenses a dar mais importância ao seu meio-ambiente. Na FASE, falávamos de nosso programa na Amazônia, mas notem as distâncias: de Belém a Rio Branco, capital do Acre, 2.338 km em linha reta, 3.608 km pela estrada; até Cuiabá, no Mato Grosso, onde estava presente a equipe da FASE à qual me referi anteriormente: 1.778 km em linha reta e 2.347 km pela rodovia.

Mencionei anteriormente, quando tratei da Belém-Brasília, o *boom* rodoviário vivido pelo país nos anos 60. A Amazônia Ocidental não podia ficar longe dessa expansão, com suas florestas ainda praticamente intactas, à espera de “pioneiros” dispostos a desmatá-las. Começou-se a rasgar a floresta com caminhos de terra nos anos 60, mas foi apenas em 1983/84 que a estrada que atravessa o estado de Rondônia foi pavimentada, e com péssima qualidade, claro. Ao volante de um Toyota, percorri essa estrada um pouco mais tarde do sul até o norte, o que valeu uma dor nos braços por uma semana! Seguiu-se o acesso à capital do Acre, Rio Branco. Essa abertura de estrada implicou numa catástrofe para os povos indígenas e para as comunidades tradicionais de Rondônia e Acre. O Banco Mundial havia emprestado dinheiro ao Brasil para esses investimentos desastrosos, que foram fortemente criticados pelos defensores do meio ambiente, pelos povos indígenas e pelos seringueiros³⁴, liderados por Chico Mendes, sobre quem falarei mais adiante.

Para recuperar sua imagem, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento investiram, no início dos anos 90, em novos projetos destinados a reparar os erros do passado. Acompanhei esses projetos juntamente com o Fórum das ONGs e os Movimentos Sociais de Mato Grosso e de Rondônia fazendo a avaliação (financiada pelo Banco Mundial) de um desses projetos sob o ponto de vista das organizações do Fórum. Sem dúvida, é evidente que o objetivo principal do projeto era servir bem mais aos interesses políticos e econômicos locais e muito menos para a melhora das condições ambientais e para permitir que agricultores, comunidades tradicionais de seringueiros e de pescadores artesanais pudessem regularizar suas terras e melhorar suas vidas. Se o Fórum chegou a utilizar meu relatório como instrumento de pressão, o que ouvi dos funcionários locais do Banco Mundial foi: “Mais um dossiê para nossos arquivos”. Sem ser essa minha pretensão verdadeira, eu me vi então como conselheiro de associações de sindicatos de agricultores locais, e sobretudo da Comissão Pastoral da Terra da

34 Os extratores do látex, que trabalham e vivem nos seringais. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a atividade deixou de ser rentável para os fazendeiros, que os abandonaram. Os seringueiros, por sua vez, permaneceram extraindo a borracha e completando seus ganhos com pequenas culturas e colheitas de outros produtos da floresta.

região. Contrariamente, não tive ocasião de me aproximar dos povos indígenas³⁵ e do Conselho nacional dos seringueiros (CNS).

Quando a palavra seringueiro nos vem aos lábios, logo pensamos em Chico Mendes. Houve um tempo em que esse nome não nos teria parecido desconhecido, tempo em que o Brasil sabia dizer qual era o seu significado. O Acre conheceu, nos anos 80, um abundante processo de afirmação e de mobilização de uma parte da sociedade local³⁶. Foi nesse contexto que surgiu um líder seringueiro, sindicalista e militante do Partido dos Trabalhadores chamado Chico Mendes³⁷.

Este movimento era uma resposta à rapacidade dos que estavam habitualmente interessados em se apropriar de grandes áreas para colocar gado, aqueles que só paravam de desmatar e de expulsar ou mesmo de matar quando chegavam às fronteiras amazônicas. Os seringueiros, com Chico Mendes à frente, responderam a essa invasão de seus seringais com a tática do “empate”. Com mulheres e crianças, eles se plantavam em frente aos tratores, que assim se viam forçados a recuar. Chico foi aos Estados Unidos para divulgar sua causa, obtendo grande repercussão, com as Nações Unidas adotando sua causa. Em função do valor de sua liderança, ele vivia sob a constante ameaça de assassinato. Na segunda metade de 1988, no Rio de Janeiro, éramos cerca de doze pessoas ouvindo-o detalhar os problemas e ameaças, e nos sentimos completamente impotentes. Em dezembro de 1988, Chico Mendes foi executado em sua casa. Sua vida e morte fizeram florescer o que por muitos anos foi o principal movimento popular da Amazônia brasileira: o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), nascido em 1985.

Em 1990, o G7, reunindo nos EUA os sete países mais ricos do mundo, decidiu criar um programa para a proteção das florestas tropicais brasileiras. Esse programa nasceu em 1991 sob o nome de “Programa piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil”. O Banco Mundial

35 Por um lado, eu não tinha um minuto de tempo disponível, por outro, era muito pretensioso da minha parte, já que o contato e a colaboração com povos indígenas exigem múltiplos conhecimentos dos quais eu não dispunha à época.

36 Marina Silva, ex-senadora e ex-ministra, atualmente dirigente do partido Rede de Sustentabilidade (REDE), era inicialmente professora primária, começou então sua carreira política. Fui próximo dela por muito tempo.

37 Ele se candidatou a deputado estadual, mas não foi eleito, ao contrário de sua parceira de lutas, Marina Silva.

o descreveu como o maior programa de desenvolvimento sustentável do mundo. No Rio, nosso Fórum recebeu um convite para discutir com o Banco a participação da sociedade nesse projeto. Recusamos o convite porque o que queriam, de fato, era nos apresentar o que já tinha sido decidido. O CNS, por sua vez, apesar da nossa posição comum, inclusive a do representante de seu Conselho na coordenação do Fórum, aceitou. De imediato senti que eu seria aquele a quem o CNS culparia de perseguição. Assim, as organizações amazônicas se mantiveram distantes do nosso movimento em torno da Rio 92. Deve-se dizer que o sindicalismo dos agricultores, cuja presença na Amazônia era mais antiga e numericamente mais importante do que a do CNS, não tinha um entendimento geral sobre a importância do meio ambiente. Isso nos levou — eu e um amigo encarregado alemão, Thomas Fatheuer — a organizar vários seminários de formação em Belém na década de 90.

Nos primeiros anos do novo milênio, a Secretaria para populações tradicionais do Ministério do Meio Ambiente me pediu para coordenar uma avaliação dos projetos e das organizações por ela apoiadas na Amazônia: Coordenação das organizações indígenas na Amazônia Brasileira (COIAB), CNS, Movimento Nacional de Artesãos Pescadores (MONAPE). Aceitei, acreditando ser útil. O CNS recusou meu nome, mas nunca indicou outra pessoa. De todo modo, ele era muito forte para que o ministério ousasse confrontá-lo. Atingíamos ali um problema comum a muitas associações e movimentos irrigados por recursos públicos. Sua tendência é se esquecer do papel crítico em relação ao Estado e ao governo do momento e se concentrar nos projetos e programas que lhes trazem recursos para suas atividades.

Felizmente, no caso da CNS, seu prestígio e suas conquistas políticas lhe permitiram à época colocar na ordem do dia a criação de “reservas extrativistas”, territórios ocupados por uma ou várias comunidades de seringueiros ou outros extrativistas³⁸ que recebem um direito coletivo a esse território, com a condição de preservá-lo. Por ocasião da Rio 92, houve uma queda de braço entre os “conservacionistas”, que descartavam a

38 Não encontro, em francês, uma palavra para traduzir o conjunto de atividades ligadas à “extrativistas”. São aqueles que colhem extratos vegetais, frutos e outros produtos fornecidos pelo ecossistema, praticantes da pesca em rios, lagos, manguezais e litoral marinho, a maior parte completando essas atividades com uma pequena agricultura de subsistência, como, aliás, já descrevi aqui.

presença humana das Unidades de Conservação (parques naturais etc.), e nós, que defendíamos a criação de Unidades de Conservação que permitissem a presença humana. A instalação, por parte do governo, de um “Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)” foi enfim instituída em 2000. Não foi uma vitória completa, pois foram mantidas zonas de onde se queria excluir a presença humana já consolidada.

Em Manaus, fui convidado a participar de uma reunião de três dias do Conselho da COIAB. Foi algo semelhante a um curso intensivo de iniciação aos desafios enfrentados pelos povos indígenas. Como preservar suas tradições sem perder sua identidade? O que fazer em face do desejo dos jovens de deixar seu território para ir à cidade? E quanto às mulheres que questionam os costumes e querem ter direito às decisões (nos bastidores eu já tinha escutado essa queixa das mulheres, pois o Conselho incluía apenas homens)? Como combinar os costumes tradicionais da organização social (comandado por caciques) com as novas organizações? O que se pode fazer em conjunto para resistir às pressões do agronegócio sobre a justiça para limitar seus territórios? E quanto aos projetos de produção propostos pelo governo? Essas e outras questões eram por demais complexas para alguns povos que, havia apenas dez anos, tinham contato muito pouco limitado com os brancos. Além disso, a COIAB não conseguiu integrar pessoas da Amazônia Oriental (Pará e Maranhão), tão distantes. Ela podia apenas se dizer representativa dos povos da Amazônia Ocidental, o que já era muito.

Quanto ao MONAPE, do outro lado da Amazônia, embora o Movimento fosse, em princípio, nacional, seus dirigentes e seu raio de ação se reduzia apenas ao Pará e parte do Maranhão. Ao que tudo indicava, o Movimento se filiava ao dos extrativistas. Foi, aliás, nessa época que “Reservas Extrativistas Marinhas” (Resex Marinhas) começaram a ser criadas, enquanto o MONAPE mudava de direção e, passando assim a alcançar outras regiões. Sobre as Reservas, conheci recentemente (2015) uma senhora que se apresentou como líder de uma Reserva na região de Salgado, onde vivi alguns meses. O rio Cuinarana e seus pescadores-cultivadores pertenciam a uma nova Resex. Gradualmente, o manguezal passaria também a ser protegido

da exploração excessiva de caranguejos, da destruição provocada pelo cultivo do camarão, extremamente prejudicial ao manguezal, reunindo enfim condições para garantir o futuro das famílias de pescadores. A ideia estava lá, mas a realidade não era tão simples. Meu amigo Paulo, que vocês conheceram quando eu falei de Gurupá, sem trabalho, se tornou, mediante concurso público, funcionário do Instituto Chico Mendes, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, sendo então responsável por uma Resex Marinha do Pará. Segundo ele, existe uma enorme quantidade de trabalho educativo por fazer. Felizmente, jovens e mulheres têm voz ativa.

Vocês podem se perguntar por que não menciono aqui os quilombolas, dos quais já falei anteriormente. Eles precisam de tempo para que eles próprios se reconheçam dessa forma, pois em geral vivem isolados e muitas vezes ainda se veem como membros de comunidades tradicionais e comunidades de negros, sem se autoidentificarem como descendentes de quilombos, que têm como origem as lutas e fugas de seus patrões em direção aos quilombos, já que o retorno da palavra e da luta política e social atribuída a esse nome são ainda bem recentes. No Pará, exceto talvez algumas Comunidades, é possível contar apenas as Comunidades dos Quilombos de Oriximiná, que já eram muito ativas e apoiadas pela ONG Comissão Pró-Índio de São Paulo. Note-se que na década de 1970, o Ibama os perseguiu e atacou porque eles teriam danificado ninhos e ovos de tracajá nos bancos de areia. Pelo menos foi isso de que me lembro ter ouvido quando estava em Santarém. Havia em Belém, mas pouco relacionado às comunidades rurais e florestais, o Centro de Estudos e Defesa dos Negros do Pará (Cedenpa), liderado por Zélia Amador, de quem me lembro como uma doce figura, o que em nada diminuía sua determinação como mulher e negra. Assim, o Primeiro Encontro Nacional das Comunidades Rurais Negras de Quilombolas foi realizado em novembro de 1995, promovido pelos líderes das comunidades do Maranhão, sem a presença do Pará. O mesmo se deu com a criação da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), em maio de 1996.

Retornemos à avaliação. Eu não podia, naturalmente, visitar todas as comunidades que recebiam fundos e ajuda do Ministério, priorizando o contato direto com as maiores organizações. Assim, incluí os próprios

funcionários, o que me permitiu verificar que, quando sabemos motivá-los, podemos obter resultados que nada têm de burocráticos.

Como parte de suas atividades, a Secretaria financiava um curso de agroecologia em ambiente de floresta para técnicos agrícolas e agricultores extrativistas. Tinha sido programado um curso em Santarém. Era para mim uma boa oportunidade de participar, tanto para verificar a seriedade do curso quanto para... visitar meu passado! Eu poderia confiar no professor, a quem eu conhecia. “Estou à disposição de todos se quiserem construir uma poleiro amazônico (nada óbvio, em função da umidade), fazer uma pastagem sombreada, aumentar a densidade e a variedade vegetal de suas sebes”... pelo menos na teoria. É verdade que de tanto frequentar o campo, acontecia com bastante frequência que se acreditasse, por causa das minhas intervenções, que eu fosse agrônomo. Felizmente eles não me pediam por mãos à obra...

Aproveitei minha estada em Santarém para visitar uma equipe de pesquisadores que mantinham sua base de pesquisa na Floresta Nacional Tapajós. A equipe, em parte brasileira, em parte americana, pertencia a uma ONG de pesquisadores de Belém de cujo Conselho de Administração eu era membro. Eram simuladas situações de seca na floresta primária e suas possíveis consequências. Tecnicamente, era impressionante ver os poços cavados no solo, com a criação de uma estufa de um hectare a fim de impedir a passagem da água. Nesses poços, os instrumentos para fazer a medição da seca. Ao longo dos troncos de árvores altas, os instrumentos mediam o fluxo de seiva de cima para baixo e de baixo para cima. Na altura da copa das árvores, passarelas ligavam as plataformas onde eram recolhidos os dados sobre a composição química das chuvas; e perto do solo verificava-se se havia alguma alteração após a passagem sobre as folhas. E todas estas e outras mensurações eram enviadas em tempo real aos laboratórios de Belém e dos EUA.

Eu, que chegava de meu curso, fazia a comparação entre duas formas de conhecimento, a dos cientistas e a dos agricultores-extrativistas, ambas muito engenhosas. Pois no curso de que participei, eu não passava de uma testemunha atenta e silenciosa quando se tratava de discutir “o enriquecimento da capoeira”. Após dez ou quinze anos, nos locais em que era praticada a queimada, a floresta que tinha

sido abatida para dar lugar a plantações e então tinha sido deixada em repouso, havia crescido o suficiente para parecer uma floresta primária, a chamada capoeira. Eu estava fascinado por esses homens e essas mulheres que descreviam espécies mutuamente cooperativas: as pioneiras que ajudaram outras espécies a crescer, sob que condições era possível tornar mais densa a porcentagem de certas espécies sem perder o equilíbrio necessário entre cada uma, a relação entre árvores frutíferas e outras espécies que as ajudavam a crescer ou, ao contrário, as sufocavam etc. Infelizmente, a ciência ainda dá seus primeiros passos na compreensão, sob essa ótica, dos ecossistemas brasileiros, pois ainda se orienta pelo agronegócio e pela artificialização da natureza. Além disso, a formação recebida pelos alunos não os prepara para levar em conta o conhecimento popular, para considerá-lo como contribuição essencial a um entendimento aprofundado da natureza.

Estamos agora com os dois pés no terreno dos problemas e desafios do século XXI. Durante uma reunião do Fórum de ONGs e Movimentos Sociais resultantes da Conferência do Rio 92, a discussão girava em torno do clima: qual seria o prazo para reduzir as emissões de gases que produzem o efeito estufa? 2030, diziam algumas pessoas. Distante demais, tarde demais, disse a maioria. Avancei outro argumento para afastar os indecisos: “2030? Distante demais para eu estar presente! Para 2020, ainda terei alguma chance.” O riso e o estudo dos dados de que dispúnhamos puseram um fim ao debate. Então, voltemos então à primeira década do nosso século que “sangra”³⁹.

39 Aragon dizia isso do século XX!



Visita aos atingidos pela hidrelétrica de Manso, Chapada dos Guimarães (MT), em 2004
Foto: Daniel Ribeiro Silvestre

5. Brasil Sustentável e Democrático

No caminho aberto pela Rio 92, os anos 1997-2004 ficaram em especial marcados para mim por um ambicioso projeto de trabalho. Algumas associações internacionais membros da organização europeia de Terre des Hommes, sobretudo a da Holanda, creio, que questionam o desenvolvimento na Europa, nos pediram para responder a algumas perguntas. Entre outras: “Se diminuirmos ou pararmos de importar soja do Brasil, quais seriam para vocês as consequências?”

Nós pensávamos que seria uma coisa boa em médio prazo, pois com a terra morrendo como resultado da exploração intensiva em prol de um desenvolvimento unicamente voltado para a exportação de matéria-prima, as pessoas também estão morrendo. Em seguida, nos dissemos, além de dar nossa contribuição aos europeus, por que não produzir aqui alguma coisa que discuta nosso próprio “desenvolvimento”? Nosso coordenador, Jorge Eduardo, me pediu para explorar essa ideia. Aqueles e aquelas que me leram até este ponto já devem ter se dado conta do quanto valorizo o trabalho coletivo. Para tal tarefa, não poderia ser de outro modo. Por que gente da Universidade? Nossas ONGs em geral não são orientadas para a pesquisa e sabíamos que seria necessário produzir documentos bem fundamentados.

No caso da ETTERN (Estado, Trabalho, Território e Natureza), havia Henri Acselrad, que trabalhava nessa instituição e que militara durante a ditadura dos anos 60 numa organização clandestina, ao mesmo tempo em que era flautista profissional da Orquestra Sinfônica Nacional (OSN), tendo também acompanhado cantores de Bossa Nova. Exilado do país, ele e Gilberta, sua esposa, se estabeleceram a Paris, onde ele fez o mestrado em Economia e o doutorado em Planejamento, Economia Pública e Organização do Território, ambos pela Sorbonne. De volta ao Brasil, depois de ter penado em diferentes empregos, entrou em 1990 para o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). A esse título, ele foi um dos redatores do relatório de nosso Fórum. A sintonia entre nós foi imediata. Pouco depois, Henri passou no concurso para professor do IPPUR, sem, no entanto, abandonar sua vida militante. Foi muito naturalmente que ele integrou a equipe formada, tornando-se meu mentor, parceiro e amigo constante e fiel.



Reunimos colegas de algumas ONGs parceiras do Rio de Janeiro, do laboratório ETTERN do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e um colega de Instituto de Eletromecânica e Energia (IEE) da Universidade de São Paulo (USP), Célio Bermann, professor e pesquisador, um dos raros especialistas em energia a estar do nosso lado, assim como Oswaldo Sevá, da Universidade de Campinas, que também colaborou. Juntaram-se a eles Sérgio Schlesinger, que por ser membro de uma ONG parceira da BSD Consulting, empresa voltada para soluções em desenvolvimento e sustentabilidade, estava fortemente implicado em nosso projeto, além de Tania Pacheco e o historiador e ambientalista José Augusto Pádua. Uma boa equipe de amigos! Para a redação dos fascículos orientados sobre temas específicos, foram convidados outros colaboradores.

O desafio, além do fato de o tempo se esvaír rápido demais, era o seguinte: como se posicionar entre o possível e a utopia? Quantas vezes me disseram: “Mas Jean Pierre, você acredita no que está dizendo? O que você propõe é possível?” Pois propomos uma sociedade em que os direitos humanos sejam respeitados, com menos desigualdades, na qual a agroecologia suplante o modelo devastador da agricultura dita moderna, que os pequenos agricultores, os quilombolas, os povos indígenas e as comunidades tradicionais tenham direito a seu próprio território, a uma economia solidária, à descentralização das cidades e da economia... e é longa a lista do que de fato mudaria nosso país e o mundo. Queríamos algo diverso do desenvolvimento, porque essa palavra foi capturada pelas forças políticas e econômicas dominantes que nos fazem crer que não há outra saída além do que oferecem e agora chamam de “sustentável”. Por outro lado, sabíamos que o que desejávamos não era imediatamente possível. Devíamos, é claro, pensar numa transição, mas pensá-la com nossas ideias e não a partir do canto de sereia que nos diz que nosso sistema econômico é bom, que um dia seremos como a Alemanha, e que, de todo modo, não há alternativa..

É por essa razão que chamamos nosso Projeto de “Brasil Sustentável” e não de “Desenvolvimento Sustentável” (PBSD), porque é o país, sua população e nosso meio ambiente que devem, ao longo do tempo, suportar o tranco e avançar, e não uma economia

dita sustentável, mas que deixa de lado todos os considerados como demasiados, isso quando não é cúmplice do seu extermínio, como vemos acontecer todos os dias com os jovens negros das favelas e com os povos indígenas. Posso dizer isso porque leio outras coisas além dos jornais e ouço outras vozes que não as das redes de televisão. Sabemos muito bem que houve mais de 56.387 pessoas assassinadas no Brasil em 2012, das quais mais de 41 mil eram negros, mais de 30 mil eram jovens entre 14 e 29 anos, e que 4.719 eram mulheres, mas não nos explicam o que está por trás desses números. Assim, nosso Projeto se dedica a analisar, explicar, propor e informar.

Que riqueza era o nosso trabalho daqueles anos, sempre atual. Além da coleção de fascículos, escrevemos uma obra coletiva: *Tudo ao mesmo tempo Agora. Desenvolvimento, sustentabilidade, democracia, o que isso tem a ver com você?* Além de mim, contribuíram para o livro os membros da equipe: Tania Pacheco, Sérgio Schlesinger, especialista em comércio, e José Augusto Pádua, historiador do meio ambiente, aos quais veio se juntar o meu velho amigo Ademar Bertucci, assessor nacional da Cáritas de Economia Solidária. A capa foi ilustrada por uma caricatura de Claudius: um andaime de madeira improvisado, um pouco torcido, onde lemos em cada tábua aparente: “equidade, sustentabilidade, desenvolvimento, solidariedade, democracia, justiça”. Acima, alguém aponta para o horizonte e grita: “Soluções à vista!” O livro foi publicado em 2002, pela editora Vozes⁴⁰. Em 2003, a CECIP (Comunicação e Educação para o Desenvolvimento Humano), sob a responsabilidade de Claudius, publicou conosco um resumo pedagógico escrito por uma educadora de São Paulo, Madza Ednir, e ilustrada por ele, que nos serviu para o nosso trabalho educacional.

Foi assim que realizamos em 2003 e 2004, com o Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que tinha Marina Silva como ministra, um curso de formação sindical. Tania e eu “demos”⁴¹ esse curso em cinco estados para os militantes Central Única dos Trabalhadores (CUT). E os outros? O dinheiro do Ministério não saiu, fruto da burocracia e da falta de conhecimento prático da nova equipe do MMA. O pior para nós foi que tínhamos

40 Concluindo minha história, veremos se de fato conseguiremos estabelecer uma ponte entre a utopia e o possível.

41 Claro que no país de Paulo Freire, e com nossa formação, não era propriamente um curso.



observado escrupulosamente suas orientações para a prestação de contas, mas não foi o suficiente, e a FASE se viu manchada por anos em função desse litígio. Por que a CUT? Por ser a mais importante central sindical, fundada durante a ditadura, tendo fornecido ao PT e ao poder muitos dos seus quadros, a começar por Lula. Tive uma reunião em São Paulo com alguns de seus líderes para discutir esse curso. Vale dizer que os metalúrgicos da construção automotiva não estavam tão interessados num curso que, como eles suspeitavam, questionava seu trabalho. Compreendendo perfeitamente o problema, consegui sugerir que, em vez de manter um secretariado para o meio ambiente, a CUT poderia criar um centro de discussão estratégica, sem poder de decisão, mas no qual os dirigentes e militantes pudessem pensar livremente no futuro, sem as amarras de suas bases ou das decisões sindicais ou políticas. Mas as eleições sindicais se aproximavam e a ideia foi deixada de lado.

No Cone Sul da América do Sul

Em 1997, o governo brasileiro e a ONU organizaram uma conferência de avaliação dos encaminhamentos que se seguiram à Rio 92. Foi nessa ocasião que conheci Heinrich Böll, o responsável pelo meio ambiente na fundação alemã, próxima do Partido Verde. Como *Brasil sustentável e democrático* o interessava, ele me propôs fazer algo semelhante com os países vizinhos, a serem pilotados e financiados pelo escritório da Fundação em Santiago do Chile. Foi assim que lançamos o Projeto “Cone Sul Sustentável”.

O núcleo do Projeto era composto por cinco ONGs (Chile (2), Argentina, Uruguai, Paraguai), uma central sindical (Argentina) e nosso Projeto Interinstitucional Brasileiro. Embora a Bolívia não pertença ao Cone Sul, um Fórum de associações deste país se juntou ao nosso projeto. Havia diferenças demais entre nós para que conseguíssemos produzir um documento único com a mesma visão do que seria um Cone Sul sustentável. Com isso, logo percebi a distância que separa o Brasil dos seus vizinhos. Além do idioma, a história de cada país nos afasta. O Brasil, de longe o maior e mais poderoso país do grupo, por sua população, tende a esmagar seus vizinhos, muitas vezes se comportando como uma potência colonial. O Paraguai não se esqueceu da guerra

contra o Brasil, apoiado por Argentina e Uruguai, tendo sua população masculina sido dizimada no século XIX. Tudo isso não nos afetava diretamente, mas enfatizava o quanto iniciativas coletivas exigem um tempo de maturação. Mas, além de uma ONG ambientalista chilena extremamente profissional, cuja ação nem sempre tinha que ver com as questões que interessavam os outros, nós formamos, ao final, sob a liderança de Maria Jaque, da Fundação Böll, um grupo em sintonia.

Se devíamos limitar nossas ambições, ainda nos restava um vasto campo de discussão. Organizamos reuniões e seminários juntos. Encontramo-nos na análise de nossas realidades. O modelo econômico brasileiro, baseado na exportação de matérias-primas, também era imposto aos nossos vizinhos. A soja, em particular, e a concentração da propriedade rural varriam os territórios de suas culturas tradicionais e com eles, especialmente no Paraguai, sua população rural; exceto no Chile, que não possui vastas extensões de terra, mas onde surge a questão da produção e da exportação de minerais. A grande questão que nos aproximava era a dos mapuches e a da biodiversidade, e isso graças à Francisca Rodriguez, da ANAMURI (Associação de mulheres rurais e indígenas do Chile) conhecida por todos como Pancha.

Pancha é uma mulher extraordinária, de grande determinação e coerência. Tornei a vê-la em Curitiba, em 2006, durante uma Conferência (MOP 3) organizada pelas Nações Unidas a fim de discutir com os governos signatários a Convenção de Cartagena sobre a Biodiversidade. Ela perseguiu incansavelmente os delegados e lobistas por todos os cantos, nos alertando sobre a crescente influência das multinacionais e defendendo a todo o momento e com grande energia nossa luta coletiva contra os OGM⁴² e a consequente privatização da biodiversidade e da agrobiodiversidade. Um dia, em Santiago, ela e seus amigos nos ofereceram um almoço, ou deveríamos dizer uma “celebração”, composta apenas por plantas, raízes e legumes da tradição mapuche ainda não desaparecidos. Lembro-me das batatas de Chiloé, que eclodiam cremosas na boca com seus vários sabores. Que caminho elas haviam percorrido através dos séculos desde o Peru!

A Central Sindical Argentina, para a qual a importância dos professores era primordial, tinha uma escola de formação de quadros, cuja questão do meio ambiente ocupava um lugar muito importante.

42 Organismos geneticamente modificados.

Tínhamos então interlocutores com quem compartilhamos muitas ideias. Um educador de Rosario, Carlos Galano, que tinha sido a alma dessa escola, acabava de deixá-la, mas sua influência ainda era sentida. Muitas vezes diz-se por aqui que brasileiros e argentinos não se entendem. Isso pode ser verdade para Pelé e Maradona — que afirma ser dos dois o melhor —, mas não vale para todos os argentinos. Encontrávamos sempre pessoas abertas e acolhedoras. Carlos Galano é uma pessoa calorosa e maravilhosa, o que faz com que seus interlocutores se sintam melhores do que realmente são. Encontrei-o posteriormente em dois congressos argentinos de educação ambiental, na província de Córdoba e em Mar del Plata, para os quais fui convidado a participar de mesas redondas.

Alguns anos mais tarde, Carlos me convidou para dar uma conferência que retomava um artigo que ele achou interessante para a realidade argentina, intitulado “Amazônia: território do capital e territórios dos povos”. Como as notícias circulam, fui convidado por um professor militante a dar a mesma conferência na Patagônia argentina, na Província de Chubut, em Bariloche — uma estância de esqui — e em Esquel, mais ao sul. Nossa rota costeou toda a Cordilheira, atravessando sua planície austera. Em Esquel a sala estava repleta, principalmente de estudantes da Universidade local. Meu “portunhol”, essa mistura de português e espanhol, funcionou. Uma moça veio até mim e me disse: “Não sei que língua você fala, mas entendi tudo”. Não tive tempo de perguntar a ela se o que eu disse a tinha comovido.

A Patagônia, tanto a argentina quanto a chilena, me fazia sonhar: sonhos com férias, geleiras, vulcões, ilhas e canais, lagos e florestas austrais, morsas, pinguins, leões marinhos, e no seu extremo, a Terra do Fogo, o Estreito de Magalhães e o Cabo Horn, angústia dos marinheiros. E eu me vi lá, mas o que a Amazônia tem a ver com a Patagônia? É onde vivem os mapuches, o “Povo da Terra”, há dez mil anos. Desde a colonização espanhola, eles resistiram, tanto quanto possível, ao roubo de suas terras, ao extermínio. De acordo com a Wikipédia, no lado argentino, em 1879, mais de 1.300 mapuches foram massacrados e suas terras confiscadas. A maior parte das terras foi dividida em lotes e mais de 41 milhões de hectares foram concedidos a menos de dois mil colonos. Nos dias de hoje são as figuras ilustres que

satisfazem sua sede de exotismo, longe das ilhas tropicais, comprando, ou devo dizer, usurpando as terras dos mapuches. As paisagens estéreis são um convite aos brutos (e talvez eles também tenham comprado seu pedaço de Cordilheira?). E também lhes dá, é provável, como a Carlos Benetton, “uma incrível sensação de liberdade”, como já li. Alguns nomes: Ted Turner, Jerry Lewis, Sylvester Stallone, Christophe Lambert e Georges Soros.

E então, há o grupo Benetton, do qual me falam meus interlocutores, pois é contra ele que se batem. Ele possui 900 mil hectares na Patagônia, onde cria 200 mil ovelhas. Benetton se gabava de ter acordos com Mapuches. Pelo que ouvi, os mapuches parecem não concordar completamente com isso. O projeto que os mobilizava era o de reconquistar suas terras ancestrais. Eis porque a Amazônia parece com a Patagônia. Porque na América do Sul, desde os anos 70 e 80, ocorre um duplo movimento transformador dos ecossistemas (florestas, savanas, pântanos, montanhas, manguezais etc.) e daqueles que habitam ou sobrevivem nesses locais. Por um lado, os espaços anteriormente marginais são cobiçados e invadidos, em particular pelo agronegócio (segue-se um segundo movimento, o da construção de infraestruturas). Por outro, os povos indígenas e outras comunidades estão iniciando novas lutas para manter ou recuperar seus territórios. De fato, para os interesses econômicos em jogo, essas terras significam espaços vazios que lhes pertencem como de direito — o direito do mais forte, já que os governos locais em geral os apoiam — e se trata apenas de legalizar, estabelecer limites caso esses marginais de todo o mundo moderno venham com histórias. Para esses “marginais” — que sabem que território, com toda a riqueza desse termo, é mais do que uma palavra, mas uma harmonia tanto espiritual como material entre eles e essa terra com a qual vivem em harmonia, fonte de vida e dos seus valores — existem apenas dois caminhos, o da cidade ou, se quiserem sobreviver transformando o passado em um projeto futuro, o da reterritorialização⁴³.

43 Uso essa palavra, pois mesmo para os povos indígenas e outros que mantêm seus territórios definidos pela lei ocidental moderna, também é preciso inventar seu futuro e, logo, de certa maneira, reconstruir seu território.



O Cerrado

Não estava pensando mencionar aqui outra avaliação feita em 2001; mas isso me agastava porque, finalmente, gosto do cerrado, do qual terei a oportunidade de tornar lhes falar. A Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais me pediu que avaliasse, com um colega, o Projeto Frutos do Cerrado, no sul do Maranhão e no Estado do Tocantins. Entre as pessoas envolvidas, havia em especial jovens de diversos povos indígenas, e isso mediante uma ONG dedicada ao indigenismo e aos pequenos agricultores. Entre outras atividades, os grupos encontrados produziam sementes e mudas para árvores frutíferas e ornamentais nativas do cerrado. E funcionava tão bem que eles as revendiam. Os municípios começaram a se interessar pelo negócio tanto para o embelezamento quanto para dar sombra aos passantes. Os jovens que estavam à frente desse trabalho também se tornavam arboricultores. Na escada social e na escola, os filhos dos agricultores ocupavam a penúltima etapa de desprezo, enquanto os índios estavam na última. Tentei mostrar-lhes que eles não só podiam como deviam, mediante o trabalho e os conhecimentos adquiridos, se valorizar.

As férias de Natal de 1999 e o novo milênio

Nada além de simples parêntesis, num recanto qualquer do redemoinho preguiçoso em que o rio descansa para retomar seu fluxo ininterrupto. Enquanto enterrávamos um milênio sem lágrimas, como sempre acontece conosco, nós nos beijávamos... Nada vai mudar, mas de qualquer forma teremos melhores amanhã neste milênio que já “sangra”, como dizia Aragão a respeito do século XX. Vamos simplesmente continuar a luta! Lute, uma das palavras mais utilizadas por todos os movimentos sociais latino-americanos. Em nossos países ainda tão próximos da colonização, dos grandes massacres de índios, da escravidão, sujeitos a profundas desigualdades, não somos convidados a nos sentar à mesa para sermos ouvidos, para trocar ou negociar. Exigimos democracia aos brados, mas não há outro caminho que não seja lutar.

Somos tantos e estamos de tal modo dispersos nesse enorme país cujo modelo ocidental de desenvolvimento não consegue nem

engolir nem digerir, mesmo com suas tropas de choque molestando tantas mulheres e homens, e nem assim é superada a resistência de suas fortalezas, e por isso nos vemos inundados de esperança. Nós nos consideramos solidários, próximos, humildes, pois eles e elas são os gigantes do nosso mundo, a quem renovamos a promessa e compromisso de tentar lhes dedicar o melhor de nossas vidas de classe média.

Ah, ah! Que conversa mole! Não se leve a sério demais. Admita que você ama essa vida, que ela o deixa fascinado e que não é necessário inflá-la com grandes palavras.

Sim, é verdade, tive muita sorte. Sou pago para fazer o que amo e foi para isso que meus anos e anos franceses em parte me prepararam. Além disso, e sobretudo, sou casado com Noêmia que me acompanha e me encoraja em nosso projeto de vida.

Meu pai me disse para não fazer dela uma Penélope, que ele provavelmente imaginava tricotando e suspirando enquanto esperava por seu Odisseu. A Penélope da Odisseia de Homero esperou apenas por dez anos, ao passo que Noêmia esperou por 33. Dois de dezembro de 2007. Tempestade de neve em Montreal, onde participei de um seminário sobre direitos humanos, organizado pela Universidade de Quebec em Montreal (UQAM). O avião atrasou e cheguei tarde para a conexão em Nova York, com mudança de aeroporto. Já havia escurecido. O taxista era haitiano:

“O senhor é casado, tem filhos? Gosta da sua família?”

“Sim, claro!” — disse com entusiasmo. “Pois bem, imagine que amanhã minha esposa e eu iremos comemorar 30 anos de casamento e que, com esse atraso, corro o risco de não chegar a tempo!”

O haitiano, como um taxista comum brasileiro, começou a costurar, à direita e à esquerda, subindo calçadas. Com a corrida, consegui pegar meu voo. Felizmente, nenhuma Calipso me reteve como um Odisseu em sua ilha para atrasar meu retorno. Viajou muito, mas nunca

me permito ir além do tempo necessário. Porém, aqui não está o elo que nos permite refutar a suspeição de meu pai. Noêmia, como já disse antes, faz parte do jogo. Ela lê e discute comigo o que escrevo e é indispensável para mim, porque a qualidade de suas observações muda muitas coisas.

A Rede Brasileira de Justiça Ambiental

Na primeira década desse segundo milênio, foi impressionante a força com que o Projeto Brasil Sustentável e Democrático (PBSD) nos projetou. As perguntas trazidas por ela e os esboços de resposta que preparamos nos mostravam que tínhamos de estar diretamente envolvidos nas iniciativas tanto dos participantes diretos quanto daqueles com quem trabalhávamos de forma coordenada. Devo dizer acerca de tudo o que realizamos, que eu respondia mais à demanda do que a promovia. Ou então que eu só me tornava promotor quando respondia à demanda. No fundo, cada um de nós teve seu papel. E é isso que me autoriza a contar as coisas na primeira pessoa. Começo pela RBJA, Rede Brasileira de Justiça Ambiental.

Não inventamos a “Justiça Ambiental”. Ela se impôs gradualmente, mas foi sistematizada e divulgada pela primeira vez no Brasil numa coleção intitulada “Sindicalismo e Justiça do meio ambiente”, publicada em 2000 pela CUT do Rio de Janeiro, o Ibase e o IPPUR/UFRJ. A mão de Henri Acselrad pode ser reconhecida aí. Demos um passo decisivo quando, em setembro de 2001, organizamos um “Simpósio Internacional sobre Justiça do Meio Ambiente, Trabalho e Cidadania”. Reuniam-se para realizá-la a CUT, o nosso Projeto Brasil Sustentável e Democrático, o Laboratório Estadual, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN/IPPUR/UFRJ), o Laboratório de Estudos de Cidadania, Territorialidade e Ambiente (LACTA) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh) da Fundação Oswaldo Cruz. Também participaram dos trabalhos sindicatos, movimentos sociais, ambientalistas e pesquisadores.

O movimento da justiça ambiental começou nos Estados Unidos e alguns de seus membros participaram de nosso Colóquio, em particular Robert Bullard, intelectual e ativista, que nos explicou como

uma equipe de pesquisadores mostrou que havia uma sobreposição entre os locais de moradia das comunidades negras e os depósitos de substâncias tóxicas, qualificado então de racismo ambiental. Desses depósitos, 75% estavam localizados em comunidades afro-americanas, que representavam apenas 20% da população da região.

Uma profusão de testemunhos de brasileiros corroborava o depoimento de Bullard. De memória, lembro-me apenas de um, vindo de Jefferson, da Associação de Combate aos POPs (Poluentes Orgânicos Persistentes) — ACPO, de Cubatão, um grande polo industrial no litoral do estado de São Paulo. A ACPO foi criada em 1994 por trabalhadores e ex-trabalhadores da Rhodia S.A., fábrica de solventes que pertencia então ao Grupo Público Francês Rhone-Poulenc⁴⁴. O que fazer com resíduos: 80% de hexaclorobenzeno (HCB), 20% de hexaclorobutadieno e outros como dioxinas e furanos? Bem, vejamos, não há problema. Eles eram despejados em fossas, ou enterrados ao longo da estrada, ou nas encostas de Serra do Mar. Estima-se que apenas um terço tenha sido tratado; o restante se constitui nas tantas bombas-relógio destinadas aos pobres da região que não têm para onde ir. Lia Giraldo, médica e pesquisadora, que me sucedeu como relatora para o Direito Humano ao Meio Ambiente (que discutirei mais adiante), mostrará o elo, evidentemente negado pela empresa, entre as doenças dos trabalhadores e as atividades da Rhodia. Um juiz local rejeitou uma queixa da seguinte forma: “Detectamos apenas esteatose hepática, o que pode ter várias etiologias... O autor trabalhou em uma área industrial e não pode exigir da empresa que sua saúde dela permaneça intacta como se ele estivesse numa estância hidromineral”. Nesse caso, como em muitos outros, lamentei bastante não ter estudado química mais a sério no ginásio, o que me valeu 0,25 no exame de admissão à universidade.

Em três dias de debate, um consenso se impõe por si só. Todos nós concordamos em criar a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, com base em uma Declaração de Princípios redigida no local. Claro, começamos pelas injustiças, em seguida definimos o que entendíamos como Justiça: “que nenhum grupo social, seja étnico, racial ou de classe, sofra uma parcela desproporcional das consequências negativas sobre o meio ambiente de

44 Não me estendo aqui sobre as contaminações provocadas pela Rhodia de Paulínia e a Rhodia de Santo André, em atividade durante os anos 80, e outras fábricas do grupo, que foi privatizado em 1993.



políticas ou de operações econômicas, que lhes seja garantido acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país” e que, para isso, tenham acesso à informação e que possam participar de decisões; e finalmente; que movimentos sociais e organizações populares possam ser “protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento”.

Não havia dúvida de que, com o tempo, nossa Declaração sofreria alterações, mas o primeiro passo tinha sido dado. Não se tratava mais uma questão de aceitar esse desenvolvimento que mata ou amplifica a desigualdade e exaure em ritmo vertiginoso nossos recursos naturais. Outra inflexão: os pesquisadores são os mais numerosos para intervir na Rede, o que é bastante compreensível, porque as organizações de base estão muito ocupadas em suas ações de resistência e afirmação, dispondo apenas de meios limitados para se manterem conectados. Além disso, os pesquisadores e núcleos de pesquisa por eles criados não se contentam em fazer apenas pesquisas teóricas. Digo com muita frequência que em certos contextos em que se torna cada vez mais difíceis o trabalho de nossas ONGs, são eles que garantem a continuidade de nossa abordagem. Pudemos observar os rebentos nascendo e crescendo no decorrer desses anos 2000 na sequência do nosso Colóquio.

O Mapa de Conflitos Ambientais do Estado do Rio de Janeiro

O colóquio e a criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) inauguraram para mim uma década de grande entusiasmo. A Secretaria da RBJA até 2010 esteve sob a responsabilidade da FASE, onde continuei a coordenar Projeto Brasil Sustentável e Democrático. Eu me vi habitado por um sentimento de urgência. Era muito bom definir justiça e injustiça, mas onde ela estava escondida? Ou melhor, ela se expunha, mas de tal forma que permanecia escondida, por estar longe demais de nossos lindos bairros ou naturalizada: não queremos conhecê-la; olhe o quão perto estamos. “Eles têm suas vidas e nós temos as nossas, mas olhem o quanto a praia é democrática!”

A grande massa humana que deixou o interior do país nos últimos 50 anos, expulsa e empurrada pela miséria, a seca e o latifúndio, pelas luzes da cidade, nunca foi acolhida por essa cidade. Virem-se!

Aonde vamos? Os morros estão disponíveis⁴⁵. Nós ocuparemos o que esse situa mais próximo possível do trabalho, então tão perto, mas sobre precipícios; então vamos para mais longe, nos subúrbios. Não vamos nos esquecer das margens das vias férreas, das estradas e dos rios, dos arredores das fábricas poluentes, das descargas públicas. Vimos catástrofes nessas favelas suspensas, vimos os rostos dessas famílias, abutres despenados, agarrados e resignados acima do abismo. Eles serão realocados ou receberão aluguel social, em seguida alguns retornarão, pois não sabem aonde ir. Os realocados ou outros, eles são encontrados longe, muito longe, onde a poeira e a lama marcam a sucessão das estações. Segundo momento de ocupação urbana e suburbana: ainda há espaço, venham, instalem-se. Essa fábrica se foi, mas seu terreno poluído está esperando por vocês. E então prepararam para vocês uma região onde você não terá muitas coisas a resolver. Lá estão o progresso, as fábricas e, portanto, os empregos. O que acontece realmente? As empresas mais poluentes são concentradas em certas zonas, “zonas de sacrifício”.

O PBS/D/FASE se reuniu com parceiros da RBJA em 2012. Aonde estávamos indo? O que podíamos fazer? Henri propôs que o PBS/D/FASE assumisse um projeto: mapear os conflitos ambientais do Estado do Rio de Janeiro. Isso foi ao encontro do que tinha sido proposto pela RBJA, cuja objetivo era mostrar que a injustiça do meio ambiente não é uma coisa marginal. Uma oportunidade foi aberta pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento, e passamos a ter recursos financeiros e apoio para fazer nosso mapa. O dinheiro vinha da Petrobrás — empresa mista, mas cujo controle é mantido pelo Estado brasileiro — como compensação por um vazamento de petróleo muito grave na baía do Rio de Janeiro. Com a assinatura de um “Ajuste dos Termos de Conduta”, uma espécie de acordo de cavalheiros evitava que a empresa fosse submetida a um processo judicial, a Petrobrás foi multada em 35 milhões de reais a serem usados na recuperação da baía e em ações de organismos públicos a favor do meio ambiente.

O laboratório ETTERN/IPPUR (os estudantes de Henri)

45 Atualmente, com a evolução das indústrias e das técnicas de construção civil, não aconteceria da mesma forma. Os ricos descobriram que um belo panorama visto de suas pérgulas e de suas piscinas lhes dão um charme a mais.

asseguraria a compilação dos casos de conflito, utilizando para isso a documentação dos escritórios do Ministério Público, espalhados pelo Estado do Rio de Janeiro, e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento. O PBSB/FASE asseguraria a administração dos fundos e, o mais importante, demonstraria assim que se tratava de um mapeamento político, destinado a denunciar uma situação de calamidade. Em 2006, lançamos o CD-Rom com os resultados da pesquisa: 480 conflitos registrados entre 1990 e 2005. Nem todos eram relacionados aos grupos sociais vítimas de injustiça ambientais, embora esses representassem a grande maioria. De memória, posso citar duas.

A empresa Metrô-Rio havia armazenado transformadores que usavam óleo mineral e ascarel, extremamente tóxico, num depósito perto de uma favela miserável. Por acaso, os bombeiros descobriram vazamentos de óleo. Como se fosse procedimento normal, foi imediatamente enviado para lá um especialista em controle de poluição que percorreu a favela com a Associação da comunidade. Ele descobriu que os vazamentos já eram antigos e que várias pessoas tinham entrado em contato com os óleos, que foram usados na preparação de alimentos, na iluminação, como cosméticos na pele, como produtos médicos, em pequenas fogueiras acesas por crianças etc. No mesmo dia, os transformadores foram removidos. Esse terrível exemplo diz muito sobre a atitude de empresas absolutamente indiferentes tanto às consequências de suas ações quanto à miséria. Ao mesmo tempo, sinto certa ternura por essas as mulheres que não desistem de cuidar de si mesmas e dos seus, porque presumo que quase todas elas são chefes de família.

O vazamento de óleo em janeiro de 2000 na Baía do Rio. Uma tubulação que atravessa uma parte do fundo da baía rompeu-se. Esse rompimento foi causado por um erro da Petrobras. Um milhão e três mil litros teriam vazado. A mancha de óleo se espalhou por mais de 50 quilômetros quadrados, atingindo os manguezais de uma área protegida, praias e centenas de pescadores artesanais. Não satisfeito com o apoio recebido das colônias de pesca⁴⁶ da baía, os mais engajados formaram uma Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara (Ahomar), que

⁴⁶ As colônias de pesca são tipos de sindicatos oficiais que representam os interesses dos pescadores.

tem 1.500 membros. A Petrobras afirmou que apenas algumas centenas foram atingidos, o que a Ahomar negou, com evidências em seu favor. Seguiu-se a guerra, mas contra quem? Quatro membros da Associação foram assassinados em circunstâncias misteriosas. É difícil atribuir esses mortos diretamente à Petrobras, mas há muitos interesses em jogo nesse salve-se quem puder que se tornou a Baía da Guanabara em função dos planos de construção de um enorme complexo petroleiro e de oleodutos no fundo da baía. O presidente da Ahomar, Anderson de Souza, vive com sua família sob os cuidados do Programa de Proteção para Defensores de Direitos Humanos. Mesmo tendo escolta policial 24 horas por dia, ele já escapou de vários atentados.

Biopolítica e feminismo

Não esperei até a virada do milênio para dialogar com feministas. Lembrem-se de que, durante a Conferência Rio-92, organizamos um “fórum internacional” no qual as ONGs progressistas e os movimentos sociais e suas organizações se reconheciam e redigiam Tratados juntos. As organizações femininas e feministas se isolaram, reunindo-se num espaço próprio: “o planeta feminino”. Compreendi que num mundo machista as mulheres tinham que começar a se impor; mas descobri que suas posições enriqueceriam nossos debates e nossos Tratados. Já era hora de mostrar que queríamos um mundo feminino/masculino.

A mania de grandeza me pegou. Sejamos modestos. Será um avanço. Estamos no ano 2000. Estava sendo preparado com euforia o primeiro Fórum Social Mundial (FSM), que teve lugar em Porto Alegre. Ele se opôs ao Fórum de Davos, o das ditas elites dominantes do mundo, dos grandes grupos econômicos e dos governos a seu serviço. Tentei dar minha modesta contribuição. Eu me preocupava com o controle poderoso das multinacionais sobre sementes dos agricultores, especialmente com os OGM, e, em sua sequência, com os governos que tentam, por todos os meios, proibir os agricultores de comercializar e até mesmo usar sementes que eles cultivaram e selecionaram. E as mulheres? Vi que nos EUA os embriões não pertenciam mais às mulheres; eles eram comercializados. Então, por



que não discutir juntos a privatização da vida e dos corpos? Uma colega de uma organização parceira feminista suspirou: Jean Pierre, ainda estamos sensibilizando as mulheres e você já quer que nós conversemos com homens! Em suma, nossa entrada no FSM foi muito notada; éramos quatro mulheres e um homem para constatar que somos todos um pouco loucas e loucos ou visionários e visionárias. A segunda alternativa não prejudicou nosso ego. Anos mais tarde, ainda no FSM, em Porto Alegre, graças ao grupo de biopolítica, já éramos cerca de cerca de cinquenta pessoas em torno do mesmo tema.

De 2003 a 2006, tive a oportunidade de compartilhar as reflexões do Grupo de Biopolítica, reunidos graças ao escritório de Rio (meu amigo Thomas) da Fundação Heinrich Böll alemã, na qual as mulheres desempenhavam um papel central havia bastante tempo. Duas ONGs eram particularmente ativas: “Criola”, com a médica Jurema Werneck, e especialmente com Alejandra Rotania, do “Ser Mulher”, nossa especialista que, infelizmente, não teve sucessor após de sua morte. No centro das nossas preocupações, os seres vivos e a consciência de que são capturados pelo mercado; e a vida, tudo o que faz a vida, que corre o risco de se tornar propriedade privada. Para isso, o mercado precisará da ajuda das biotecnologias, especialmente da engenharia genética, voltada para a artificialização da vida e, do ponto de vista legal, das leis de patentes que bloqueiam todas as tentativas de manter a vida como um bem comum. A biopolítica, portanto, nos abre como um vasto campo de exploração que apenas afloramos.

Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental

Na Rede de Justiça Ambiental (RBJA), formou-se um grupo sobre racismo. O BSD/FASE deu total apoio ao grupo. Foi assim que Tania Pacheco e eu participamos ativamente, em novembro de 2005, da realização desse seminário, juntamente com o LACTTA, Laboratório de Estudos de Cidadania, Territorialidade, Trabalho e Ambiente da UFF, sediada em Niterói, do outro lado da Baía de Guanabara. Foi um momento muito forte, marcado pela intensa participação de vítimas vindas de todos os cantos do país, que demonstraram uma dignidade e uma vontade comoventes de afirmação e confronto do que poderia ter sido esmagador. O seminário foi

o ponto de partida para Tania produzir, em 2007, a cartografia do racismo do meio ambiente, base do Mapa Conflitos (FASE/Fiocruz).

Avaliação da Equidade Ambiental (AEA)⁴⁷

Nós éramos todos muito críticos dos instrumentos que o Estado, através do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), selecionou para avaliar o impacto negativo que as grandes obras tinham sobre o meio ambiente. Esses impactos ambientais negativos só consideravam os que foram diretamente atingidos e, portanto, os minimizava. Quanto aos habitantes afetados, só eram considerados aqueles que podiam exibir títulos de propriedade. Em 2004, Henri me propôs um Projeto que era uma extensão dos estudos do Ibama, mas que de fato levava em conta todos os atingidos. Planejamos fazer alguns estudos de caso que mostrassem claramente os limites dos estudos do Ibama. O projeto também seria o fruto de uma parceria entre o laboratório de Henri (ETTERN) e a FASE.

Antes disso, fui a Brasília com o projeto em mãos. Lula tinha sido eleito em 2003 e Marina Silva era sua ministra do meio ambiente. Eu apresentei o projeto a ele, assim como a um dos secretários, com comportando duas etapas: a primeira consistia de estudos de caso que forneceriam a base para a AEA propriamente dita. A segunda etapa era constituída por pesquisas junto a outros países para descobrir de que instrumentos eles se serviam a fim de enfrentar as questões propostas. Por exemplo, durante uma viagem a Quebec, vimos a maneira como eram abordados os impactos negativos sobre um rio e a população ribeirinha após a instalação de indústrias, compreendendo estudos que os moradores poderiam discutir, a abertura a suas sugestões, decisões tomadas apenas com seu acordo etc. Podia-se pensar em implantar tais mecanismos no Brasil. O projeto foi posto à disposição do Ministério. Poderíamos discutir isso com o Ibama, que, por sua vez, poderia integrá-lo em suas análises de impacto.

Embora o projeto tenha sido muito bem recebido, o tempo passou e nada aconteceu. Felizmente, era bastante sólido, e pudemos encontrar a ajuda necessária para executá-lo. Não menciono com a devida frequência as organizações que nos permitiram realizar

47 <https://fase.org.br/pt/acervo/biblioteca/relatorio-sintese-projeto-avaliacao-equidade-ambiental/>



nossos projetos. Em primeiro lugar, duas agências com escritórios no Rio de Janeiro com as quais mantemos um diálogo permanente: a Fundação Heinrich Böll e a Fundação Ford; em seguida a Oxfan Novib, uma associação holandesa de ajuda ao terceiro mundo, e a Fundação do Estado do Rio de Janeiro, que financia investigação e pesquisa. Em 2005, reunimos cinco casos que nos pareceram representativos. Dois deles foram escolhidos graças às minhas viagens como relator nacional para o direito humano ao meio ambiente⁴⁸, os outros graças aos nossos contatos. Renunciamos a investigar as maneiras como outros países resolvem essas questões. Uma vez reunidos os estudos de caso reunidos, uma colega tomou nosso lugar para a sequência, nos fornecendo uma ferramenta de trabalho fantástica, publicada em 2011, que alimentou as lutas daqueles que não querem ser considerados “vítimas inevitáveis do progresso”.

Mapa de Conflitos onde estão presentes Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil⁴⁹

O mapa, fruto da RBJA, é o resultado de uma parceria com a Fundação Oswaldo Cruz. A Fiocruz é depositária do Mapa, através de Marcelo Firpo, professor e pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), que coordenou o Projeto. A responsabilidade coube a Tania Pacheco, que assumiu a coordenadoria executiva. O mapa foi lançado em 2010. Enquanto escrevo esse texto, em setembro de 2016, percebo que falamos aqui de uma longa história, que começou com minha aproximação da Fundação Oswaldo Cruz, onde conhecia um ex-colega muito próximo do presidente. A Fundação é um mundo que atua desde a pesquisa científica e a produção de medicamentos até as diversas formações em nível doutoral. Aproximei-me da ENSP. Em 2002, conheci Marcelo Firpo, do Centro de Ecologia Humana e Saúde do Trabalhador, relacionado à ENSP, coorganizador do seminário em que foi criada a Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Em 2005, nossas relações estavam suficientemente consolidadas para que meu colega diretor da FASE assinasse com seu presidente, Paulo Buss, um acordo de cooperação entre a FASE e a Fundação. Em 2007, encontrei em

48 As Missões como Relator serão abordadas num capítulo especial.

49 Disponível em www.confliotoambiental.icict.fiocruz.br.

Brasília um membro muito ativo do Grupo de Saúde e Meio Ambiente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), Fernando Carneiro, que me pôs a par de sua vontade de fazer o Mapa de Conflitos nos lugares em que houvesse Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. Ele pertencia então aos quadros do Ministério da Saúde, tendo sido sucedido por Guilherme Franco Neto, membro do mesmo grupo e também disposto a liberar fundos para o mapa. Começamos. Falei com Tania e expliquei a ideia do Mapa e a contratei para assumir e redigir o projeto, que enviamos ao Ministério da Saúde. Eu o via então como um Projeto da sociedade civil, neste caso, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental e a FASE. Fernando aprovou o projeto, mas nos disse que gostaria que Fiocruz participasse, o que seria decidido numa reunião na própria Fundação. Para nós, da FASE era interessante porque o Mapa teria maior legitimidade, o que não me impedia de dar todo apoio ao trabalho da Tania, porque não queríamos que o Mapa escapasse de nosso controle. Nunca deixei de discutir com ela o trabalho de sua equipe.

Vocês podem estar se perguntando qual a utilidade de um Mapa virtual confiado a um dos departamentos da Fiocruz. Essa empresa tem como pretensão estar perto da sociedade, o que pode ser comprovado tanto por minha presença no projeto, em nome da FASE, assim como por sua ancoragem na Rede Brasileira de Justiça Ambiental. O presidente da Fundação, eleito em 2009, Paulo Gadelha, se mostrou admirador do Mapa e da aliança Fiocruz-FASE. Além disso, não nos esqueçamos de que representa uma mudança fundamental em relação ao mapa anterior (Ippur/FASE), uma vez que a documentação dos casos relatados tinha sido produzida pelos próprios grupos sociais de vítimas. O Mapa deu visibilidade às pessoas que eram completamente ignoradas, e teve também o poder de inibir, em função da exposição pública, as ameaças de assassinos. Como os casos eram solidamente desenvolvidos por jovens pesquisadores que apoiaram a Tania (cada caso inclui entre 10 e 15 páginas), eles permitiram que grupos sociais os usassem para enfrentar seus oponentes com uma ferramenta a mais. A presença do Ministério da Saúde, por sua vez, era garantia da manutenção de algum enraizamento junto aos pobres e excluídos.



Em março de 2010, o Mapa incluía 297 casos, que não eram necessariamente os mais graves e os mais representativos, mas eram os que tínhamos, o que, de todo modo, mostrava a situação terrível de injustiça ambiental e suas graves consequências sobre a saúde e a vida dos grupos sociais compilados. Seu estudo permitiu ao editor da Fiocruz publicar, em 2013, um livro organizado por mim, Marcelo e Tania. Eu contribuí com um artigo, no qual eu pedia socorro para um colega geógrafo do Ceará, intitulado “Povos indígenas e comunidades tradicionais: os visados territórios dos invisíveis”. Assumi também a coordenação de um segundo artigo: “Mapeando alternativas para o futuro”.

Quanto ao segundo testemunho, ele se apresentou à minha memória sob a figura do pajé Luis Caboclo, líder do povo Tremembé, da aldeia Aldeota, na comuna de Itarema, relatando as lutas de seu povo contra uma empresa que plantava e industrializava palmeiras de coco e contra os criadores de camarão. Ele dança e canta diante de nós ao ritmo de sua maraca — ou seria um chocalho? — invocando para nós os bons espíritos.



Manejo de pau mulato, Gurupá (PA), em 2005. Foto: Acervo FASE

6. Direito humano ao meio ambiente: tributo ao relator

Daniel Ribeiro Silvestre⁵⁰

Jean-Pierre Leroy foi a primeira pessoa a exercer o mandato de Relator Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente. Entre os anos 2002 e 2005, dedicou-se intensamente ao desafio de diagnosticar, relatar e recomendar soluções para violações apontadas pela sociedade civil. As atividades incluíam realizar missões de investigação *in loco*, promover audiências públicas, formular recomendações às autoridades, participar de reuniões, pronunciar-se sobre as situações encontradas e, claro, elaborar relatórios que pudessem sistematizar e dar publicidade ao trabalho realizado. No período de seu mandato, Jean-Pierre realizou seis missões, visitou mais de vinte comunidades atingidas em oito Estados da Federação e abordou, em seus relatórios, quase uma centena de denúncias de violações a direitos humanos.

O presente texto apresenta uma fração desse trabalho e traz alguns relatos pessoais de quem o acompanhou nessa jornada, na função de assessor.

O PROJETO

As Relatorias em Direitos Humanos foram criadas em outubro de 2002, por iniciativa da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais (Plataforma DhESC Brasil⁵¹), uma rede nacional de articulação de organizações da sociedade civil

50 Daniel Ribeiro Silvestre foi assessor da Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente entre os anos de 2002 e 2005, quando esteve vinculado ao Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV). É bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, pós-graduado em direitos humanos pela mesma instituição e mestre em direito constitucional e teoria do Estado pela PUC-Rio. Atualmente trabalha no Senado Federal como assessor parlamentar em processo legislativo.

51 A Plataforma surgiu como capítulo nacional da Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD), que se articula desde os anos 1990. Atualmente, a denominação adotada é Plataforma de Direitos Humanos – DhESCA Brasil. A letra “A”, acrescida ao final, representa os direitos ambientais. A alteração no nome resultou do amadurecimento do debate sobre o direito humano ao meio ambiente no âmbito das organizações que integram a Plataforma, com a contribuição decisiva dos trabalhos da Relatoria Nacional para o Direito Humano

voltada para os direitos humanos econômicos, sociais e culturais. O projeto surgiu inspirado no modelo dos relatores especiais das Nações Unidas, que atuam na promoção e no monitoramento de direitos humanos no âmbito do sistema global de proteção dos direitos humanos. O objetivo foi estabelecer um instrumento que pudesse ampliar a exigibilidade dos direitos humanos no país. As primeiras relatorias, em um total de seis, foram dedicadas aos seguintes temas: meio ambiente, saúde, moradia adequada e terra urbana, educação, trabalho e alimentação, água e terra rural.

Naquele momento, a escolha dos relatores coube a um conselho de seleção composto por seis organizações da sociedade⁵², quatro organismos do Estado brasileiro⁵³ e três entidades vinculadas às Nações Unidas⁵⁴. A escolha recairia sobre especialistas com atuação reconhecida em suas respectivas áreas, legitimidade perante organizações da sociedade civil e independência em relação a órgãos governamentais. O apoio do Programa Voluntários das Nações Unidas (UNV) foi fundamental para viabilizar, para cada uma das seis relatorias, o vínculo de um assessor que auxiliasse o relator nas missões *in loco*, na pesquisa de informações e na elaboração dos relatórios⁵⁵.

O DESAFIO

O trabalho que Jean-Pierre viria inaugurar como Relator para o Direito Humano ao Meio Ambiente impunha um desafio nada trivial. Verificar o conteúdo do “direito humano ao meio ambiente” era, ao mesmo tempo, traçar-lhe um sentido, adotar uma opção política, tomar uma posição sobre o significado da dimensão ambiental dos direitos

52 FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional; MNDH - Movimento Nacional de Direitos Humanos; GAJOP - Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares; Centro de Justiça Global; FIAN – Brasil e Comissão de Justiça e Paz de São Paulo.

53 Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Departamento de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal e Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

54 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV) e o Fundo das Nações Unidas para a Criança (Unicef).

55 É nessa condição que tive a honra de participar do projeto como assessor da Relatoria para o Direito Humano ao Meio Ambiente, entre os anos de 2002 e 2005, durante o mandato de Jean-Pierre (2002-2005) e parte do mandato de Lia Giraldo da Silva Augusto (2005).

humanos, ou da dimensão humana da proteção do meio ambiente. Exigia uma aproximação recíproca dos movimentos de direitos humanos e ambientalistas, a busca por uma linguagem comum.

Em 2002 – trinta anos após a Conferência de Estocolmo e uma década depois da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92) – a visão de que o desenvolvimento econômico e social é indissociável da dimensão ambiental já estava consolidada. Jean-Pierre, no entanto, via a necessidade de ir além do que propunham os tratados e convenções produzidos por essas conferências internacionais. Ele apontava para as contradições existentes em, simultaneamente, reconhecer direitos de grupos vulneráveis e apostar em mecanismos de mercado e no livre comércio para reduzir a pobreza e as pressões sobre o meio ambiente.

No campo dos direitos humanos, os instrumentos internacionais, ainda hoje, oferecem parâmetros insuficientes para definir um conteúdo preciso para o direito humano ao meio ambiente. No plano interno, a Constituição Federal de 1988 já consagrava o direito de todos “ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”. A lei brasileira da política nacional do meio ambiente é datada de 1981 e, em conjunto com muitas outras, compõem uma legislação considerada avançada em matéria ambiental. Mesmo assim, a realidade brasileira era – e ainda é – marcada por múltiplas formas predatórias de ocupação e de exploração do território. Outra grande contradição que Jean-Pierre não cansava de denunciar.

A definição de “justiça ambiental” foi o ponto de partida perfeito para a delimitação do objeto de trabalho da Relatoria. Ela evidencia, desde logo, que há pessoas e grupos que recebem uma carga desproporcional dos danos ambientais causados pelas formas dominantes do desenvolvimento econômico. São populações de baixa renda, povos e comunidades tradicionais, moradores de bairros operários, grupos sociais discriminados, marginalizados e vulneráveis do campo, da floresta e das cidades. A dimensão da desigualdade no acesso, uso e fruição dos recursos naturais, transbordada em múltiplas formas de injustiça por força de relações de poder desiguais, permite identificar sujeitos de um direito – “difuso” – tradicionalmente concebido como aquele em que não há sujeitos identificáveis (por ser ao mesmo tempo de titularidade de todos).

Não bastaria, portanto, para um trabalho sobre o direito humano ao meio ambiente, a simples constatação de situações de desrespeito às leis de proteção do meio ambiente. Não seria o caso, por exemplo, de apenas apontar números sobre o desmatamento ilegal da Amazônia, de denunciar a perda da biodiversidade do Cerrado pela ocupação da monocultura do eucalipto, ou de apontar índices de poluição industrial na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Seria preciso investigar, concretamente, a dimensão humana dessas situações; aprofundar-se na realidade daqueles que têm suas vidas diretamente afetadas pelas variadas formas de apropriação privada dos recursos naturais. Seria necessário trazer à tona a injustiça dos padrões de produção e consumo que distribuem desigualmente a degradação ambiental e contribuem para a ampliação das desigualdades socioeconômicas. Essa abordagem permitiria caracterizar situações concretas de violação ao direito humano ao meio ambiente e, ao mesmo tempo, instrumentalizar as formas de resistência e organização dos grupos historicamente vulnerabilizados. Era a opção política necessária e suficiente para o desafio de inaugurar a Relatoria para o Direito Humano ao Meio Ambiente.

Foi com essa visão de mundo, profundamente enraizada na realidade dos oprimidos, que Jean-Pierre planejou seu mandato como relator.

AS MISSÕES

Cada missão de investigação *in loco* foi organizada para visitar, em média, três ou quatro localidades, incluindo, em cada uma delas, a verificação das áreas degradadas, entrevistas com moradores atingidos pelos danos ambientais e reuniões com lideranças sociais. O conjunto de informações de cada localidade permitiria circunscrever um “caso” de violação ao direito humano ao meio ambiente. As visitas eram encerradas com uma audiência pública aberta à manifestação dos representantes das comunidades, das lideranças sociais e das autoridades públicas.

Na prática, as missões impunham uma dura confrontação com a realidade. Os relatos das vítimas davam conta de violações de direitos



humanos de toda ordem. Da violência extrema empregada para silenciar defensores de direitos humanos à omissão do Estado em garantir acesso à saúde e à educação, tudo surgia nas denúncias apresentadas. O que Jean-Pierre pôde constatar, ao final, foi um quadro generalizado de violações aos direitos humanos. Não é por outra razão que os relatórios elaborados para cada missão acabaram apresentando um número bem maior de casos que o inicialmente planejado.

O apoio e, mais que isso, o engajamento das organizações locais da sociedade civil foram fundamentais para o sucesso do trabalho. Cada visita exigia certo grau de mobilização das comunidades, deslocamento para locais de reunião, organização de espaços para as audiências, contatos com as autoridades, entre tantas tarefas de preparação. Ao final do mandato, Jean-Pierre havia contado, sem nenhum exagero, com a parceria de dezenas de entidades e movimentos sociais.

PRIMEIRO DESTINO: PARÁ

A primeira missão foi realizada no interior do Estado do Pará, em fevereiro de 2003. Integram a comitiva, além de Jean-Pierre e seu assessor, cinco representantes das entidades parceiras locais e um sargento da Polícia Militar, que foi especialmente destacado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública para garantir a segurança do grupo na viagem pelo interior do Estado. Durante doze dias, passamos por Belém e visitamos os municípios de Altamira, Anapu e Porto de Moz, situados em uma região onde a exploração ilegal de madeira e a frente agropecuária avançam sobre a Amazônia brasileira. Os conflitos são marcados pela violência e pela impunidade.

A dinâmica da exploração dos recursos naturais da região obedece certo padrão. Começa com a invasão do território, que ocorre de formas variadas, sendo as mais comuns a grilagem de terras e o emprego de violência. Terras indígenas, unidades de conservação ambiental, projetos de assentamento, terras públicas devolutas ou mesmo propriedades privadas, nada escapa da ação dos grileiros, capazes de constituir, de forma fraudulenta, diversos títulos de posse ou propriedade sobre uma mesma área. Usando esses documentos, são capazes de conseguir até mesmo decisões judiciais e o apoio da

polícia para expulsar os legítimos ocupantes da terra. Quando isso não é possível, usam eles mesmos a força, inclusive com milícias privadas.

O segundo passo é o desmatamento da floresta, com a derrubada, sem plano de manejo florestal, de espécies de madeira nobre, muitas vezes protegidas por lei, como o mogno e a castanheira. Fazem, também, o corte raso da floresta, como uma terceira etapa, no intuito de abrir áreas de pastagens para a pecuária extensiva. Nas fronteiras sul e leste da Amazônia, os pastos vão sendo substituídos pela monocultura da soja. A essas formas primárias de exploração dos recursos naturais combinam-se, ainda, grandes projetos de mineração e de barragens de usinas hidrelétricas.

O poder público não se faz presente para garantir, sequer, o mínimo de segurança. São os sindicatos que, muitas vezes, buscam fazer a mediação de conflitos, a fim de evitar novas mortes na disputa pela ocupação da terra. A polícia, em geral, é parte do problema. Representantes do Poder Executivo e do Legislativo locais, não raro, são os próprios malfeitores. O Judiciário é um poder distante, não só pelas dificuldades comuns de acesso ao sistema de justiça pelos grupos sociais vulneráveis, como pela própria inexistência, em muitas localidades, de uma estrutura com a presença física permanente de, ao menos, um juiz, um promotor de justiça e um defensor público.

Essa triste realidade vitimou inúmeros defensores da floresta, como se identificam, na região, os defensores do direito humano ao meio ambiente. Nos anos anteriores, duas importantes lideranças haviam sido assassinadas por pistoleiros: Ademir Federicci (“Dema”), em 2001, e Bartolomeu Moraes da Silva (“Brasília”), em 2002. Ambos trabalhadores rurais ligados ao movimento sindical, engajados em denunciar a grilagem das terras, o saque dos recursos naturais e os desvios de recursos públicos.

Dema era coordenador do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu (MDTX) e vinha trabalhando por um modelo de desenvolvimento capaz de preservar o meio ambiente e melhorar as condições socioeconômicas das famílias e populações tradicionais da região. Ele foi assassinado dentro de sua própria casa e na frente de sua família. O testemunho de sua esposa, denunciando o caso a Jean-Pierre, emocionou a todos que participaram da primeira audiência pública da missão, em Altamira.

Aproximadamente cem pessoas lotaram o auditório onde se realizou a audiência, incluindo grupos indígenas, lideranças sociais, representantes de entidades da sociedade civil, moradores interessados no tema, alunos de escola pública, autoridades locais, funcionários públicos, além de curiosos atraídos pela aglomeração de pessoas. Jean-Pierre sentava-se à frente e, com um microfone, coordenava os trabalhos, chamando aqueles que apresentariam relatos de violações a direitos humanos. Todos pareciam ouvir cada fala com atenção. A cada acontecimento narrado, expressões de perplexidade misturavam-se com olhares indignados, mas também certo ar de esperança, pela expectativa de que aquelas denúncias ecoariam por outras instâncias.

O Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu (MDTX) também denunciava, à época, os impactos socioeconômicos que a hidrelétrica de Belo Monte já vinha causando no município de Altamira, ainda que se tratasse, naquele momento, apenas de um projeto que buscava viabilidade para sair do papel⁵⁶. No auditório, faixas com escritos de protesto contra a barragem eram penduradas nas paredes ao lado de cocares e adornos indígenas. Caciques e lideranças indígenas da região compareceram em peso. Alguns haviam viajado de barco, durante dois a três dias, de suas aldeias até a cidade, para participar do evento. Além de criticarem o projeto de Belo Monte, suas denúncias apontavam, invariavelmente, para a invasão das terras indígenas e outras terras públicas por grileiros e empresas madeireiras. Em certos casos, os invasores estariam a serviço de uma mesma empresa, uma grande empreiteira nacional, que ficou conhecida na região por reivindicar, como sua, uma área estimada em até sete milhões de hectares, maior até que alguns Estados brasileiros.

De Altamira, seguimos para Anapu, 170 quilômetros pela rodovia Transamazônica⁵⁷. Atravessamos o Rio Xingu em uma balsa, na altura

56 Apesar de forte resistência de parcela expressiva da sociedade (não só local como nacional, incluindo uma campanha apoiada por artistas de renome), das críticas de inúmeros especialistas e de acirradas disputas judiciais, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte foi construída e começou a operar em abril de 2016, deixando um rastro de violações a direitos humanos ainda hoje não resolvidas e frequentemente denunciadas.

57 A Transamazônica é uma estrada construída pelo governo militar, inaugurada em 1972, para ser o eixo de integração e colonização da região amazônica, conectando-a com o litoral da região nordeste do país. Considerada uma obra faraônica, ela estende-se por mais de quatro mil quilômetros (dos oito mil inicialmente projetados para alcançar o Peru e o Equador) e é a terceira maior rodovia do Brasil. Por não ser pavimentada quando entra na região amazônica, o trânsito fica impraticável nas épocas de chuva (entre outubro e março). Grandes trechos, por falta de tráfego, acabaram completamente tomados pela floresta e tornaram-se inutilizáveis.

exata de onde se encontra, atualmente, a hidrelétrica de Belo Monte. Viajamos em uma Kombi. Jean-Pierre comentava que era a primeira vez que transitava por aquela região na época de chuva. Poucos caminhões arriscavam fazer o percurso, em meio a longos trechos de barro mole e poças de água. Não demorou muito e a Kombi atolou na estrada. Jean-Pierre, sempre de forma bem-humorada, nos explicava que aquilo era parte essencial da experiência de imersão na vida amazônica. De fato, em clima de aventura, com os pés descalços e lama na altura dos joelhos, sob uma chuva fina, conseguimos desatolar o veículo. Mais tarde, já em nosso destino, pudemos nos orgulhar ao saber que havíamos passado por esse “ritual de batismo” transamazônico.

Em Anapu, a descontração daria lugar a um clima de tensão. Durante a tarde, quando chegamos, fomos levados a uma localidade onde a floresta havia sido desmatada há pouco tempo. Constatamos uma grande quantidade de toras de castanheiras, algumas com três a quatro metros de diâmetro, derrubadas na mata e prontas para serem recolhidas e transportadas por caminhões. Durante a noite, Jean-Pierre tomou o depoimento de alguns colonos ameaçados pelos conflitos pela terra. Por questão de segurança, não foi possível realizar uma audiência pública, como nas demais cidades. A reunião, organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, foi reservada e os participantes apresentaram seus relatos sob a condição de terem seus nomes resguardados.

O clima de medo não era sem razão. Nos três anos anteriores, cerca de quinhentas famílias tinham sido expulsas de suas terras. Outras dezenas que ainda resistiam estavam ameaçadas, como a de uma agricultora que teve sua casa incendiada por duas vezes, sua roça arrancada e passou a morar na área do vizinho, com medo das ameaças de morte feitas por pistoleiros.

Os movimentos sociais de Anapu, atentos ao avanço das madeireiras e das fazendas sobre as áreas de floresta, haviam apresentado ao governo federal, em 1997, a proposta de criação de uma reserva extrativista (Resex) e projetos de desenvolvimento sustentável (PDS), iniciativas capazes de harmonizar a preservação da floresta com a necessidade de assentar famílias de colonos que migraram para a região incentivadas pelo próprio governo, nos anos anteriores, mas que estavam abandonadas à própria sorte. Em novembro de 2002, portanto alguns meses antes da visita de Jean-Pierre, o governo federal havia acolhido a proposta dos movimentos sociais e decretado a criação

de quatro PDS em Anapu, que passariam a existir, ao menos no papel. É justamente nessas áreas que os conflitos se intensificaram, com a invasão de grileiros que não hesitavam para agir com violência.

Uma das pessoas mais dedicadas à defesa da floresta e dos trabalhadores do campo era a irmã Dorothy Stang, religiosa de origem norte-americana, naturalizada brasileira e pertencente à congregação das Irmãs de Notre Dame de Namur. Ela se mudou para o Brasil em 1966 e, desde a década dos anos 70, desenvolveu sua atividade pastoral e missionária na região do Xingu, onde atuou em busca de soluções para os conflitos fundiários da região, para a geração de emprego e renda para os trabalhadores do campo e pela convivência harmônica do ser humano com o meio ambiente.

Foi irmã Dorothy que recebeu e hospedou Jean-Pierre e sua comitiva em Anapu. Lembro perfeitamente daquela noite. Era a data de meu aniversário e, ao saber disso, irmã Dorothy fez questão de improvisar uma pequena comemoração, reunindo os que participavam da missão para um bolo e refrigerante. Grande conhecedora de toda a região, ela relatou que já havia sido ameaçada de morte pelas denúncias que fazia às autoridades sobre o desmatamento ilegal nos lotes dos projetos de desenvolvimento sustentável. Com ternura e muita força, ela continuou firme em defesa de seus ideais, sem deixar-se intimidar. Em fevereiro de 2005, exatos dois anos após nossa visita, a irmã Dorothy foi covardemente assassinada, com seis tiros disparados a queima-roupa, em uma estrada de difícil acesso e distante do centro da cidade. Com a grande repercussão, inclusive internacional, do caso, seus algozes foram encontrados, presos e condenados. Um dos mandantes do crime foi um fazendeiro que ela já havia denunciado por ter invadido e explorado ilegalmente uma área do projeto de desenvolvimento sustentável.

Esse é o contexto de violência que impera em toda região, ainda hoje. Um levantamento recente identificou que o Brasil é o país com o maior número de mortes em conflitos no campo. Além disso, a região do arco do desmatamento da Amazônia concentra nove em cada dez homicídios de ativistas, trabalhadores rurais, indígenas e quilombolas que lutam por terra e defesa do meio ambiente⁵⁸.

58 O ranking é feito pela ONG internacional Global Witness e a análise dos dados foi feita pela BBC Brasil. Disponível em <http://amazonia.org.br/2017/07/amazonia-desmatada-concentra-9-em-cada-10-mortes-de-ativistas-por-conflito-no-campo>, último acesso em 29/07/2017.

O quadro não seria muito diferente na última parada de Jean-Pierre pelo interior do Pará. Em uma embarcação, descemos por oito horas o Rio Xingu, de Altamira até Porto de Moz. Dos municípios visitados, é onde o negócio da madeira estava mais estruturado. Empresas de médio e grande porte, inclusive transnacionais, já participavam da exploração fazendo de Porto de Moz um entreposto para a exportação de madeira ilegal. O agravante é que a família do prefeito da cidade também era dona de uma dessas empresas.

Fomos recebidos, com grande expectativa, por representantes do Comitê de Desenvolvimento Sustentável, uma articulação de entidades da sociedade civil que propunha a criação de uma reserva extrativista para fazer frente ao avanço do desmatamento promovido pelas madeiras⁵⁹. Cinco meses antes, eles haviam realizado um protesto com cerca de cinquenta barcos, reunindo cento e vinte comunidades, que bloqueou o Rio Jaurucu, a principal via de escoamento da madeira da região. Duas balsas com quase mil metros cúbicos de madeira ilegal foram interceptadas naquela ocasião. Uma delas era comandada pelo irmão do prefeito municipal, que juntamente com vereadores da cidade passou a incitar a violência contra os apoiadores do protesto, veiculando ameaças inclusive pela rádio da cidade, também propriedade da família do prefeito. O grupo chegou a espancar em público o coordenador do Comitê de Desenvolvimento Sustentável, agrediu moradores das comunidades, queimou um barco de uma das entidades apoiadoras do protesto e ameaçou as lideranças. Até o padre que se solidarizara com os ribeirinhos foi alvo das ameaças.

Quando chegamos em Porto de Moz, o roteiro da visita já estava ajustado. No dia seguinte, seguimos de barco para uma visita a comunidades do Rio Majari, um afluente do Rio Xingu. Eram cerca de oitenta famílias ribeirinhas que vinham passando por grave situação de insegurança alimentar. Já não tinham a abundância de alimentos de poucos anos atrás porque a área tradicionalmente usada pelas comunidades para caça e extrativismo vegetal de subsistência vinha sendo invadida e explorada pelas madeiras. O tráfego das balsas

59 A Reserva Extrativista Verde Para Sempre veio a ser criada, posteriormente, pelo governo federal, em novembro de 2004. É uma unidade de conservação de uso sustentável com área de 1.289.000 hectares. Mesmo depois de sua criação formal, a área permanece ameaçada pela exploração predatória promovida pelas madeiras.

havia tornado escasso o pescado dos rios próximos. A sujeira das águas já afetava a saúde dos moradores, especialmente das crianças. Para nossa reunião, levamos água potável e a comida que seria preparada, pelas mulheres da comunidade, para o almoço coletivo.

A situação daquelas comunidades não era muito diferente da enfrentada por outras dezenas de comunidades próximas de Porto de Moz, variando apenas o nome dos responsáveis pela violência e das empresas beneficiadas. É o que Jean-Pierre pôde constatar na audiência pública realizada no último dia da visita à cidade. Foi a maior audiência pública que ele conduziu no período de seu mandato. Cerca de seiscentas pessoas estiveram presentes no salão comunitário. Vinte e cinco representantes de comunidades ribeirinhas tomaram a palavra para denunciar as violações sofridas, apesar do medo da exposição pública em face das ameaças sofridas.

A missão foi encerrada com uma audiência pública em Belém. Com o apoio das entidades parceiras, alguns representantes das localidades visitadas puderam se deslocar à capital para participar do evento. Nessa ocasião, a palavra também foi franqueada às autoridades, que na medida de suas atribuições variavam entre apresentar justificativas para a situação e assumir compromissos para o futuro.

Jean-Pierre sempre destacava que seu trabalho como Relator para o Direito Humano ao Meio Ambiente só poderia ter alguma utilidade onde existisse uma sociedade civil ativa que não só procurasse resistir à devastação como lutasse pela construção de um outro projeto de desenvolvimento. É nisso que poderiam fazer toda a diferença as organizações sindicais e populares, ONGs, setores das instituições de ensino e pesquisa, setores da Igreja e a militância de movimentos sociais. Essa mobilização foi crucial para que Jean-Pierre escolhesse essa região do Pará como destino de sua primeira missão à frente da Relatoria⁶⁰.

60 As entidades apoiadoras da missão foram: Fórum da Amazônia Oriental (FAOR), Sociedade Paraense dos Direitos Humanos (SDDH), Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), Regional da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (Fetagri), Fundação Viver, Produzir, Preservar, Movimento de Mulheres, Comissão Pastoral da Terra, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu, Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz (congrega o Sindicato de Trabalhadores Rurais, a Associação de Mulheres Campo-Cidade, a Associação dos Pescadores Artesanais, a Colônia de Pescadores de Porto de Moz).

LITORAL NORDESTINO

A exemplo da missão realizada no Pará, as demais foram organizadas em parceria com entidades e movimentos sociais e incluíram visitas a comunidades afetadas pela degradação ambiental, reuniões com lideranças sociais, entrevistas com autoridades públicas e, ao final, audiências públicas. Sendo impossível a visita a todas as comunidades afetadas, foram escolhidos alguns casos representativos de cada temática enfrentada.

A segunda missão foi realizada em agosto de 2003 e abrangeu três Estados da Região Nordeste do país (Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte). O foco da investigação foram as violações sofridas por comunidades tradicionais do litoral, em função de atividades econômicas como a carcinicultura (criação industrial de camarão), a pesca e o turismo predatórios⁶¹.

As “fazendas de camarão” já se espalhavam por todos os Estados do Nordeste, aproveitando-se do clima e solo favoráveis, além da permissividade dos órgãos ambientais estaduais com a ocupação privada de áreas de uso comum e com a destruição de áreas protegidas, como os manguezais. A comunidade de pescadores artesanais de Caponga, no Ceará, a exemplo de muitas outras, vinha sendo diretamente impactada com a tomada do território tradicionalmente ocupado por ela e com a contaminação das áreas de pesca e extrativismo marinho pelos efluentes dos tanques de criação dos camarões.

Na temática do turismo, era emblemático o caso de Tatajuba, também no Ceará. A comunidade de aproximadamente setecentas pessoas, formada majoritariamente por pescadores artesanais e pequenos agricultores, ocupava, há décadas, terras de domínio da União. A área, com mais de cinco mil hectares, incluía dunas, mangues, praia, em local de grande beleza cênica e próximo do disputado destino turístico de Jericoacoara. A associação comunitária

61 Apoiaram essa missão: Instituto Terramar, Fórum dos Pescadores e Pescadoras do Litoral Cearense, Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará, União dos Pescadores da Caponga, Associação de Moradores de Curral Velho, Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba, Associação dos Moradores Organizados do Riacho Doce, Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador (CEAT), EEFM Maria da Conceição de Araújo, Missão Tremembé, Instituto Ambiental, CODEM - Coordenadoria de Direitos Humanos e Defesa das Minorias do Rio Grande do Norte e Gerência Executiva do IBAMA no Ceará.



desenvolvia projetos para melhoria da qualidade de vida da população, como a plantação irrigada de coqueiros, e reivindicava a criação de uma unidade de conservação ambiental que permitisse ao grupo manter-se na área e promover, democrática e sustentavelmente, a ocupação do solo e a gestão dos recursos naturais.

Certa data, porém, a associação recebeu uma documentação informando que aquelas terras haviam sido registradas em nome de uma empresa privada com sede no Rio de Janeiro, que planejava construir um grande empreendimento imobiliário voltado para o turismo, com capital português e forte apoio do governo do Estado. Em meio a uma batalha judicial pela área, a empresa investiu na divisão da comunidade e na neutralização das ações de resistência, com propaganda, patrocínio de eventos e até a constituição de uma associação paralela. Casos de intimidação e ameaça também foram denunciados. Jean-Pierre caracterizou a situação como mais uma, entre tantas, em que o projeto de desenvolvimento formulado pelo Estado e pela iniciativa privada não atende às reais necessidades da população local, que também é excluída dos processos decisórios.

A missão no litoral nordestino também nos levou a comunidades onde a omissão do Estado ou a deficiência de seus serviços na gestão e fiscalização das práticas de apropriação e uso dos recursos naturais favorecem as violações de direitos. No Ceará, visitamos a comunidade de pescadores artesanais de Caponga, que se viu obrigada a combater a pesca ilegal da lagosta com seus próprios meios. Em Recife, capital de Pernambuco, realizamos uma visita à Ilha de Deus, onde 450 famílias muito empobrecidas tentavam sobreviver em meio ao esgoto que contamina o estuário do rio que banha a ilha, em plena área urbana. Ainda em Pernambuco, dialogamos com moradores de Rio Formoso, a respeito dos problemas de uma obra pública de saneamento básico, inacabada e mal executada.

CINTA-LARGA

A última missão de 2003 dirigiu-se ao Estado de Rondônia, no mês de novembro. Jean-Pierre foi conhecer a situação dos índios da etnia Cinta-Larga, em razão da pressão que sofrem pela

exploração ilegal dos recursos naturais existentes em seu território, como madeira e diamantes. Os conflitos vinham ocorrendo, nos anos anteriores, com violência extrema. No início daquele ano, o garimpo de diamantes havia sido contido com a ação coordenada pela Fundação Nacional do Índio (Funai), entidade do governo federal responsável pela política indigenista, em conjunto com a Polícia Federal e a polícia florestal estadual. Os problemas, porém, estavam longe de uma de solução⁶².

O contato do povo Cinta-Larga com não índios começou na década de 1960. Desde então, o grupo foi reduzido a 26% da população original, restando aproximadamente 1.300 indivíduos que bem poderiam ser considerados sobreviventes de um processo de genocídio. A maior parte não resistiu ao contato com as frentes de garimpeiros, madeireiros e colonos que chegaram à região. O território tradicionalmente ocupado foi reduzido e hoje está delimitado em quatro terras indígenas oficialmente demarcadas, somando 2,7 milhões de hectares no noroeste do Estado do Mato Grosso e sudeste de Rondônia.

As novas exigências decorrentes do contato com não índios, somadas à fragilização do grupo, fizeram com que a extração de madeira e, posteriormente, o garimpo do diamante fossem oferecidos como solução. Durante anos, os Cinta-Larga não se opuseram à retirada da madeira, o que levou à virtual extinção do mogno naquelas terras. O garimpo ilegal de diamantes começou por volta do ano 2000 e nunca foi contido. Em 2002, a Polícia Federal retirou dois mil garimpeiros das terras indígenas, apreendeu 3.245 pedras de diamantes em apenas uma operação e descobriu um esquema de comércio ilegal dos diamantes da região, envolvendo uma organização criminosa internacional de contrabando de pedras preciosas.

62 A missão aos índios Cinta-Larga foi realizada atendendo a uma solicitação da ONG Instituto Socioambiental e da indigenista Maria Inês S. Hargreaves, com larga experiência de convivência com o povo Cinta-Larga. Com ela, também participaram da visita a Subprocuradora-Geral da República Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Crisanto Rudzo Tseremey'wá (do povo Xavante, vice-presidente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia – Coiab), Antenor Karitiana (coordenador da Cunpir), Antonio Apurinã (diretor de assistência da Funai), Walter Fontoura Blós (chefe do grupo-tarefa da Funai a serviço dos Cinta Larga), Valdir de Jesus Gonçalves e José Nazareno de Moraes (indigenistas da equipe da Funai). Um jornalista da Rede Amazônica de Porto Velho, filiada à Rede Globo, filmou a visita.

Jean-Pierre visitou a Terra Indígena Roosevelt, onde se reuniu com lideranças e representantes das 34 aldeias e visitou uma área de garimpo e um projeto de piscicultura. Recebeu a denúncia de que os índios vinham sofrendo pressão intensa para reabrir a área de garimpo para os não índios. Garimpeiros armados vinham promovendo manifestações nas cidades próximas. Chegaram a bloquear estradas de acesso às aldeias, ameaçaram sequestrar lideranças indígenas, entre outras ações de intimidação. Quatro atentados a tiros haviam ocorrido nas estradas de acesso. Algumas mães chegaram a tirar os filhos da escola com medo das ameaças. Segundo as lideranças ouvidas, a imprensa local divulgava boatos e fomentava o ódio contra os Cinta-Larga. Em janeiro de 2003, uma operação do governo federal identificou máquinas, usadas no garimpo, pertencentes ao delegado da polícia local, a prefeitos e políticos locais. O próprio governador de Rondônia teria telefonado para os índios propondo um acordo pelo qual o governo estadual assumiria a exploração do diamante na área, o que, todavia, seria ilegal.

Dias antes da visita de Jean-Pierre, a polícia havia encontrado, dentro da área próxima ao garimpo, corpos de quatro garimpeiros em estágio avançado de decomposição. Um grupo de índios era apontado, pela polícia e por garimpeiros, como responsável pelas mortes. Segundo as lideranças indígenas, não havia prova que pudesse incriminá-los e eles não tinham assistência jurídica para enfrentar os processos. Queriam que as autoridades também esclarecessem a morte de cinco índios Cinta-Larga, três delas violentas, ocorridas na cidade vizinha às aldeias.

A área do garimpo, segundo a descrição de Jean-Pierre, superava nove quilômetros de extensão, abrindo na mata uma clareira de aproximadamente cem hectares, ao longo de três anos. Os impactos ambientais eram evidentes e incluem a poluição do rio e das águas. Muito maquinário deixado pelos garimpeiros ainda podia ser visto empilhado em vários lugares. Os próprios índios aproveitavam o material para, em menor escala, extrair diamantes. A destruição da floresta havia sido contida e um projeto de recuperação de áreas degradadas estava em formulação com apoio do governo federal. Os recursos seriam distribuídos entre todos,

para sustentar as aldeias e reestruturar as comunidades. Segundo uma liderança, foi a necessidade que os levou a reabrir o garimpo, após seis meses aguardando a liberação, pelo governo federal, de um plano de emergência para a área.

Em suma, a impressão de Jean-Pierre sobre situação do povo Cinta-Larga foi sintetizada nos seguintes termos: *“Está se falando aqui de um povo sitiado, impedido de exercer a sua cidadania brasileira; de um povo vilipendiado, injuriado, caluniado dia após dia pela imprensa, por políticos, por entidades de garimpeiros; de um povo vítima de um racismo prepotente e estúpido. É de se admirar que, nessas condições, consiga recuperar e manter a sua dignidade e a sua identidade”*⁶³.

A retirada dos garimpeiros havia sido crucial para a retomada do processo de resgate da identidade e da cultura Cinta-Larga. O ambiente de violência, decadência cultural e social e de destruição do território passava a dar lugar a uma relativa tranquilidade interna, em que as comunidades iam recuperando sua autoestima. No entanto, Jean-Pierre alertou para a extrema fragilidade daquela situação, que incluía a necessidade de pôr fim à dependência criada pelos financiadores do garimpo. As ações governamentais estavam muito aquém do tamanho dos desafios. Do lado da comunidade, ainda que a vontade da maioria fosse de ver o garimpo fechado, alguns grupos entendiam o contrário, levando à divisão da etnia⁶⁴.

ITAGUAÍ

O ano de 2004 seria marcado por outras três missões. A primeira e mais curta delas foi ao município de Itaguaí, no mês de abril. A visita contemplaria o propósito de Jean-Pierre tratar de violações a direitos de grupos vulneráveis no contexto urbano-industrial. Ao final, foram

63 “Relatório da missão realizada junto ao povo Cinta Larga de 16 a 18 de novembro de 2003”, pp. 15-16.

64 Mesmo com todos os alertas, a situação nas terras dos Cinta-Larga agravou-se já no início de 2004. Apesar de a Polícia Federal ter prendido quinze membros de uma quadrilha internacional de contrabandistas de pedras preciosas, entre os quais um agente e um delegado da Polícia Civil de Rondônia, um policial federal, empresários, advogados, contadores e até índios, em março de 2004, os garimpeiros voltaram a invadir o território indígena. Em abril daquele ano, 29 garimpeiros foram mortos no interior da terra indígena. O caso gerou grande comoção e atraiu a atenção de todo o país. Dezenas de índios foram investigados e processados pelos crimes.

encontradas situações de poluição do ar e da água, depósitos de resíduos tóxicos, solos contaminados, ausência de saneamento básico, riscos associados a enchentes, lixões e pedreiras, além de pesca predatória⁶⁵.

Itaguaí é um dos municípios que margeiam a Baía de Sepetiba, situada a oeste da cidade do Rio de Janeiro. O local está na zona de expansão da região metropolitana da capital fluminense. Ali estão instalados grandes distritos industriais, que concentram as principais indústrias do Estado. Elas são atraídas pela localização estratégica (litorânea e entre as principais metrópoles do país), pela oferta de infraestrutura (abastecimento de água, energia e portos), e pelos incentivos fiscais. Além da população urbana, a Baía de Sepetiba possui uma importante comunidade de pescadores, com aproximadamente quatro mil profissionais dependendo da qualidade das águas e do equilíbrio ecológico da baía para desenvolver suas atividades.

A poluição, no entanto, afetou profundamente a pesca e o turismo na região. A principal responsável foi uma siderúrgica poluente que se instalou às margens da baía, nos anos sessenta. Além de ter expulsado a comunidade de pescadores do local, a planta industrial passou a acumular rejeitos sólidos em uma montanha que chegou a vinte metros de altura e cerca de quinze milhões de toneladas de material contaminado com metais pesados. A empresa faliu em 1998, deixando um imenso passivo social, trabalhista e ambiental, este considerado, à época da missão, o maior do Estado do Rio de Janeiro e um dos maiores do país.

Os vazamentos de resíduos para as águas da baía eram frequentes. Em 1996, com as chuvas, cinquenta milhões de litros de efluentes da bacia de rejeitos, contaminados com zinco e cádmio, vazaram para a Baía de Sepetiba. Pesquisadores chegaram a encontrar, em um grupo de moradores, concentrações de metais pesados acima do tolerável pelo organismo humano, apontando com causa provável o consumo de pescados da baía. Meses antes de nossa visita, a região havia entrado em novo estado de alerta, na iminência de um novo vazamento.

65 A visita foi realizada com apoio local da Associação dos Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira (APAIM), da Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira (APLIM) e do projeto Mapa dos Conflitos Ambientais do Estado do Rio de Janeiro, coordenado pela FASE e pelo IPPUR/UFRJ.

Diversas ações judiciais já tramitavam a respeito dos problemas sociais e ambientais causados, enquanto o poder público (governos federal e estadual) apenas começava a pensar uma solução para o problema.

A poluição da Baía de Sepetiba, porém, não poderia ser resumida ao passivo ambiental de uma empresa falida. Durante a audiência pública e as reuniões com os moradores, Jean-Pierre recebeu denúncias de que indústrias em atividade também vinham despejando resíduos, sem o devido tratamento, nos cursos d'água da região. Além disso, foram relatados os impactos causados por pedreiras e por um depósito de carvão mineral (rachadura de casas e problemas respiratórios em decorrência da poeira gerada, por exemplo) na vida dos moradores das áreas próximas, invariavelmente bairros com população de baixa renda.

A qualidade ambiental da Baía de Sepetiba também estava comprometida pelas péssimas condições de saneamento. Dos 82 mil habitantes (95% eram população urbana, em 2000), apenas 11% possuíam esgotamento sanitário adequado e 21% abastecimento com água da rede. Como a estação de tratamento de efluentes do município encontrava-se parada e sucateada, todo o esgoto vinha sendo despejado, sem tratamento, na Baía de Sepetiba. Em alguns bairros sem saneamento básico, havia riachos transformados em valas de esgoto a céu aberto, com risco de alagamentos nas épocas de chuva. Em outro, a rede mal construída provocava o refluxo do esgoto para dentro das casas. O lixo coletado pela prefeitura era despejado e acumulado ilegalmente, sem cuidados ambientais, em uma área afastada da região central, mas vizinha a pequenas propriedades rurais.

Nos comentários feitos em conclusão à visita a Itaguaí, Jean-Pierre ressaltou que a região teria tudo para ser caracterizada como uma “zona de sacrifício” ou “paraíso da poluição”, onde se concentram práticas ambientalmente agressivas atingindo as populações de baixa renda. A vocação econômica da região havia sido dada, em grande medida, de cima para baixo. Considerando a absoluta falta de informações aos grupos de mais baixa renda sobre riscos, localização e impactos dos processos produtivos, Jean-Pierre via a prática velada da desinformação como um dos maiores óbices a serem enfrentados. Ele observou que, para os pescadores artesanais e moradores da região, a Baía de Sepetiba ainda representava a própria vida: alimentação,



moradia, trabalho e cultura. Sendo assim, enalteceu a coragem de alguns grupos resistirem, organizarem coletivamente propostas alternativas e promoverem intervenções em prol do meio ambiente e da qualidade de vida na região.

MINAS GERAIS

As outras duas missões de 2004 foram realizadas no mês de agosto, uma no Estado de Minas Gerais e outra no Estado do Mato Grosso. Assim como havia ocorrido na missão ao Pará, essas duas missões envolveram visitas a diversas localidades dentro do mesmo Estado, demandando um tempo maior de duração e longas viagens por terra.

Em Minas Gerais, a missão ocorreu entre os dias 1º e 6 de agosto. Partimos da capital, Belo Horizonte, e visitamos comunidades rurais dos municípios de Curvelo, Rio Pardo de Minas e Cristália. Ao todo, percorremos aproximadamente 1.800 quilômetros. A audiência pública de encerramento foi realizada no auditório da Assembleia Legislativa do Estado, com a participação expressiva de movimentos sociais e também autoridades⁶⁶.

Duas temáticas principais compuseram o objeto principal das investigações: os impactos da monocultura do eucalipto e da construção de barragens de usinas hidrelétricas. O que se constatou foi a transformação de paisagens ricas em biodiversidade nos chamados “desertos verdes” das plantações de eucalipto ou nos reservatórios de água das usinas hidrelétricas. Essas áreas, que eram de uso tradicional das comunidades e asseguravam-lhes alimentação, trabalho e renda, vinham sendo apropriadas pelas empresas de eucalipto e de energia.

As populações rurais do interior de Minas Gerais, especialmente do norte do Estado, são conhecidas tradicionalmente por geraiseiros, geralistas, chapadeiros, entre outras denominações. São pequenos agricultores e criadores de animais, pescadores artesanais e extrativistas

66 A missão foi articulada, localmente, pelas seguintes entidades: Rede Alerta Contra o Deserto Verde, Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFGM), Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha (Campo Vale), Centro de Agricultura Alternativa (CAA), Projeto Manuelzão (UFGM),

que desenvolveram, secularmente, modos de uso e ocupação do solo adaptados à região do cerrado, integrando produção e extrativismo. Nos terrenos mais férteis ao longo das veredas (áreas úmidas e de nascentes), riachos e ribeirões, produzem as lavouras. Nas outras áreas, mais elevadas e de vegetação típica do cerrado – áreas comuns ou gerais –, praticam o extrativismo, criam animais e estabelecem suas moradias.

São comunidades que criaram formas de viver e conviver com as adversidades impostas pelo relevo, pela qualidade do solo, pelas variações climáticas e pelo histórico abandono dos poderes públicos. São populações de baixa renda, ainda que consigam produzir para subsistência e estabeleçam relações de troca entre as comunidades. Possuem tradições culturais próprias, celebram festas religiosas e pagãs, cultivam ritmos musicais.

Lembro de Jean-Pierre dizendo que pobreza não se confunde com falta de dignidade. Ele via com muita desconfiança as tentativas de medir a pobreza com base em números, índices, linhas e outras representações gráficas. As estatísticas oficiais poderiam caracterizar a região como um bolsão de miséria, considerando o baixo dinamismo econômico, a precariedade da infraestrutura e a carência de serviços públicos básicos. Os números deixariam escapar, porém, que uma vez desestruturadas aquelas relações econômicas, sociais e culturais de base comunitária, aí sim teríamos a pobreza confundida com a falta de dignidade. Não seriam a monocultura do eucalipto ou as barragens de hidrelétricas que viriam atender às necessidades daquelas comunidades por melhores condições de vida. O que vimos foi exatamente o contrário: famílias perdendo a possibilidade de se desenvolver conforme suas escolhas e seus valores, grupos tendo negada sua identidade coletiva e suas diferentes formas de organização social, vendo a significação cultural de seus espaços ser, simplesmente, desconsiderada.

As comunidades visitadas denunciaram processos de deslocamento forçado, perda de posses rurais, bens e produção agrícola; reassentamento em áreas menos férteis e inviáveis para a agricultura familiar; perda de acesso à água e às áreas comuns de extrativismo e pesca; migração para as zonas urbanas sem perspectiva de emprego ou condições de ingresso no mercado de trabalho; rompimento dos laços comunitários, de relações de vizinhança e manifestações culturais,



entre outros impactos negativos. Denunciaram, ainda, violência e ameaças por funcionários privados e também por policiais militares, ordens judiciais de despejo efetivadas com brutalidade, manifestações racistas e de discriminação de gênero, obstáculos à participação política democrática e dificuldades de acesso à justiça e aos órgãos da administração pública.

A considerar toda a região, seriam milhares de famílias com inúmeras dificuldades concretas de resistir à apropriação do território. Os depoimentos mostraram que os grupos atingidos por esses grandes empreendimentos não eram compensados de forma justa por seus prejuízos. A prática das empresas buscava minimizar a reparação de danos e o pagamento de indenizações. Para isso, era comum excluir famílias e comunidades inteiras dos processos indenizatórios, cooptar lideranças, ameaçar e intimidar moradores para aceitarem os baixos valores oferecidos, evitar responsabilidade pelo reassentamento das famílias, entre outros expedientes. Além disso, contavam com o apoio dos meios de comunicação mais conservadores para deslegitimar os processos de licenciamento ambiental e criticar as agências do governo responsáveis por ele.

Além de ter se reunido com os atingidos pela barragem de Irapé, Jean-Pierre recebeu, na audiência pública, denúncias de violações de direitos no processo de implantação de outras oito hidrelétricas, no Estado⁶⁷. Em relação à monocultura do eucalipto, também foram várias as empresas apontadas como responsáveis pelas violações. A audiência em Belo Horizonte também atraiu representantes das comunidades quilombolas Gorutuba e Brejo dos Crioulos, e dos povos indígenas Caxixó, Pataxó, Maxacali e Xacriabá, todos denunciando conflitos em torno da ocupação e do reconhecimento oficial de seus territórios tradicionais. Foram, ainda, apresentados casos referentes a empreendimentos de mineração que colocavam em risco o abastecimento de água de populações urbanas, inclusive da região metropolitana de Belo Horizonte.

O quadro de violações de direitos humanos verificado em Minas Gerais só não era pior em razão da organização das comunidades em torno de movimentos populares, associações e organizações sociais

67 São elas: UHE Murta, UHE Candonga, PCH Fumaça, UHE Pilar, UHEs Capim Branco I e II, PCH Jurumirim, UHE Aimorés e UHE Cachoeira da Providência.

que vinham denunciando as injustiças ambientais e desenvolvendo projetos de desenvolvimento e fortalecimento comunitário.

MATO GROSSO

A sexta e última missão do mandato de Jean-Pierre foi ao Estado de Mato Grosso, entre 15 e 24 de agosto de 2004. O roteiro incluiu visitas à comunidade quilombola de Mata Cavallo, no município de Nossa Senhora de Livramento; aos índios Xavante de Maráiwatsede, em Alto Boa Vista, na região do Araguaia; a famílias do Assentamento Liberdade, no município de Canabrava do Norte; e aos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Manso, localizada no Município de Chapada dos Guimarães. Jean-Pierre também participou de reuniões com autoridades, entre as quais representantes da Delegacia Regional do Trabalho, que apresentaram denúncias de trabalho escravo nas áreas rurais do Estado. A audiência pública, ao fim da missão, foi realizada no auditório do Ministério Público Estadual, na capital Cuiabá⁶⁸.

Foram mais de 3.000 quilômetros percorridos, dos quais 1.500 por estradas de terra. A comitiva, que variou de oito a dez pessoas conforme a localidade visitada, viajou em três camionetes, sendo duas cedidas pela Delegacia Regional do Trabalho e outra pela Superintendência Regional do IBAMA no Mato Grosso. Nossos motoristas eram funcionários dos próprios órgãos públicos. A convite de Jean-Pierre, integraram o grupo Jean Cléroux e Catherine Moreaux-Cléroux, casal de amigos franceses que produziu um documentário sobre a missão.

Mato Grosso é o grande expoente do agronegócio brasileiro. Nos anos anteriores à missão, o Estado vinha registrando crescimento de quase 10% ao ano, principalmente em razão da agropecuária. Em 2003, de cada quatro hectares de soja plantados no país, um estava no Mato Grosso. Simultaneamente ao bom desempenho econômico, o Estado surgia como responsável por 43% do desmatamento amazônico.

68 A organização local da missão ficou a cargo do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD), FASE-Cáceres; Comissão Pastoral da Terra Regional Mato Grosso e em Porto Alegre do Norte; Prelazia de São Félix do Araguaia; Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canabrava do Norte; Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Instituto Centro Vida (ICV); Operação Amazônia Nativa (OPAN).



Naquele ano, também liderava o ranking da violência rural, com 40% da população rural tendo passado por algum tipo de conflito agrário. Mais de seiscentas pessoas tinham sido encontradas em situação de escravidão em catorze fazendas, fiscalizadas de janeiro a agosto de 2004. É assim que o “desenvolvimento” e a “modernização” avançavam sobre terras públicas griladas, territórios indígenas e quilombolas, projetos de assentamento da reforma agrária, unidades de conservação e áreas de proteção ambiental.

Os casos dos quilombolas de Mata Cavallo, dos Xavante de Maráiwatsede e dos trabalhadores rurais do Projeto de Assentamento Liberdade têm em comum o conflito fundiário polarizado com fazendeiros e pequenos posseiros. As terras haviam sido reconhecidas pelo poder público como de uso e ocupação das comunidades tradicionais, no caso dos índios e dos quilombolas; e reconhecidas como improdutivas e desapropriadas por não cumprirem sua função social, no caso do PA Liberdade. Nos três casos, foram registrados atos de intimidação e atentados violentos contra membros das comunidades. Em todos eles, os grupos sofreram, em algum momento, com ordens judiciais impedindo que reocupassem suas terras, ou determinando sua expulsão em favor dos fazendeiros, cumpridas violentamente com apoio da polícia estadual. Ainda em comum, nos três casos, a degradação ambiental das áreas ocupadas dificultava as atividades de subsistência das famílias; o acesso à água potável era precário ou inexistente, assim como as condições de saúde e o acesso à educação.

Nossa visita à Terra Indígena Maráiwatsede também merece o seguinte registro: apenas uma semana antes de nossa chegada, os índios haviam conquistado o direito de reingressarem no território, por meio de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, a mais alta corte do judiciário brasileiro. Eles haviam sido transferidos dali pelo governo federal décadas atrás, em 1966, em uma tentativa desastrosa de resolver conflitos com um grande latifundiário que adquirira aquelas terras. Em 1998, o processo de reconhecimento e titulação do território indígena foi concluído, mas a área já estava invadida por alguns grandes fazendeiros e cerca de duzentos posseiros, estimulados por políticos da região. Decisões judiciais vinham impedindo a entrada dos índios na área. No fim de 2003, cerca de 280 famílias resolveram retornar à região e ficaram acampadas em condições precárias à beira da rodovia que margeia a terra indígena.

Nessas condições, três crianças indígenas morreram e outras catorze foram internadas com sintomas de pneumonia e desnutrição. As rádios dos municípios próximos, sob pressão de políticos e outras pessoas com interesses nas terras, foram utilizadas para disseminar o terror entre a população e jogá-la contra os índios. Lideranças sociais e funcionários do órgão indigenista federal eram ameaçados e hostilizados em público. Um conhecido grileiro de terras foi acusado de distribuir armas pesadas aos grupos rivais e de queimar pontes das rodovias federais que dão acesso ao local.

A decisão do Supremo Tribunal Federal, semanas antes da visita de Jean-Pierre, foi muito comemorada pelos índios. Ela permitia que os índios reingressassem no território, ainda que só fosse possível a retomada de 1,5% da área total, enquanto o governo federal não concluísse a retirada e o reassentamento dos posseiros que lá se encontravam.

Quando chegamos a Maráiwatsede, havia cerca de 450 índios em um acampamento provisório, formado por cabanas cobertas por lona, plástico e palha. Tudo era muito precário, a começar pelas condições sanitárias e de alimentação dos índios. Uma barraca da Funai improvisava o armazenamento de itens básicos de alimentação e remédios. As cestas básicas enviadas pelo governo federal eram insuficientes e o grupo dependia de campanhas de doação promovidas por organizações não-governamentais e pelos sindicatos de trabalhadores. A devastação das florestas impedia o retorno imediato da subsistência pelas formas tradicionais de caça, pesca e extrativismo.

O clima seco e as queimadas da região deixavam o ar denso e acinzentado. À noite, o frio era intenso, naquela época do ano. Como havíamos chegado no fim da tarde, após um dia inteiro de viagem, montamos nosso acampamento esticando redes sob as árvores que apoiavam a barraca da Funai. A esta altura, eu já estava me acostumado a dormir em uma rede. Era a terceira missão em que isso acontecia. Jean-Pierre parecia sentir-se até bem confortável. Dizia que havia aprendido a gostar de dormir em rede quando morou no Pará. Para minha infelicidade, não segui o conselho dele e estiquei minha rede afastada dos demais, fora da área coberta por lona. Não me lembro de ter passado tanto frio em uma noite, como naquela ocasião.

Na manhã seguinte, quando acordamos, os caciques e anciãos já preparavam uma celebração. Seria a primeira cerimônia de comemoração pelo reingresso do grupo em Maráiwatsede, reunindo toda a aldeia.

Foi emocionante vê-los, com os corpos devidamente pintados, homens e mulheres, idosos e crianças cumprindo o ritual das danças e cantos típicos, durante quase duas horas. Movimentos rápidos no chão de terra seca levantavam uma poeira que se misturava à fumaça das queimadas. O sol a pino e o calor intenso contrastavam com a noite anterior e nos faziam desejar uma sombra, mas naquele descampado não havia árvores próximas. Fomos convidados a assistir à cerimônia e, no fim, também participar. Para nossa surpresa, fomos homenageados e condecorados com um adereço típico que demonstra honraria. Os caciques discursaram e agradeceram nossa presença. Jean-Pierre também falou, parabenizou o grupo e explicou a razão daquela visita. A maioria sequer falava a língua portuguesa. Um intérprete facilitou a comunicação. Em seguida nos reunimos com as lideranças, que contaram sua história e apresentaram os problemas que vinham enfrentando.

Durante a visita a Maráiwatsede, um grupo de posseiros, acompanhado de fazendeiros e do prefeito de Alto Boa Vista⁶⁹, bloqueou a principal rodovia da região e queimou pontes de outras estradas, obstruindo o acesso sul e deixando a região isolada das cidades vizinhas. A ação era um protesto contra o reingresso dos índios no território e uma forma de boicotar um evento relativo à questão ambiental que ocorreria em uma cidade vizinha. Fomos obrigados a tomar um caminho pelo norte do Estado, atravessando o Parque Nacional do Xingu (e no coração dele, cruzar o próprio Rio Xingu, em balsas operadas por índios) e retornando pela rodovia BR-163. O “desvio” nos custou dez horas adicionais de viagem. A manifestação só terminou depois de quatro dias, com a presença de policiais federais.

De volta a Cuiabá, partimos no dia seguinte para a reunião com as comunidades afetadas pela hidrelétrica de Manso. O Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) denunciou que havia dezoito comunidades atingidas, totalizando 1.065 famílias, mas somente 422 famílias eram reconhecidas pela empresa (Furnas, do governo federal) e, mesmo para elas, as compensações e indenizações não vinham sendo capazes de assegurar as mesmas condições de produção econômica e reprodução sociocultural que tinham antes. Os reassentamentos, construídos sobre solos inférteis,

69 A Terra Indígena Maráiwatsede ocupa a maior parte de Alto Boa Vista. Esse município, aliás, foi criado, justamente, com o objetivo de consolidar uma situação de fato que pudesse inviabilizar a volta dos Xavante a seu território tradicional.

dividiram as comunidades e causaram grave desestruturação social. As comunidades viram-se empobrecidas. Dezenas de famílias passaram a viver em regime de coabitação nas pequenas casas dos reassentamentos. Muitas acabaram se mudando para a periferia urbana da capital. Com apoio de pesquisadores da Universidade Federal do Mato Grosso, o MAB vinha buscando negociar com a empresa condições mais justas de reparação aos atingidos.

Nas considerações gerais que fez a respeito da visita ao Mato Grosso, Jean-Pierre verificou que a lógica e a dinâmica das violações de direitos humanos encontradas na missão não diferem das que foram vistas no Pará, no Pernambuco, no Ceará, em Rondônia e em Minas Gerais. Enquanto as questões ambientais são vistas como obstáculos ao progresso, as questões sociais parecem não incomodar os governantes, que estimam que o crescimento econômico que promovem resolverá a questão. O território de Mato Grosso tinha sido tomado de assalto em prol do agronegócio. O governo estadual incentivava índios a plantarem soja em suas terras, ou arrendá-las para quem o fizesse. Deputados buscavam rever os limites de unidades de conservação e terras indígenas estabelecidas, a fim de reduzir suas áreas. O governo federal já havia dado prioridade total às exportações, em particular ao agronegócio, e à política fiscal restritiva que limita, em primeiro lugar, as despesas e os investimentos em órgãos responsáveis pelas políticas de ordenação fundiária, fiscalização ambiental e de promoção dos direitos dos grupos sociais vulneráveis.

“A ideologia do desenvolvimento, homogeneizadora do território e da sociedade, penetrou profundamente, não só as forças econômicas dominantes, mas os poderes públicos e a opinião pública”, afirmou Jean-Pierre, completando com o seguinte: “o mínimo senso de humanidade compartilhada e de democracia pareceria supor que a convivência entre setores sociais é possível e necessária. Não é o caso.” Nesse contexto, descreveu como “quase heroica” a atitude dos defensores de direitos humanos no Estado, ao tomarem a frente da resistência contra as injustiças ambientais e afirmarem o direito da coletividade eleger a forma e o modo de apropriação e destinação dos recursos naturais que melhor lhes convêm ⁷⁰.

70 “Relatório da Missão ao Estado do Mato Grosso”, pp. 48 e 50.

APRENDIZADOS

Os casos relatados por Jean-Pierre possuem um eixo único que os identifica como resultantes de violação ao direito humano ao meio ambiente: a destruição de bases materiais de sustentação da vida, dos bens naturais dos quais os diversos grupos populacionais dependem para sua produção econômica e reprodução sociocultural.

Muito embora o trabalho como Relator Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente exigisse uma atenção especial para os problemas (afinal, era preciso relatar violações aos direitos humanos), era nítido que Jean-Pierre se interessava muito mais pelas soluções, pelo lado positivo das experiências que pudessem colocar em perspectiva a esperança por um futuro diferente. Ganhavam destaque as iniciativas coletivas e com potencial de gerar alternativas de desenvolvimento fundadas na convivência sustentável com o meio ambiente.

É assim que Jean-Pierre qualificava as propostas de agricultura familiar sustentável, de produção de energia renovável descentralizada em menores escalas, de manejo sustentável das florestas e das águas, de transporte coletivo mais racional e econômico, de reforma urbana para democratização da cidade e elevação da qualidade de vida, de economia associativa e de micro e pequenos empreendimentos fundados sobre a economia dos recursos utilizados, entre tantas propostas construídas coletivamente e fundadas na solidariedade.

A inviabilização das alternativas, com a complacência do Estado, seria nada menos que a destruição da esperança, das lutas e estratégias coletivas por reconhecimento, um atentado à diversidade dos modos de criar, fazer e viver de nossa territorialidade. A defesa do direito humano ao meio ambiente, afinal, implicaria colocar sempre a dúvida: “desenvolvimento para quem? Para quê?” Por trás dessas indagações, disputas que são profundamente políticas, econômicas, sociais e culturais.

Mais que escutar relatos de vítimas, Jean-Pierre queria ouvir as manifestações de sujeitos políticos, protagonistas das formas de resistência contra a opressão, batalhadores das alternativas capazes de assegurar uma vida digna, mesmo que nas condições socioeconômicas mais adversas. Ao se referir a esse protagonismo, Jean-Pierre registrou:

“Ao mencionar brevemente este aspecto do direito ao meio ambiente, queremos tão somente lembrar que esse direito tem a ver com a cidadania e a construção democrática da nação. Esses sujeitos coletivos, ao reclamarem por seus direitos e ao proporem alternativas para uma ocupação sustentável e democrática do território, fazem avançar a fronteira dos direitos e, afinal, as exigências éticas da humanidade⁷¹.”

Nas reuniões com as comunidades e com as lideranças dos movimentos sociais, Jean-Pierre mais ouvia do que falava. Escutava a todos com igual atenção e respeito. Ao fim das reuniões, usava da palavra, quando então costumava recuperar e sistematizar tudo aquilo que havia escutado, de forma lógica e com uma riqueza de detalhes que, muitas vezes, só ele havia percebido. Transmitia suas impressões sempre com uma linguagem clara e próxima à de seus interlocutores. Suas falas eram sempre ouvidas com muita atenção. Levavam o público a uma compreensão mais ampla e abrangente das questões tratadas.

O diálogo que Jean-Pierre estabelecia com aquelas comunidades não tinha o objetivo de repassar conhecimento. Seu objetivo me parecia ser muito mais elevado. Ele valorizava a diversidade dos modos de viver e produzir de cada comunidade, enaltecia as relações que cada grupo havia construído com o território, procurava evidenciar o valor de cada cultura local. Desse modo, compreendia e se fazia compreender. De alguma forma, conseguia estimular aquelas pessoas a resgatarem, por si mesmas, a dignidade de suas vidas, e a perceberem a importância de construir uma narrativa autônoma sobre si.

Em cada lugar por onde passou, Jean-Pierre certamente deixou uma semente, uma fonte de inspiração, a indicação de um caminho. Deu o exemplo vivendo de acordo com seus pensamentos e ideias. Buscou o lugar do outro e, dali, procurou aprender. Dali, cultivou a esperança de que, um dia, outros venham a aprender também.

71 LEROY, Jean-Pierre; SILVESTRE, Daniel Ribeiro. Direito Humano ao Meio Ambiente, in: Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais – DhESC Brasil. Relatório Brasileiro sobre Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais 2003: alimentação, terra e água, meio ambiente, saúde, moradia adequada, educação e trabalho. 2003. p. 20



Condecoração oferecida por liderança Xavante Marãiwatsédé, durante visita à Terra Indígena, em 2004. Foto: Daniel Ribeiro Silvestre

**“Doce França, querido país de
minha infância”**



Evento de 50 anos da FASE, Rio de Janeiro, em 2011. Foto: Rosilene Miliotti/Imagens do Povo

7. Diálogo entre Jacques e Jean Pierre

Nasci em Briouze, no departamento de Orne, em 17 de janeiro de 1939; Jacques também, no dia 21 de dezembro de 1940. Uma canção da época dizia: “Quem é de Briouze nunca pode ser de Paris”. Meu nome, Jean-Pierre, René (nome do irmão e da irmã de papai)⁷², Joseph (nome do tio Joseph, marido da Tia Berthe). Leroy, o sobrenome cuja origem remonta à região de Mayenne, descendente direto de certo René Leroy, nascido em 1616, tendo portanto muita terra e lama no DNA.

Pierre Leroy, nosso pai, nascido em 24 de novembro de 1911, tinha deixado a localidade de Épinay, em Chapelle-Moche, onde seu pai era meeiro. Mais tarde, essa comuna ganharia um upgrade, tornando-se La Chapelle d’Andaine. Era mesmo melhor evocar a floresta e sua nobreza ou sua burguesia numa caçada com cães e cavalos. Ah!, como eu adorava o som da trompa à noite no fundo dos bosques! Hoje, numa foto na entrada de nosso apartamento no Rio, o vovô Leroy vem nos saudar, com seu bigode generoso de mergulhar na sopa, seus tamancos e suspensórios, ao lado da vovó que pouco conhecemos. Ainda assim me lembro dela, preparando a sopa na lareira. Porém, era aquecido pelas brasas, perto desse fogo, que, de passagem, eu levava tempo para adormecer, com o vento uivante deslizando, como se fosse sua casa, entre a porta e a lareira.

Ao contrário de seus irmãos, que permaneceram ligados à terra – com a exceção do tio Émile –, papai se tornou carteiro nos anos 30. Ele também está no quadro, em sua bicicleta, a mesma na qual Jacques e eu aprendemos a pedalar, entre a mureta e o canal, próximo ao posto alfandegário de La Baule.

A industrialização tardia da França requeria braços, e assim papai se viu em seu primeiro emprego como ferroviário em Briouze. Nossa mãe, Louise Suzanne Lemoine – tendo Suzanne vencido Louise –, também veio da terra, da comuna de OUILLY-le-Tesson, no departamento de Calvados. Um postal datado dos anos 20 ou 30 mostrava uma rua, talvez a única, com as vacas, o feno, os camponeses e as camponesas (uma prima dizia que um dos nossos tios estava na foto). Ao longo de sua parte central situava-se o castelo cuja condessa,

72 Acontecia por vezes de irmão e irmã terem um mesmo prenome... de acordo com nosso tio Bernard, se o encarregado de registrar o nascimento da criança era o vizinho, é possível que ele pode cometa um engano, sobretudo se já tiver bebido demais na comemoração do nascimento. (Nota de Françoise)



generosa apesar de proprietária, havia acolhido nossos avós, a quem pouco conhecemos, com seus quatorze filhos. Nossa mãe era a penúltima filha, seguida pela tia Sœur. Com Berthe, quarta entre todos os filhos, elas constituíram o trio feminino dos onze irmãos (dos quais apenas dois permaneceram ligados à terra).

Papai, que dificilmente expressava seus sentimentos, não era prolixo sobre seus amores. Ele encontrou mamãe trabalhando como garçomete num bar e restaurante próximo à estação de trens de Briouze. Esse modesto estabelecimento teria pertencido a um dos irmãos Lemoine. Pierre e Suzanne se casaram em 1937, em Briouze, e tiveram tempo de me trazer ao mundo antes de eclodir a guerra. Papai foi mobilizado e felizmente passou seu tempo fugindo dos alemães em direção ao sul, aos poucos retornando para reencontrar sua jovem e bela esposa. Jacques nasceu em Briouze, em 1940, e pouco tempo mais tarde papai passou ao seu novo cargo na ferrovia, simples acendedor de lâmpadas em La Possonnière, entre Angers e Nantes, nas margens do rio Loire. Ali nasceu Marie-Odile, em março de 1942.

Jacques

Sobre a guerra de 1939, é possível lembrar dois fatos “divertidos” que me foram contados mais tarde.

A mobilização geral na França foi proclamada em 1º de setembro de 1939, com a guerra tendo sido declarada 3 dias após. Mas a Alemanha só atacou em 10 de maio do ano seguinte. Entre as duas datas, a “Guerra de Araque” na qual, com as armas nos chão, os soldados lavavam roupa, uns na linha Siegfried e outros na linha Maginot... O tempo se alongava, o Estado Maior, preocupado com a moral das tropas e com todo tipo de necessidades, organizava turnos de licença. Papai se aproveitou dessa “generosidade” do Führer... E graças a isso, vim ao mundo em 22 de dezembro de 1940.

Outro acaso curioso se deu no dia em que os alemães entraram em contato com as tropas francesas no setor de Pointe de Givet (provavelmente em 14 de maio), com os seguintes eventos: Papai, responsável pelo rancho da caserna móvel, com ajuda de um cozinheiro e de subalternos, correu a campanha em busca de mantimentos a fim de manter a moral das tropas de sua unidade. Quando essa equipe bem abastecida com todos os

tipos de víveres retornou, a unidade tinha desaparecido! Após 24 horas de buscas infrutíferas (– *Ei, rapazes, por acaso não viram alguém da 101ª?* – *Não vi ninguém, meu velho...*), ele se deparou com uma alta patente que lhe deu a ordem de seguir para Marselha, onde estavam se reunindo algumas unidades, entre as quais a sua, talvez para atravessar para o outro lado do Mediterrâneo. Papai não se fez de rogado e se dirigiu pelas rotas paralelas à fronteira para bravamente se colocar, três dias mais tarde, à disposição do exército, o qual, pouco tempo depois, o reenviou para casa, encarregado de outra missão da mais alta importância: cuidar do bom funcionamento dos meios de transporte da França.

Porém, no momento exato em que ele, sob ordens, se preparava para dar as costas à unidade das Ardenas, outro jovem de mesma idade, oficial de uma unidade da guarda que estava encarregada, por sua vez, de assegurar a retaguarda do exército francês em contato com os primeiros elementos das tropas alemãs no setor da fronteira franco-belga, acabava de ordenar a seus homens que se preparassem com seus cavalos para atravessar o Rio Mosa a fim de atingir a margem francesa. “A caminho! Espaço regulamentar de dez passos! Marchem atrás de mim!”, gritou o capitão. Ele se encaminhou assim pela ponte, atrás do capitão. Após 20 ou 30 metros, um obus, ou talvez uma bomba, explodiu entre os dois homens. A detonação atirou o jovem militar no rio Mosa. A água fria o despertou. Gravemente ferido no rosto, ele encontrou forças para nadar até a margem francesa. Os homens que conseguiram atravessar o que restava da ponte o socorreram às pressas. Uma religiosa de uma comunidade próxima cuidou dele. O exército assumiu a responsabilidade e por fim o enviou para a retaguarda, em Bordeaux, por vários meses. Esse homem, jovem e atlético, se curou, e é o pai de Marcelle, o que faz dele meu sogro.

Jean-Pierre

A guerra. Quantas vezes aqui no Brasil eu não evoquei a guerra, essa desconhecida dos brasileiros que têm apenas como experiência as pinturas grandiloquentes de sua última triste guerra contra o Paraguai, nos anos 60 do século XIX, e, no Rio, o monumento aos “pracinhas”, esses heroicos soldados da Força Expedicionária Brasileira



que conquistaram Monte Castello, na Itália, tributo pago pelo Brasil para a defesa do mundo livre. Soem as trombetas! Sim, muito cedo e para sempre a guerra invadiu-me os sentidos e o espírito. Eu que tenho apenas uma memória furtiva, revejo a sacada da missão em que Tia Berthe nos acolheu, em Lisieux, e lá embaixo o rio, o jardim de infância que frequentei e, subitamente, outra imagem: acúmulos de ruínas.

La Possonnière

Um dia, dois enormes alemães da *feldgendarmérie*, com suas placas de metal no peito e baioneta no rifle, apareceram em nossa casa. Felizmente, papai não estava. Eles revistaram tudo. Creio me lembrar que chegaram a furar os colchões. Mamãe, com Marie-Odile nos braços, eu e Jacques ficamos petrificados. Papai nos explicou mais tarde que um ferroviário que se acreditava malandro havia roubado a carteira de um oficial superior. Decepção a posteriori: nada a ver com a resistência dos ferroviários alardeada pelos filmes de propaganda no pós-guerra, talvez para fazer os franceses se esquecerem de que, em sua esmagadora maioria, se comportaram como vencidos. Na igreja de La Possonnière, o enterro de toda uma família morta por uma bomba inglesa ou americana em Angers, com a presença de todo o contingente das escolas particulares, respirava-se num silêncio de comando que recendia podridão. E também a festa? Um duelo aéreo acima de nossas cabeças. *Spitfire* contra *stuka*, e que o melhor, desde que seja o inglês, vença. Privilégios de filho mais velho, para o grande dissabor de Jacques, papai, em sua bicicleta, me levou ao campo onde se esborracharam os dois combatentes. Aquela mão numa luva de couro me perseguiu por muito tempo.

Jacques⁷³

Nesse combate aéreo, o *spitfire* é possível. Por outro lado, há pouca chance de que tenha sido um *stuka*, avião de bombardeio vertical, inapto para o combate aéreo. Pode ter sido um *focke-wulf* ou *messerschmitt*... ou um pobre piloto perdido?!

73 Françoise, que reescreve as notas de seus irmãos “maiores” se maravilhou com a memória que eles têm de toda a juventude.

Jean-Pierre

Ainda La Possonnière: morávamos na Leue, a dois quilômetros do centro da vila, não muito distante da ponte ferroviária sobre o rio Loire. Era preciso cortar as linhas de comunicação das tropas alemãs? Os bombardeiros chegaram. O que eles pretendiam alcançar, a estrada de ferro quase à nossa porta ou a ponte? Em caso de dúvida, fomos nos abrigar o mais distante possível, numa mata entre o rio e a estrada de ferro. Lembro-me dos gritos de espanto: Jacques, que se sentou em urtigas e espinheiros, nem sequer chorou, e com razão, pois as bombas choviam, e posso mesmo rever os jatos d'água pulando do rio. Eles não conseguiram destruir a ponte. Vários anos depois, voltamos a La Possonnière, e as crateras abertas pelas bombas na areia ainda eram visíveis.

Não passamos fome graças aos coelhos alimentados com capim que recolhíamos ao longo das estradas e aos frutos da horta urbana do pai Leroy, horta nutrida com generoso esterco de cavalo preciosamente recolhido por mim (essas hortas foram uma bela invenção da Frente Popular⁷⁴ de antes da guerra). Também não me esqueço de refeições suntuosas graças às raras incursões que fazíamos aos Leroy da Normandia, ou de quando foi vovô quem veio nos visitar carregado com víveres e um licor legítimo⁷⁵. Imagino vovô no trem lotado e abafado, quando, durante uma de suas expedições, uma garrafa de Calvados entornou dentro de sua valise, perfumando o compartimento. Mais do que a perda do líquido precioso, vovô temeu pelos pedaços de carne de porco e, provavelmente, por sua própria pele, porque o tráfico de gêneros alimentícios era estritamente *verbotten*, e havia ali um militar alemão cujo olfato, felizmente, tinha sido atrofiado pela vida de caserna.

Jacques

Antes do bombardeio de julho de 1944, lembro-me também da casa perto do riacho em Lisieux assim como da cidade após a guerra: o que pareceu estranho naquele momento foi que tudo havia sido como que aplinado no chão, que não podíamos nos localizar nas ruas e que então, do centro, via-se o campo bem próximo. E ainda, outra descoberta feita mais

74 Coalizão de partidos de esquerda que governou a França de 1936 a 1938. (N. do T.)

75 O Calvados, aguardente de maçã típica da Normandia.



tarde, com a tia Berthe, quando estávamos próximos de onde “antes” estava localizada sua casa em Lisieux. Ela me dizia: “A gente fugia. As bombas caíam ao nosso redor. Eu estava aqui, abrigada (sic) contra essa árvore, e uma bomba caiu ali”. E para apoiar sua afirmação, ela me mostrou um local a apenas poucos metros. Pareceu-me naquele momento que teria sido impossível ter sobrevivido a essa bomba. Pobre Tia Berthe! Ela será marcada por toda a vida por esse fato terrível. Em que ano retornamos a Lisieux? Foi antes dos “Chalés suecos”? Talvez tenha sido durante as grandes férias do verão de 1946. A cidade ainda estava “achatada”! Mas esses chalés, que luxo! Nos dias que se seguiram à guerra, a partir de 1945, a Suécia manifestou sua solidariedade com a Normandia destruída, construindo essas casas de madeira.

Jean-Pierre

A Liberação foi pra mim a visita secreta ao porão de um amigo de infância, museu fantástico, onde eu acreditava ter visto mil destroços (cápsulas de obus, retalhos de uniformes, capacetes...), de batalhas que nós teríamos vencido. E depois esse filme entorpecedor com seus milhares de paraquedistas descendo suavemente na doce França. Em setembro de 1945, nos mudamos de La Possonnière para Le Pouliguen. Fizemos a baldeação de trem em Saint Nazaire. Que choque para mim ver essa cidade em ruínas. Na ocasião, ouvi dizer que a base de submarinos tinha alguma coisa a ver com isso. À noite, chegávamos a Le Pouliguen. Nossa futura casa se situava do outro lado da ponte, em La Baule. Ainda nos vejo no meio da noite atravessando a ponte com os nossos pertences, pressentindo o porto, seus barcos de pesca e seus aromas marinhos.

Jacques

Quando chegamos em Le Pouliguen⁷⁶, eu ainda era pequeno, tinha quatro anos. Fiz o percurso da estação até a casa “Caer Netra”⁷⁷, no carrinho. Apenas a travessia da ponte permaneceu na minha memória.

76 Nós tínhamos o costume de nos referir a Le Pouliguen porque nossa casa de situava do outro lado da ponte, no porto do lado de La Baule, portanto mais próximo de Le Pouliguen do que do centro de La Baule. (Nota de Françoise)

77 Hoje a casa consta do registro da cidade como Villa bauloise d'architecte. (Nota de Françoise)

Jean-Pierre

Nós, meninos, vivemos uma infância feliz em Le Pouliguen, primeiro na escola pública, depois na escola particular, o catecismo, o patronato das quintas-feiras, o porto, os campos de jogos, o Coração Valente⁷⁸ e, para mim, os livros. Atrás da casa, havia então o esteiro salino. Tornou-se um estacionamento, mas ainda posso ver, bem no seu centro, a ilha de tesouros que flutuava sob a maré alta e onde enterramos, com Loïc e Yves Boulo, uma caixa repleta de moedas, certamente a nossa parte dos despojos de um tesouro disputado com o pirata Rackham, o Terrível. Ao lado, os depósitos de dunas de sal onde subíamos escondidos. Na frente, o parque de uma propriedade mais ou menos abandonada, onde brincávamos de piratas.

Jacques

Montes de sal eram depositados no hangar da fábrica de sal adjacente a nossa casa. Eles me deixaram na memória o seu cheiro, a rugosidade de seus cristais, e eu ainda sinto queimar seus arranhões.

No primeiro ano, frequentávamos a escola pública. Velha escola escura, com salas de aula no segundo andar, a manhã com várias estrofes da Marselhesa, a grande festa no parque das Dryades em La Baule-Escoublac. Lembro-me também da praia Benoît, nas proximidades.

O primeiro ano letivo na escola particular em Le Pouliguen nos fez visitar as profundezas da guerra que mal tinha terminado. Um dia, caiu em nossas mãos uma pequena revista. Eu mesmo a folhee durante um intervalo, entre as nossas brincadeiras num velho prédio destinado à demolição. O que a revista mostrava era ao mesmo tempo evidente e incompreensível: homens e mulheres nus e descarnados, mortos ou quem sabe vivos. Elas estavam lá, oficiais já que impressas, ligadas espontaneamente à guerra, mas cujo sentido nos escapava. Nós as olhávamos e nos calávamos.

Alguns meses mais tarde, a família Leroy fez uma visita à família Noël, um colega ferroviário de papai. Eles moravam num apartamento

78 Coração Valente-Alma Valente (CV-AV) é um movimento fundado pelo padre francês Gaston Courtois, destinado à evangelização das crianças, em especial das que frequentavam os patronatos católicos. (N. do T.)

modesto numa pequena casa com vista para o bosque de Le Pouliguen. Não reconheci de imediato o rosto do sr. Noël num daqueles que tinha observado na revista. No entanto, era o mesmo olhar, esqualído, afundado no interior das órbitas. Certamente, ele voltou a ser bem vivo, e mesmo sorridente.

O que ele contou naquele dia, enquanto nós, crianças, fingíamos estar ocupados brincando, ou lendo sentados no chão, me esclareceu, em parte, sobre o sentido de que eu tinha parado de procurar. Prisioneiro dos alemães, o sr. Noël estava doente no campo de concentração⁷⁹; com disenteria em estágio avançado, ele foi conduzido ao “*revier*”⁸⁰. Pela manhã, a equipe responsável por tirar os mortos do *revier*, o embarcou na carroça com outros corpos. Ele estava consciente, mas incapaz de se manifestar. Ao chegar perto dos fornos, ele foi atirado na pilha de corpos destinados à cremação. Como ninguém nas imediações se ocupava dessa pilha em particular, ele encontrou uma vontade de viver suficiente para constatar que não era prisioneiro dos corpos amontoados, e que poderia, portanto, sair dali. Mobilizando o que lhe restava de forças, ele foi capaz de ficar de pé. No momento em que deu o primeiro passo, outro infeliz o agarrou pelo tornozelo e lhe disse “me ajude”. Esse pobre homem estava, por sua vez, preso no emaranhado de corpos. Tirá-lo de lá era impossível para o sr. Noël, que lhe fez um gesto de impotência e foi para seu barracão. Toda essa narrativa se deu no mais completo e especial silêncio. Até mesmo a pequena Marie-Odile – como a cena deve ter acontecido na primavera de 1946, ela tinha, portanto, quatro anos – ainda se lembra perfeitamente do relato.

Jean-Pierre

Entre duas sessões de uma reunião com alguns colegas no Rio, fomos deleitar nossos olhos no parque do Flamengo. Diante de nós, o Pão de Açúcar e os fortes que protegiam a baía do Rio. Imaginem o riso de Betinho, um amigo, quando então contei a ele que Duguay Trouin era o ídolo da minha infância, ligada para sempre bem mais ao pequeno bosque do Amor de La Baule do que a Saint-Malo. Na

79 Esqueci qual deles.

80 Barracão destinado aos prisioneiros doentes no campo. Neologismo que significaria lugar para sonhar. (N. do T.)

história que nos foi ensinada, Trouin era apresentado sob a honrosa etiqueta de corsário do rei, enquanto o Brasil o considerava um pirata temível, que ocupara e saqueara o Rio.

Eu aguardava com impaciência o patronato das quintas-feiras, os grandes jogos ou os simples passeios pela Grande Costa, suas rochas, sua espuma, seus ventos, charnecas e fortificações da Muralha do Atlântico; e os filmes de Tintin, celebração coletiva em que o escuro fremia com a nossa respiração como uma vaga cuja amplitude era ditada pela tela. O patronato era ligado ao movimento Coração Valente, que precedeu a Ação Católica da Infância. Eu gostaria muito de ter sido escoteiro, como nosso vizinho, mas isso era para os ricos. Seríamos, portanto, Corações Valentes. A revista do movimento era atrativa, com suas tirinhas. Saúdo, de passagem, os irmãos Hameline e seu primo, Jacques Boulo, nossos monitores. Os irmãos de Jacques Boulo, Loïc, morto na guerra da Argélia, e Yves eram os grandes companheiros que Jacques e eu tínhamos. Nós não nos perdemos completamente de vista. Jacques Boulo e sua esposa, Geneviève, que reencontramos em Roubaix, se tornaram grandes amigos.

Entre a igreja, as reuniões, o patronato e a revista, comecei a me abrir para o mundo e para os outros, e foi então que comecei a dizer que eu poderia ser um bom padre, embora não tenha nenhuma lembrança de qualquer propensão mística ou litúrgica, apesar de uma trajetória impecável de criança de coro. Creio que a coleção de selos e a caixa de cartões postais também tiveram alguma participação nessa sensibilidade para os outros. Ah, essas cartões postais!

Jacques

Não apenas os cartões postais, mas também as fotos de família dispostas numa caixa de papelão guardada em cima do buffet da sala de jantar. Eis minha versão dos fatos:

Naquele dia chuvoso, tivemos a ideia de olhar as fotografias. Jean-Pierre e eu corremos para ver quem pegava primeiro a caixa. Sorte dos diabos, eu estava sentado à mesa, de costas para o buffet. Jean-Pierre estava diante de mim, de frente para o buffet. Assim, bastava eu me virar e subir na minha cadeira para alcançar o friso na parte superior do móvel. Jean-Pierre também era bastante rápido, mas fui eu quem



ganhou o troféu. A parte superior do buffet, que não estava fixada na parte inferior nem parede, se inclinou em minha direção. Tive apenas o tempo de saltar de lado. Assisti, atordoado, o móvel concebido pelo sr. Levitan oscilar e provocar no chão numa explosão assustadora de pratos, bem próximos à pequena Françoise sentada em seu penico. Num instante, o monumento Levitan, perdeu o prumo, vacilando com os pés no ar e oscilando por algum tempo antes de finalmente parar, apoiado nas costas de Françoise.

Jean-Pierre

Minha versão: Jacques, empreendedor, decidiu um belo dia que era hora de apreciar as fotografias. Era necessário merecê-las; no caso, alcançar a caixa no alto do buffet. Para Jacques era escalar seu Everest, sem ter previsto a avalanche. O alto do buffet virou, provocando um estrondo de louça quebrada, poupando por pouco Françoise sentada em seu penico. E eis que o enxoval de casamento se tornava lixo. Papai tomou para si a responsabilidade. Lembro-me bem, por ter a mesma inclinação: por que fazer hoje o que se pode deixar para amanhã? Ele deveria ter fixado as duas partes do buffet, como previsto, quando nos mudamos...

Jacques

Prossigo com a história. E o que pensar da saúde da nossa irmãzinha presa sob esse peso? Em primeiro lugar, esperamos que ela começasse um de seus gritos-sirene que lhe eram próprios e que tinham como particularidade o fato de que não paravam, prolongando-se até que ela de fato perdesse o fôlego. Mas o que se prolongou foi a própria falta de fôlego. E nós mesmos tínhamos a respiração interrompida, e suplicávamos internamente: “Vamos, respire! Por favor, respire agora!” Mas nada, nada a não ser um fiozinho do seu próprio ar, da respiração que ela não tinha mais. Mamãe saiu da cozinha, se precipitou sobre buffet e o endireitou. Então Françoise soltou seu grito e nós ficamos aliviados. Nenhum dano a nossa irmã ou ao móvel, exceto a vidraria. Não restava mais nenhum prato, copo ou outro presente de casamento, a não ser seus caquinhos. Durante a tarde, já de castigo em nosso quarto,

vi papai e mamãe, com o rosto vermelho de mortificação, despejar na beirada da rua de Paris⁸¹ dois enormes baldes com os escombros do delito, destinados ao caminhão Grandjouan do serviço de refugio.

Jean-Pierre

Creio que havia buracos em nosso dia-a-dia, e acima de tudo, penso que não era nada fácil para a mamãe criar três, depois quatro (Françoise nasceu em março de 1946) e em breve cinco crianças (Sylvette nasceu em outubro de 1947). Quando me perguntavam o que minha mãe fazia, eu dizia que ela era “mãe de uma família numerosa”, o que me valia um pequeno sucesso. Em todo caso, eis que estávamos registrados, Jacques e eu, na escola de música de La Baule. Seríamos trompetistas. Mas o Louis Armstrong que dormia em nós não teve tempo de florescer. O frio e a neve venceram nossas ambições. Entendam: encarar dois quilômetros a pé para chegar a um quiosque gelado... Mesmo Mozart não teria suportado! Houve também aulas de natação na praia de Le Pouliguen, sem sucesso. O mar não gostava de mim. Na verdade, se me encantava observar o retorno de barcos de pesca (e a cidade e eu ficamos impactados quando uma sardinheira capturou uma baleia!)⁸², se íamos à praia como quase todo mundo (menos as famílias de pescadores) e se vasculhávamos a areia de La Baule para catar conchas, deixamos Le Pouliguen antes que eu tivesse a oportunidade de subir num barco que poderia ou não ter nos ligado ao mar mais profundamente. A montanha seria vitoriosa, por enquanto. Um pouco tarde demais, durante as férias de meus últimos anos na França, graças aos nossos amigos Jean Cléroux e Catherine Moreau, fiz um pouco de alpinismo em alta montanha. Tudo hoje muito distante, mas a amizade se manteve.

Os Pirineus

Como ocupar as férias? A paróquia e o padre Renaud pensavam em tudo. Com o fim da guerra, começava a era das colônias de férias. A dos meninos se situava no Vale de Aure, na cidadezinha de Aulon; a das meninas, do outro lado do Vale de Aure, em Gouaux.

81 Futura rua Charles de Gaulle.

82 Segundo Jacques, tratava-se provavelmente de um golfinho.

Uma verdadeira expedição, com mudança de trem em Saint-Nazaire, Nantes, Bordeaux e não sei mais onde. À noite, tivemos que percorrer a pé o caminho que levava a Aulon. Nosso amigo Vivi – Yves Boulo – ainda hoje se lembra de que Jacques chorava de cansaço. Nós nos jogamos gelados e perdidos nas camas do celeiro de ovelhas que servia de dormitório. Mas no dia seguinte! Que espetáculo para as crianças do litoral! E nós cantávamos “Au pied du Néouvielle et du Grand Arbizon, tu n’es qu’un tout petit garçon”⁸³. Claro, nós nunca as escalamos, mas eu iria para sempre amar a montanha e seus vales. Talvez seja essa uma das razões que fez que com Noêmia e eu decidíssemos escolher para envelhecer a cidade de Caxambu, pequena cidade termal de Minas Gerais, situada no sopé da Serra da Mantiqueira, que se eleva a 2.800 metros.

Jacques

A colônia de meninas de Gouaux. Marie-Odile, com sete anos, sofreu ali, pois era relegada a ficar sozinha entre estranhos. Durante um passeio dos meninos, nós, “os Corações de ouro”, pudemos vê-la, mas apenas de passagem. De partir o coração! Ainda posso vê-la, completamente desolada, perdida. Felizmente, papai e mamãe vieram nos visitar alguns dias mais tarde. Viagem corajosa para mamãe, em função de seu estado de saúde. Bela lembrança, ainda assim, essas quatro semanas nos Pirineus. O criador da colônia, o padre Boutet, imaginava enviar para lá as crianças da paróquia de La Madeleine de Nantes. Durante a ocupação, fugindo da STO⁸⁴ com o padre Doucet, companheiro de uma viagem para a Espanha, eles pararam no vale e, entusiasmados com o local, juraram trazer para o Vale de Aure as crianças de Nantes, a fim de lhes proporcionar ar fresco e saúde. A paróquia de Le Pouliguen, graças ao padre Doucet, que se tornou vigário, se juntou ao projeto, e nós pudemos então aproveitá-lo a partir do verão de 1949.

Por muito pouco a viagem não terminou antes de começar.

83 “Ao pé do Néouvielle e do Grand Arbizon, você não passa de um garotinho”. (N. do T.)

84 Serviço de trabalho obrigatório (Service du travail obligatoire): transferência compulsória para a Alemanha nazista de trabalhadores franceses a fim de ajudar esforço de guerra alemão. (N. do T.)

De fato, padre Doucet tinha conseguido que o proprietário do hotel Beau Séjour du Pouliguen (junto à praia) levasse o pequeno grupo de crianças para a estação de Orleans, em Nantes, onde tínhamos de pegar o trem. Ele dispunha de um grande Ford Break no qual nos amontoamos, sete jovens⁸⁵ mais o motorista, o padre, além das malas e mochilas. Mal passamos por Pornichet, na pequena estrada cheia de curvas, em direção a Saint Nazaire, um Citroën TUB parte em direção ao Ford. Milagrosamente, o motorista deu uma guinada à direita, depois à esquerda e então à direita novamente, como se toureasse a estrada. Ainda posso vê-lo lutando com todas as suas forças com seu volante, pensando “que ele pare logo”. Luta vitoriosa! Saímos do carro, atordoados. Atrás de nós, já nos imaginando feridos ou mortos, um casal de pedestres saía da vala aonde tinham pulado para salvar suas vidas. Refeitos pela vitória, embarcamos de novo, o motorista retomou o volante e nós chegamos antes da hora prevista na estação de Nantes.

A viagem de trem foi épica. Saímos às 23 horas, e só chegamos em Arreau às 19 horas do dia seguinte. Um ônibus nos levou a Ancizan. A partir dali, fizemos o caminho a pé para Aulon. O Dodge 4/4 da colônia carregava as bagagens com Vivi, recém-operado de apendicite, a bordo. Ele nos ultrapassou como uma afronta à noite que caía. Exausto, reclamei com meu irmão mais velho. “Jean-Pierre, quando é que vamos chegar?” Passava das 21 horas quando por fim chegamos a Aulon.

A doença de mamãe

Jean-Pierre

Em seguida veio o drama. Após o nascimento de Sylvette, ou em seu nascimento, em 1947, mamãe foi diagnosticada com câncer no seio. Ela foi operada em 1948 na clínica de La Baule, onde fomos visitá-la, e ela nos mostrou o peito liso, suturado. Pobre bela mulher mutilada! Como eu ficava orgulhoso quando saíamos juntos e alguém perguntava: ele é seu irmãozinho? Ela enfrentou a doença

85 Vivi e Loïc Boulo, Loulou Guiblet, Jean-Pierre, Marie-Odile e eu, além de outra criança de quem não me lembro.



com coragem e simplicidade por seis anos. Para nós, foi o fim de uma infância inocente, e muito rapidamente, de uma adolescência tranquila. Em 1952, ela foi novamente operada no hospital de Suresnes, aonde fomos vê-la.

Jacques

No verão de 1949, quando veio nos visitar em Aulon e Gouaux, ela estava sempre muito cansada. Creio que Jean-Pierre a viu em na vila de Suresnes uma vez antes de a visitarmos juntos. Ele aproveitou um pequeno intervalo para me levar rapidamente ao terraço do hospital, de onde me mostrou os principais monumentos de Paris. Portanto, ele já os conhecia, e isso me deixou surpreso!

La Chapelle sur Erdre

Jean-Pierre

Em 1950, creio, papai foi promovido e se tornou gerente da estação em La Chapelle-sur-Erdre. Isso foi muito importante.

Jacques

Os homens do local o chamavam de “Chefe”. Fiquei impressionado!

Jean-Pierre

O chefe da estação usava um bonito quepe e era respeitado pelos habitantes da cidade, mesmo não havendo na SNCF estações menores nem chefes menos graduados. Quanto a mim, La Chapelle foi marcada pela estação⁸⁶ e pelo catecismo. O espaço da estação era para Jacques e eu o lugar de brincadeiras, com seus pequenos vagões que serviam como cenário para os jogos. Quanto ao catecismo, não, não é isso que estão pensando. Enquanto a escola particular separava meninos e meninas, a

⁸⁶ A estação foi destruída em 1980.

igreja em que nos encontrávamos nos aproximava. Isso me permitiu dar algum sentido às minhas primeiras emoções, com meu coração já tendo escolhido a eleita, a filha do sapateiro.

Como faziam os demais moradores de Le Pouliguen nos feriados, e para não sobrecarregar mamãe, íamos para as colônias de férias em Cluses ou Megève⁸⁷. No restante do tempo, ficávamos com algum de nossos tios e tias, os Leroy do lado paterno ou os Lemoine do lado materno. Em seguida, quando tinha cerca de 12 anos, contraí uma grave infecção que me impediu de ir à escola por boa parte do ano escolar. Meu destino estava traçado, e saí dali apenas para entrar no pequeno seminário de Guérande, em setembro de 1951.

Guérande

Eu tinha 12 anos e meio. Surpresa: Jacques me alcançou no colégio. Em que classe colocar essa criança raquítica que perdeu um ano de escola primária e não tinha boas notas? No sétimo ano⁸⁸, com os menores. Portanto, comecei o secundário, como dizíamos na época, em completa defasagem de meus pequenos companheiros, todos dois anos mais jovens. Dois anos representam muita coisa na entrada da adolescência. Foi nesse momento, sem dúvida, que me afastei de Jacques. Eu sempre dizia que dois anos nos separavam, e ele respondia: “Dois anos, não, 23 meses”. Ah, se pudéssemos girar a manivela ao contrário!

Jacques

Jean-Pierre no preventório de Mindin (não creio que tenha sido um sanatório), com o rosto desolado. Foi uma das raras vezes que tive pena dele. Por isso ele perdeu um ano escolar, e foi assim que nós nos encontramos na mesma classe, em Guérande. A diferença de idade entre Jean-Pierre e os outros alunos variava de dois anos – para quem como eu tinha nascido no final de dezembro, já que ele é de meados de Janeiro – a um ano para aqueles nascidos no início do ano. Mas os dois anos que Jean-Pierre menciona se referem provavelmente à diferença de maturidade.

87 A partir de então, as colônias de férias passaram a ser em Haute-Savoie, sob outra direção.

88 Septième, no original, atualmente equivalente ao último ano do ensino fundamental. (N. do T.)

Jean-Pierre

Então eu estava no sétimo ano. Descobriram que eu era míope como uma toupeira; o que explicava minhas notas ruins na escola primária, já que eu não conseguia enxergar o quadro negro. Ninguém se tinha dado conta de minha miopia, nem mesmo quando eu lia com o nariz colado aos livros, e Deus sabe que eu lia muitos livros. Graças a essa diferença, me vi em primeiro lugar em todas as disciplinas. Que belo, uma inteligência que floresce! No sexto ano⁸⁹, isso continuou, exceto em matemática. Vejam! Onde foi parar essa inteligência? Como quase tudo era fácil, eu passava boa parte do tempo livre no estudo (como era chamado o grande salão que reunia cerca de cinquenta alunos) lendo e, sobretudo, desenhando, até o dia em que me proibiram de desenhar porque “distraindo os que estudavam”. Apesar de banal, conto isso porque por toda minha vida tive rancor do seminário por me impedir de cultivar uma sensibilidade artística que poderia servir de contraponto à minha formação de intelectual racional.

O pequeno seminário de Guérande: um grande edifício de granito triste no ponto mais alto da cidade, fora de seus muros, com vista para os pântanos salinos e para a costa longínqua, aberto a todos os ventos e todos os frios. No inverno, havia apenas um pequeno aquecedor nas salas de estudo, o grande dormitório gelado onde, quase todos os meses de inverno rigoroso, eu passava alguns dias esperando a gripe passar; Jacques sofria com terríveis rachaduras na pele, mas as suportava estoicamente.

Jacques

Mas meu sofrimento vinha mesmo das freiras, que bastavam para minha felicidade... Jean Cléroux, muito tempo depois, ao se lembrar de mim em Guérande, recordava-se como eu simplificava a situação dizendo: “Estou com frio. Estou com fome. Quero dormir”.

Jean-Pierre

As refeições eram insuficientes e monótonas; não venham me falar de ervilhas nem de mingau de trigo com sua pequena noz de

⁸⁹ Na organização de ensino francesa, os anos escolares são contados de forma regressiva. (N. do T.)

manteiga no meio do prato! Ainda assim, o professor de história e geografia me transmitia o gosto pelo mundo; o canto coral foi aprendido ali, e Jacques tinha uma voz que me encantava. Lembranças também de grandes passeios e das brincadeiras nas Termópilas (obrigatório aos alunos de letras gregas), de Júlio Verne e de Rouget o caçador⁹⁰, das escapadas para rever os amigos em Le Pouliguen, excepcionalmente autorizadas às nossas almas tristes, sobretudo a minha, creio; quando os amigos estudavam, a jardinagem me distraía das constantes dores de cabeça. Ao folhear o livro de marinhas salinas, com salineiros e salineiras fotografados por Brice Caharel, lembro-me de Martine, a salineira que nos falava sobre suas duras jornadas de trabalho nos compartimentos de sal, com as pernas mergulhadas na água gelada e, de repente, no céu inverno, uma revoada de gansos fazia com que se esquecesse da dor. E vejo também as salinas de Saillé (o vilarejo entre Guérande e Le Pouliguen), entregues ao sol e a todos os ventos, as quais atravessávamos padecendo nos pedais em prol de um dia de liberdade.

Clermont sur Loire

Enquanto isso, em 1952, papai foi nomeado chefe de estação em Clermont-sur-Loire, município de Cellier.

Diz a história local que o castelão tinha usado de sua influência para que fosse construída uma estação de trem nessa pequena localidade no sopé do Castelo de Clermont⁹¹: algumas casas, uma pedreira e um embarcadouro na beira do rio onde nunca vi um barco sequer. O Senhor Conde, segundo se dizia, ordenava o ir e vir de tonéis de vinho vazios a fim de justificar a existência da estação. Que Baco o perdoe, pois isso nos permitiu viver as mais bucólicas férias. Jacques e eu passávamos ali apenas algumas semanas por ano, mas o vale do Loire se desdobrando diante de nós entrou então para sempre em mim – creio poder dizer em nós – com seus céus, suas vinhas e seus prados em cor pastel.

90 Referência ao romance de Louis Oury (1933), Rouget le Braconnier. (N. do T.)

91 O Castelo de Clermont foi em seguida vendido ao casal Louis de Funès e senhora. (Nota de Françoise)

Jacques

No entanto, havia barcos no cais de Clermont. Uma barcaça petroleira que fazia o percurso Donges-Angers precisou de várias semanas de reparos. Um dia em que Jean-Pierre e eu admirávamos (!) a paisagem do alto do belvedere no topo de uma antiga pedreira perto do castelo, o vejo lendo o nome da barcaça que passava ao longe. Fiquei surpreso: “Você conseguiu ler de tão longe?”. “Hmm, sim.” “Me empreste seus óculos um pouco”, pedi. Oh! que mudança! Eu também conseguia ler. Jean-Pierre pareceu um pouco incomodado por eu também dizer que era míope. Alguns meses mais tarde, porém, eu envergava um par de óculos salvadores. Infelizmente, sem dúvida, um pouco tarde demais para que eu recuperasse as boas notas que tinham ficado pelo caminho.

Jean-Pierre

Em 1991, um amigo, Henri Acselrad, e eu fomos convidados por uma importante e renomada ONG da Malásia para um seminário de preparação para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92. Passamos um dia inteiro passeando em Londres. Aos diabos com Westminster, Buckingham e a Torre de Londres. Eu queria mesmo era ver as pinturas que Turner fez do rio Loire e de seu vale.

Fomos à Tate Gallery: o Loire não estava lá. Mais um truque sujo dos ingleses. Eu vivia como itinerante e tinha a necessidade de pontos de ancoragem onde eu pudesse descansar, refazer minha “velha saúde” e cultivar a “saúde”, um tipo de nostalgia luso-brasileira intraduzível, pois é única. O vale do Loire, entre Angers e Nantes, era minha íntima casa de repouso. Nossos amigos Danielle e Roger Douillard, que nos acolheriam em casa, transformavam a metáfora em realidade em cada uma das nossas viagens.

Retorno em Clermont⁹²

Nada engraçada a vida do seminarista em férias! Às 6h30, papai nos acordava: “De pé, soldados, acabou a sesta, hora de teoria”, ou então no seu escritório de chefe, ele batia no teto. A

⁹² A partir daqui, se nenhuma indicação tiver sido dada, todos os parágrafos foram escritos por Jean-Pierre.

missa não podia esperar! Nada engraçado atravessar o parque no frio e na escuridão do inverno; mas que prazer escalar as rochas acima do túnel ferroviário. No caminho de sirgagem em direção a Oudon, empoleirados sobre o rio Loire, descobríamos o misterioso parque de Folies Siffait, fruto de um grande amor interrompido pela morte prematura de uma esposa, com seu emaranhado de árvores, escarpas, talhadias, matas, de escadarias que conduzem a abismos. Sempre o Loire que Eric, filho de Marie-Odile, descreveria tão bem, ele que nos encanta com a narrativa de seu estuário. O rio mudou muito, creio, em 60 anos, suas ilhas e margens lamacentas, prados que ganharam terreno sobre seu leito; os ritmos longos das cheias e vazantes que aqui correm violentamente e ali se espreguiçam, e hoje se veem perturbadas e imprevisíveis; seu gelo tão raro, enquanto pelo menos três vezes fomos a pé da ponte de Mauves até a ilha Pierre Percée; o sável comprado diretamente com o pescador nos dias de comunhão solene ou outras festas importantes, e, digo sussurrando, as enguias que subiam a corrente enquanto corríamos ao porto com os nossas redes para encher os baldes. Nós nos banhávamos perto da ponte de Mauves. Certa vez, atravessamos o rio a nado e não me lembro mais se fui eu a ser surpreendido por câibras e teve de ser “salvo” pelos amigos... O caiaque de Jacques, provavelmente não foi usado. Pois sim, Jacques poderia ter sido um grande artesão. Ele fazia maravilhas com a mecânica, mas a confecção de seu caiaque me impressionou, eu que nada sabia fazer com as minhas mãos.

Em 29 de outubro de 1953, mamãe faleceu em grande sofrimento em Clermont.

Posso rever nós cinco, no frio úmido de outono, conduzindo o cortejo que acompanhou o corpo à Igreja do Cellier e depois ao cemitério do vilarejo e do vale. Essas centenas de olhares compassivos, essas centenas de mãos a serem apertadas, e nós, vencidos, perdidos e sós. Tive algum conforto em pensar que, como aconteceu poucos dias antes de Todos os Santos, que ela estava lá em meio a todos os santos, em pleno direito. Sempre me perguntei que elo oculto a unia aos trabalhadores da pedreira para que eles dissessem que ela era santa. Quanto a mim, dilaceramento, vertigem, vazio, solidão... ferida que só viria cicatrizar 30 anos mais tarde.

Mauves sur Loire

Logo depois, papai foi transferido para a estação vizinha de Mauves-sur-Loire. Os tonéis de vinho do outro lado do rio Loire não passavam pela estação, mas eram ali carregados produtos hortifrutigranjeiros. Papai tinha prometido a mamãe que, por causa dos filhos, tornaria a se casar. Fomos apresentados a uma ou duas pretendentes; preferimos Mamy, Mary Magdalene Monier, solteira, filha de um restaurador de Pontchâteau e Nantes, que, depois de muitas vicissitudes, tinha ido, no pós-guerra, viver na região de Paris⁹³, onde se tornou trabalhadora agrícola. O casamento permitiu que Sylvette deixasse o pensionato por um ano, quando estava no sétimo ano, continuando os estudos na escola em Mauves. Françoise, um ano mais velha, permaneceu no pensionato por 11 anos. A vida familiar não seria fácil nem para as adolescentes nem para Mamy, que não as entendia.

Papai construiu amizades bastante sólidas em Mauves. Encorajado e ajudado por seus amigos, construiu nossa casa, na parte baixa da cidade. Sob a direção de Mamy⁹⁴, ele fez de um pedaço de terra, no qual ninguém imaginava que pudesse nascer nada além de espinaheiros e mato, uma horta em vários níveis para legumes, videiras, pereiras, flores e árvores ornamentais que lhes davam muito orgulho, além de encher os olhos dos passantes. Papai recebeu ali por muitos anos após sua aposentadoria os mauvienses cotistas da sociedade mútua de saúde e previdência da qual ele era o gestor. Em sua adega, amigos trocavam boas histórias, irrigados por vinhos muscadet ou gros plant. E na horta, os netos se alegravam com suas framboesas, peras e avelãs, para o deleite de Mamy que os adorava. As crianças ainda têm essas “madeleines de Proust” na memória. E papai estava sempre muito orgulhoso de produzir e comer saladas por quase todo o ano.

Antes da construção da casa, nós morávamos na estação. E não era em grande luxo. Como nas outras estações por que passamos, o único cômodo aquecido era a cozinha. Tomávamos nosso banho semanal (isso, os brasileiros não conseguem acreditar! Como são sujos, esses franceses!) num alpendre ao lado do jardim, que também servia como uma lavanderia, e dormíamos nos dois quartos da mansarda.

⁹³ Em Deuil-la Barre.

⁹⁴ O pedreiro apelidou Mamy de “Senhora Arquiteta”. (Nota de Françoise)

Lembro-me de quando acordamos uma manhã de inverno em meio à deslumbrante brancura da neve porosa que cobria o chão e os cobertores⁹⁵. Foi no térreo, ou melhor, no fêrreo, a cinco metros de trens que passavam a cem quilômetros por hora, próximo da sala de espera, que Jacques e eu completamos nossa preparação para os exames de admissão à universidade. Um único desvio na programação de estudos: a Copa do Mundo de 1958. Nós íamos ver os jogos na TV de um bar. Quem é esse jovem negro da seleção brasileira? Incrível, esse Pelé! Eles venceram a Copa.

Nós nos encontrávamos, todos os cinco, muito brevemente nos pequenos feriados, quando se formava um belo coro no momento de lavar os pratos. Nas férias de verão, era a dispersão. Sempre as colônias de férias. Passando de colono a monitor, me diverti bastante e sempre sabia inventar atividades que agradavam aos meninos ou adolescentes. O restante do tempo, Jacques e eu, juntos ou separados, íamos de tio em tio, quando não estávamos em Saint Nazaire com o pároco Jarno, que tinha sido muito próximo de mamãe em Le Pouliguen e nós tinha “adotado”.

Normandia, família Lemoine, o lado materno

Ah! Os tios e as tias! Do lado Lemoine: em Saint Germain le Vasson, Gaston, que belo artesão padeiro e confeitiro! E sua esposa Henriette sempre a cem por hora. E os primos Guy, Marie-Thérèse e Michel. Quando crianças, só ficávamos tranquilos quando sentados na grande amassadeira em que repousava a massa que acabava de sair da sova. E, lentamente, sentíamos a cobertura se erguendo debaixo de nós. O estucador de Saint Pierre sur Dives, Maurice e sua esposa Madeleine, alma viva dos encontros familiares. Quem de nós não se lembra de um casamento, de um batizado, de encontro solene ou de uma pequena amostra de Lemoine empilhados no furgão de Georges ou de Gaston, e de tia Madeleine dando o tom: “[...] o véu voa aqui, o véu voa ali, o véu voava, voava, o véu voava ao vento”⁹⁶? Eu adorava a tranquilidade daquela casa e das conversas às margens do minúsculo rio Dives. Ali pude conhecer nossos primos Jean-Claude, Colette –

95 O postigo que servia de janela deve ter sido esquecido aberto.

96 O postigo que servia de janela deve ter sido esquecido aberto.

que já tinham voado – e um pouco mais Nicole. Georges, cozinheiro e açougueiro em Mortrée, padrinho de Jacques, e sua esposa Renée. Por duas vezes, passei apenas alguns dias com eles, mas que memórias! Crianças, éramos afastados quando se matava um porco. Era com um revólver? O laboratório-cozinha evocava as manipulações misteriosas das bruxas de algum romance fantasioso. Mais tarde, meu tio me convidaria a acompanhá-lo na caça a perdizes e codornas na planície de Caen, sem dúvida para ser o batedor. Em troca, uma refeição fabulosa de pássaros recheados, preparada por Tia Renée. Não pude conhecer muito bem “meu pequeno Alain”, como ouvi titia dizer, nem a prima Christiane, mais velha, nem mesmo Claude, que tinha mais ou menos a minha idade.

No Rio de Janeiro, onde a cozinha francesa é muito estimada tanto pela classe média mais abastada – pois os restaurante em que trabalham chefs franceses cobram uma fortuna – quanto pela burguesia, quantas vezes pensei em artesãos como tios Georges e Gaston, que teriam feito fortuna na cidade. E, a propósito, Noêmia e eu, teríamos aproveitado seu talento...

Tio Lucien, empregado da SNCF de Caen, e sua esposa... Eu gostaria de tê-los visitado alguns anos mais tarde e poder conhecer melhor esse ferroviário, pois sentia que ele pensava as coisas e a vida de uma maneira diversa da de seus irmãos, e ele poderia ter me ensinado muitas coisas. Como lamento não me lembrar mais do nome de seus filhos e não saber nada de suas vidas⁹⁷.

Tia Berthe, em Lisieux, anjo da guarda que nos acompanhou por toda a nossa vida, e Joseph, um sobrevivente da guerra de 1914-18. Ele teve um braço levado por um obus em Verdun, e era o orgulhoso proprietário de uma caixa com a terra de lá, sendo também porta-bandeira dos combatentes veteranos dos correios, cujo razão maior de vida se resumia a uma importante missão: estar presente em todas as manifestações destinadas a manter viva a fibra patriótica dos franceses e evitar oficialmente que eles pensassem. O álcool que devastou o peludo Joseph tinha tudo a ver com esse açougue gigantesco em que as supostas elites sacrificaram, assim como fez Napoleão, uma geração de jovens camponeses e operários. Quase uma geração nos separava de seus filhos, Pierrot e Marguerite, minha madrinha tão doce a quem eu perdi de vista, mas felizmente reencontrei nesses últimos anos. Se por acaso algum primo ou prima vier a ler essas memórias e não encontrar seus pais, é porque não tive o prazer de conhecê-los.

97 Os filhos são André, Michel, Monique e Arlette. (Nota de Françoise)

Por fim, a caçula, a décima-quarta filha, Irmã Antonia⁹⁸, ou tia Sœur⁹⁹ para seus numerosos sobrinhos e sobrinhas, da congregação católica de Miséricorde de Sées, dedicada à assistência aos doentes, em especial mulheres e crianças. Como tal, ela acompanhou de perto a doença de mamãe, revezando-se em sua cabeceira com a tia Berthe¹⁰⁰, tendo também seguido com atenção nossas vidas. Como bônus, éramos regularmente abastecidos com a porcelana de Limoges, onde tia Sœur viveu por muito tempo. Marie-Odile também fez ali seus estudos de enfermagem; quando eu estava no seminário de Solignac, bem próximo, a via muitas vezes.

Família Leroy, o lado paterno

Em Ferté Macé, Maurice e Marie vendiam talheres, varas de pesca e guarda-chuvas em sua loja na praça da Igreja. E nas proximidades situava-se a Bigotière, em Saint Maurice du Désert, onde era obrigatória uma visita ao tio Clément Leroy.

Como eram temperamentais esses tios Leroy! Clément, o mais velho, casado com Madeleine, era fazendeiro e tinha sido prefeito de Saint Maurice du Désert. Ele era autodidata, curioso com todas as coisas e muito bem informado. Eu tinha grande prazer em ouvi-lo em ocasiões e locais raros demais. Papai disse que, quando crianças, Clément e ele, ocultados por suas grandes capas, ao vigiarem o pequeno rebanho de vacas leiteiras, liam escondidos do vovô Leroy. Note-se que, no inverno, é possível enxergar de um campo para outro. Pois bem! Eu devia ter perguntado a papai por que ele tinha de vigiar as vacas se os campos, nessa região de Bocage, eram cercados por sebes. Nós éramos ainda crianças e nos divertíamos com Rémy e Daniel, primos de nossa idade. As primas Suzanne e Gisele eram um pouco mais velhas. Como em muitas fazendas daquela época, os pais tinham seu quarto de dormir. Os demais dividiam o cômodo principal, que servia como de cozinha, sala de jantar e quarto, com suas duas grandes camas. Não me lembro qual tinha sido o arranjo

98 Os 100 anos de nossa tia foram festejados em setembro de 2015. (Nota de Françoise)

99 Sœur é irmã em francês, tanto no sentido familiar quanto no religioso. (N. do T.)

100 Assim como Christiane de Mortrée que, então com 16 anos, era convidada a aliviar a carga de tia Sœur e tia Berthe.

feito para que ocupássemos uma dessas camas. Talvez essa questão de espaço tenha levado Jacques e eu a escolher como residência de férias a fazenda de Bernard e Mado, em Chapelle d'Andaine. Ou quem sabe fosse mais correto dizer que foram eles que nos tinham adotado. Eu me sentia bem com eles: o afeto dos dois, a alegria de sua casa, a tranquilidade e o humor de Bernard, e a vida transbordante de Mado, que me aqueciam o coração. Era na casa deles que eu, todos os anos, passava uma parte das minhas férias, primeiro em Inkerman e depois em Metairie.

Inkerman se situava no topo da colina, às margens da floresta de Andaine. Eu contemplava os veados e cervos pastando em paz nos fundos da fazenda. Escutava as trompas da caça a cavalo e, simples aldeão, admirava os caçadores surgindo de surpresa no meio da mata. Os agricultores ribeirinhos tinham direito a participar dessa arte da caça. Eu preferia uma caminhada tranquila pela floresta ou a colheita de cogumelos, quando se apruma o ouvido para surpreender o bramido do cervo. Percebo agora, depois de ter um pouco conhecido a floresta amazônica, que a floresta me parecia na época quase impenetrável quando, no fundo, era composta por poucas espécies e é provavelmente difícil nela se perder, com os tantos caminhos e rotas que a esquadrinham. Foi também em Inkerman que causei grande susto a Bernard e Mado. Estávamos colhendo maçãs para a cidra quando vespas me escolheram como vítima. O choque anafilático que se seguiu foi por muito pouco interrompido pelo médico.

De Inkerman, Bernard e Mado se mudam para Metairie, a não mais de dois quilômetros em linha reta. Mas que transformação! Passar da solidão da floresta a uma fazenda de cultivo na curva da estrada, se avizinando a outras fazendas e à família de Mado. E então vieram Marie-France, Jean-Yves e Vincent. Nós não seríamos companheiros de jogos e aventuras. Na infância e na adolescência, a diferença de idade muitas vezes distancia. Eu falava sobre colheita de maçãs, mas não se deve crer, porém, que eu estivesse fazendo trabalho pesado. Eu não teria sido um bom operário. E, além disso, como um dia dizia o padre Anneau, com quem eu fiz a colheita de uvas por dois anos consecutivos antes de partir para o Brasil: "Jean-Pierre? Ele é

forte como um touro, mas como é desajeitado!” Ainda assim, eu não gostava de me sentir um parasita, e tinha grande prazer em ajudar com o feno ou girar a manivela da desnatadeira.

Sempre que íamos à Normandia, fazíamos o nosso pequeno trajeto: tio Henri, agricultor, e tia Madeleine. Henri, a verdadeira cabeça do normando, como papai diria, não molengava no trabalho. Seus filhos gêmeos, Jean-Pierre e Jean-Claude, ocupados sem trégua, bem o sabiam. O pequeno Patrick foi mais poupado. Em Ferté, tio Emile era um policial municipal, consciente dos direitos e deveres dos cidadãos, incorruptível. Quando passei para lhe fazer uma visita, ele não perdeu a oportunidade de contribuir para minha formação cívica. Não tive a sorte de frequentar devidamente Colette, Monique e Arlette, suas filhas... e de manter com elas relações entre primos. O mesmo ocorreu com os filhos de tia Renée.

Nantes

Em 1955, passamos para o terceiro ano no seminário de Couëts, na margem direita do Loire, subúrbio sul de Nantes. Fui um aluno medíocre, ou melhor, talvez irregular, só passando no exame de admissão à universidade na segunda tentativa. Ainda assim: 9,50 em ciências biológicas, graças a um colega do curso de verão cujo pai era um cirurgião cardíaco que nos tinha dado uma excelente aula, a qual reproduzi ponto a ponto. Em compensação, 0,30 em química. Talvez o corretor tenha querido evitar, em vista das outras notas, o zero que me teria reprovado. Pergunto-me hoje por que eu era tantas vezes punido. Imagine um rapaz de 17 ou 18 anos que passava suas horas de lazer copiando um trecho de Racine? Esse era eu. Claro, não tenho nenhuma lembrança de Racine ou de Corneille, nem mesmo dos sermões Bossuet, que um dia me fizeram recitar. Felizmente, eu conseguia não me trancar entre as paredes do seminário nem em nosso pequeno mundo de adolescentes à margem da vida. Colônias de férias e acampamentos nos Alpes, em Jura, na Córsega, nos Pirenéus, na costa; Orne e Calvados com a família; fins de semana não muito distantes numa espécie de favela, primeiro contato com os mais pobres; outros em Nantes.



Grande leitor de jornais, acompanhei as greves dos trabalhadores dos estaleiros em 1955, que, se bem me lembro, tinham causado uma morte. De vez em quando eu me encontrava com Jean Angomard, operário e sindicalista, que me falava da condição operária (os pais de Jean tinham um pouco nos adotado após a morte de mamãe, e eu me refugiava na casa deles sempre que era possível).

O que eu pensava devia ser conhecido pelos professores, pois, quando o seminário recebeu, como todas as escolas primárias e secundárias, um convite para participar de um concurso de redação do Conselho da Europa, eu fui o infeliz escolhido pelo Superior para essa alta missão. Puseram uma sala à minha disposição e, por segurança, trancaram à chave o irresponsável que não tinha outra opção a não ser obedecer e deixar voar sua pluma de aspirante a ensaísta. Recentemente, Jacques se perguntou como seria possível extrair um laureado de um pequeno seminário provincial? Pergunto-me a mesma coisa.

Jacques

Na verdade, todos os alunos dos últimos anos podiam competir. Eu mesmo comecei a trabalhar, e o tema era o seguinte: A Europa e as regiões. Mas o texto de Jean-Pierre foi considerado excelente pelos professores de Couëts, a ponto de eles o terem trancado para que refizesse “ainda melhor” a sua dissertação. O estratagema foi bem sucedido, já que ele recebeu o segundo lugar no conjunto de todas as escolas da Europa de então (em cinco países).

Jean-Pierre

Naquela época, ainda era possível sonhar com uma Europa de povos. Mas é preciso tanto tempo, coragem e solidariedade para isso que era mais fácil torná-la um campo de caça para as multinacionais, bem servidas por seus lacaios nos governos, nos bancos centrais e na Comissão Europeia, que os preparam e a eles entregam suas armas sob medida para abater coelhos. A viagem à Alsácia para receber o prêmio

me valeu fazer uma amizade sólida e improvável, sólida porque dura até hoje, e improvável pela distância e a diferença de meio social. Sempre que possível, Noêmia e eu não deixávamos de visitar Brigitte e seu marido, Louis, em Namur. Não creiam que eu seja leviano com o fato de eu não ter sido bom aluno. Quantas vezes lamentei não dominar os conceitos básicos da química, ao questionar o uso de agrotóxicos que envenenam a terra e as água e as pessoas.

O seminário deve ter feito um bom trabalho na preparação seus alunos, pois alguns deles fizeram belas carreiras profanas, e os outros que se tornaram padres demonstraram grandes qualidades. Jacques foi convidado para fazer os estudos de filosofia na Universidade Católica de Angers, para meu grande orgulho, e eu direi por toda a minha vida o quanto me impressionou que ele tenha aprendido alemão para ler filósofos no texto original. Eu entrei no grande seminário de Nantes em 1959, com a ideia de, em seguida, entrar para a OMI (*Oblats de Marie Immaculée*)¹⁰¹. Dois anos de filosofia e o serviço militar: 21 meses!

Serviço militar

A França ainda estava em guerra colonial com a Argélia, e nós discutíamos entre colegas a possibilidade de sermos objetores de consciência¹⁰². Tudo muito complicado e com tantas consequências que nossas convicções políticas e morais provavelmente não estavam à altura da questão, apesar das leituras de Franz Fanon, do “Testemunho cristão” e do contato com os mais velhos, recrutados na Argélia. Foram eles que pela primeira vez me falaram de François de l’Epinay, capelão geral na Argélia, um homem excepcional que mantinha distância dos militaristas e dos torturadores. Tive a alegria de me encontrar com François em Salvador, na Bahia. Entre outras ocupações, ele era “Ogan” (guardião) no candomblé, culto de origem africana cujas divindades, relacionadas a forças da natureza, têm muito a nos ensinar.

101 Congregação clerical de missionários fundada pelo padre santificado Eugène de Mazenod (1782-1861). (N. do T.)

102 Objetores de consciência são pessoas que, por seguirem princípios religiosos, morais ou éticos de sua consciência, se declaram incompatíveis com a realização do serviço militar. (N. do T.)

A prática da tortura certamente continua nos dias de hoje num ou noutro país. Oficiais ou ex-oficiais franceses estiveram no Brasil durante o período de ditadura (1965-1985) a fim de ensinar aos locais boas técnicas tortura, aperfeiçoadas na Argélia e ainda hoje utilizadas em delegacias e prisões brasileiras. Ao rejeitar a objeção de consciência, nos dissemos que, de todo modo, não aceitaríamos ser oficiais da reserva ou nem mesmo suboficiais. Vã promessa! Minhas aulas em Laon sobre comunicação em Morse me valeram ser involuntariamente nomeado *maréchal-des-logis*¹⁰³. Dois do nosso grupo do Laon foram mortos na Argélia; junto com alguns amigos, fui transferido para Mulhouse, no primeiro regimento que retornou da Argélia. O inverno de 1962 foi particularmente rigoroso: 30 graus abaixo de zero durante as manobras. Não escapamos desse capitão fdp que nos obrigou a ir ao campo de tiro; os primeiros inocentes que atiraram sem suas luvas e puseram a mão no cano de aço não conseguiram se descolar da arma. E os que acampavam? Lá, como era um general fdp que comandava as operações, não se sabia se pés congelados rendiam ou não alguma censura. Felizmente, o soldado é uma coisa resistente. No quartel, nos organizamos para passar os dias de mau tempo fechados (segurança em primeiro lugar) com o armeiro, jogando cartas e ouvindo jazz moderno.

A marca da mentalidade militarista e colonial no regimento ainda era muito forte, e os numerosos argelinos de Mulhouse, e por extensão todos os norte-africanos, eram alvos fáceis. Uma noite, escutou-se o rumor de coturnos retornando de uma turnê na cidade. Bandos de militares embriagados tinham *cassé du bougnoule*¹⁰⁴. Assim, quando se soube que alguns racistas exaltados programavam outra expedição com o apoio tácito do capitão e do coronel, exigimos, com alguns amigos suboficiais, que os oficiais responsáveis repudiassem essa *ratonnade*¹⁰⁵. Talvez seja por termos ameaçado denunciar aos superiores hierárquicos e, principalmente, aos jornais a postura de fulano ou de sicrano, mas o fato é que toda a guarnição foi impedida de sair naquela noite.

103 Grau militar equivalente a sargento.

104 Cassé du bougnoule: injúria racista que significa literalmente “ [ter] quebrado negros”, principalmente no Senegal, onde o branco racista chama o negro de bougnoule. (N. do T.)

105 Ratonnade: toda expedição racista com fins punitivos e brutais feita por europeus contra árabes, magrebinos e outras etnias norte-africanas. (N. do T.)

Noviciado

Voltei à vida civil depois de vinte e um meses. Servi por algum tempo como motorista do bispo de Nantes, monsenhor Villepelet. De fato, era minha obrigação, pois eu queria, antes deixar o seminário para entrar para os Oblatos, reembolsar um pouco do dinheiro que a diocese tinha investido em meus estudos. Em setembro de 1963, entrei como noviço em Montereau, no departamento de Sena e Marne: um ano de preparação espiritual para verificar se a vocação era sólida. A minha deve ter sido suficiente, pois fui aceito para o grande seminário oblato em Solignac, perto de Limoges. As dores de cabeça bizarras que me incomodavam quase continuamente deveriam ter sido consideradas. Mas eu estava muito motivado; os pequenos problemas foram assim esquecidos.

Por que os oblatos? OMI, “espécie de jesuítas das campanhas”, dizia um Larousse de antes da guerra. A congregação nasceu no século XIX, era de ouro da expansão colonial, quando a espada e a cruz andavam juntos. O fundador, Eugène de Mazenod ficaria triste ao ouvir isso. Eu via nos oblatos pessoas que não tinham medo de se aventurar, presentes em quase todo o mundo. E estava particularmente atraído por histórias de padres que, quando saíam do interior da França, sulcavam com seus trenós o norte do Canadá. Que fé e que audácia! Teria sido influência da minha leitura de Jack London sobre a corrida do ouro em Klondike, no Alasca? Na verdade, nunca quis ir aos territórios do Canadá, ao contrário de um colega que tanto no verão quanto no inverno dormia com a janela aberta para se acostumar com baixas temperaturas. As histórias contadas por um dos oblatos que vivia com a tribo Dene¹⁰⁶ confirmou minha escolha: ele questionava a política indígena e colonialista canadense e propôs uma pastoral em contato direto com a vida e a cultura do povo Dene.

Um parêntese. De 1981 a 1983 no Brasil, participei, duas vezes por ano, como representante da América Latina nas reuniões do Conselho de um fundo ecumênico canadense de ajuda ao terceiro mundo, sediado em Toronto. De passagem, me detive em Montreal, onde Michel Rousseau, que me precedeu na direção da FASE, vivia

106 Em sua língua, o território que eles ocupam se chama Denendeh, a “Terra das Pessoas”

e trabalhava na Associação Católica para a Assistência ao Terceiro Mundo, Desenvolvimento e Paz. Como eu estava suficientemente bem informado, revisamos os projetos apresentados tanto em Toronto quanto Montreal, e dei ali minha modesta opinião. Após três anos, me pediram para escolher um dos locais do Canadá em que o Fundo Ecumênico coordenava projetos de desenvolvimento e de formação. E logo me vi atravessando o país e aterrissando em Yukon, exatamente... na OMI. O padre X..., a quem eu tinha conhecido em Mauves, seu local de origem, me serviu como tradutor... Infelizmente, perdi em seguida meu diário de viagem e não me recordo mais do nome do povo indígena que conheci. Mas me lembro do espanto do padre: “Eles te dizem coisas que nunca me disseram”. E por uma boa razão! Alguns oblatos haviam se tornado autênticos colonos e tinham apenas uma visão estereotipada dos índios. E os jovens indígenas que conheci manifestavam sua rebelião contra os brancos dos territórios e contra o governo central, e também me contavam das suas lutas recuperar a dignidade que seu povo perdia para o álcool e para as políticas paternalistas. Eu os compreendia muito bem e intervinha com histórias idênticas da Amazônia.

Mas foi a América Latina que me atraiu. Fidel Castro e Che Guevara, em Cuba, o guerrilheiro Camilo Torres na Colômbia e os mineiros de Oruro na Bolívia tinham tudo para seduzir um seminarista, certamente mais orientado para o resgate da humanidade na terra do que para a salvação eterna. Ou vamos dizer que eu acreditava que um não se daria sem o outro. A passagem por Solignac de uma missionária laica da cidade de Salvador, na Bahia, a de um dos oblatos da Bolívia que conheceu Régis Debray na prisão e nos tinha falado da epopeia boliviana do Che, que ali deixou sua vida, e por fim o anúncio de que os oblatos iriam abrir uma nova missão em Belém, em 1968, tudo isso me fez decidir. Eu queria ser enviado a Belém, mas não havia lugar vago na equipe que foi formada. Assim, depois de ser ordenado padre, em 1967, entrei em 1968 para a equipe dos oblatos de Mons-en-Bareuil, no Norte. De fato, entrei para a equipe de padres diocesanos Roubaix-sud.

Tudo isso parece muito romântico... evasão, aventura. Havia, porém, algo bem sólido: por um lado, a vontade de enraizamento junto aos oprimidos, quaisquer que fossem; por outro, uma reflexão que se aprofundava com o passar dos anos. Não tenho boa memória, mas as

minhas leituras se constituíam num húmus sobre o qual se desenvolvia meu pensamento. Assim devo muito aos teólogos Hans Kung e Dietrich Bonhoeffer, a Emmanuel Mounier e a Teilhard de Chardin.

Roubaix

Entre Roubaix e Hem, passei ali um pouco mais de dois anos emocionantes, em contato com os trabalhadores de um mundo operário têxtil mais do que centenário e com os migrantes espanhóis, portugueses e norte-africanos. Uma equipe com a qual eu me sentia confortável: um responsável, Jean Vancorselis, pleno de bom humor, mas que podia assumir, sem demonstrar grande esforço, a minha formação, os deveres de um vigário e pároco, à frente do catecismo – no qual eu e meu colega John Hubert fazíamos de tudo para que soasse divertido para as crianças –, e especialmente da Ação Católica: um pouco de ACI para os membros e, muito mais interessante para nós, a JOC e a ACO¹⁰⁷, com o método “ver, julgar, agir”. Apreendi muito mais com esses militantes de várias centrais sindicais do que ensinei a eles. Alguns tinham responsabilidades em seus trabalhos ou com sua cidade, e outros em nível nacional. Todos estavam profundamente engajados com suas comunidades e eram alimentados por uma fé profunda; os que não eram permanentes tinham sido muitas vezes perseguidos em seus empregos. Na paróquia, conheci Alex Caharel e Régine, de Madeleine de Guérande. Alex, depois de retornar à sua região, gentilmente me levou para visitar discretamente um navio em construção nos Canteiros do Atlântico. Ele sabia fazer de tudo. Lembrei-me dele quando, no Pará, observei esses artesãos maravilhosos que construíram barcos todos em madeira.

E... o Brasil

E, em seguida, no final de 1970, descobri que havia um cargo vago na equipe oblata de Belém. Eu era esperado ali para desenvolver um trabalho pastoral entre os pequenos pescadores do litoral do estado do Pará. Eu me despedi do norte e comecei uma longa e imprevista espera.

107 Respectivamente: Ação Católica dos meios independentes [Action catholique des milieux indépendants] (ACI), Juventude Operária Cristã [Jeunesse ouvrière chrétienne] (JOC) e Ação Católica Operária [Action Catholique Ouvrière] (ACO). (N. do T.)

Por que não aproveitar a oportunidade para conhecer um pouco da vida dos pequenos pescadores na França?

No casamento de Marcelle e Jacques¹⁰⁸, conheci alguns pescadores e pude apreciar sua companhia. Antes da festa de casamento, eles me levaram a um pequeno porto de Saint Guénolé, e um deles narrou o terrível naufrágio de uma embarcação de salvamento que, na tempestade, tinha perdido a entrada do canal, colidindo com o rochedo. Os jovens que se agarravam à pedra eram arrancados e moídos pelas ondas, sendo por fim levados, enquanto suas esposas ou noivas, tão perto, viam seus rostos banhados de terror e ouviam seus gritos de agonia. Os pais de Marcelle me acolheram com grande bondade. Fui duas ou três vezes à pesca ao lagostim com Cis, primo de Marcelle. Partida à tarde, retorno na manhã seguinte. O barco era bem equipado, o sonar tornava as coisas bem mais fáceis; apesar disso, pude admirar seus conhecimentos sobre o fundo do mar, as correntes e os ventos, os bons locais de pesca (nem sempre). Ajoelhado no convés, o olhar fixo tanto quanto possível no horizonte, eu limpava os lagostins assim que os pegava; eles tendiam a escorregar para bombordo, eu para estibordo. Ton Cis, o pai, me levou à pesca com linha de fundo em sua pequena canoa. Fomos munidos com boa bebida e enormes sanduíches. Esgotado, eu pescava menos que vomitava. Pouco importava, a pescaria tinha sido boa, pois Ton Cis conhecia todos os truques (ou manhas, diziam os marinheiros) do ofício. Bastou que o motor arrancasse para que o apetite o retornasse, e nós voltássemos ao porto, eu tão orgulhoso quanto Tartarin de Tarascon¹⁰⁹.

Foi preciso mais de um ano para que eu obtivesse meu visto brasileiro. Vistos para os “missionários” ligados à Igreja Católica, considerados como potenciais suspeitos de subversão, eram concedidos a conta-gotas. Em compensação, nenhum problema para os missionários das numerosas igrejas evangélicas, principalmente dos EUA, pois se sabia que eles não punham em perigo a Ordem e o Progresso inscritos na bandeira nacional e a ditadura. Um golpe de Estado promovido pelos militares com o apoio do meio patronal e da classe média – em particular da maioria dos católicos e da hierarquia reunida sob o estandarte de Deus, Família e Propriedade – tinha posto um fim na

108 Em maio de 1968.

109 Referência a uma série de romances homônima de Alphonse de Daudet (1840-1897). (N. do T.)

jovem democracia e na esperança de mudança suscitada pelo Presidente João Goulart, especialmente pela reforma agrária. Bradava-se contra o comunismo, usavam o aprisionamento, a tortura ou a morte. Um dia, um policial francês passou pela casa de papai e o viram em seu jardim. “Bom dia, sr. Leroy... Então, você tem um filho que vai para o Brasil?” – “Mas como vocês sabem disso?” Os serviços de inteligência internacionais deviam funcionar muito bem. No outono, junto com o padre Anneau, participei da colheita das uvas viníferas muscadet, gros plant e gamay, depois ajudei na horticultura. Isso pagou o meu bilhete aéreo de Paris-Pointe a Pitre-Cayenne-Belém.

Em maio de 1971, os Lemoine organizaram uma grande festa em OUILLY LE TESSON¹¹⁰ para uma despedida memorável. Eu me deixei levar pelos beijos (quatro em cada pessoa, em Minas Gerais é um só), pelas tripas à moda de Caen, pelo camembert e pelo muscadet, e assim me vi a ponto de partir.

Jacques

O que posso dizer sobre esses primeiros anos de juventude nos quais as personalidades são formadas é que nossas relações nem sempre foram fáceis. Jean-Pierre quis marcar a sua superioridade de mais velho e eu lhe recusava todo direito de primogênito. De início, e com razão, admirava seu amor pela leitura e sua capacidade de devorar livros a toda velocidade. É verdade que à noite eu rapidamente caía de sono, enquanto ele insistia em manter a luz acesa. Além disso, dois anos de diferença fazem grande diferença. Em especial porque me facilitavam a vida em relação aos outros. Eu era tímido e tinha dificuldade de me comunicar. Jean-Pierre, ao contrário, se impunha com facilidade. A palavra convém com perfeição.

Assim, eu o via, em muitas oportunidades, defender suas posições ou convicções em face de grupos hostis ou até mais que isso. Dois exemplos: Na colônia de Aulon, em 1949, eu tinha 8 anos e ele 10. Uma noite, ele estava no meio de um grupo quando estourou uma briga. Eu me aproximei, evitando, porém, me meter no caso. Não me lembro de qual foi o ponto de discórdia, mas o tom foi subindo entre ele e sete ou oito membros da equipe dos “Corações de Ouro”, ao qual ele pertencia (assim como eu, pois não queriam que nós nos

110 Em Calvados, cidade natal vários filhos da família Lemoine, entre os quais mamãe. (Nota de Françoise)

separássemos). A agressividade era grande, mas ele sem nada ceder defendia sua posição, argumentava, bastante nervoso, claro, mas certo de estar do lado correto e, por fim, ganhava a adesão.

Sete ou oito anos mais tarde, uma discussão acalorada surgiu entre Jean-Pierre e papai na estreita cozinha da estação de Mauves. Isso ocorreu antes da chegada de Mamy na família. Também não me recordo exatamente sobre o que, mas se tratava de um tema social, tangenciando a política. Papai, do alto da sua condição paterna e com sua carteira de sindicalista, tinha afirmado a sua posição, certamente possível. Com segurança, Jean-Pierre estampou seu ponto de vista. Ui! O que ele tinha dito ali! Imediatamente, os “pequenos” e eu sentimos que a guerra iria eclodir. Papai, que logo subia nas tamancas, queria “como de hábito”, calar a boca do filho. Seguiu-se uma pesada discussão entre o Pai – seguro e acostumado ao seu status, que não queria ceder a um fedelho inexperiente – e Jean-Pierre, que veio com a cachola¹¹¹ cheia de argumentos e os colocava com firmeza e calma tão logo papai precisava de retomava o fôlego. Sentimos que se passava ali uma importante transformação. Eu me fiz pequeno no meu canto: já tinha abandonado a partida havia muito tempo. Mas Jean-Pierre se manteve firme. E, por fim, ganhou. Papai finalmente abandonou a disputa. Naquele dia, Jean-Pierre obteve seu grau de adulto (ou quase) em face de seu pai. Por minha parte, eu não quis repetir uma cena semelhante para ganhar minhas divisas. Mas essa é outra história.

111 [(N. do T.): no original, Caboche: cabeça ou prego de cabeça grande] Palavra utilizada com frequência por papai para apoiar uma afirmação em tom pejorativo. (Nota de Françoise, irmã de Jean Pierre)



Visita a agricultores familiares em Rio Pardo de Minas (MG), em 2004.
Foto: Daniel Ribeiro Silvestre



Os escritos de Jean Pierre Leroy

O pensamento de Jean Pierre Leroy ficou registrado em inúmeros trabalhos publicados ao longo de sua atividade de educador, dentre os quais os listados abaixo:

Jean Pierre Leroy. **Uma Chama na Amazônia**, ed. Vozes, 1991.

Jean Pierre Leroy e Henri Acselrad **Novas premissas da sustentabilidade democrática**. Cadernos de debate Brasil. Sustentável e Democrático, Rio de Janeiro, n. 1, p. 11, 1999.

Jean Pierre Leroy. **Amazonia, meio ambiente e política pública**. Revista Proposta Rio de Janeiro, n.59, p.383-38 dez, 1993

Jean Pierre Leroy **Tudo ao mesmo tempo agora**, ed. Vozes 2002.

Jean Pierre Leroy **Territórios do futuro – educação, meio ambiente e ação coletiva**, ed. Lamparina, 2010.

Jean Pierre Leroy e Julianna Malerba (organizadores). **IIRSA, energia e mineração. Ameaça e conflitos para as terras indígenas na Amazônia brasileira**. FASE, 2010

Jean Pierre Leroy. **Mercado ou Bens Comuns? O papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental**. FASE, 2016

Artigos na Revista Proposta

Jean Pierre Leroy. **Os grupos de revenda e Movimento Sindical no interior do município de Santarém -1975/1985**. Edição 31/ 1986

Jean Pierre Leroy. **O bote contra a geleira: Os pescadores de Santarém em busca de sua afirmação**. Edição 38 / 1988

Jean Pierre Leroy e Ricardo Tavares. **Agricultura e reforma agrária no planejamento econômico (1963 -1985)**. Edição 44/ 1990

Jean Pierre Leroy, Aurélio Viana e Ricardo Tavares. **Lutas de resistência ou lutas por um novo modelo de sociedade?** Edição 46/ 1990

Jean Pierre Leroy e Maria Estela Morais. **A Luta dos atingidos na fala das lideranças**. Edição 46 / 1990

Jean Pierre Leroy. **Os camponeses do Norte e o futuro da Amazônia**
Edição 48/ 1991

Jean Pierre Leroy. **Modelo de desenvolvimento: mudança real ou adaptação?** Edição 53/ 1992

Jean Pierre Leroy e Paulo Oliveira Júnior. **Qual desenvolvimento para a Amazônia?** Edição 56/ 1993

Jean Pierre Leroy. **Políticas públicas e meio ambiente na Amazônia**.
Edição 59 / 1993

Jean Pierre Leroy. **A pedagogia de um projeto estratégico**. Edição
61/ 1994

Jean Pierre Leroy. **Prioridades para uma agenda estratégica de um ponto de vista ambiental**. Edição 65/ 1995

Jean Pierre Leroy. **Da comunidade local às dinâmicas microrregionais na busca do desenvolvimento sustentável**. Edição 71 / 1997

Jean Pierre Leroy. **O Timing e o Déficit das Políticas Sociais: como reduzi-los?** Edição 73 / 1997

Jean Pierre Leroy e Padre Edmund Leising. **FASE: uma forma avançada de servir e educar desde 1961**. Edição 81 / 1999



- Jean Pierre Leroy. **Desafios do Trabalho do Educador na Virada do Milênio.** Edição 83/2000
- Jean Pierre Leroy. **Ecologia, economia e ética: pressupostos do desenvolvimento sustentável.** Edição 91 / 2002
- Jean Pierre Leroy. **Por um Brasil Sustentável e Democrático Pavimentando um Pedaco de Caminho.** Edição 94 / 2002
- Jean Pierre Leroy e Maria Emília Pacheco. **Reforma Agrária e Meio Ambiente: a construção de uma nova territorialidade.** Edição 99 / 2004
- Jean Pierre Leroy. **Por uma Reforma Agrária Sustentável A primeira página do Gênesis a escrever.** Edição 108 / 2006
- Jean Pierre Leroy. **A Amazônia, sina da nossa perdição esperança de futuro? Segundo ato de uma peça e em três atos.** Edição 114 / 2007
- Jean Pierre Leroy. **A Cidade e As Mudanças Climáticas, entre o caos e o direito pleno à cidade.** Edição 120/ 2010
- Jean Pierre Leroy. **Bens comuns e serviços ambientais.** Edição 122 / 2011
- Jean Pierre Leroy e Fátima Mello. **Encolher o comércio global para esfriar o planeta.** Edição 122/ 2011
- Jean Pierre Leroy. **A FASE e a questão do desenvolvimento.** Edição 124 / 2011
- Jean Pierre Leroy. **Contra a mercantilização e a privatização da vida e da natureza, os Bens Comuns.** Edição 125 / 2012



ISBN: 978-65-997400-1-5

TD



9 786599 740015